

**Imagens e Memórias de uma Guerra Comum: as Batalhas de 1383-
1385 nas Crônicas de Pero López de Ayala e de Fernão Lopes**

Diogo José Cardoso Gomes

**Dissertação de Mestrado em História
Área de Especialização em História Medieval**

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública

Setembro, 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, área de especialização em História Medieval, realizada sob a orientação científica de Bernardo Vasconcelos e Sousa, e Miguel Gomes Martins

“At the same time, historians have always been wary of chronicles: information may be distorted, mistaken, fanciful, or deliberately misleading.”

(Arnold, 2008, p. 38)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não resulta de um trabalho meramente solitário, mas sim de todo um percurso apoiado num conjunto de pessoas a quem não poderia deixar de expressar os meus agradecimentos. Em primeiro lugar aos meus orientadores, os Professores Doutores Bernardo Vasconcelos e Sousa, e Miguel Gomes Martins, não só pelas suas sucessivas sugestões e correcções, mas sobretudo pela disponibilidade e paciência demonstradas ao longo da laboriosa composição desta dissertação.

Ainda aos dois, juntamente com os professores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, agradeço todos os esclarecimentos e acompanhamento de diversas dúvidas e trabalhos ao longo de toda a minha licenciatura e mestrado. Em particular aos Professores Doutores Miguel Alarcão, Maria João Branco, Ana Isabel Buescu, João Paulo Oliveira e Costa, João José Alves Dias, Mário Farelo, Alexandra Pelúcia, e Maria de Lurdes Rosa, pelo interesse que em mim despertaram pelas diversas vertentes da História Medieval e Moderna. Ao Instituto de Estudos Medievais, a todos os seus membros e colaboradores, agradeço por nos últimos anos me proporcionarem um ambiente de saudável camaradagem e intercâmbio de ideias.

Também não poderia deixar de reconhecer a contribuição dada por amigos, colegas e familiares, cujo apoio, nesta e noutras fases, permitiram forjar caminho nos momentos de ânimos mais atenuados. Em particular ao Duarte, pelas distrações e encorajamentos em igual medida; ao Paulo Dias, pela simpatia e falta dela nos momentos de trabalho e de convívio; e à Cláudia Joaquim, Paulo Lopes, Teresa Moura Pereira, Joana Santos, e muitos outros, tantos que nunca aqui caberiam, pelo constante encorajamento ao longo de todo o mestrado e redacção desta dissertação.

Aos meus pais, tenho de agradecer por me apoiarem sempre, nestas e noutras aventuras, e ainda mais, por me terem, desde cedo, inculcido um respeito e interesse pela História que, mais do que não esmorecer, sempre cresceu até hoje. A eles devo, em grande medida, o ter chegado ao final desta dissertação, e por isso, quaisquer agradecimentos pecam sempre por escassos.

A eles, e a todos, muito obrigado.

*Imagens e Memórias de uma Guerra Comum: as Batalhas de 1383-1385
nas Crónicas de Pero López de Ayala e de Fernão Lopes*

Diogo José Cardoso Gomes

RESUMO

Em 1383, com a morte de Fernando I de Portugal, inicia-se uma intensa disputa pelo governo do reino entre Juan I de Castela e o mestre de Avis. Ao longo deste conflito, que oficialmente perduraria até 1431, os reinos de Portugal e Castela viveram alguns períodos de forte actividade bélica, sobretudo durante a chamada Crise de 1383-1385. Durante este período – no qual se assiste ainda ao cerco de Lisboa, em 1384, e à aclamação do Mestre como João I de Portugal, em 1385 –, ocorrem quatro batalhas campais. Momentos raros nas campanhas militares da Idade Média, mas ideologicamente relevantes e, em muitos momentos, decisivas, as batalhas campais foram sempre de particular interesse e importância para a historiografia medieval.

Terá sido precisamente isso que ocorreu nos finais do século XIV e meados do XV, quando surgem nas cortes castelhana e portuguesa, da autoria de Pero López de Ayala e de Fernão Lopes, duas crónicas que dedicam particular atenção aos confrontos bélicos entre 1383 e 1385. Redigidas dentro das esferas políticas envolvidas na disputa, estes importantes agentes de legitimação não deixariam de estar ambos comprometidos com os objectivos propagandísticos da dinastia que serviam. Realçando o positivo e o negativo de certas figuras e elementos do conflito, as crónicas apresentariam, mais do que eventos factuais, perspectivas mais ou menos verosímeis desses mesmos eventos.

Assim, partindo destas duas crónicas, a presente dissertação pretende examinar duas perspectivas diferentes sobre as batalhas de Atouros (Abril de 1384), Trancoso (Maio de 1385), Aljubarrota (Agosto de 1385) e Valverde (Outubro de 1385). Através do estudo comparativo de duas fontes produzidas em campos opostos, procura-se encontrar quais as divergências e convergências na sua narrativa. Mais do que os factos em si, este estudo procura abordar a forma como cada crónica, enquanto registo de um dos lados envolvido nas quatro batalhas, transmite os momentos que as compõem, antecedem e procedem, e, assim, como cada um constrói a sua memória de uma guerra comum.

Palavras-chave: Aljubarrota, Atouros, Crónicas, Fernão Lopes, Guerra Medieval, Pero López de Ayala, Trancoso, Valverde

*Images and Memories of a Common War: the Battles of 1383-1385 in the
Chronicles of Pero López de Ayala and Fernão Lopes*

Diogo José Cardoso Gomes

ABSTRACT

In 1383, with the death of Fernando I of Portugal, a dramatic dispute for the kingdom's government began between Juan I of Castile and the master of Avis. Throughout this conflict, which officially lasted until 1431, the kingdoms of Portugal and Castile went through some periods of intense military activity, mainly during the so-called Crisis of 1383-1385. During this period – in which we also witness the siege of Lisbon, in 1384, and the acclamation of the Master as João I of Portugal, in 1385 –, four open field battles occur. Rare moments in the military campaigns of the Middle Ages, but ideologically relevant and often decisive, open field battles have always been of particular interest and importance for medieval historiography.

This was precisely what happened at the end of the 14th century and in the middle of the 15th, when two chronicles, by Pero López de Ayala and Fernão Lopes, appear in the Castilian and Portuguese courts, dedicating particular attention to the military confrontations between 1383 and 1385. Written inside the political spheres involved in the dispute, these important agents of legitimation would not fail to be committed with the propagandistic aims of the dynasties they served. Highlighting the positive and negative features of certain characters and elements of the conflict, these chronicles would present, more than factual events, perspectives more or less plausible of those same events.

Therefore, based on these two chronicles, this study seeks to examine two different perspectives about the battles of Atouros (April 1384), Trancoso (May 1385), Aljubarrota (August 1385), and Valverde (October 1385). Through a comparative study of two sources produced by opposing sides, it searches for divergences and convergences on the narrative of war. More than the events, this study tries to address the way each chronicle, as a registry of one of the parties involved in the four battles, conveys the moments that compose, precede and succeed them, and therefore how each one builds its memory of a common war.

Key-words: Aljubarrota, Atouros, Chronicles, Fernão Lopes, Medieval War, Pero López de Ayala, Trancoso, Valverde

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
A INVASÃO DE 1383-1384: ANTECÂMARA E ATOLEIROS.....	6
Juan I e o seu conselho face à morte do rei Fernando	6
A morte do conde Andeiro e a regência do mestre de Avis	8
A entrada de Juan I em Portugal e os primeiros combates antes de Atoleiros ...	11
A iniciativa da campanha e o percurso do fronteiro-mor	25
A Batalha de Atoleiros.....	31
Justificações e impasses no Alentejo	37
A INVASÃO DE 1385: TRANCOSO E ALJUBARROTA	42
Fim do cerco de 1384 e novas campanhas.....	42
A batalha de Trancoso	47
Elvas, os debates em Castela e nova invasão	52
As dúvidas do conselho português e a determinação do Condestável.....	61
Os Diálogos e a chegada das hostes a Aljubarrota	63
Novos debates internos, números e organização das hostes	68
A Batalha Real	83
A fuga de Juan I e o desânimo em Castela	91
O desfecho da batalha de Aljubarrota.....	95
ATAQUE A CASTELA: VALVERDE E EPÍLOGO.....	104
Razões e movimentações da invasão do conde de Ourém	104
A Batalha de Valverde	110
O regresso a Portugal e a mudança de paradigma da guerra com Castela.....	124
CONCLUSÃO.....	128
FONTES E BIBLIOGRAFIA	133
Fontes Impressas.....	133
Bibliografia	133

SIGLAS E ABREVIATURAS

a. – ano

cap. – capítulo/capítulos

CJC – *Crónica del rey Don Juan* de Pero López de Ayala (ver Fontes impressas)

CJP – *Cronica del rei Dom Joham I* de Fernão Lopes (ver Fontes impressas)

coord. – coordenação

dir. – direcção

ed. – edição

n. – nota

n^o – número

p. – página/páginas

pt. – parte

t. – tomo

vol. – volume

INTRODUÇÃO

Em Outubro de 1383, perante a morte do rei Fernando I (1367-1383), e face ao recente tratado de Salvaterra de Magos, Portugal ficava entregue à rainha viúva, Leonor Teles, em nome da filha Beatriz, que desposara recentemente Juan I de Castela (1379-1390). Se no momento em que é assinado, o tratado aparenta ser a melhor solução (ao fim de vários anos de conflitos na Europa e em Portugal, a hegemonia castelhana afigurava-se quase certa), depressa os acontecimentos o vão desmentir, com a definição de dois campos antagónicos, entre si e ao próprio tratado. Enquanto em Lisboa, o mestre de Avis, irmão ilegítimo do anterior monarca, surgia como alternativa à regência, expulsando a rainha daquela cidade, em Castela, Juan I dava sinais de querer ele mesmo assumir o governo de Portugal, invadindo o reino ainda em Dezembro daquele ano. Seguem-se meses de intensa disputa política e de luta armada entre os partidários do Mestre e do rei castelhano, culminando na eleição do mestre de Avis como João I de Portugal (1385-1433) e na sua vitória em Aljubarrota. Por fim, já em Outubro de 1385, o paradigma deste conflito altera-se com o ataque de Nuno Álvares Pereira à comarca de Badajoz, iniciando-se um período em que as forças de Juan I são forçadas a uma postura mais defensiva. Os anos seguintes, apesar de algumas ofensivas portuguesas e de uma invasão anglo-portuguesa em 1387, pautam-se por uma disputa menos intensa, ocorrendo em 1390 as primeiras tréguas luso-castelhanas¹.

O conflito, muito brevemente resumido no parágrafo anterior, entre a nascente dinastia de Avis e a já enraizada dinastia de Trastámara, é um dos mais estudados e debatidos da História portuguesa, recaindo o foco sobretudo sobre as cortes de Coimbra, em Abril de 1385, e a batalha de Aljubarrota, acabando por se descurar muitos outros momentos, incluindo outras batalhas campais, que surgem muito subalternizadas em relação a Aljubarrota. Serão precisamente essas batalhas, que apenas encontramos entre Abril de 1384 e Outubro de 1385 na disputa entre João I e Juan I², o foco central deste estudo: Atoleiros (Abril de 1384), Trancoso (Maio de 1385), Aljubarrota (Agosto de 1385) e Valverde (Outubro de 1385). Analisando estes episódios militares no seu

¹ Para uma compreensão mais detalhada do período e os eventos referidos ver, entre outros: Coelho, 2005; Fonseca, 2009; Martins; 2011; Monteiro; 2007; Russell, 2000.

² Ao longo deste estudo, para uma melhor distinção, sobretudo entre os dois monarcas em conflito, serão mantidos os antropónimos e os topónimos em castelhano (com excepção para o nome dos reinos peninsulares). Irá contudo proceder-se à tradução dos cargos e funções castelhanos.

conjunto e no contexto do período entre Outubro de 1383 e Outubro de 1385, pretendemos proceder a uma abordagem apoiada, mas diferente daquelas que já foram feitas por diversos autores como Peter E. Russell, João Gouveia Monteiro ou Miguel Gomes Martins. Mais do que apresentar um estudo político-militar do conflito, do seu contexto político externo e interno, do desenrolar da guerra, do armamento militar ou do impacto da guerra sobre as populações, pretendemos focar-nos na ligação entre as batalhas campais e a historiografia próxima do período em análise³.

Sobre as batalhas e a historiografia, Bernardo Vasconcelos e Sousa afirma, no seu trabalho sobre a memória da batalha do Salado (1340), que estas devem ser vistas como “ficção histórica”. Mais interessada na transmissão do notável, a historiografia medieval dava grande importância às batalhas, que raras, ganhavam um forte significado, constituindo “terreno fértil para a explanação dos valores ideológicos”⁴. Assim, o nosso foco será primariamente a narrativa da guerra e o enraizamento das batalhas na cronística portuguesa e castelhana daquele período, através de um estudo comparativo entre os próprios campos em conflito, naquela que seria uma guerra comum, mas cujos prismas de observação se supõem diferentes, sobretudo nas batalhas por eles disputadas. Através da leitura destas narrativas espera-se compreender, mais do que os eventos e os factos por si, a forma como cada campo transmite os diversos momentos bélicos e, assim, a imagem que cada um constrói da sua memória da guerra.

Procurando então encontrar convergências ou divergências entre os campos opostos, escolheram-se dois cronistas com um enquadramento político bem definido e sobejamente conhecido: Pero López de Ayala, chanceler de Castela, e Fernão Lopes, cronista-mor de Portugal⁵. Ambos estão indelevelmente associados a uma historiografia propagandística da realeza peninsular medieval, podendo mesmo ser vistos como rivais, como já avançou Teresa Amado⁶, devido à sua proximidade com as esferas de poder das duas coroas em conflito. São, assim, fonte ideal para um estudo comparativo dos dois partidos em disputa, mesmo tendo em conta a diferença entre o período de escrita das suas obras (Lopes começa o seu trabalho cronístico já depois da morte de Ayala).

Sobre os cronistas em si, pouco se sabe sobre a vida do português, acontecendo o contrário com o castelhano. Nascido em 1332 no seio de uma família nobre, Pero

³ Veja-se, entre outros: Fonseca, 2009; Monteiro, 2001; Martins, 2011; Monteiro e Martins, 2010.

⁴ Sousa, 1989, p. 28. Para uma mais fácil distinção, apenas as citações das duas fontes estarão em itálico.

⁵ Veja-se, entre outros: Amado, 1997; Martín, 1991; Monteiro, 1988; Veiga, 1951.

⁶ Amado, 1997, p. 228.

López de Ayala aparece em 1351 como donzel do rei Pedro de Castela (1350-1366, 1367-1369), a quem serve até 1366, quando passa a apoiar o conde de Trastámara, irmão ilegítimo do rei, coroado depois como Enrique II de Castela (1366-1367, 1369-1379). Importante vulto na corte deste último e do seu sucessor, Juan I (1379-1390), desempenha relevantes cargos e funções, destacando-se sobretudo como membro do conselho de Juan I e em sucessivas embaixadas a Aragão e França. Participa nas invasões de Portugal em 1384 e 1385 e acaba aprisionado depois de Aljubarrota durante 15 a 30 meses, onde continua ou inicia a sua obra literária, tendo-lhe sido dada “relativa libertad para (...) escribir el Libro de la Caza y parte del Rimado del Palacio”. Após a sua libertação Ayala mantém-se destacado na corte de Juan I e do seu sucessor Enrique III (1390-1406), sendo escolhido novamente para diversas missões diplomáticas e recebendo mesmo, em 1398, o cargo de chanceler-mor de Castela, falecendo em 1407 na posse de vários títulos, ofícios e missões, que transmite aos seus filhos⁷.

Por comparação, apesar de desconhecidas, as origens de Fernão Lopes são decerto mais modestas. Nascido com toda a probabilidade em meados da década de 1380, ingressa cedo no serviço à corte, sobretudo nas secretarias régias, e em 1418 é nomeado guarda das escrituras da Torre do Tombo. Por essa altura, terá conquistado a confiança da família real, sendo nomeado escrivão dos livros do infante Duarte ainda em 1418, escrivão dos livros de João I em 1419, e escrivão da puridade do infante Fernando em 1422, cargo que manterá até 1437. Já como tabelião-geral do reino, passaria, em 1433, a assinar a documentação como vassalo do rei. Mas é no cargo seguinte que claramente se distingue, e em 1434, sabemos que já desempenhava as funções de cronista-mor, uma recompensa pelo trabalho iniciado em 1419. Dedicava-se a esse duplo papel de guarda do Tombo e cronista da corte até 1454 e 1450, respectivamente, falecendo depois de 1459⁸.

Os cronistas eram para reis e senhores agentes importantes de legitimação e propaganda, e Fernão Lopes não foi exceção. Recebendo a tarefa numa manifesta encomenda de Duarte de Portugal (1433-1438), não deixaria de transmitir sobretudo o ponto de vista que dominava a corte e a coroa portuguesa. Apresentará, assim, os acontecimentos do reinado de João I, sobretudo o período fundacional da nova dinastia entre 1383-1385, sob um prisma que justificasse a sua ascensão, não deixando, contudo,

⁷ Martín, 1991, p. XLVII- LXIII

⁸ Monteiro, 1988, p. 72; Duarte, 2005, p. 216-218.

de proclamar no prólogo e ao longo da crónica, a procura e respeito pela verdade história⁹. Pero López de Ayala parece, também, ter-se dedicado à escrita de quatro crónicas castelhanas por ordem da coroa¹⁰, redigindo um “relato oficial”, que seria a continuação da prática da “narración escrita para y desde la corte”¹¹. Não se afastando então do ponto de vista régio, procurava fixar uma “verdad oficial sobre un período muy agitado y controvertido”¹². E tal como Lopes, Ayala afirma também no prólogo das suas crónicas que, antes, elas se escreviam por ordem de príncipes de modo a fixar na memória as façanhas dos reis anteriores, criando um modelo para aqueles que lhes sucederiam, intuito esse que declarava ser o seu¹³. Temos, assim, duas crónicas plenamente associadas às partes em conflito, perspectivando-se que estas acabariam por, apesar de ambos os cronistas proclamarem a busca da verdade, reflectir a escolha de “uma determinada visão dos acontecimentos”, de uma versão verosímil e muito pessoal da História e da guerra¹⁴.

Definidas as fontes e os quatro momentos principais da análise, de modo a não adulterar a estrutura narrativa dos cronistas, irá manter-se o seu encadeamento, alterado só quando necessário ao contraponto de algum episódio (nomeadamente na sucessão dos vários momentos das batalhas). Assim, não iremos cingir a análise apenas ao choque de forças em cada um dos prélios, ou aos momentos imediatamente anteriores e posteriores dos mesmos. Uma vez que as batalhas não surgem subitamente desligadas de outros eventos nas crónicas, dedicaremos também atenção aos contextos que pautam as invasões castelhanas de Portugal, onde se incluem as batalhas de Atoleiros, Trancoso e Aljubarrota, e o ataque português em Castela, onde surge a batalha de Valverde. Estas campanhas, pela forma com que se desenrolam, apresentam não só o movimento das forças em conflito, desde logo importante para a contextualização das batalhas, mas também a justificação para as mesmas, em debates nos comandos português e castelhano. Mas, por essas mesmas razões, o estudo iniciar-se-á ainda antes do começo da primeira invasão, com o período contíguo à morte do rei Fernando I de Portugal, e

⁹ Monteiro, 1988, p. 72, 114.

¹⁰ Segundo Michel García, a escolha terá recaído sobre Ayala por influência do seu pai Fernán Pérez, consultado por Enrique II, que pretendia alguém “hábil en manipular el pasado al servicio de una empresa de legitimación del presente”, incumbindo-o de escrever a sua crónica e a do seu antecessor. A crónica de Juan I surgirá, contudo, de uma outra realidade, com esse projecto já terminado, possivelmente já no início do reinado do seu sucessor, e com um intuito didáctico (2012, p. 52-58).

¹¹ Valdaliso Casanova, 2011, p. 201-202.

¹² Expressão de Michel García, citada a partir de José-Luís Martín (1991, p. LXV).

¹³ *Ibidem*, p. LXVI.

¹⁴ Monteiro, 1988, p. 88.

pelas circunstâncias que esta cria, em torno das quais se vão definir as lideranças de cada um dos campos em conflito, servindo, assim, de antecâmara à guerra. Já o término deste estudo, nos momentos posteriores a Valverde, justifica-se, não só pelo facto de esta ser a última batalha campal entre os partidários de João I de Portugal e Juan I de Castela, mas também porque constitui, junto com Aljubarrota, uma mudança no paradigma da guerra entre Portugal e Castela, surgindo como um epílogo da chamada Crise de 1383-1385.

A INVASÃO DE 1383-1384: ANTECÂMARA E ATOLEIROS

Juan I e o seu conselho face à morte do rei Fernando

Com a morte de Fernando I de Portugal em 1383, rapidamente surgem, na crónica de Pero López de Ayala, descrições do conselho de Juan I de Castela onde se decide a primeira invasão do reino de Portugal e da disputa em Lisboa pela regência portuguesa. Ora, Juan I, ao saber da morte do monarca português¹⁵, terá ordenado a prisão do seu meio-irmão, o conde Alfonso de Gijón e Noreña, e do meio-irmão do monarca português, o infante João de Castro. O rei castelhano tentava precaver-se, em simultâneo, contra as principais ameaças aos seus desígnios para as coroas de Castela e Portugal. Enquanto o conde teria enviado cartas para Portugal contra o seu serviço, o infante português surgiria como possível alternativa ao trono de Portugal (com o rei a prometer libertá-lo em breve)¹⁶. Ao lermos as palavras de Ayala, vemos uma imagem de reacção imediata, revelando um rei com forte capacidade de decisão, pautada por alguma prudência. A narrativa de Fernão Lopes diverge logo um pouco, e reforça antes a imagem de um rei caracterizado pela tirania ou arbitrariedade. Referindo que o infante, por iniciativa própria, apresentara as cartas onde lhe perguntavam o que pretendia fazer, Juan I surge como alguém que castiga quem tinha o seu serviço¹⁷.

Mas os eventos seguintes mostram uma maior precipitação por parte de Juan I, sobretudo quando, apesar de respeitar os preceitos e convocar o seu conselho para Puebla de Montalbán, se decide logo pela invasão de Portugal, tendo pedido já “*companhas de homeens d armas*”¹⁸. Ambos os cronistas tentam apresentar um rei que ouve o seu conselho, mas que define previamente o caminho a seguir, um rei decidido,

¹⁵ Este momento gera fortes divergências entre os dois cronistas. Ayala coloca em evidência que o mestre de Avis teria sido dos primeiros a solicitar a presença de Juan I em Portugal, algo que Lopes omite para não denegrir a imagem do fundador da dinastia de Avis (Amado, 199, p. 180). Mais tarde acerca de negociações encetadas entre o mestre de Avis e uma embaixada castelhana, o cronista português será categórico ao negar que o Mestre pretendia partilhar o governo do reino com Juan I, ao contrário de Ayala. Como já adiantou José Luis Martín Martín, tal explicar-se-ia pela má imagem que tal evento transmitiria acerca do, ainda, regedor de Portugal (2008, p. 11, 16).

¹⁶ César Olivera Serrano aponta como principal preocupação do rei o facto de, ao contrário de outros senhores de Portugal (incluindo o mestre de Avis), o infante João, e o seu irmão Dinis, não terem assinado os tratados de 1383. Poderiam, por isso, ter alguma argumentação jurídica para se recusarem a aceitar Juan I como rei de Portugal, sendo uma ameaça que tinha de ser precavida (2009, p. 282). Esta preocupação poderá ter mesmo levado à sua prisão ainda “durante o período final da doença” de Fernando I, mostrando um rei ainda mais preventivo (Arnaut, 1960, p. 165).

¹⁷ *CJC*, a. 5, cap. VIII, p. 550; *CJP*, pt. 1, cap. LII-LIII, p. 92-94.

¹⁸ *CJC*, a. 5, cap. IX, p. 551.

mas precipitado (descarta os conselhos da sua corte) e até mesmo dissimulado (finge que os seus possam influenciar a sua decisão). O conselho parece ter servido apenas para Juan I verificar os apoios a uma invasão do reino de Portugal, com Ayala a evidenciar sobretudo aqueles que defendiam antes a tomada de uma posição diplomática (temendo o aumento do “*omecillo*”¹⁹), dedicando a grande maioria do seu texto aos seus argumentos, que incluíam a imagem de que os portugueses “*se temerian del*” e o acusariam de querer “*tomar el regno e apoderarse dél*”²⁰. Os argumentos opostos (apresentados como falsos por Lopes²¹), a favor de uma entrada robusta no reino vizinho, são algo breves. Parecem ser, sobretudo, um prelúdio à reação de um rei de confiança reforçada pela chegada do bispo da Guarda, e chanceler de Beatriz, com promessas de lhe entregar essa cidade. Enquanto os opositores da invasão se mantinham cépticos, uma vez que o alcaide do castelo daquela cidade não aceitaria a entrada do rei, os defensores viam no bispo a confirmação dos seus argumentos, dizendo que controlar a cidade da Guarda era controlar toda a região beirã, terra de muitos homens-bons, cavaleiros e escudeiros que o queriam como senhor. Os preparativos do rei terão então acelerado (que se “*plogo mucho*”²²), enviando o bispo à sua frente, enquanto ele próprio se deslocava para Perosin, aproximando-se cada vez mais da fronteira portuguesa²³.

Possivelmente recordado do sucesso que o seu pai Enrique II alcançara nos conflitos com Fernando I, Juan I estaria claramente otimista e crendo-se já senhor do reino: “*le obedescerían todos e cobraría todo el regno, e que en esto non avía dubda ninguna*”²⁴. Assim, a narrativa na crónica de Castela referente à fase de preparação castelhana (seguida de perto pela portuguesa), apresenta-nos a ideia de que o rei se convencera de um apoio português sem hesitações, algo erróneo, uma vez que, tal como o seu conselho, os portugueses se encontravam-se algo divididos. Ayala parece querer transmitir a ideia de que o monarca castelhano se mantém numa posição de agressividade face ao seu vizinho devido ao seu espírito otimista, exacerbado por aqueles que afirmavam estar Portugal fraco e ele poderoso. Lopes acaba por ser mais

¹⁹ A expressão de aumento e não início de “*omecillo*” (referência à aversão, conflitualidade ou rivalidade entre portugueses e castelhanos) referir-se-ia aos inúmeros conflitos luso-castelhanos que pautaram o reinado de Fernando I de Portugal. Temiam estes conselheiros que, devido a todos estes antecedentes, se cavasse irremediavelmente um fosso entre o rei e os portugueses (*CJC*, a. 5, cap. IX, p. 551).

²⁰ *CJC*, a. 5, cap. X, p. 553.

²¹ Expostos por conselheiros que, segundo Fernão Lopes, estavam mais interessados em melhorar a sua posição na corte (*CJP*, pt. 1, cap. LVI, p. 96).

²² *CJC*, a. 5, cap. X, p. 553-554.

²³ *CJP*, pt. 1, cap. LVII, p. 99-100.

²⁴ *CJC*, a. 5, cap. IX, p. 553.

detalhado e apresenta um rei que, apesar de crente no seu poder, teria uma personalidade algo vacilante, necessitando do apoio daqueles que, de forma dissimulada e falsa (por interesse próprio), se aproximavam das suas opiniões. Acrescenta também, ter sido a proposta feita pelo bispo da Guarda a apagar definitivamente as dúvidas que ainda existiam na mente do rei, ao contrário de Ayala, que parecia mais inclinado a manter a imagem de um rei que entra e sai do conselho régio com tudo decidido e já em preparação para a invasão²⁵.

A morte do conde Andeiro e a regência do mestre de Avis

Pela mesma altura, em Portugal existiam grandes indefinições na regência, marcadas pela oposição à rainha viúva, Leonor Teles, apoiada sobretudo no conde João Fernandes Andeiro, figura controversa que Fernando I, teria planeado mandar assassinar através do seu meio-irmão João, mestre de Avis. Desistira quando avisado de que o Mestre, na posse de Coimbra (que seria a sua recompensa) no momento da sua morte, sendo “*bem quisto*”, ficaria “*por rei desta terra*”²⁶. A crónica portuguesa constrói, assim, desde o início, a imagem da importância e apoio que o Mestre detinha, mostrando como, já nos tempos de Fernando I, a entronização de João I se adivinhava²⁷. A narrativa portuguesa continua depois com o temor que existia em Portugal de uma ocupação castelhana, sentimento personificado em Nuno Álvares Pereira quando, já em Lisboa, pondera o futuro do reino que ficava “*deserto*” e sem defesa, face a um monarca castelhano que, segundo algumas notícias, juntava gente para entrar em Portugal²⁸. Preocupação partilhada por Leonor, que decide limitar a sua obediência a Juan I aos artigos do tratado, possivelmente buscando consensos na corte, devido ao antagonismo que também a sua regência gerava²⁹. Sem sucesso, uma vez que o mestre de Avis, “*bem quisto*”³⁰ pelos lisboetas, e acompanhado por 20 companheiros (Ayala fala em 40³¹)

²⁵ *CJC*, a. 5, cap. X, p. 553-554; *CJP*, pt. 1, cap. LVI-LVII, p. 96-100.

²⁶ *CJP*, pt. 1, cap. III, p. 7.

²⁷ Peter E. Russell afirma que o monarca português morre consciente de que a sua aquiescência à política da rainha e do seu amante fazia perigar o futuro do reino (2000, p. 392).

²⁸ *CJP*, pt. 1, cap. IV, p. 8.

²⁹ Um antagonismo que, provocando fortes tensões no reino português, recuava já ao seu casamento com o rei Fernando I em 1371, e que agora levava à rápida perda de apoios entre os membros da alta nobreza, laica e eclesiástica (Martín Martín, 2008, p. 17; Mattoso, 2009, p. 417-419).

³⁰ Também Ayala nos transmite o apreço que recebia em Portugal, mas cingido à cidade Lisboa. Ao contrário de Fernão Lopes, que se refere o todo o reino (*CJC*, a. 5, cap. XIV, p. 557).

³¹ Quanto mais reduzido o número de seguidores, maior o feito. O contrário poderá sempre ser pensado em relação a um número maior. Uma vez que os números nas crónicas são muitas vezes

armados “*como homens caminheiros*”, assassina o conde e provoca a fuga da rainha; no início para a alcáçova de Lisboa, e depois, sob forte protecção³², para Alenquer, com pedidos ao genro para que “*vehesse a pressa*” tomar o reino³³. São estas as imagens que Fernão Lopes evidencia nos seus primeiros capítulos. Pero López de Ayala, por outro lado, sublinha um aspecto mais diplomático da disputa, dizendo que a rainha, antes de abandonar a cidade, negocia uma preitesia com o mestre de Avis³⁴.

Com estes desenvolvimentos, Ayala, secundado por Lopes, mostra que a prisão do infante João de Castro, logo após a morte do rei Fernando I, tinha sido acertada, uma vez que a cidade de Lisboa pretendia primeiro eleger o infante. Contudo, depressa vemos nas narrativas que isso não bastou para evitar que em Lisboa se formasse uma facção antagónica e fatal para os desígnios políticos e militares do rei castelhano, pois propunha-se antes a aclamação do mestre de Avis, que vira a sua ascensão facilitada pelo próprio monarca castelhano, algo que este não teria previsto³⁵. Assim, em ambas as crónicas, os acontecimentos cada vez mais pareciam colocar o mestre de Avis frente a Juan I na luta pelo governo de Portugal, dado que a rainha viúva, em vez de encetar negociações com o Mestre, pede a intervenção castelhana. Perante a ameaça do poderio castelhano, o Mestre, desagradado e até mesmo temeroso, pretende fugir para Inglaterra, mas a população de Lisboa, receando ser subjugada pelos “*seus mortaaes emmiigos*”³⁶, insiste no Mestre como líder. Procura então entregar-lhe a alcáçova, assim como muitos outros lugares do reino, aos quais escrevem (crendo que todos os apoiariam contra os castelhanos³⁷). Na realidade a facção lisboeta encontrava-se muito fragilizada no início

propositadamente dúbios, fica a dúvida se existiu uma tentativa de exagerar e enaltecer o feito na crónica portuguesa, de o diminuir na crónica castelhana, ou ambas (Arnold, 2008, p. 38).

³² Mais devido à reacção popular do que ao assassinato do conde (Martins, 2011, p. 298). Isto depois de o bispo de Lisboa, castelhano e apoiante do papa Clemente VII (1378-1394) de Avinhão, ser assassinado pela população, apoiante do papa Urbano VI (1378-1389) de Roma (*CJP*, pt. 1, cap. XII, p. 26).

³³ Ao contrário do que prometera nas cartas enviadas aos concelhos do reino. A crónica portuguesa apresenta, assim, a imagem de uma rainha falsa e vingativa, que, odiada pelo povo, tenta manter o seu poder mentindo de forma clara (Bossa, 1987, p. 22, 25-26).

³⁴ *CJC*, a. 5, cap. XIV, p. 558. Apesar de não surgir na crónica portuguesa a preitesia, esta informa que o conselho do Mestre chegou a contactar a rainha, propondo uma aliança matrimonial que esta recusou (tal como a própria população). Possivelmente seria esta a preitesia (possível referência a uma tentativa de acordo ou tratado) a que Ayala aludira sem falar de termos (*CJP*, pt. 1, cap. XXV, p. 44)

³⁵ *CJC*, a. 5, cap. XII-XIII, p. 556-557; *CJP*, pt. 1, cap. III, p. 7; cap. XIV, p. 29-31. Juan I, apesar de se precaver contra o rival João de Castro, desconheceria as fortes tensões e mudanças que ocorriam à época em Portugal, não podendo precaver-se contra os eventos de Lisboa (Martín Martín, 2008, p. 18).

³⁶ Muitos castelhanos estavam presentes na cidade, o que aumentava ainda mais estes receios (*CJP*, pt. 1, cap. XXV, p. 36). Apesar do abalo provocado junto dos seus apoiantes, a possível fuga para Inglaterra, segundo Carlos Guilherme Riley, inseria-se num modelo comum de “*exílio forçoso motivado por crimes ou lutas políticas*” (1985, p. 118-119).

³⁷ Corria na mente colectiva a, errónea, ideia de que o reino se encontrava unido no ódio aos castelhanos. Segundo Teresa Amado, a forma como esta narrativa nos é apresentada por Fernão Lopes, quebra com a

do conflito³⁸; nas palavras do conde João Afonso, irmão de Leonor Teles: “*Castela era contra Portugall, e Portugall contra si mesmo*”³⁹. As maiores indefinições terminam só quando o mestre de Avis aceita, em nome do infante João de Castro⁴⁰ e com “alguma relutância”, o título de regedor e defensor do reino⁴¹. Mesmo mantendo alguma incerteza, na crónica portuguesa, sobre como resistir às forças castelhanas⁴², o Mestre ia surgindo cada vez mais como líder inequívoco da oposição a Juan I de Castela.

Esta imagem de indefinição e disputa sobressai mais com Fernão Lopes, uma vez que Pero López de Ayala, num relato mais breve (algo que se repete ao longo das crónicas), se concentra sobretudo na grande adesão que a população de Lisboa teve à liderança do mestre de Avis. Parece-nos que este é, na mente do cronista castelhano, o detalhe fulcral relativamente aos acontecimentos que decorrem no reino vizinho, uma vez que permite ao Mestre a criação de uma oposição real aos intuitos do monarca castelhano. Esta ganha contornos algo desastrosos para os desígnios de Juan I, uma vez que ficava em Lisboa, não uma regente rodeada por nobres que preferiam ter como senhor o rei de Castela, mas sim um mestre de Avis que, “*bien quisto e de todos bien amado e querido*” estava rodeado por pessoas que apenas aceitavam como rei Juan I “*seyendo el maestre Davis regidor del regno*”. Deste modo, segundo o cronista castelhano, enquanto se aproximava o fim do ano de 1383, “*fue creciendo la enemistad*” entre os de Portugal e os de Castela⁴³. As afirmações de Ayala parecem mostrar que, tal como afirmara Peter E. Russell, a culpa da crise política resultava do “mal avisado comportamento” de Juan I, pois a sua desmesurada ambição exacerbava a oposição à rainha-viúva, extremando as posições entre a coroa castelhana e os líderes da

tradição historiográfica então vigente, “que confinava a iniciativa aos senhores”. Aqui, é a população de Lisboa que empurra os nobres hesitantes, onde se inclui o próprio Mestre (Amado, 1993a, p. 181).

³⁸ Aderir ao partido do mestre de Avis tinha “um carácter francamente aventureiro” (Riley, 1985, p. 120).

³⁹ *CJP*, cap. XXV, p. 44.

⁴⁰ Relativamente ao apoio popular de que gozava o infante João de Castro, Fernão Lopes minimiza um pouco a questão, fazendo breves referências sem o colocar demasiado em foco, surgindo esta figura mais relacionada com o mestre de Avis, a quem mais interessaria evidenciar, nomeadamente quando terá dado anuência para a tomada do poder pelo regedor (Amado, 1997, p. 181).

⁴¹ Martins, 2011, p. 299

⁴² Apesar de à frente da regência, o mestre de Avis continuava a hesitar permanecer em Portugal. Perante a sua proposta de partir para Inglaterra e depois regressar com mais apoios para cobrar o reino, rejeitou-argumentando que Juan I apoderar-se-ia facilmente da cidade e todos os lugares que se entretanto se revoltassem, impossibilitando a sua recuperação (*CJP*, pt. 1, cap. XL, p. 68-69).

⁴³ *CJC*, a. 5, cap. XIV, p. 558. Esta expressão tem ecos na crónica portuguesa, referindo-se por exemplo como, não se sentido segura em Alenquer, a rainha retira-se para Santarém, onde a sua permanência parece periclitante. Ocorre um levantamento da população contra o seu alcaide, Gonçalo Vasques de Azevedo, que tomando voz pela regente vê-se obrigado a fechar o castelo. É um paradigma claro da divisão entre os senhores e a população que vai assolar o reino, com outros exemplos posteriores, e que deixava a rainha isolada, com “*pouca gente*” (*CJP*, pt. 1, cap. XXIX, p. 52-55.)

regência em Lisboa⁴⁴. Já com Fernão Lopes, esta imagem é pautada por fortes divisões internas. Numa discussão com Nuno Álvares Pereira, o prior do Hospital, seu irmão, afirma não estar o reino “*em ponto de se defender del Rei de Castella*”, estando o Mestre contra “*toda castella e a moor parte de Portugall*”⁴⁵. Esta imagem traz ainda à mente um conflito equiparável ao de David e Golias, o que só aumentava a honra e fama da vitória final do Mestre, assim como de Nuno Álvares Pereira, que não recebendo apoio familiar parte sozinho. Começava a surgir, aqui, a sua imagem de lealdade inabalável ao Mestre e de resistência aos castelhanos, que, depois, se vê constantemente reforçada na crónica portuguesa⁴⁶.

Estavam, deste modo, definitivamente escolhidos os líderes das facções em conflito. Um conflito que se adivinhava ser militar e não apenas político. Ao ler os capítulos iniciais da crónica de Fernão Lopes, podemos verificar que o cronista português, apesar de nos apresentar o Mestre rodeado de pessoas que pretendiam atingir um mesmo objectivo, não deixa de nos transmitir a imagem de um conselho dividido relativamente à forma de fazer frente à invasão castelhana, com uma preparação para o conflito algo periclitante e indefinida. Algo que não acontece com Pero López de Ayala que, frente a um conselho régio castelhano dividido, mas na sua maioria a favor de uma solução diplomática oposta aos desígnios do seu monarca, coloca uma regência portuguesa rapidamente cimentada em torno do Mestre, que, face à ameaça do poderio castelhano (várias vezes reforçado ao longo das duas narrativas), tinha o claro apoio da população de Lisboa.

A entrada de Juan I em Portugal e os primeiros combates antes de Atoleiros

Segundo Pero López de Ayala, Juan I, mantendo a sua intenção inicial, entra em Portugal pela Beira, chegando à Guarda apenas protegido pelos 25 ou 30 homens-de-armas dos oficiais “*que andában com él de cada día*”⁴⁷. Este séquito seria depois reforçado por 500 homens-de-armas, que chegaram ao longo dos três dias em que o monarca permaneceu na cidade beirã. Fernão Lopes discorda um pouco dos números de Ayala, apresentando a imagem de um séquito castelhano que, não se podendo afirmar

⁴⁴ Russell, 2000, p. 392.

⁴⁵ O prior parece mesmo duvidar que os fidalgos portugueses tomem o partido do mestre de Avis, independentemente do desrespeito de Juan I para com os tratados assinados com Fernando I.

⁴⁶ *CJP*, pt. 1, cap. XXXVI- XXXIX, p. 63-64, 67.

⁴⁷ *CJC*, a. 5, cap. XI, p. 554.

ser imponente, se pode, contudo, considerar mais composto, com a chegada de 700 lanças, com os 500 homens-de-armas referidos por Ayala, a serem antecidos pela chegada de 200 lanças de “*gemte daquela por que mandara*” o monarca castelhano⁴⁸.

Os números apresentados por Pero López de Ayala e por Fernão Lopes, sobretudo os iniciais, acabam por nos fornecer a imagem de um avanço castelhano, de tal forma rápido, que provocara uma entrada em Portugal sem qualquer hoste, algo que, por ser perigoso, muito fora desaconselhado por todo o conselho régio. Ayala não refere quais as razões para esta entrada desprotegida, ficando, assim, na memória castelhana um rei confiante, mas talvez algo soberbo, que não sente qualquer necessidade de protecção para entrar numa cidade do reino vizinho, sendo depois capaz de juntar rapidamente um grande número de cavaleiros. Na crónica portuguesa, pelo contrário, surge uma justificação, quando esta revela que o bispo da Guarda avisara o monarca castelhano de que receava que a população local pudesse impedir a recepção ao rei de Castela. Pedira por isso a Juan I que partisse o mais depressa possível, de modo a chegar à cidade beirã antes que os habitantes se apercebessem, mostrando este cronista, novamente, uma população portuguesa hostil à ingerência castelhana. Enquanto Ayala nos apresenta apenas a chegada de Juan I e de reforços à Guarda, silenciando a contrariedade que surgira logo no início da invasão, Fernão Lopes, para além de reforçar um pouco a imagem do poderio numérico castelhano, continua a transmitir a ideia de um reino claramente oposto aos desígnios do monarca castelhano⁴⁹.

Ainda sobre os apoios que Juan I podia esperar em Portugal, desta feita em relação à nobreza portuguesa, as previsões dos mais pessimistas concretizam-se logo naquele momento, mostrando como o rei agira mal. Primeiro, o alcaide da Guarda, como se previra, recusa-se a receber Juan I e mantém-se no seu castelo, pelo que, como afirma José Luís Martín Martín, Juan I “cedo percebeu que a sua chegada não agradava a todos”⁵⁰. Por outro lado, enquanto permanecia na Guarda, chegaram a Juan I os ricos-homens, cavaleiros e escudeiros da Beira⁵¹, e em cuja recepção foram feitas homenagens ao monarca, mas sempre sob os princípios dos tratados. Deste modo, sai novamente reforçada a imagem de um reino oposto à vontade de Juan I. Fernão Lopes

⁴⁸ *CJP*, pt. 1, cap. LVIII, p. 100-101.

⁴⁹ *CJC*, a. 5, cap. XI, p. 554; *CJP*, pt. 1, cap. LVIII, p. 100-101.

⁵⁰ Martín Martín, 2008, p. 23.

⁵¹ Onde se evidenciam Martim Vasques da Cunha, com o seu pai e irmãos, assim como Vasco Martins de Melo (que já acompanhava as forças desde Perosin) e o seu irmão Martim Afonso (o primeiro a chegar, mas que, como veremos mais tarde, surge ao lado do mestre de Avis.),

acrescenta mesmo que Martim Afonso de Melo prometera ao alcaide que se juntaria a ele, em caso de um ataque das forças castelhanas. Mas segundo Ayala e Lopes, os desentendimentos entre o rei castelhano e os senhores da Beira não se deveram apenas à questão da regência, mas também a questões económicas e pessoais, afirmando que os senhores trataram entre si para se afastarem de Juan I porque o monarca “*non les daba luego dineros*”, “*era ome de pocas palabras*”⁵² e pouco “*ledo*”⁵³, ao contrário do recém-falecido Fernando I⁵⁴.

Para além de transmitir a imagem de um homem de tal modo reservado que provocava o afastamento dos senhores da Beira, Pero López de Ayala e Fernão Lopes apresentam-nos uma outra consequência da determinação do rei. Segundo os cronistas, Juan I não podia entregar dinheiro aos que lhe prestavam homenagem porque “*tan apressuradamente viniera*”⁵⁵, que “*nom tevera sentido desperar nehuũs dinheiros*”⁵⁶. Ou seja, mais do que um rei decidido, Juan I fora um rei apressado, que revelara, nos momentos iniciais do conflito, não ser previdente. O monarca acaba, assim, por provocar logo no início da invasão o afastamento de importantes membros da nobreza portuguesa das suas decisões. Mas nem todos os desentendimentos se devem directamente ao comportamento de Juan I, pois muitos decorrem longe de si, em Lisboa, dando os cronistas, apesar das críticas que implicitamente ou explicitamente lhe fazem, alguma razão a determinadas decisões tomadas antes de partir de Castela, como foi o caso da prisão do infante João de Castro.

Olhando de novo para Lisboa, os seus habitantes tencionavam, como já foi referido, entregar o castelo ao Mestre. Pretendiam, assim, em caso de ataque exterior à cidade, “*nom rreceber dampno per elle dalguũas gemtes*” que eram vassalas do conde João Afonso, irmão da rainha Leonor⁵⁷. Mas, face a esta situação, é o próprio mestre de Avis que decide capturar o castelo, iniciando-se os trabalhos de cerco quando Martim

⁵² *CJC*, a. 5, cap. XI, p. 555.

⁵³ *CJP*, pt. 1, cap. LVIII, p. 101.

⁵⁴ *CJC*, a. 5, cap. XI, p. 555; *CJP*, pt. 1, cap. LVIII, p. 100-101 Segundo António José Saraiva, aqui também podemos ver uma crítica de Fernão Lopes à tradicional lealdade entre cavaleiro e suserano, uma vez que esta não passaria de “um negócio de dinheiro e bens materiais” (2007, p. 341). No século XIV, aquilo que se verificaria na nobreza portuguesa seria, não um sentimento ‘nacionalista’, mas sim, no máximo, uma “noção de fidelidade dos súbditos ao seu rei”. Contudo, como se vê aqui, a possível aproximação da mentalidade senhorial à de fidelidade para com o rei, durante uma crise, estaria sempre condicionada à ideia da corte como distribuidora de riqueza; o que explica a imediata insatisfação dos senhores portugueses para com Juan I (Mattoso, 1995, p. 208-209).

⁵⁵ *CJC*, a. 5, cap. XI, p. 555.

⁵⁶ *CJP*, pt. 1, cap. LVIII, p. 101.

⁵⁷ *CJP*, pt. 1, cap. XLI, p. 69.

Afonso Valente, alcaide em nome do conde, recusa render-se. É importante referir que, segundo Fernão Lopes, o alcaide argumentou que não entregava o castelo devido à menagem que por ele fizera, não defendendo a justeza do seu partido. Isto pode ser considerado um eco das palavras de Pero López de Ayala, quando refere que em Lisboa os senhores, ao aclamarem Juan I, “*non lo tenien en voluntad*”, num novo reforço dos argumentos que, no conselho castelhano, eram contrários à invasão de Portugal⁵⁸.

Relativamente ao cerco, é colocado um engenho de madeira junto ao castelo para “*picar o muro*” e, adivinhando o arremesso de “*fogo e pedras*” contra o engenho, os sitiados decidem usar táticas psicológicas, afirmando que poriam os familiares dos sitiados em cima do engenho. Tal tática surte o efeito desejado, e faz-se então uma pretesia de 40 horas – o período acordado é, segundo Fernão Lopes, dado “*mui maamente*”, já que se adivinhava demasiado curto –, permitindo apenas ao alcaide contactar a rainha Leonor e o conde João Afonso, que autorizam a sua rendição (feita a 30 de Dezembro de 1383). Termina, assim, sem derramamento de sangue, o primeiro confronto da guerra, enquanto a rainha Leonor tentava refrear a revolta em Alenquer e no resto do reino, pedindo que se tomasse voz pela filha, e informando também que enviara cartas ao genro para que “*sofresse demtrar em no reino*” para evitar mais danos, mantendo, contudo, o respeito pela regência. Com isto afligiu, segundo o cronista português, o povo, que temia claramente o desrespeito desses tratados, não acreditando na honestidade de Leonor ou de Juan I. Receios fundados e verificados nas palavras dos próprios cronistas, nas suas narrativas sobre o que estivera em causa durante os debates castelhanos, logo após morte de Fernando I de Portugal⁵⁹.

Estes receios terão levado várias populações a tomar rapidamente, no final de 1383 e inícios de 1384, o partido do mestre de Avis. Em Beja, que tomara voz por Beatriz, questionam-se as cartas da rainha e ocorre mesmo um choque entre os apoiantes do Mestre e os apoiantes de Beatriz, sitiados no castelo, que é capturado. Após estes acontecimentos, o almirante Lançarote, ao passar perto da vila, a caminho do Algarve, onde tomaria voz por Juan I, é capturado e preso na torre de menagem. Por todo o reino ocorrem outros levantamentos semelhantes, sobretudo, segundo Fernão Lopes, devido a um cisma entre grandes e pequenos, o que iria, assim, concordar com os castelhanos que argumentavam ter Juan I do seu lado os maiores de Portugal. Em

⁵⁸ *CJC*, a. 5, cap. XII, p. 556.

⁵⁹ *CJP*, pt. 1, cap. XIV, p. 43; cap. XLI-XLII, p. 69-72; cap. LX-LXI, p. 103-104.

Portalegre, o seu alcaide, Pedro Álvares, prior do Hospital, perde o castelo para os da vila. Em Estremoz, João Mendes de Vasconcelos é forçado a render-se face à estratégia de terror utilizada pelos sitiados (semelhante à empregada em Lisboa), retirando para Moura. Também em Évora, o alcaide é forçado a combater toda a população da cidade, com nova estratégia de ameaça aos familiares dos defensores – que seria então um elemento comum dos cercos da época e uma prática corrente dos mais pequenos, segundo o próprio Fernão Lopes –, o que leva à sua rendição imediata, em 2 de Janeiro de 1384. No Porto, entretanto, face ao envio de cartas do Mestre e à invasão de Juan I, receando-se a segurança do povo, toma-se voz pelo mestre de Avis⁶⁰. Assim, é nos possível verificar, como avançou já Teresa Amado, que “é o povo das vilas que assegura a expansão do apoio à causa dos nacionalistas”⁶¹. A sucessão destes afrontamentos entre a população e os senhores coloca a acção da primeira em primeiro plano ao longo do texto do cronista português, podendo mesmo ver-se, como já adiantamos, que Fernão Lopes se afasta da tradição cronística, dando bastante atenção às acções da população em momentos bélicos⁶². Assim, numa altura de grandes indefinições e hesitações em ambos os campos do conflito, fica clara, com Lopes (ao contrário de Ayala, em silêncio), “a erupção de um amplo movimento insurreccional nas zonas do centro e do sul” de Portugal, multiplicando-se os actos de violência, devido a “tensões acumuladas ao longo das décadas anteriores”⁶³.

Novamente em Lisboa, Fernão Lopes dá-nos notícia dos desentendimentos que ocorriam no seio do conselho do regedor. Após referir que o conselho começa a diligenciar no envio de embaixadores a Inglaterra, de modo a obter o apoio militar de Ricardo II (1377-99)⁶⁴, o cronista português informa-nos que diversos membros desse

⁶⁰ *CJP*, pt. 1, cap. XLII- XLIV, p. 72-78; cap. XLVI, p. 81-82. A sucessão destes conflitos algo distantes, mas complementares à narrativa que se desenvolve em torno do mestre de Avis, servem para mostrar o “alastramento da oposição ao rei castelhano”, com os alcaides a servirem de figuras isoladas perante o movimento popular de apoio ao Mestre. E, mesmo não concordando com alguma da violência, Lopes não deixava de ver uma relação entre a bravura do povo e a tarefa do Mestre, uma vez que, ao atacarem os seus senhores, contribuíam para a derrota do intruso estrangeiro (Amado, 1991, p. 35-36; 1997, p. 33).

⁶¹ *Idem*, 1993a, p. 181.

⁶² Bertoli, 2010, p. 7; Sousa, 2007, p. 2-4; Amado, 1993a, p. 181 (ver nota 37).

⁶³ Antunes, Oliveira e Monteiro, 1984, p. 138, 140. Para José Luis Martín Martín, a população portuguesa apenas esperara a existência de um governo fragilizado “para despoletar a ira”. Assim, este rápido alastrar da violência, em Lisboa e outros lugares, faz com que, em Portugal, este período se assemelhe ao de muitos outros na Europa, polvilhada de movimentos revolucionários (2008, p. 18).

⁶⁴ Os dois embaixadores, um criado do mestre (futuro alcaide de Leiria) e um inglês, partem em Dezembro de 1383, seguidos mais tarde por Afonso de Albuquerque, mestre da Ordem de Santiago e Lourenço Eanes de Fogaça, antigo chanceler-mor de Fernando I. Fernão Lopes afirma que o chanceler-mor abandonara o serviço de Leonor Teles quando Juan I ordenara que se fizessem novos selos com as armas portuguesas e castelhanas mescladas. O mestre de Santiago teria vindo para Lisboa com toda a sua

conselho (incluindo João das Regras) decidem criar um bloco contrário a Nuno Álvares Pereira, independentemente da posição que este tomasse, parecendo, assim, no início do conflito, mais preocupados em avançar com as suas causas pessoais. Contudo, informado do assunto, o Mestre conseguiu intervir e criar uma voz uníssona no conselho. E é já por unanimidade que se decide a necessidade de ter Almada (capturada pacificamente a 1 de Janeiro), por esta ser, nas palavras do cronista português, “*come chave do mar pera qualquer armada*” que Juan I quisesse colocar sobre Lisboa. Após assegurar o acesso a Lisboa pelo sul, o Mestre tenta também colocar entraves a qualquer exército que tentasse avançar sobre a cabeça do reino pelo norte. Assim, com 200 lanças e alguns besteiros e peões sob o comando de Nuno Álvares Pereira e do mestre de Avis, é tentada a captura da vila de Alenquer. Tentativa que, contudo, falha após algumas escaramuças não autorizadas, devido ao poderio das muralhas e à ausência de engenhos de cerco, ficando clara na crónica portuguesa a falta de preparação das forças do Mestre. Este desfecho poderá dever-se a alguma falta de experiência ou capacidade de comando, de uma certa precipitação galvanizada pela facilidade com que entraram em Almada, mas também, possivelmente, pela impossibilidade de se deslocar para o local os engenhos necessários⁶⁵.

Também em Janeiro, enquanto Juan I estava na Guarda, chegaram as cartas em que Leonor Teles o informava da sua fuga de Lisboa, sendo estas, segundo Fernão Lopes, contrárias ao que se prometera aos concelhos. Contudo, segundo Ayala e Lopes, apesar de sentir que a cidade, liderada pelo Mestre, não queria Beatriz como rainha, declarava ter irmãos e fidalgos poderosos em fortalezas que o poderiam ajudar⁶⁶, e que ela própria detinha a vila de Santarém, “*huũa das melhores do rregno*”⁶⁷, ou mesmo “*lá más fuerte del regno*”⁶⁸. A sogra de Juan I parecia, assim, querer dar a entender que perdera apenas o controlo da capital, controlando o resto do reino e possuindo ainda a

gente para prestar vassalagem ao mestre de Avis. No entanto, a sua presença foi vista como uma ameaça, e, temendo-se a sua traição (sendo a sua ordem senhora de inúmeras fortalezas no Alentejo), é enviado para longe do reino como embaixador. O receio da traição deste vassalo mostra como, segundo Fernão Lopes, a posição do Mestre ainda era precária. Já em Inglaterra, é pedido ao conselho régio inglês homens e galés, e endereçado um convite ao duque de Lencastre para retomar novamente as suas pretensões ao trono castelhano. Ricardo II permite que os seus súbditos se desloquem para Portugal pelo seu próprio soldo, mas não dá nenhum auxílio directo, devido, segundo ele, às suas próprias guerras. Prometia, contudo, que nas pazes que o duque de Lencastre tentava naquele momento negociar com França e Castela, assim como na trégua ate 1 de Maio seguinte, colocaria o mestre de Avis e os seus aliados (CJP, pt. 1, cap. XLVII, p. 83-85; LXVI, p. 112-113).

⁶⁵ CJP, pt. 1, cap. LI, p. 90-91.

⁶⁶ Como já avançámos, algumas dessas fortalezas tinham sido já perdidas.

⁶⁷ CJP, pt. 1, cap. LXI, p. 105.

⁶⁸ CJC, a. 6, cap. I, p. 560.

chave para recapturar Lisboa. A razão principal, segundo Lopes, para o conteúdo das cartas seria o “*queixume*” que Leonor teria do Mestre e a “*sospeita*” de outros no reino⁶⁹. A regente portuguesa, ao ver-se isolada no início do conflito, cria que, após sossegar o reino, Juan I partiria, deixando-a no poder novamente, apesar de mais à frente afirmar que não tinha o coração seguro⁷⁰.

No dia seguinte, Juan I, muito agradado pelo recado (a “desculpa perfeita para intervir de forma mais decidida”⁷¹), partiu da Guarda e pôs-se a caminho de Santarém, chegando a Coimbra, após passar pela vila de Celorico da Beira (que recebe de Martim Afonso de Melo e onde passa quatro dias). É naquela cidade que surge o primeiro desentendimento entre Juan I e os apoiantes de Leonor. O conde Gonçalo, irmão de Leonor, em posse da cidade, juntamente com Gonçalo Mendes de Vasconcelos, tio da rainha, recusaram receber o rei, mostrando que “*the nom prazia com elle*”⁷². Isto forçou o monarca castelhano a seguir para Miranda do Corvo, onde se encontrava o conde de Viana, que “*ficou por seu*” e o recebeu por um dia. Viaja depois para Tomar, onde, novamente ao contrário do que esperava (segundo ambos os cronistas), o mestre de Cristo, sobrinho de Leonor, não recebeu Juan I. Estes reveses, no que tocava ao apoio dos grandes do reino português, vêm então surpreender um monarca ao qual muitos garantiram que em Portugal o queriam como senhor, confirmando-lhe agora (algo que já começaria a desconfiar desde a passagem pela Guarda) como o reino estaria dividido, com Ayala e Lopes a reforçarem essa imagem, com o facto de a oposição vir do próprio seio da família da sua mulher⁷³. No caso do cronista castelhano, servia para, não só mostrar como a maior parte do conselho (na qual ele se inseria) estava bem informada e dera bom conselhos ao monarca, mas também para justificar qualquer percalço ou falhanço da expedição de Juan I. Enquanto para o cronista português servia para mostrar como em Portugal não seriam apenas os pequenos a pretenderem um governo português, mas também os grandes senhores do reino, muitos deles da família da regente deposta pelo Mestre. Para piorar a situação, segundo Fernão Lopes, enquanto o rei está em Tomar ocorre uma escaramuça nos arrabaldes, da qual resultam seis ou sete mortos, o que

⁶⁹ Leonor, pelo teor das cartas, parece, assim, preocupar-se mais com a vontade de se vingar do mestre de Avis: desejava “satisfações pelas humilhações a que fora submetida” (Martín Martín, 2008, p. 23).

⁷⁰ *CJP*, pt. 1, cap. LXI, p. 105.

⁷¹ Martín Martín, 2008, p. 24.

⁷² Fernão Lopes aqui (*CJP*, pt. 1, cap. LXII, p. 106) usa a mesma expressão que Pero López de Ayala: “*non les placía com él*” (*CJC*, a. 6, cap. I, p. 560), ficando patente, novamente, o uso que o cronista português deu à obra do seu homólogo castelhano.

⁷³ Martín Martín, 2008, p. 24.

reforça, mais uma vez, como as populações reagiam mal à presença dos castelhanos ou dos seus apoiantes. Face a esta situação, Juan I parte de Tomar ainda de noite, passando pela Golegã, antes de finalmente atingir Santarém a 12 de Janeiro, onde, no dia seguinte, “*muy amigos*”, de acordo com Pero López de Ayala, a rainha Leonor renunciou à regência⁷⁴. Segundo Fernão Lopes (Ayala nada refere), vinham com o rei 180 cavaleiros bem armados, seguidos ainda por “*muitos*”, ficando naquela noite 200 lanças a guardar o rei num mosteiro. Possivelmente, face aos desaires da viagem (ou a outras desconfianças), Juan I não se sentia seguro, mesmo estando perto das forças da sua sogra. Sobre a relação entre Leonor e Juan I, Lopes afirma ainda que a rainha se sentia ela também insegura face ao poderio do seu genro, e que a vila se preparou “*como sse fosse em guerra*”⁷⁵. Se antes apresentara uma rainha confiante, que manteria a regência do reino, agora, Lopes mostra uma rainha receosa, numa imagem que contrasta claramente com a imagem de grande amizade descrita por Ayala. O cronista português afirma, apesar de tudo, que Leonor Teles foi convencida (pressionada) pelo genro a renunciar, por ser este o único capaz de sossegar o reino, não se distanciando, assim, completamente das afirmações de Ayala⁷⁶. Segundo Fernão Lopes, a entrada dos castelhanos na vila fez-se depois a 15 de Janeiro, com Juan I a mudar o alcaide e a colocar na Alcáçova 80 lanças suas. A prudência do rei (evidenciada por Ayala noutros momentos), ou mesmo já algum receio seu, é aqui clara, apesar da segurança do castelo, mantendo o monarca uma guarda pessoal de 50 homens-de-armas⁷⁷.

Após narrar a viagem de Juan I, Lopes refere que o mestre de Avis, então em Alenquer, se mantinha informado dos avanços do monarca castelhano, sabendo alguns dias antes da chegada do rei a Santarém que este vinha directamente para ali “*nom muito acompanhado*” com as suas “*gentes espalhadas*”. Face a isto, o Mestre informa Nuno Álvares Pereira que seria melhor regressar a Lisboa, para prepararem a sua defesa. Contudo, Nuno Álvares Pereira argumenta que, uma vez que o monarca castelhano vinha com pouca gente, de modo a evitar serem perseguidos até Lisboa, e antes que chegassem mais forças castelhanas, deveriam pelo contrário atravessar-se no seu caminho e dar combate a um inimigo que facilmente desbaratariam. O Mestre,

⁷⁴ *CJC*, a. 6, cap. I, p. 561.

⁷⁵ *CJP*, pt. 1, cap. LXIV, p. 108.

⁷⁶ Tais divergências entre cronistas resultavam da clara oposição entre os objectivos das suas narrativas, redigidas enquanto ao serviço de lados opostos do conflito, com “sensibilidades distintas e interesses divergentes” (Martín Martín, 2008, p. 24).

⁷⁷ *CJC*, a. 6, cap. I, p. 560-561; *CJP*, pt. 1, cap. LXII, p. 105-106; LXIV-LXV, p. 108-111.

apesar de concordar com esta visão estratégica, afirma que tinham poucos homens, e, face à chegada efectiva de Juan I a Santarém, ordena o regresso a Lisboa. Nesta passagem, sem qualquer equivalente em Pero López de Ayala, Fernão Lopes afirma que as forças do Mestre poderiam ter provocado um primeiro desaire militar a Juan I bem cedo na campanha de 1384, ficando aquém de uma vitória apenas pela falta de gentes de que então sofriam. Vemos, assim, na visão da crónica portuguesa, no início de 1384, uma facção castelhana desordenada, face a uma facção portuguesa reduzida⁷⁸.

A imagem de dispersão das forças castelhanas é depois reforçada por Fernão Lopes. Segundo este cronista, enquanto permaneceu em Santarém, Juan I recebia cada dia “*grandes capitães*” com muitas gentes dos seus reinos⁷⁹. Aqui, tal como Ayala, Lopes faz uma pausa na sua narrativa para referir os cavaleiros que se encontravam com o rei castelhano, alguns depois dispensados para as suas fortalezas⁸⁰. Mais do que todos os nomes, é importante referir que, segundo Pero López de Ayala, “*por el regno, muchos e buenos caballeros, que tenían grandes fortalezas (...) estaban por el rey*”⁸¹. Ou seja, Juan I contaria em Portugal com um forte apoio ao seu governo. Fernão Lopes, para além disto, conta que Juan I, já com fundos, entregou a estes senhores soldos para as suas lanças. O cronista português refere depois especificamente Gonçalo Vasques porque os seus recusaram receber o soldo e servir Juan I. Mas se quisesse antes partir para Lisboa, seguiu-lo-iam sem ter de lhes pagar. Face a esta recusa, Gonçalo Vasques retirou-se para Torres Novas com o consentimento do monarca castelhano. Quanto aos seus, vendo que não se desviava de Juan I, foram-no deixando, tomando o partido do Mestre. Mais uma vez, agora na crónica portuguesa, em detrimento do que surge na crónica castelhana, sai reforçada a imagem de que muitos dos que serviam o monarca castelhano o faziam sem grande à-vontade. Contudo, os lugares portugueses que tomam o partido de Juan I, enumerados por Fernão Lopes, são, segundo este, “*gram parte do regno*” e entregues não pelo povo mas sim pelos alcaides e fidalgos, que, com “*cobiça*”,

⁷⁸ *CJP*, pt. 1, cap. LXIII, p. 105-106.

⁷⁹ Recebeu ainda do concelho de Santarém 30 000 libras, fazendo depois moeda. Detalhe importante que recorda, e evidencia, o facto de Juan I se encontrar sem tesouro (*CJP*, pt. 1, cap. LXVI, p. 111, 113).

⁸⁰ Neste grupo, composto por “*omes honrados*”, incluíam-se os irmãos de Nuno Álvares Pereira: Pedro Álvares (prior do Hospital), Diogo Álvares e Fernando Pereira; apesar das divisões existentes na família da rainha Beatriz, o conde João Afonso, irmão de Leonor, o conde de Viana, e Vasco Martins da Cunha e os seus filhos (parece, assim, que a cisão entre os Cunha e o rei não teria ainda ocorrido). Segundo Pero López de Ayala, nestes incluíam-se os senhores de Torres Novas, Alenquer, Óbidos e Sintra, fortalezas importantes na região circundante de Lisboa (*CJC*, a. 6, cap. I, p. 561; *CJP*, pt. 1, cap. LVII, p. 113-114).

⁸¹ *CJC*, a. 6, cap. I, p. 561.

os tomavam à “força” e depois os ofereciam⁸². Braga surge evidenciada por ter sido ocupada pelo Arcebispo de Santiago, com companhias vindas da Galiza. Ao vermos a lista apresentada pelo cronista português⁸³, fica patente o domínio castelhano sobre as mais importantes vilas portuguesas, sobrando poucas exceções. Fernão Lopes enumera 54 lugares (apesar de dizer que existem mais) que estavam por Juan I ainda antes de este entrar em Portugal. No entanto, face à insatisfação que sentia, a população levantara-se contra os alcaides em muitos lugares, e, como já referimos, tomara cidades como Évora ou vilas como Estremoz e Beja. Para as outras, que ainda detinha, Juan I enviava gentes de armas, para que se conseguissem defender. Destas fortalezas, segundo Lopes, os alcaides saíam e faziam grandes cavalgadas nos termos do mestre de Avis, onde roubavam, prendiam e até matavam com crueldade quem deveriam defender. Lopes lamenta-se, assim, de um reino que ele via assolado por poucos mas poderosos traidores, que destruíam a terra a seu belo prazer. Fica também a imagem das inúmeras fortalezas que o monarca castelhano se via forçado a proteger e reforçar, isto quando (segundo ambos os cronistas) se encontrava apoiado por forças reduzidas ou dispersas⁸⁴.

Apresentadas as forças invasoras, o conflito vai subir de tom. Nas palavras de Fernão Lopes, a 1 de Fevereiro, “*começandosse esta nova guerra amtre Portugueeses com Portugueeses, allem da que aviam com os Castellãos*”⁸⁵, estando o mestre de Avis em Lisboa, atracaram no Tejo, a mais de uma légua de Lisboa, uma galé, uma nau e cinco baixéis, com mantimentos para a frota castelhana que já estava junto à cidade. As sete embarcações foram surpreendidas dois dias depois por duas galés, duas naus e três barcas portuguesas, travando-se um reduzido combate, que resultou na fuga da galé e na captura dos restantes navios castelhanos. Os mantimentos aí obtidos seriam cruciais para uma cidade prestes a ser cercada e da qual, nas palavras de Pero López de Ayala, o mestre de Avis cada vez mais se apoderava. Assim, apesar dos inúmeros aliados

⁸² *CJP*, pt. 1, cap. LVIII, p. 116-117.

⁸³ Lopes enumera: na Estremadura, Torres Novas, Alenquer, Óbidos e Sintra (referidas por Ayala), Santarém, Ourém, Leiria, Montemor-o-Velho, o castelo da Feira e Penela; no Entre-Tejo-e-Guadiana, Arronches, Alegrete, Castelo de Vide, Crato, Amieira, Monforte, Campo Maior, Olivença, Vila Viçosa, Portel, Moura, Noudar, Mértola e Almada (que acabaria por se entregar ao Mestre); no Entre-Douro-e-Minho, para além de Braga, temos Lanhoso, Guimarães, Valença, Melgaço, Ponte de Lima, Vila Nova da Cerveira, Caminha, Viana e o castelo de Neiva; em Trás-os-Montes, Bragança, Vinhais, Chaves, Monforte de Rio Livre, Montalegre, Mogadouro, Mirandela, Alfândega, Lamas de Orelhão e Vila Real de Panoias; por fim, na Beira, foram para Juan I para além da Guarda e Celorico, Castelo Rodrigo, Almeida, Sabugal, Monsanto, Penamacor, Covilhã e Linhares (*CJP*, cap. LVIII, p. 116-118).

⁸⁴ *CJC*, a. 6, cap. I, p. 561; *CJP*, cap. LVII-LVIII, p. 113-118.

⁸⁵ Mais à frente, nomeadamente quando faz a descrição de Aljubarrota, Fernão Lopes cria uma imagem que evidencia mais um conflito entre Castela e Portugal, apesar de não esconder a presença de portugueses entre as forças de Juan I de Castela.

portugueses e dos castelos que possuía, nem tudo corria de feição a Juan I. Na crónica castelhana, que não refere qualquer combate no Tejo, apresenta-se também a imagem de uma situação que, para além de não ser a ideal, se agravava um pouco para Juan I. Se, anteriormente, Ayala (tal como Lopes) nos dizia que em Lisboa havia várias propostas para o governo do reino – regência em nome de João de Castro (tal como dissera Lopes) ou em nome de Juan I (desde que nas mãos do Mestre) –, agora afirma que o mestre de Avis e todos os presentes na cidade “*decían que querían aver por su rey al infante don Juan*”. Deste modo, Pero López de Ayala sugere que o mestre de Avis e os seus apoiantes, logo no fim de 1383 e no início de 1384, se preparavam para apresentar uma candidatura ao trono português, em oposição clara ao monarca castelhano, sem, contudo, se unirem em torno da eleição do Mestre. Fernão Lopes, de outro modo, afirma desde cedo que os lisboetas só aceitavam o Mestre como rei, não referindo a existência de subterfúgios. Pelo contrário, era o próprio mestre de Avis que parecia não ter qualquer intenção de ter o reino, demorando em aceitar esse papel de forma decidida (pretendera mesmo fugir para Inglaterra), afirmando ser regedor em nome do infante⁸⁶. Desta forma, enquanto se preparava o cerco a Lisboa, ambos os cronistas apresentam os inimigos de Juan I unidos em redor de uma proposta de governo, embora de forma distinta, com o cronista castelhano a acusar, não surpreendentemente, o partido do Mestre de dissimulação, já que “*esto decían que hacía el maestre Davis por se apoderar más cada día, teniendo qué avría parte en el regno, segund después pareció*”⁸⁷. Ayala parece também querer apresentar, apesar da existência de algumas reticências por parte da nobreza portuguesa, que Portugal não gerara grande oposição à presença de Juan I, omitindo qualquer outra revolta que não a da cidade de Lisboa, o que parecia deixar o monarca castelhano ainda optimista quanto ao final da sua empresa militar. Era apenas pelo Mestre simular tomar voz pelo infante João de Castro, e pela insistência dos habitantes de Lisboa em ter o primeiro como regente, que foi “*crescendo la enemistad entre los de Portugal e los de Castilla*”⁸⁸. Longe disso, o que também não surpreende, o cronista português apresenta o mestre de Avis como uma figura honesta, que recusa tomar o poder, liderando a facção lisboeta apenas pela ausência do seu irmão mais velho. Porém, apesar deste confronto de imagens, ambos os cronistas mostram uma

⁸⁶ Nos seus primeiros capítulos, sobretudo com a morte do conde Andeiro e o início da regência do Mestre, Lopes constrói a lógica de ascensão do futuro rei de Portugal, durante a qual ele surge sempre “mais como escolhido do que como interventor voluntário” (Amado, 1997, p. 27-28).

⁸⁷ *CJC*, a. 6, cap. II, p. 562.

⁸⁸ *CJC*, a. 5, cap. XIV, p. 558. Assim, com Ayala, vai crescendo a imagem de um mestre de Avis “ladino, hábil, intrigante, político efectista” (Ferro, 2002, p. 138).

Lisboa unida e preparada para fazer frente de forma inequívoca às pretensões de Juan I de Castela. As duas crónicas apresentam também os grandes do reino algo unidos em torno de Beatriz, movidos por interesses pessoais, ou familiares, sem haver uma total anuência às pretensões do monarca castelhano, algo que lhe fora prometido por parte do seu conselho, o que deixava as pretensões de Juan I sem bases seguras em Portugal⁸⁹.

Narrada a chegada de Juan I a Santarém, e o início da regência do mestre de Avis, aproximava-se a batalha de Atoleiros, que surge em ambas as crónicas como um evento algo paralelo ao cerco de Lisboa. Consequentemente, antes de apresentarem as suas narrativas sobre aquele embate campal, ambos os cronistas descrevem as primeiras acções perpetradas por castelhanos e portugueses, já nas proximidades da cidade. Face à chegada das forças castelhanas, “*que lhe deziam que ja corriam a terra*”, o mestre de Avis⁹⁰ manda recolher para dentro da cidade todos os moradores do termo⁹¹. Segundo Fernão Lopes, o receio do poderio de Castela era tal, que muitos não paravam em Lisboa e preferiam atravessar o rio. As forças do Mestre e do monarca castelhano avistaram-se depois quando Nuno Álvares Pereira se deslocou ao termo de Sintra, acompanhado de 300 lanças, em forragem. Juan I não tinha perdido tempo e, segundo Ayala, ao saber dos eventos na capital, tinha tentado fazer pender para o seu lado o impasse que parecia começar a desenvolver-se no reino, evitando que o mestre de Avis e os seus apoiantes “*se estendiesen por la tierra*”⁹². Assim, de modo a manietar o partido do Mestre, tinha enviado para o termo de Lisboa Pero Fernández Cabeza de Vaca, mestre de Santiago, Pero Fernández Velasco, camareiro-mor, e Pero Ruiz Sarmiento, adiantado-mor da Galiza, com 1000 lanças. Cada cronista apresenta uma razão diferente para a não ocorrência de qualquer combate. Na crónica portuguesa, os castelhanos, apesar de pretenderem resgatar as presas que Nuno Álvares capturara, ficaram-se pelo Lumiar (onde chegaram a 8 de Fevereiro), não arriscando uma aproximação às muralhas da cidade. Na crónica castelhana, pelo contrário, não são os castelhanos que evitam o combate, mas sim os portugueses, com os primeiros a

⁸⁹ *CJC*, a. 5, cap. XIII-XIV, p. 557-558; a. 6, cap. II, p. 562; *CJP*, pt. 1, cap. LVIX, p. 118-119.

⁹⁰ O Mestre foi ainda desafiado, segundo Fernão Lopes, para um combate de trinta contra trinta, por Pedro Alvarez de Lara, conde de Mayorga, por estar a alvoroçar o reino contra os seus legítimos senhores. Recebendo em resposta que Nuno Álvares Pereira aceitava o desafio em nome, e com a anuência, do Mestre, o conde recusou por não o conhecer. Neste episódio, Fernão Lopes refere que segue um “*estoriador*” que lhe parece mais “*rrazoado*”, para contrariar o que “*dizem alguûs*”: que o desafio foi feito mesmo pelo próprio Nuno Álvares Pereira, ao saber da presença do conde, vendo o seu intuito vetado pelo mestre de Avis (*CJP*, pt. 1, cap. LXX, p. 120-121).

⁹¹ *CJP*, pt. 1, cap. LXX, p. 121.

⁹² *CJC*, a. 6, cap. III, p. 562.

esperarem seis semanas na comarca, sem que o Mestre saísse da cidade de Lisboa (informação que Lopes tenta refutar⁹³). Contudo, apesar do avistamento, fica claro que nenhuma das forças tomou a iniciativa, tendo depois cada cronista acusado a outra parte de cobardia. Para além destas imagens, segundo Fernão Lopes (sem qualquer paralelo em Pero López de Ayala), vários portugueses, incluindo alguns que permaneciam junto de Juan I, prometiam auxiliar o Mestre, propondo-lhe que atacasse Juan I em Santarém, para pôr fim aos abusos que lá ocorriam. Todavia, no conselho do Mestre, para além de questões logísticas, argumentava-se que os relatos eram falsos e, por ordem de Juan I, visavam atrair o Mestre para a prisão ou morte. Após Ayala referir a dissimulação do Mestre, é agora a vez de Lopes acusar Juan I (a quem imputara já uma imagem de traidor e tirano) de espalhar falsidades. Contudo, apesar de discordarem relativamente às virtudes dos líderes do partido oposto, ambos os cronistas concordam que o regente português não se sentia seguro para arriscar um combate aberto⁹⁴.

Segundo Pero López de Ayala, depois de alguma passividade de parte a parte, Juan I estava decidido a seguir para Lisboa, e, de modo a compensar a falta de forças, tendo deixado Santarém guarnecido, pede novas “*compañias de los suyos*” (passando novamente a imagem de um rei que não se precavera o suficiente ao invadir Portugal) – Fernão Lopes acrescenta que o arcebispo de Toledo enviou 1000 lanças⁹⁵ –, que “ *fueron buen menester las compañías por que el rey envió, segund pareció después*”, para fazer frente à “*guerra entre los de Castilla e Portugal*”, que aumentava cada vez mais⁹⁶. Pela primeira vez, desde a morte de Fernando I, Ayala utiliza o termo “*guerra*”, o que nos transmite a imagem de que apenas decorrera até ali um desentendido, um “*omecillo*”, que doravante passava a conflito efectivo, assinalando um novo estágio na evolução da crise, agora inquestionavelmente de guerra aberta. E é neste ponto, como que confirmando a mudança na natureza do conflito, que, no capítulo seguinte, o cronista castelhano vai fazer referência à batalha de Atoleiros. Fernão Lopes acrescenta ainda, contudo, que Juan I parte de Santarém a 10 de Março em direcção a Lisboa, “*com todallas gemtes que hi tinha*”, passando por Alenquer, Bombarral e Arruda dos Vinhos,

⁹³ Surge um episódio em que, segundo o cronista português, são os castelhanos que, durante um combate e perseguição a alguns portugueses, ao verem o contingente do mestre de Avis, recuaram para as aldeias do Lumiar. Não só ocorre um combate, como também são os próprios castelhanos que se recusam a dar batalha, enquanto o Mestre, mesmo desconfiando ainda da firmeza de alguns dos seus apoios, se mantém desafiante. Vendo que, já há quinze dias, os castelhanos estavam sossegados, juntou todas as suas gentes, e provoca a sua fuga para Alenquer e Torres Vedras (*CJP*, pt. 1, cap. LXXIV-LXXV, p. 126-129).

⁹⁴ *CJC*, a. 6, cap. III, p. 562-563; *CJP*, pt. 1, cap. LXX-LXXII, p. 120-124.

⁹⁵ *CJP*, pt. 1, cap. LXXXVI, p. 143-144.

⁹⁶ *CJC*, a. 6, cap. III, p. 563

consultando depois novamente o conselho régio, sobre o que fazer relativamente a Lisboa⁹⁷. Pergunta mesmo se deveria cercar a cidade ou andar pelo reino a fazer a “guerra, pois que tam publicada era amtre os Portugueeses e os Castellaños” (fazendo eco do que dissera Ayala). Provoca, novamente, a divisão do seu conselho, onde, apesar da peste que deflagrava na hoste e da ausência de engenhos de cerco e da frota, havia quem defendesse o cerco, porque “Lixboa era o melhor logar de todos, e cabeça primçipall do rreino (...) que gaanhada Lixboa, todo Portugall era cobrado”⁹⁸.

Após referir que Juan I concordara com a realização do cerco, Fernão Lopes afirma que irá deixar o monarca castelhano, por não ter mais que dizer sobre ele. Porém, antes de passar às acções do Mestre durante aquele período⁹⁹, acrescenta mais alguns detalhes, como a rotura final entre Leonor Teles e Juan I. Segundo o cronista português, a rainha viúva enviara missivas secretas para Coimbra e outros lugares, a pedir para não se entregarem ao monarca castelhano, a quem, apesar de tudo, prometia acompanhar aos lugares ainda reticentes, numa clara tentativa de prolongar a sua utilidade¹⁰⁰. Consequentemente, Juan I regressa com os seus a Coimbra¹⁰¹, dando mostras de que pretendia um diálogo e não um confronto. No entanto, dão-se algumas escaramuças, depressa interrompidas, sem que se consiga chegar a qualquer acordo¹⁰². É neste impasse que, segundo Lopes, afirmando seguir um autor “*que largamente mais que huñ fallou*”, a rainha pretende refugiar-se na cidade de Coimbra com o conde Pedro, depois de este assassinar Juan I, prometendo torná-lo rei de Portugal com a ajuda dos seus parentes¹⁰³. Descoberta a conjura, Juan I envia a rainha para o mosteiro de Tordesilhas¹⁰⁴ e parte de novo para Santarém. Estes momentos também surgem na

⁹⁷ Pelo caminho, é-lhe feita menagem por Alenquer, Óbidos e Torres Vedras, contra a vontade das populações, o que acontecera já, quando os senhores de algumas vilas portuguesas tinham tomado voz por Beatriz e não pelo Mestre (*CJP*, pt. 1, cap. LXXXVI, p. 144).

⁹⁸ *CJP*, pt. 1, cap. LXXXVI, p. 145.

⁹⁹ Apresenta o “*que fez em este tempo ho Meestre com os da çidade por percebimento de sua deffemssom, avemdo logar pera ello desembargadamente bem per espaço de cincoemta dias*” (*CJP*, pt. 1, cap. LXXXVI, p. 145).

¹⁰⁰ Já “*logo no começo*” fizera entender ao monarca castelhano que facilmente ganharia o reino, dizendo-lhe para ignorar aqueles poucos que em “*vaã esperamça*” contra ele se revoltavam. A rainha contribuía, assim, para o optimismo de Juan I antes da invasão, uma vez que concordara com os conselheiros castelhanos que mais se achegavam à opinião e vontade do monarca (*CJP*, pt. 1, cap. LXXIII, p. 124).

¹⁰¹ Durante essa viagem, a rainha é guardada em Torres Novas por castelhanos, o que muito a desagradou, queixando-se que o genro a levava como se fosse uma prisioneira (*CJP*, pt. 1, cap. LXXVII, p. 131).

¹⁰² O conde Gonçalo Teles censura mesmo a irmã, afirmando que esta não tinha o direito de entregar, por vontade própria e sem o seu conselho (ou de outro qualquer que o deveria dar), o regimento do reino ao rei de Castela (*CJP*, pt. 1, cap. LXXVIII, p. 132).

¹⁰³ *CJP*, pt. 1, cap. LXXIX, p. 132-133.

¹⁰⁴ Aqui, o conselho castelhano divide-se novamente: se uns alegavam ser necessário evitar que Leonor continuasse a intrometer-se nas relações entre o monarca e os fidalgos portugueses; outros defendiam a

crónica de Ayala, mas nos capítulos posteriores ao da batalha de Atoleiros, transmitindo também uma imagem de clara desunião na liderança do partido castelhano, o que contrasta fortemente com a união que singrava no partido do mestre de Avis, e que é repetidamente evidenciada pelo cronista castelhano¹⁰⁵.

A iniciativa da campanha e o percurso do fronteiro-mor

Apesar de ser um momento chave no plano de invasão desenhado por Juan I, a batalha de Atoleiros e os movimentos que a antecederam são narrados por Pero López de Ayala apenas no quarto capítulo do ano de 1384 de forma breve e vaga; enquanto a crónica de Fernão Lopes, bem mais extensa, se alonga por vários capítulos (do octogésimo sétimo ao nonagésimo sexto). Para além da discrepância na extensão da análise dos acontecimentos, algo que se verifica em muitos outros momentos da guerra, existem várias diferenças em relação ao próprio desenrolar dos acontecimentos, ou sobre as personagens aí presentes, com Ayala a silenciar, logo no início do seu capítulo, a nomeação de Nuno Álvares Pereira para fronteiro-mor do Alentejo. Trata-o apenas como “*escudeiro*”, num mecanismo estilístico de menorização que mais tarde aplicaria também ao mestre de Avis, já depois da sua eleição em Coimbra¹⁰⁶.

Também no início das narrativas, verificamos uma divergência sobre quem primeiro se deslocou para a região do Alentejo. Para Ayala, Juan I preocupava-se com o facto de Nuno Álvares Pereira se encontrar além-Tejo pronto a atacar Badajoz e outros lugares fronteiriços; para Lopes, é o mestre de Avis que, sabendo da presença de forças castelhanas com ordens para destruir “*toda aquella terra*”, envia o fronteiro português para a proteger, procurando evitar que estas forças, depois de destruírem a comarca alentejana, se juntassem à hoste que iria cercar Lisboa¹⁰⁷. Assim, na crónica de Ayala, o monarca castelhano, sabendo que o irmão do prior do Hospital partira para Évora, de modo a proteger os seus senhorios, e mostrando-se determinado em fazer valer os seus direitos pela força das armas em todo o território português, e não apenas em Lisboa, envia Juan Alfonso de Guzmán, conde de Niebla, Fernando Sánchez de Tovar, almirante-mor, e Diego Martínez, mestre da Ordem de Alcántara, ao seu encontro. Já

rainha que muito dera ao rei. A prisão é também mal recebida pelos moradores de Alenquer, que tomam voz pelo Mestre (*CJP*, pt. 1, cap. LXXXIII-LXXXV, p. 140-143). Segundo José Luis Martín Martín, temos aqui novo exemplo da precipitação que assolava o rei castelhano (2008, p. 25).

¹⁰⁵ *CJC*, a. 6, cap. III, p. 563; *CJP*, pt. 1, cap. LXXXIII, p. 124-125; cap. LXXVI-LXXXVI, p. 129-145.

¹⁰⁶ *CJC*, a. 6, cap. IV, p. 563; *CJP*, pt. 1, cap. LXXXVII, p. 145.

¹⁰⁷ *CJP*, pt. 1, cap. LXXXVII, p. 145.

Fernão Lopes, ao inverter a iniciativa, afirma que o Mestre envia Nuno Álvares Pereira, depois de ser informado de que o almirante-mor castelhano recebera ordens de Juan I para, passando por Alcântara, ir combater os lugares que se opunham ao monarca, tendo mesmo já capturado Portalegre. Parece-nos, aqui, que é o cronista castelhano que apresenta uma visão que desvaloriza a estratégia castelhana de ataque concêntrico a Lisboa (muitas vezes utilizada nas campanhas militares da Idade Média). Juan I procurava dividir as forças portuguesas em duas frentes, facilitando, assim, o acesso e ataque à cidade de Lisboa, estratégia que iria repetir em 1385, e que resultou na batalha de Trancoso e no cerco de Elvas¹⁰⁸. Deixando, por momentos, a questão de quem toma a iniciativa, e, assim, de certa forma, a quem cabe o papel de agressor, verificamos que existem algumas informações coincidentes. Ambos referem que Nuno Álvares Pereira (entre outros lugares, segundo Lopes) vai mesmo para Évora. E, em relação aos comandantes castelhanos, Lopes e Ayala coincidem em dois deles, com o cronista português a acrescentar a presença do irmão do fronteiro e a apagar a presença do mestre de Alcântara. Contudo, refere que o almirante-mor deveria passar pelas terras dessa ordem, e acrescenta, mais à frente, que o mestre estava presente na batalha¹⁰⁹.

Regressando à questão de quem fora o agressor em 1384, num mecanismo de credibilização, cada cronista preocupou-se em apresentar o rei, ou regedor, como defensor do seu senhorio e da sua população, respondendo à presença de uma força inimiga dentro ou junto das suas terras. Era ao monarca que competia o supremo comando da guerra, com um foco especial na coordenação da defesa comum¹¹⁰. Assim, se na função régia, detida ou desempenhada por Juan I e pelo mestre de Avis, se encontrava a responsabilidade pela defesa do reino, da sua população e dos seus bens, ao remeter o papel de agressor para o adversário, cada cronista procurava legitimar ao máximo a posição assumida já por cada um. O seu senhor, rei ou regedor, fora forçado à solução bélica pelo adversário, que tomara uma posição agressiva e violenta face à população, perdendo, por isso, direito a reclamar sobre ela uma justa soberania¹¹¹.

Concentrando-nos novamente nos acontecimentos, face à narrativa vaga de Ayala, que, após afirmar que os capitães castelhanos cumpriram as ordens dadas por Juan I, indo lutar com Nuno Álvares Pereira, nada refere até ao embate de forças, é

¹⁰⁸ Bossa, 1987, p. 27; Martins, 2011, p. 228, 260; Monteiro, 2007, p. 27.

¹⁰⁹ *CJC*, a. 6, cap. IV, p. 563-4; *CJP*, pt. 1, cap. LXXXVII, p. 145-146.

¹¹⁰ Torna-se “em competência própria também na orientação da guerra ofensiva” (Mattoso, 1995, p. 79).

¹¹¹ Marques, 1987, p. 287-288; Mattoso, 1995, p. 78-79.

importante apresentar a narrativa mais extensa que Fernão Lopes faz do itinerário do que fronteiro português faz até ao campo de Atoleiros¹¹². O início dessa campanha teria sido algo tumultuoso. Segundo o cronista português, a nomeação de Nuno Álvares Pereira, que não fora o primeiro nome a ser avançado, cria uma forte oposição no conselho do Mestre (incluindo, de novo, por parte de João das Regras), devido às suas ligações familiares ao campo oposto e à sua juventude¹¹³. Contudo, considerando que Nuno Álvares Pereira teria já demonstrado o seu “génio estratégico”¹¹⁴, somos induzidos a concluir que estas críticas se deveriam mais a uma disputa no conselho pelo lugar de confiança que este ganhara junto do regente português¹¹⁵, e não tanto devido a alguma incompetência que a ele pudesse ser apontada. Assim, o mestre de Avis não vacila perante as “suspeitas e invejas” do seu conselho, e mantém a nomeação de Nuno Álvares Pereira para fronteiro-mor do Entre-Tejo-e-Guadiana¹¹⁶.

Após escolher 40 escudeiros, núcleo duro da sua hoste¹¹⁷, Nuno Álvares Pereira passou o Tejo com 200 lanças¹¹⁸. É importante referir que, segundo Lopes, o Mestre, em Coima, entregou ao fronteiro, de modo a facilitar a criação da sua hoste, largos poderes, incluindo prerrogativas suas, como o exercício da justiça, a recepção de menagens ou a entrega de recompensas. Nuno Álvares Pereira recebia, assim, desde cedo, uma grande autonomia militar e política face ao regedor, num forte contraste com a imagem de simples escudeiro, passada por Ayala. Desde este momento, como afirmou João Gouveia Monteiro, o partido do mestre de Avis “contou com dois exércitos”, com Nuno Álvares Pereira a preservar sempre “uma identidade muito particular e uma autonomia militar deveras considerável”¹¹⁹. O regedor, prestes a ser cercado em Lisboa, ao delegar as suas funções, procurava exercer o controlo sobre aquela região. Ficava

¹¹² *CJC*, a. 6, cap. IV, p. 563.

¹¹³ O facto de ser irmão do prior do Hospital, dos mais importantes apoiantes de Juan I, fazia o conselho desconfiar da sua lealdade, argumento que levara também, segundo Lopes, ao afastamento da candidatura do conde Álvaro Peres de Castro, condestável do reino, a quem caberia, na ausência do rei, o comando do exército (*CJP*, pt. 1, cap. LXXXVII, p. 146).

¹¹⁴ Martins, 2013, p. 226.

¹¹⁵ A quem muito teria vontade de servir, o que lhe permitia, ao defender uma justa causa, ganhar renome, desejo que o acompanhava desde os seus tempos de infância (*Ibidem*, p. 217).

¹¹⁶ Monteiro, 2012, p. 117.

¹¹⁷ Nesta escolha foi importante Pedro Eanes Lobato, que teria um maior conhecimento dos homens-de-armas disponíveis (*Idem*, 2017, p. 90). Alguns, de Beja e Évora, tinham comandado a captura dos castelos afectos a Juan I, e, expulsos pela população que deles desconfiava, são exemplos da grande desconfiança que singrava entre as populações e a nobreza portuguesa, que ressurgiu mais à frente, dentro do próprio exército português. Contudo, o fronteiro-mor, com a ajuda do seu conselheiro, via nestes vontade e promessa de boas acções (*CJP*, cap. LXXXVII, p. 147).

¹¹⁸ Nomenclatura que surge na crónica portuguesa em referência a “homens montados e equipados para a guerra” (Monteiro, 2012, p. 117).

¹¹⁹ *Idem*, 1998, p. 39.

sem o apoio presencial daquele que era já o seu mais importante capitão de guerra, mas ganhava algum espaço de manobra e mantinha alguma indefinição sobre o desfecho do conflito, com este contraponto às investidas castelhanas no Alentejo. Colocava, ainda, alguma pressão sobre a própria hoste real castelhana, que, apesar de ter números muito superiores, poderia perder um importante corredor de apoio logístico, naquele momento resumido às praças circundantes de Lisboa¹²⁰.

Logo no início da viagem, Nuno Álvares Pereira, com dúvidas em relação ao seu reduzido e inexperiente contingente, decide testar o “grau de operacionalidade” dos seus homens antes de os colocar em combate. A decisão é tomada depois de chegarem a Setúbal, cuja população recusa acolhê-los (situação que teria contribuído para a necessidade de um teste). Face a uma campanha em que muito provavelmente teria de combater forças numericamente superiores, e com ajudas que poderiam ser recalitrantes – fruto de uma população cujo apoio não estava bem cimentado¹²¹ – ou inexistentes, era imperioso ter consigo uma força leal e bem preparada. Assim, enquanto estão nos arrabaldes da vila, o fronteiro-mor faz soar um falso alerta, dando a ideia de que se aproximava uma força composta por 300 lanças castelhanas, e ordena o aprestamento imediato das suas gentes – a resposta dos seus homens é pronta e sem hesitação, avançando o contingente em formação de batalha¹²². Satisfeito com um “resultado que não podia ser melhor”, ordena o regresso a Setúbal¹²³.

Dois dias depois, Nuno Álvares Pereira chega a Évora¹²⁴. Durante a viagem, ao precisar de firmar a sua posição perante a hoste, profere vários discursos, nos quais dá mostras de que, apesar de uma forte crença na vitória – perante a hesitação dos seus homens, afirma que “*poucos de nos veemçeram os muitos*” –, não deixava de ser prudente. O fronteiro português afirmava que, tendo eles o papel de defender a sua terra

¹²⁰ *CJP*, pt. 1, cap. LXXXVII-LXXXIX, p. 147-149.

¹²¹ Em Setúbal, “os grandes da vila” hesitavam em comprometer-se com o partido do mestre de Avis, que ainda não cimentara os seus apoios, aparentando alguma fragilidade (Monteiro, 2017, p. 92). A imagem de grande adesão da população ao partido do mestre, transmitida por Fernão Lopes nas suas passagens sobre as capturas dos castelos alentejanos, ficava, aqui, algo matizada.

¹²² Outras fontes não apresentam o episódio como uma artimanha, mas sim um alarme real. Mantêm, contudo, o relato de uma pronta resposta do fronteiro-mor e das suas gentes, que depois verificaram tratar-se apenas de fogos de almocreves (Monteiro, 2017, p. 92). Ao escolher outra versão, Lopes consegue deixar um elogio mais evidente a Nuno Álvares Pereira: não só é rápido, como também é precavido, preocupando-se em testar as suas forças com antecedência (*CJP*, pt. 1, cap. XC, p. 149-150).

¹²³ Martins, 2013, p. 227. Nesta atitude, tão detalhadamente relatada pelo cronista português, vemos (bem cedo) a imagem de um Nuno Álvares Pereira dotado de “saber prático próprio de uma madura experiência”, apesar dos 23 anos que tinha (Bessa, 1987, p. 111).

¹²⁴ Que será o seu centro operacional (Martins, 2013, p. 227).

– extensão do papel do regedor (rei) –, deveriam evitar provocar-lhe danos¹²⁵. Para isso, e também para se protegerem a eles, convinha-lhes ter “*meude novas*”¹²⁶ dos seus inimigos, de modo a evitar um confronto desnecessário e sem preparação¹²⁷. Ao apresentar-nos estes discursos, Fernão Lopes, para além de destacar a sua capacidade de estratega, pretendia mostrar como as intenções de Nuno Álvares Pereira eram justas. Fortalecia, assim, a posição do partido do Mestre perante a injustiça e violência que a presença das forças de Juan I prometia. Já na cidade alentejana, o fronteiro tenta mobilizar novas forças através do envio de missivas aos outros lugares da comarca, onde pede homens “*prestes de suas armas*”. Contudo, não obstante a grande necessidade de reforços, os resultados serão frustrantes. Realmente, apesar de bem recebido nas localidades alentejanas por onde passa, Nuno Álvares Pereira tem muitas dificuldades em construir uma força militar de peso, o que demonstra, segundo Lopes, que o apoio ao regente português, se estava bem cimentado em termos de declarações de apoio, era ainda fraco no plano militar, com as populações relutantes em arriscar o confronto directo com as forças castelhanas. Deste modo, o fronteiro sai de Évora com apenas 230 lanças¹²⁸ e cerca de 1000 peões e besteiros. Já em Estremoz, consegue, após novas insistências (com cartas para Évora e Beja), compor melhor as suas forças. Embora continuem poucas e mal armadas, atingem agora as 300 lanças¹²⁹, 1000 peões e 100 besteiros. Mas, segundo o cronista português, apesar das dificuldades, a confiança de Nuno Álvares Pereira não fica abalada. Ao saber que as forças castelhanas se encontram já no Crato, preparadas e bem organizadas para cercarem Fronteira, ordena aos seus homens que se preparem para o combate, com o intuito de ir ao encontro da

¹²⁵ Para além de querer proteger a população e os seus bens, Nuno Álvares Pereira preocupava-se em evitar que no fim fosse necessário proceder a reparações que fossem contrárias aos interesses dos seus homens. As indemnizações resultantes dos confrontos bélicos eram também muito pressionantes em soberanos fragilizados, o que era o caso do regente. Estas seriam ainda muito prejudiciais ao fronteiro português, e por extensão ao Mestre, uma vez que ao fazê-las poderia alienar aqueles que compunham a sua hoste. Caso se recusasse a fazê-las, perderia antes o apoio da população, pondo em causa a sua presença na região alentejana (Monteiro e Martins, 2010, p. 95).

¹²⁶ Desde jovem que Nuno Álvares tinha uma clara imagem de como proceder numa campanha, pois em 1373, afirmara após observar os avanços da hoste real castelhana entusiasticamente que esta avançava mal comandada, indisciplinada, demasiado confiante e sem cautelas defensivas, pelo que seriam facilmente desbaratados (Martins, 2013, p. 218).

¹²⁷ Esta afirmação de Nuno Álvares Pereira reflecte a mentalidade militar da época: sendo as batalhas campais raras e, muitas vezes, decisivas, todo o cuidado era pouco, sendo necessária uma constante busca de informações sobre o inimigo (*idem*, 2011, p. 29).

¹²⁸ Apenas 30 eram em resposta às cartas, pelo que os restantes 160 (já que o fronteiro partira de Lisboa com 40 lanças) seriam contingentes de Évora e Montemor-o-Novo.

¹²⁹ Apenas 180 com bacinetes – o que permite perceber que pouco mais de metade estariam bem equipados. A narrativa de Fernão Lopes vem confirmar que milícias concelhias se apresentariam à época com pouca capacidade ofensiva ou defensiva, sem equipamento próprio, ou com o mesmo velho e deteriorado (*idem*, 2011, p. 21; 2013, p. 228).

“*soma de gemtes*” castelhanas¹³⁰ que estava prestes a fazer dano à terra do Mestre¹³¹. Tinha sobretudo a intenção “*de os hir buscar*”, de tomar a iniciativa¹³² e os atrair para um combate campal¹³³.

Contudo, a relutância de muitos dos seus homens, que o obrigara já a proferir diversos discursos de incitamento à luta, mantém-se. Lopes reforça, assim, uma imagem duplamente positiva e negativa, com a forte crença e capacidade de liderança demonstradas pelo fronteiro-mor a contrastarem com a hesitação que as forças portuguesas (assim como as localidades alentejanas que se arrogavam apoiantes do Mestre) demonstravam perante a ameaça militar castelhana. Desta vez, para além do problema do número das forças, já desvalorizado por Nuno Álvares Pereira (os castelhanos, só em lanças, ultrapassavam um milhar), os seus homens receavam a desigualdade do seu estatuto e capacidade, uma vez que eles eram apenas “*comunaaes*”¹³⁴. O comandante português chega mesmo a ser acusado pelos seus homens de falta de lealdade, porque, sendo o seu irmão um dos líderes castelhanos, e estando outros dois irmãos presentes nas hostes de Juan I, iria com certeza trair e entregá-los para serem mortos. Na mente destes “*comunaaes*”, um grande senhor como Nuno Álvares Pereira defenderia sempre os interesses da sua família e linhagem contra os interesses do reino. Este momento vem mostrar o desprezo e desconfiança que os populares tinham dos seus senhores¹³⁵. Mas, apesar de alguma dificuldade, o fronteiro

¹³⁰ A quem é acrescentado novo líder, Juan Rodríguez de Castañeda. O número crescente de capitães castelhanos só vinha aumentar a imagem de ascendente militar que estes possuíam, e fortalecer as imagens de coragem, vontade e capacidade na possível vitória portuguesa.

¹³¹ A Batalha de Atoleiros, resultante da necessidade de impedir o contínuo avanço de uma força castelhana em direcção à capital do reino, irá acontecer naquele momento, e naquele local, por se querer impedir a ocorrência de um cerco a uma vila apoiante do Mestre. Assim, como já afirmamos, a batalha pode ser vista, como muitas outras na Idade Média, como um efeito secundário do cerco de Fronteira, que os castelhanos se preparavam para iniciar (*idem*, 2011, p. 29; 2013, p. 228).

¹³² Aqui, e em muitos outros momentos da narrativa, sobressai a imagem de um fronteiro prudente, que mantém bons procedimentos militares e nada arrisca sem primeiro organizar as suas forças. Contudo, Nuno Álvares Pereira revelaria alguma impaciência ao longo da sua carreira, não querendo nunca, mesmo adoptando posições e táticas defensivas, ficar na expectativa de que os inimigos o alcançassem ou atacassem. Atitudes que critica e despreza, como no caso dos ataques castelhanos a Elvas e Coruche em 1381, quando Pedro Álvares teria demonstrado muita passividade (*idem*, 2013, p. 219).

¹³³ *CJP*, pt. 1, cap. XCII-XCIII, p. 150-156.

¹³⁴ Ainda assim, alguns mostravam desprezo pelos senhores castelhanos “*daugua rrosada*” (*CJP*, pt. 1, cap. XCIII, p. 154).

¹³⁵ Isto dever-se-ia aos comportamentos da nobreza daquele período. Há registo de queixas por parte dos concelhos devido a abusos, com ingerências e intrusões dos nobres nos concelhos, ocorrendo mesmo episódios de violência. A acusação feita ao fronteiro português não seria totalmente descabida, pois não iria contra as práticas da nobreza medieval; obrigando este a “dramatizar o seu discurso” para afastar estes medos (Monteiro, 2012, p. 119). Segundo José Mattoso, apesar de alguma consciência nacional, resultante das funções desempenhadas na corte, ou da oposição às linhagens de outros reinos, a nobreza portuguesa não dava mostras de qualquer sentimento nacional. Facilmente um elemento da nobreza

português acaba por convencer as suas fileiras, e parte em direcção a Fronteira (a 20 quilómetros de Estremoz, onde já tinha chegado há dois dias). Nestes momentos demonstrava, mais uma vez, as suas capacidades de liderança. Segundo Lopes, Nuno Álvares Pereira afirmara ver nas fileiras castelhanas apenas inimigos, não irmãos, e que ele próprio iria lutar na dianteira, apesar de, como líder da hoste, o seu lugar ser na retaguarda (atitude que repete em 1385, na batalha de Valverde)¹³⁶.

Durante a viagem, a hoste é antecedida por um destacamento de batedores, ginetes, que, a sete quilómetros e meio de Fronteira, enquanto procuram ter novas dos castelhanos, se deparam com Rui Gonçalves, um escudeiro conhecido de Nuno Álvares Pereira. Este, ao ser recebido pelo comandante português, declara que os seus irmãos já se encontravam sobre a vila, e que os surpreendia ver um líder de tão poucos homens a pretender desafia-los, pedindo-lhe o prior, seu irmão, que cessasse a sua rebelião. Mantendo a sua promessa, Nuno Álvares Pereira não se intimida com o desprezo castelhano, recusa a proposta, e a hoste continua o seu avanço¹³⁷. Chega, deste modo, ao fim, a narrativa de Fernão Lopes sobre o percurso da hoste portuguesa até ao campo onde iria decorrer a batalha de Atoleiros. Durante esse trajecto, vemos uma força português que, algo desunida, se mantém coesa pela presença e carácter do seu líder, do qual, ainda assim, muitos desconfiavam. Perante a constantemente reforçada imagem de ascendente castelhano, estas fragilidades militares portuguesas, evidenciadas pela crónica portuguesa, só iriam aumentar a sua honra em caso de vitória¹³⁸.

A Batalha de Atoleiros

Se Fernão Lopes nos diz que temos uma força castelhana frente a Fronteira, e uma portuguesa a sete quilómetros e meio da vila, Pero López de Ayala, pelo contrário,

abandonava a vassalagem ao seu monarca por uma questão de honra e privilégios, ou seja, pelo prestígio e condições que os deveres de fidelidade lhe traziam (1995, p. 449-450; 2009, p. 312, 327, 341).

¹³⁶ *CJP*, pt. 1, cap. XCIII, p. 155-156.

¹³⁷ Na resposta, Nuno Álvares Pereira pede ao escudeiro para avisar o seu irmão que pretendia combatê-lo em breve. Reuniam-se, assim, as condições para a ocorrência da batalha campal, com cada campo decidido e convicto de que teria a vantagem do seu lado (algo determinante para que se realize): numérica, no caso dos castelhanos; pela escolha atempada do campo de batalha, algo que o fronteiro-mor consegue; ou por terem argumentos morais e religiosos, que ambos partilhavam (Martins, 2011, p. 29). Existe por vezes a questão de um lado não ter outra opção que não o enfrentamento. Neste caso, parece-nos que é Nuno Álvares Pereira que, perante a eminente perda da vila de Fronteira e a proximidade de um tão grande número de inimigos, vê o combate como necessário. Só assim impediria, não só o acesso dos inimigos a Lisboa, como também evitaria que aumentassem ainda mais a sua presença na região, com o domínio de importantes praças (de recordar que já tinham capturado Portalegre).

¹³⁸ *CJP*, pt. 1, cap. XCIV, p. 156-157.

nada apresenta sobre a posição dos seus antes da batalha. Contudo, faz uma alusão ao diálogo que ocorreu antes do combate ao dizer que os castelhanos, chegados à região alentejana, “*ovieron de falar al dicho Nuño Alvarez*”, o que reforça a veracidade do episódio entre o escudeiro e o fronteiro-mor, que Lopes nos transmite. Segundo o cronista castelhano, este encontro não seria fortuito – resultando apenas da posição dos ginetes portugueses durante o avanço do seu contingente ou de alguma prudência do comando castelhano –, pelo contrário, este último tinha propositadamente procurado o líder português, de forma a demovê-lo de o confrontar¹³⁹. Existe, assim, alguma corroboração entre as duas narrativas; mas, no que toca à batalha em si, há fortes discordâncias. O cronista castelhano, que faz apenas uma breve e vaga descrição do prélio, diz que, após dialogarem com Nuno Álvares, as forças de Juan I:

*“pelearon com él; e por la mala ordenanza que ovieron fueron desbaratados e murió y el maestre de Alcantara; pero los otros recogieron en uno, e los de Portugal non los osaron más acometer, e partóse así la pelea.”*¹⁴⁰

Ainda que curta, a descrição apresenta elementos significativos sobre a batalha, que resultou no desbaratamento das forças castelhanas devido à sua má “*ordenanza*”. A explicação da derrota não é procurada na acção dos portugueses (nem são mencionados, surgindo apenas um “*él*” referente ao seu comandante), mas sim na desorganização interna dos castelhanos. Apesar das importantes baixas que teriam sofrido, nada se refere para além do desbaratar das forças e da morte do mestre de Alcántara. Depois, Ayala como que recompõe o resultado do confronto, dizendo que castelhanos tiveram capacidade para se reorganizar (“*regogieron en uno*”¹⁴¹), evitando que os portugueses explorassem o sucesso do primeiro embate¹⁴². A derrota como que se transmuda num impasse táctico, num combate de resultado indefinido (“*partóse así la pelea*”). Aliás, uma vez que os portugueses não lograram eliminar por completo o seu inimigo, e, pelo contrário, até “*non los osaron más acometer*”, dado que estes, agora, se encontravam bem organizados, a vitória moral parece pertencer mesmo às forças castelhanas¹⁴³.

¹³⁹ Também em Fernão Lopes, pelo conteúdo do diálogo, acabamos por perceber que o encontro, embora facilitado pelos ginetes portugueses, não foi fortuito.

¹⁴⁰ *CJC*, a. 6, cap. IV, p. 563-564.

¹⁴¹ A passagem “*fueron desbaratados e murió y el maestre de Alcantara; pero los otros regogieron*” parece mesmo querer ocultar a existência de qualquer outra morte (*CJC*, a. 6, cap. IV, p. 563-564).

¹⁴² Algo que para João Gouveia Monteiro, tratando-se de exércitos não profissionais, parecia ser algo inverosímil. Sendo mais provável a imagem, que transmite a crónica portuguesa, de um exército castelhano surpreendido que, como era apanágio dos combates medievais, dificilmente conseguiria sair do campo de batalha “em boa ordem”, fustigado por fortes perseguições (2012, p. 126).

¹⁴³ *CJC*, a. 6, cap. IV, p. 563-564

A narração de Fernão Lopes, para além de discordar do texto de Pero López de Ayala em alguns pormenores da batalha é, de novo, mais longa e pormenorizada. Segundo este cronista, os líderes castelhanos, informados pelo batedor sobre os propósitos de Nuno Álvares Pereira, que entretanto escolhera um lugar “*bem comuinhavell*” a dois quilómetros de Fronteira¹⁴⁴, abandonaram os preparativos para o cerco àquela vila e foram ao seu encontro¹⁴⁵. Uma vez que já conseguira o seu primeiro objectivo, atrair os castelhanos para um confronto campal, consegue também ser ele a ditar os parâmetros e moldes em que este se vai travar. Certo de que os castelhanos iriam atacar a sua posição, o fronteiro-mor coloca os seus homens numa formação de quatro unidades, fazendo descer dos cavalos os escassos homens-de-armas que tinha, “à boa maneira inglesa”¹⁴⁶. E, apesar de acompanhado por poucos cavaleiros, Nuno Álvares, após compor a vanguarda com a maioria das 300 lanças, espalha as restantes pelas alas e retaguarda, juntamente com a peonagem. Os besteiros, esses são, segundo o cronista português, colocados nas alas, local mais propício ao uso das suas armas¹⁴⁷. A disposição de alguns cavaleiros fora da vanguarda dever-se-ia à desconfiança que Nuno Álvares Pereira tinha da peonagem – a desconfiança entre os senhores e os vilões seria, assim, segundo Lopes, mútua, com os nobres a suspeitarem do comportamento das milícias em momentos de choque militar¹⁴⁸. Nuno Álvares Pereira acreditava que a presença dos cavaleiros iria contribuir para a coesão da hoste e, assim, evitar que os peões debandassem¹⁴⁹. O comandante português é mesmo peremptório quanto à necessidade de coesão – qualquer fugitivo deveria ser morto para servir de exemplo –, pois naquela quarta-feira de Abril instava os seus homens a manterem-se firmes “*nom hũa hora, mas huũ dia*” se tal fosse preciso. Este pedido mostra como Nuno Álvares Pereira não tinha quaisquer ilusões quanto à grande dificuldade da tarefa a que se tinha proposto: vencer uma batalha campal frente a uma força de números e experiência superiores¹⁵⁰. Dadas as indicações¹⁵¹, e vendo os castelhanos já próximos, junta-se à

¹⁴⁴ Cujo nome, Atoleiros, indiciava um lugar alagadiço, e assim impróprio para cargas de cavalaria, o que poderá ter afectado as decisões tácticas do fronteiro português (Monteiro, 2012, p. 120-121).

¹⁴⁵ Segundo João Gouveia Monteiro, o “lapso de tempo” entre o desmontar do cerco e o avançar da hoste castelhana a Badajoz, seria essencial para o desfecho final da batalha de Atoleiros (*ibidem*, p. 119).

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 121.

¹⁴⁷ É possível que um pequeno grupo permaneça no cimo de um monte (*ibidem*, p. 122).

¹⁴⁸ Esta suspeita resultava, sobretudo, do desprezo que os nobres tinham para com os cavaleiros-vilões. Muitos reis preferiam mesmo o apoio dos primeiros, por considerarem os últimos poltrões e medrosos (Martins, 2011, p. 21; 2013, p. 228; Mattoso, 1995, p. 229-230, 232-233; 2009, p. 298).

¹⁴⁹ Monteiro, 2012, p. 121-122.

¹⁵⁰ Superioridade patente no número de grandes senhores e capitães presentes no contingente castelhano.

vanguarda, armado com uma lança e protegido por um bacinete “*sem cara*”. Os castelhanos, ao verem os portugueses prontos “*pera morrer ou veemçer*”, “*atrevendosse*”¹⁵² que logo os desbaratariam¹⁵³, “*comçertarom suas batalhas a cavallo*” (cavalaria pesada¹⁵⁴) e afastaram os ginetes (cavalaria ligeira) e a carriagem (com “boa parte da infantaria”¹⁵⁵) para uma encosta. Este seria o desejo do fronteiro, que, segundo o cronista português, “*emtemdia*” que os castelhanos se preparavam para dar batalha a pé e, ao posicionar os seus homens num dispositivo apeado (discretamente vantajoso¹⁵⁶), teria pretendido provocar os inimigos a uma carga de cavalaria pesada. Fernão Lopes mostra, assim, uma posição portuguesa que, pelo seu dispositivo tático defensivo¹⁵⁷, condiciona claramente o comando castelhano; a sua decisão de atacar a cavalo repousa exclusivamente no facto de os portugueses estarem apeados, engodo que Nuno Álvares Pereira lançara, iniciando-se a descrição da batalha com nova imagem positiva das suas capacidades¹⁵⁸.

Segundo as informações do cronista luso, os portugueses tiveram muito tempo para se prepararem e mentalizarem para o embate, já que a hoste castelhana, preparada para uma luta apeada, teve de se reorganizar¹⁵⁹, num processo de “longos minutos”¹⁶⁰. Definidas as batalhas, os castelhanos avançaram, movendo-se de lanças em riste “*com grande esforço*”¹⁶¹. O uso da palavra “*esforço*” na crónica portuguesa, que se pode atribuir ao forte avanço (com grande trabalho, empenho e força) feito pelos castelhanos, poderá contudo ser uma alusão à dificuldade que o terreno teria provocado à sua carga,

¹⁵¹ Durante os quais exorta os seus homens a pedir apoio divino para a sua “*justa querella*” (*CJP*, pt. 1, cap. XCV, p. 158). O cronista afirma, assim, nesta primeira batalha, pela boca do próprio Nuno Álvares Pereira, algo que muitas vezes evidencia: que a razão estava do lado do mestre de Avis. Sobre os castelhanos, “transgressores do seu direito e agressores”, recairia o jugo divino nas batalhas que se adivinhavam (Lopes, 1994, p. 493).

¹⁵² Segundo Miguel Martins, esta é uma atitude claramente arrogante, com a qual, como já dissemos, Nuno Álvares Pereira parecia contar (2013, p. 229)

¹⁵³ Contando com a sua superioridade de números e equipamento (Monteiro, 2012, p. 122-123).

¹⁵⁴ Martins, 2013, p. 229.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 229.

¹⁵⁶ Monteiro, 2012, p. 121.

¹⁵⁷ A tática adoptada para a batalha (que repete em Aljubarrota, e é imitada em Trancoso) contrasta grandemente com o carácter ofensivo e agressivo da estratégia adoptada durante as movimentações da hoste, que claramente procurara o combate com o inimigo castelhano (Bessa, 1987, p. 116).

¹⁵⁸ *CJP*, pt. 1, cap. XCV, p. 158-159.

¹⁵⁹ A crónica portuguesa deixa bem claro o facto de a hoste do fronteiro-mor ter bastante tempo para se organizar e esperar um inimigo, que depois ainda perdeu mais tempo a reorganizar-se quando chegou ao lugar do combate. Temos, assim, uma menor força portuguesa que espera uma maior, que invade o seu território. As preparações portuguesas são sempre em resposta a esse avanço castelhano, que surge como “marcação temporal” da narrativa anterior ao choque de forças (Lopes, 1994, p. 498-499).

¹⁶⁰ Martins, 2013, p. 229.

¹⁶¹ *CJP*, pt. 1, cap. XCV, p. 159

sobretudo a existência da ribeira das Águas Belas¹⁶², aspecto importante do relevo do campo de Atoleiros, e a que nenhum dos dois cronistas se refere. A ausência explícita da ribeira nas duas crónicas levanta algumas questões – devido à presença de Ayala no conselho de Juan I, e das fontes directas a que Lopes teve acesso, a possibilidade de que ambos desconheciam a existência da ribeira é algo duvidosa. Possivelmente ambos decidiram ignorá-la, e, deste modo, a sua ausência na obra de Ayala é algo curiosa, uma vez que aquele obstáculo poderia servir de justificação para a desorganização castelhana. Por outro lado, relativamente a Fernão Lopes, este teria alguma justificação para o fazer¹⁶³, reforçando antes a imagem de que fora o comportamento do dispositivo português a razão para o falhanço da carga castelhana. Ao referir o impacto que a ribeira tivera na batalha, poderia apagar um pouco a figura do comandante português¹⁶⁴.

Regressando ao prélio em si, é importante referir que, com o uso exclusivo da sua cavalaria pesada (verdadeiro “tanque medieval”¹⁶⁵), os castelhanos pretendiam atemorizar a infantaria portuguesa. Presumiam que o avançar desta verdadeira parede móvel, “com o máximo de potência”¹⁶⁶, facilmente desbarataria os portugueses no choque de forças, ou até mesmo antes do embate. Seria esta a razão pela qual a estratégia castelhana mudara ao ver os inimigos apeados e em tão pouco número. Contudo, as previsões castelhanas viram-se goradas, e os portugueses, escolhendo bem os seus alvos (“*abaixarom as lamças cada huï ao seu*”), sustêm o avanço dos cavalos castelhanos. Ao encontrarem as suas lanças,

*“alguïns deles cahiom logo em terra com seus donos; outros ante que de todo chegassem topar na batalha, eram feridos de viratoões e dardos que lamçavam homeês de pee per çima dos homeês darmas;”*¹⁶⁷

Passa, assim, a imagem clara de que o reduzido contingente português, que tão pouco impressionara os castelhanos, mantendo-se bem organizado e firme na sua posição, provocou uma enorme confusão na carga adversária. Mas, segundo a citação acima de Fernão Lopes, a confusão é semeada na hoste castelhana mesmo antes de esta chegar junto ao dispositivo português. Isto ficava-se a dever aos disparos de projecteis feitos

¹⁶² Martins, 2013, p. 229. Para além da ribeira, o próprio terreno teria a propensão para alagar no período em que a batalha tem lugar (ver nota 144), o que muito terá afectado a carga da cavaleira castelhana (Monteiro, 2012, p. 120).

¹⁶³ Mais tarde, como se verá, também em Aljubarrota, o cronista português tenta obscurecer a existência de cursos de água, e respectivos vales, que afectavam o avanço das forças castelhanas.

¹⁶⁴ *CJC*, a. 6, cap. IV, p. 563-564; *CJP*, pt. 1, cap. XCV, p. 159.

¹⁶⁵ Monteiro, 1998, p. 280.

¹⁶⁶ *Idem*, 2012, p. 123.

¹⁶⁷ *CJP*, pt. 1, cap. XCV, p. 159.

pelos besteiros e peões portugueses, que, posicionados nas alas e “*per çima dos*” (atrás e protegidos pelos¹⁶⁸) homens-de-armas, fizeram as primeiras baixas inimigas, semeando a confusão no ataque castelhano, já que

*“os cavallos alvoramdo, lamçavom de si os que em eles viinham; delles com as feridas queriam dar a vollta, e tornamdo atras e topamdo em outros, cahiam em terra.”*¹⁶⁹

Vemos que, face à chuva de virotões e dardos, surge o pânico na primeira vaga de ataque. Os cavaleiros ainda tentam ganhar algum controlo sobre as montadas, para fugir e “regressar às suas fileiras”¹⁷⁰, mas a manobra complica-se e acabam por colidir com o avanço das linhas mais recuadas. Provocam, assim, novas quedas e um maior número de baixas, redobrando a confusão. Estava semeado o caos na hoste castelhana. O assalto, desorganizado já pela travessia da ribeira, onde alguns cavalos teriam tropeçado e outros teriam abrandado ou mesmo parado, e pelos projecteis portugueses, surge enfraquecido ainda antes do embate com a vanguarda portuguesa¹⁷¹. Nesse momento, firmes e de lanças bem apontadas, “*cada huñ ao seu*”, os portugueses facilmente derrubavam a cavalaria inimiga, já muito desorganizada¹⁷². Enquanto esta surge fragilizada num momento chave, a vanguarda portuguesa esta completamente intocada. Acreditando na narrativa portuguesa, não foi feita qualquer tentativa castelhana de, através do lançamento de projecteis, desorganizar os portugueses e evitar que os seus besteiros pudessem alvejar, incólumes, cavaleiros e cavalos inimigos¹⁷³.

Se os números tinham dado confiança aos líderes castelhanos, na verdade de nada lhes valeram. O avanço de mais contingentes que “*viinham (...) de rrefresco*” da retaguarda sofria o mesmo destino. O resultado mantém-se e a estes “*lhes aviinha como aos primeiros*”, uma vez que, como já foi referido, a chuva de projecteis provocava a queda e fuga de muitos cavaleiros, cujo retorno prejudicava o avanço dos seus companheiros, com os quais colidiam. É uma imagem de algum descabro que sobressai da crónica portuguesa, com as forças portuguesas a caírem sobre os inimigos

¹⁶⁸ Possível alusão ao grupo que estaria posicionado “no topo do cabeça” (Monteiro, 2017, p. 95).

¹⁶⁹ *CJP*, pt. 1, cap. XCV, p. 159.

¹⁷⁰ Martins, 2013, p. 229.

¹⁷¹ O desenrolar da batalha remete-nos para a batalha de Crécy, salvaguardando as devidas diferenças, onde um exército inglês apeado resiste com sucesso às investidas da cavalaria francesa, feitas num terreno também ele alagadiço (Monteiro, 2012, p. 124-125).

¹⁷² José Luis Martín Martín afirmou já que a vitória portuguesa se deveu sobretudo à alteração dos “sistemas tradicionais de combate”, com Nuno Álvares Pereira a fazer forte uso de besteiros, que, com os seus projecteis, desorientaram a cavalaria castelhana ainda antes do choque, tal como é possível verificar nos trechos agora citados de Fernão Lopes (2008, p. 25).

¹⁷³ *CJP*, pt. 1, cap. XCV, p. 159.

desamparados – “*Nuno Alvarez com os seus sobrellos matamdo*”¹⁷⁴ –, desbaratando-os em “*mui pouco espaço*”, ao contrário do que previra o próprio Nuno Álvares Pereira, com o pânico que aos poucos se foi instalando entre os castelhanos¹⁷⁵. Estes acabaram por sofrer importantes baixas, 40 homens-de-armas logo “*ao primeiro juntar*”, num total de 117 mortos, incluindo o mestre de Alcántara¹⁷⁶. Fernão Lopes contrapõe a estes números a ausência de qualquer baixa na hoste portuguesa (algo “totalmente inverosímil”¹⁷⁷), evidenciando, assim, a imagem de uma vitória clara e total. O cronista português, ao contrário de Ayala, para além de referir os ferimentos de outros capitães castelhanos e juntar o mestre de Alcántara e outros nomes às vítimas mortais¹⁷⁸, discorda do cronista castelhano sobre as razões da vitória obtida por Nuno Álvares Pereira, o primeiro que em Portugal deu e venceu uma batalha a pé. Segundo João Gouveia Monteiro tratar-se ia de uma expressão exagerada por parte de Fernão Lopes (desconhecedor da tradição militar¹⁷⁹), com o objectivo de realçar a “espectacularidade de um sistema” que permitira a um pequeno exército, bem organizado, suste e vencer a poderosa carga de cavalaria de um inimigo, que até ali se julgara invencível¹⁸⁰.

Justificações e impasses no Alentejo

Descrita a batalha, o cronista português vai reclamar contra as duas “*rrazoões rrepugnamtes*” que Pero López de Ayala (sem o nomear) invocou sobre o seu desfecho. Fernão Lopes, com o objectivo de narrar acontecimentos que glorificam os portugueses, não se coíbe em, além de apresentar os momentos e as imagens que acredita comporem a verdade histórica, atacar e refutar aqueles que considera estarem a propagar falsidades, reforçando os seus argumentos com aquilo que acredita serem provas claras do que

¹⁷⁴ É fácil de perceber pelas descrições de Fernão Lopes, que devido aos projecteis, à desordenação da carga e à queda das montadas, os castelhanos, “derrubados, entontecidos, e enfiados nas suas pesadas armaduras”, facilmente ficavam à mercê das forças portuguesas (Monteiro, 2017, p. 95).

¹⁷⁵ *Idem*, 2012, p. 125.

¹⁷⁶ Enquanto outros líderes como o almirante-mor e o prior do Hospital, irmão primogénito de Nuno Álvares Pereira, se encontraram feridos (*CJP*, pt. 1, cap. XCV, p. 160).

¹⁷⁷ Monteiro, 2017, p. 96.

¹⁷⁸ Acrescentando, contudo, que tinham falecido também o claveiro da ordem de Alcántara, Pero Gonzalez de Sevilla, Ruy Gonzalez, e outros fidalgos menores (*idem*, 2012, p. 127).

¹⁷⁹ Desde os séculos XII e XIII ocorrera uma reabilitação da infantaria no ocidente europeu, e à qual Portugal não será excepção. Mais claro ainda é o facto de que, com a presença de mercenários ingleses durante as Guerras Fernandinas, os novos desenvolvimentos tácticos seriam já de amplo conhecimento das esferas militares portuguesas. Nestas podemos incluir Nuno Álvares Pereira, que primeiro em Atoleiros, e mais tarde em Aljubarrota, punha em prática, com sucesso, todo esse conhecimento obtido, aperfeiçoando, e não inventando, métodos de “matriz claramente insular”, com frentes apeadas estreitas e “alas recheadas de atiradores” (*idem*, 1998, p. 289-290; 2012; p. 128; 2017, p. 97).

¹⁸⁰ *Idem*, 2017, p. 97

narrara. Segundo o cronista português, alguns afirmaram falsamente que no final da batalha os portugueses não ousaram contra-atacar porque os sobreviventes castelhanos “*sse rrecolherom em huũ*”. Trata-se de uma clara acusação ao cronista castelhano¹⁸¹, ao afirmar que o “*autor da estória*” não deve ser “*immiigo*” mas sim “*escripvam da verdade*”¹⁸². Procura, deste modo, legitimar todas as suas afirmações, elogiando o seu próprio trabalho, que apresenta como sendo a escrita da verdade, e fazendo, pelo caminho, uma forte crítica ao seu homólogo castelhano¹⁸³. Para Fernão Lopes, os líderes castelhanos, incluindo Martim Eanes de Barbuda (“*que sse chamava Meestre dAvis*”¹⁸⁴), ao verem-se afastados do combate, “*começarom de fugir*” em várias direcções¹⁸⁵. Como prova da recusa de novos combates apresenta mesmo o exemplo do almirante castelhano. Este, incitado pelos companheiros a retornar à luta, terá respondido que, para além de os mortos não receberem soldo, o esforço seria inglório porque, após ser desbaratado, o homem “*mal torna*” à batalha¹⁸⁶. Para afastar completamente estas imagens, reforça ainda o seu argumento com a acção do capitão português. Querendo confirmar ao máximo a sua vitória, já montado e com “*mui poucos*” companheiros (muitos não terão conseguido chegar às “*bestas*”), Nuno Álvares Pereira perseguira os inimigos por “*huũa grande legoa*”, só parando e regressando ao campo de batalha com o cair da noite, tendo ido dormir a Fronteira¹⁸⁷.

A segunda afirmação de Ayala, que o cronista português recusa ser verdade, refere-se à razão apresentada para o falhanço castelhano: tinham sido derrotados por terem “*maa hordenança*”. Fernão Lopes, pelo contrário, afirma que a vitória portuguesa se deveu ao juízo divino. Para melhor refutar esse argumento, elogia a própria liderança

¹⁸¹ Citação clara do cronista castelhano, que, como vimos, escrevera: “*los otros regogióronse en uno, e los de Portugal non los osaron más acometer*” (CJC, a. 6, cap. IV, p. 564).

¹⁸² CJP, pt. 1, cap. XCV, p. 160.

¹⁸³ Peremptório exemplo de que Lopes não se coíbe em se auto-elogiar, por fugir “à tendência dos historiadores para se deixarem influenciar pelos laços afectivos” (Amado, 1993b, p. 272-273).

¹⁸⁴ Esta expressão, aqui usada por Lopes, serviria para desautorizar a utilização do título. Ayala não nos refere este capitão, que seria nomeado por Leonor ou Juan I, possivelmente para evitar confusões com o regedor português, a quem trata sempre por mestre de Avis.

¹⁸⁵ Para o Crato, Monforte, ou outros lugares apoiantes de Juan I, o que dá uma imagem de grande dispersão. Para além disso, a inclusão de mais um líder da hoste castelhana, no momento em que se descreve a sua fuga, reforçava, ainda mais, o feito de Nuno Álvares Pereira, que derrotara não só uma hoste numericamente superior, mas também, vários, e importante, capitães e oficiais de Juan I

¹⁸⁶ Uma vez que o facto de os castelhanos se terem reorganizado servir de grande argumento a Ayala para diminuir o feito dos portugueses, esta passagem de Lopes ganha particular importância na sua narrativa. Será também por essa razão que Lopes acrescenta uma clara tentativa de denegrir os capitães castelhanos, que, apesar de muitos e bons, estariam mais interessados nos ganhos pessoais do que em servir Juan I.

¹⁸⁷ As perseguições revelavam-se momentos de grande emoção, “de descarga de ódios e de medos” (Monteiro, 2012, p. 126). Mas, apesar da vontade que muitos teriam em perseguir o inimigo, Nuno Álvares foi acusado pelos seus de, não contente com a vitória, ter tentado Deus, mostrando bem, como a vitória teria surpreendido os próprios portugueses ali presentes (CJP, pt. 1, cap. XCV, p. 159-161).

inimiga, composta por tantos e tão bons capitães e senhores, que, “*com tal ardileza e boa hordenamça*”¹⁸⁸, atacaram o grupo liderado por Nuno Álvares Pereira (que, com a vitória obtida, está aqui, claramente, a ser elogiado indirectamente). Lopes, antes, para cimentar as suas afirmações, parecera usar, por vezes, o argumento da autoridade (o autor que o antecedeu), quando o víamos utilizar afirmações que são *ipsis verbis* ou pelo menos muito semelhantes às de Ayala. Agora, por discordar dessa mesma autoridade, vai novamente utilizar os seus textos, mas para fazer uma crítica aos que antes dele proferiram afirmações que considera falsas¹⁸⁹.

Regressando aos desenvolvimentos militares, vemos que Ayala faz, ainda no seu capítulo sobre Atoleiros, uma pequena alusão ao que ocorre no teatro de operações alentejano após esta batalha. Segundo o cronista castelhano, Juan I mal soube da morte do mestre de Alcântara (demonstração de capacidade de decisão e prontidão perante um, ainda que reduzido, desaire), enviou Pero Ruiz Sarmiento, adiantado-mor de Castela, e Juan Rodríguez de Castañeda que, com “*pieza*” de homens-de-armas,

*“passaron allende Tajo, do andaba el dicho Nuño Alvarez, e ovieron de verse, e cada uno dellas puso su batalla en la mejor ordenanza que pudo e non quisieron pelear.”*¹⁹⁰

A situação no Alentejo estaria, assim, num claro impasse. Ayala reforça que, mais do que o resultado do enfrentamento em Atoleiros, assumido como uma não-derrota, interessava aos ouvidos do rei as notícias sobre a morte do mestre de Alcântara, um dos seus mais importantes capitães¹⁹¹. Tratar-se-ia de uma nova tentativa de desvalorização castelhana do revés que significou a batalha de Atoleiros. Este impasse já se tinha verificado, segundo Ayala, após um primeiro choque de forças naquele lugar. Se em Lisboa e Atoleiros teriam sido os portugueses que não ousaram acometer às forças castelhanas, agora a relutância parecia ser mútua. Contudo, ao lermos a narrativa de Ayala, podemos pensar que para o cronista, apesar do claro impasse entre as forças, a haver um vencedor no fim destas movimentações seria Juan I, uma vez que conseguira evitar que Nuno Álvares atingisse o pleno dos seus objectivos. O impasse gerado não evitou que, naquele momento, o partido do mestre de Avis mantivesse uma forte

¹⁸⁸ É de lembrar que, apesar do falhanço da primeira carga, foram feitas, segundo Fernão Lopes, várias tentativas por parte da cavalaria pesada “*com gramde esforço*” (CJP, pt. 1, cap. XCV, p. 159).

¹⁸⁹ CJP, pt. 1, cap. XCV, p. 160-161.

¹⁹⁰ CJC, a. 6, cap. V, p. 564.

¹⁹¹ O cronista castelhano refere que o monarca ouvira a notícia sobre a morte deste capitão, ao invés de apresentar a chegada de notícias sobre a batalha e o seu desfecho

presença militar na região, mas impossibilitou que o seu fronteiro-mor pudesse atacar impunemente as praças castelhanas mais próximas da fronteira alentejana. Juan I conseguia, assim, cumprir uma das suas obrigações, a de proteger os seus súbditos e vassallos, respondendo imediatamente com o envio de outra força militar, imagem que contrasta grandemente com aquela que nos tenta passar o cronista português.

Fernão Lopes conclui Atoleiros, pelo contrário, com um término provisório da campanha de Nuno Álvares Pereira, não avançando logo com qualquer relato dos acontecimentos subsequentes no teatro Alentejano, e sem referir qualquer avistamento de forças (que teria, assim, ocorrido muito depois da batalha¹⁹²). O cronista português evidencia antes a alegria do Mestre, que recebe a notícia quando está prestes a ser cercado em Lisboa¹⁹³, e de todos aqueles que no Alentejo o apoiavam. Atoleiros “mostrava aos incrédulos portugueses” que a vitória não era impossível¹⁹⁴, afirmando Lopes, que o fronteiro não descansou com o sucesso que acabara de obter¹⁹⁵. Nuno Álvares Pereira, logo na manhã seguinte à batalha, partiu para Monforte, lugar para onde tinham fugido muitos dos derrotados do dia anterior, pretendendo combater pessoalmente o seu líder, Martim Eanes de Barbuda, caso este não fizesse uma surtida com os seus homens¹⁹⁶. Uma vez que os castelhanos, que atingiam as 300 lanças¹⁹⁷, se recusavam, apesar da ocorrência de algumas escaramuças, a sair da vila, o fronteiro-mor é forçado a desistir do ataque, por não dispor de engenhos de cerco¹⁹⁸.

Apesar deste pequeno revés, dois dias depois, sabendo já que a população lhe queria entregar a praça, entra em Arronches. Recebido na vila, teve depois de combater o castelo, onde estavam 30 lanças castelhanas com portugueses apoiantes de Juan I. Os sitiados, segundo o cronista, depois de um grande combate em que se queimaram os portões, conseguem forçar a entrada no castelo e capturar toda a sua guarnição. A este

¹⁹² A menção surge somente no capítulo CXLVI da crónica do português.

¹⁹³ Em oposição à tristeza ou desalento de Juan I que se encontrava junto de Óbidos.

¹⁹⁴ Viegas, 2008, p. 72. A vitória vai melhorar o recrutamento de forças por Nuno Álvares Pereira, já que “*muitos dhi em deante com boom desejo se viinhm para elle*” (CJP, pt. 1, cap. XCVI, p. 161).

¹⁹⁵ Atoleiro reveste-se assim de uma importância que vai para além da dimensão do combate, sendo, “do ponto de vista psicológico”, essencial para a facção do mestre de Avis. Para além de ajudar a consolidar a defesa de Lisboa, afastando o espectro de um ataque concêntrico, mostrava aos hesitantes que as forças de Castela, mesmo mais numerosas, não eram invencíveis (Monteiro, 2012, p. 129).

¹⁹⁶ A vontade de ganhar renome provocava alguma impaciência e impetuosidade. Não era a primeira vez que, impossibilitado de dar batalha, Nuno Álvares pretende arriscar um combate pessoal. Em 1381, quando o irmão recusara combater os castelhanos, tentara desafiar o filho do mestre de Santiago em Castela. Neste conflito, pretendia atacar imediatamente Juan I quando este se dirigia para Santarém, e recusara fugir quando parte do seu contingente desertara em Sintra. (Martins, 2013, p. 219, 222-224).

¹⁹⁷ Este número reforça novamente a bravura do contingente português, por um lado, que tinha apenas, no início da batalha de Atoleiros, 300 lanças, e a cobardia das forças castelhanas, por outro.

¹⁹⁸ CJP, pt. 1, cap. XCVI, p. 161-162.

sucesso junta-se Alegrete, que se entrega ao fronteiro voluntariamente, conseguindo o fronteiro capitalizar a vitória de Atoleiros com mais dois sucessos, aumentando, assim, a rede de apoios logísticos na região alentejana. Nuno Álvares Pereira permanece em Arronches durante a Páscoa, partindo depois para Montemor-o-Novo, passando novamente por Estremoz e Évora. Terminava desta forma a primeira fase da campanha alentejana, com o fronteiro a desmobilizar a maioria das suas forças, mas deixando-lhes instruções para “*que estivessem prestes como vissem seu rrecado*”. Fernão Lopes transmite, deste modo, no fim da batalha de Atoleiros, como o conflito ainda agora se iniciara, e que mais iniciativas se esperavam de Nuno Álvares Pereira¹⁹⁹.

Desta forma, temos duas imagens fortemente discordantes nas crónicas. De um lado, numa narrativa simples e breve, o cronista castelhano apresenta-nos um combate no qual morreu o líder das forças de Juan I (que reagira a uma ameaça, protegendo os seus), mas que resulta num mero impasse que permite às praças castelhanas manterem-se a salvo. Do outro, numa narrativa muito mais envolvente e descritiva, o cronista português apresenta uma batalha que resulta num total sucesso para as forças do mestre de Avis e num novo fôlego para as suas pretensões, uma vez que a estratégia de ataque concêntrico a Lisboa falhara. Lopes passa, assim, ao contrário de Ayala, a imagem de uma batalha que, sendo o “culminar bélico do período inicial”²⁰⁰, se salda no “primeiro grande revés infligido às forças castelhanas”²⁰¹. Batalha essa que, segundo Miguel Gomes Martins, constituindo o principal momento da primeira fase da campanha de Nuno Álvares Pereira em terras do Alentejo, “não podia ter corrido melhor”, afastando “das planícies alentejanas o espectro de uma segunda invasão”²⁰², dando ânimo aos que estão em Lisboa, a quase cercada “cabeça do reino”²⁰³.

¹⁹⁹ *CJP*, pt. 1, cap. XCVI, p. 161-162.

²⁰⁰ Lopes, 1994, p. 497.

²⁰¹ Viegas, 2008, p. 72. Mesmo podendo ser pouco importante para o desfecho desta primeira invasão (o que justificaria o porquê de Ayala quase a ignorar), a batalha era significativa, pois permite ao partido do mestre de Avis receber uma importante injeção de confiança, enquanto o moral do exército e da frota de Juan I saía ainda mais enfraquecido (Martín Martín, 2008, p. 25-26).

²⁰² Segundo o próprio Fernão Lopes, “*Nuno Alvarez esta de folga*”, transmitindo-se uma clara imagem de vitória e afastamento da ameaça castelhana do Alentejo (*CJP*, pt. 1, cap. XCVII, p. 163).

²⁰³ Martins, 2013, p. 230.

A INVASÃO DE 1385: TRANCOSO E ALJUBARROTA

Fim do cerco de 1384 e novas campanhas

A crónica castelhana indica como principal desaire de 1384 o cerco de Lisboa, com Pero López de Ayala a realçar a grande pestilência que em dois meses ceifara 2000 homens à hoste castelhana²⁰⁴, forçando o rei a desistir do cerco²⁰⁵. Contudo, esta imagem negativa é logo substituída por uma de forte determinação. Apesar de debilitado²⁰⁶, Juan I, “*desque llegó (...) a Sevilla*”, nomeia novos capitães²⁰⁷, envia cartas para França pedindo a cedência de homens²⁰⁸ e prepara uma nova armada de 20 naus e 12 galés. O monarca castelhano pretendia, assim, repleto de optimismo, “*tornar a la guerra de Portugal*”, crendo que “*muy aún cobraría aquel regno*”²⁰⁹.

A narração vira-se depois para a eleição do mestre de Avis como rei João I de Portugal²¹⁰ e para a perda de importantes praças no Minho²¹¹, que, com Ayala, surgem como os catalisadores de uma nova invasão²¹². Juan I responde em Maio de 1385, ordenando a Pedro Tenório, arcebispo de Toledo, que lidere um ataque de cavaleiros e vassallos à região da Beira, a partir de Ciudad Rodrigo, de modo a “*facier talar los panes*

²⁰⁴ Incluindo a maioria dos capitães da hoste, numa forte imagem de “delapidação” do seu comando (*idem*, 2006, p. 106): dois mestres de Santiago, Pero Fernández Cabeza de Vaca e Rui González Mexía, o comendador-mor de Castela, Pero Ruiz de Sandoval, o camareiro-mor, Pero Fernández de Velasco, o almirante-mor, Fernando Sánchez de Tovar, dois marechais, Fernando Alvarez de Toledo e Pero Ruiz de Sarmiento, e o conde de Mayorga, Pero Nuñez de Lara (*CJC*, a. 6, cap. X-XI, p. 570-571).

²⁰⁵ Para uma melhor compreensão deste prolongado cerco, cuja análise não foi do forro deste estudo, veja-se a obra de Miguel Gomes Martins (2006).

²⁰⁶ Até “*cuidaron una noche que moriera*” (*CJC*, a. 7, cap. IV, p. 575).

²⁰⁷ Incluindo novos mestres de ordens militares, com a transferência do mestre de Calatrava para a Ordem de Santiago (substituído pelo mestre da Ordem do Hospital em Portugal), o que, por seguirem as ordens diferentes regras, provocou algum mal-estar no seu conselho (*CJC*, a. 6, cap. XII, p. 572-573).

²⁰⁸ Afirma que perdera muitas “*compañias de las suyas para la pestilencia*”, e não nos combates, que surgem na crónica como algo insignificante ou displicente (*CJC*, a. 6, cap. XI, p. 572).

²⁰⁹ *CJC*, a. 6, cap. XI, p. 572; a. 7, cap. III, p. 574.

²¹⁰ Aqui realça-se a falsidade da eleição, por o Mestre ter apenas convocado aqueles “*que tenían su parte*”, e por ter calado, sob ameaça (“*tenía el poderio*”), as várias vozes dissonantes (por uma regência negociada ou aclamação do seu meio-irmão) que surgiram nas Cortes (*CJC*, a. 7, cap. VI, p. 583-584).

²¹¹ Contudo, Guimarães foi entregue com a autorização de Juan I; o alcaide de Ponte de Lima foi traído (“*algunos portugueses que eran con él dieron la puerta de la villa al maestre (...) e tomaronle preso a él e a su mujer e hijos*”); e os apoiantes de Juan I mantinham-se no poder em Trás-os-Montes. Mas, apesar desta mitigação, a entrega de Guimarães por falta de socorro, transmite a imagem de que, sozinhos, os apoiantes de Juan I não resistiriam a fortes cercos do Mestre (*CJC*, a. 7, cap. VII, p. 584-586).

²¹² Aqui encontramos nova forma de desvalorização dos inimigos de Juan I, com Ayala a referir-se a João I como “*el maestre Davis, que se llamaba rey de Portugal*” (*CJC*, a. 7, cap. VII, p. 586). Na sua crónica a legitimidade é clara, desacreditando-se as figuras de João I e Nuno Álvares Pereira. Enquanto o primeiro “é apenas o que se diz rei”, o segundo, já antes de Atoleiros, era apenas um escudeiro, filho e irmão dos priores do Hospital. Nem um, nem outro, vêm os seus títulos ou cargos serem reconhecidos, porque apenas Juan I “tem direito ao título e tem o poder de distribuir os cargos” (Marques, 1997. p. 78).

e viñas, e facer todo el daño que pudiesen”, enquanto o monarca atacaria por Badajoz. Tal estratégia inseria-se num modelo tradicional da guerra medieval, no qual se procurava criar “uma zona de instabilidade e medo”, afectando os sistemas logísticos do adversário²¹³, e semeando ao mesmo tempo a confusão e a dúvida no seu comando (atraídas as tropas portuguesas para Beira, Lisboa ficaria desprotegida). Queria Juan I empreender um movimento em tenaz, estratégia que tentara já em 1384, mas que fracassara com a derrota castelhana em Atoleiros. Contudo, apesar de Juan I estar avisado dos desentendimentos que existiriam entre os senhores da Beira, o que deveria apresentar este projecto “como fácil de ser concretizado”, a imagem que sobressai imediatamente na crónica castelhana é a de falhas na organização²¹⁴. Juan Rodríguez de Castañeda²¹⁵, Pero Suárez de Toledo, alcaide-mor dessa cidade, e Álvaro García de Albornoz, copeiro-mor do rei, que deveriam acompanhar o arcebispo, não lhe deram tempo de se lhes juntar antes de entrarem na Beira²¹⁶.

Comparando com Fernão Lopes, vemos que este é mais específico. Na sua crónica nota-se mais alguma arrogância, ou mesmo orgulho ferido, pois os castelhanos pretendiam “*sem mais capitania doutro nenhum*” derrotar os fidalgos da Beira, que, apesar de serem muitos (por isso se chegou a defender o ataque a outra região), estavam desunidos, com grande “*odio e desuairo*” (segundo Juan Rodríguez de Castañeda)²¹⁷. Apesar da má imagem que surge dos senhores da Beira, o cronista português acaba por realçar igualmente os desentendimentos e fortes rivalidades existentes em Castela. Os vassallos de Juan I aparecem aqui, mais focados na obtenção de glória e honra, do que em respeitar as ordens do seu monarca. Imagem que, não sendo tão forte na crónica castelhana, também não deixa de ser afluída. Assim, em ambas crónicas, parecemos estar “perante a tradicional indisciplina dos exércitos senhoriais”, mais preocupados com a honra e enriquecimento pessoal, do que com estratégias militares²¹⁸.

²¹³ A estratégia não terá deixado de alegrar aos fidalgos escolhidos, uma vez que Maio seria o mês mais propício a isso, permitindo-lhes encontrar os “campos bem recheados” (Monteiro e Martins, 2010, p. 75).

²¹⁴ Barbosa e Gouveia, 2013, p. 10-11.

²¹⁵ Não é a primeira vez que o vemos em Portugal neste período, à frente de um exército invasor, tendo já participado na campanha alentejana do ano anterior (*ibidem*, p. 13).

²¹⁶ *CJC*, a. 6, cap. X-XII, p. 569-573; a. 7, cap. I, p. 573; cap. III, p. 573-575; cap. VI-VII, p. 583-587.

²¹⁷ *CJP*, pt. 2, cap. XIX, p. 37-39. Os castelhanos acabam por mostrar, ao longo do seu debate, um “orgulho e auto-confiança” que já antes tinham sido abordadas por Fernão Lopes nos momentos imediatamente anteriores à batalha de Atoleiros (Lopes, 1994, p. 498, 500).

²¹⁸ Contudo, Ayala não especifica se era suposto esperarem a chegada do arcebispo, não fazendo qualquer crítica relativa a um suposto desencontro. Lopes, pelo contrário, apesar de admitir não ter certezas, apresenta uma imagem bem mais negativa dos inimigos de João I, e coloca a forte possibilidade de que estes se deveriam ter juntado ao arcebispo (Amado, 1997, p. 196). Esta questão, todavia, já foi algo

Se até aqui ambos os cronistas acabam por concordar sobre os acontecimentos e as personagens, as suas crónicas depressa entram em dissonância, começando pelos números da força castelhana. Enquanto Ayala nos fala em 300 lanças, Lopes diz que os capitães castelhanos se faziam acompanhar por 400 lanças, apoiadas por 200 ginetes²¹⁹, alguns peões (homens treinados e experientes) e besteiros²²⁰. Relativamente ao início da invasão, Pero López de Ayala escreve que os castelhanos entraram “*contra tierra de Viseo e Cellorico, e traían muy grand cabalgada*”, transmitindo a imagem de uma rápida e forte incursão²²¹. Nada acrescenta sobre o ataque, passando logo ao regresso²²², onde os castelhanos, perto da vila de Trancoso, encontraram “*ayuntados algunos caballeros e pieza de peones con ellos, que tenían la parte del maestre*”. Estas forças seriam capitaneadas por Martim Vasques da Cunha²²³, Gonçalo Vasques Coutinho e João Fernandes Pacheco, que, ao verem os castelhanos regressar com as suas presas, “*pusieron batalla cerca da villa de Trancoso*”²²⁴.

Fernão Lopes acrescenta alguns detalhes a Ayala, sobretudo no que toca ao processo de recrutamento das forças da Beira. Primeiro, relativamente ao percurso das forças castelhanas e ao ataque a Viseu, afirma que estas vieram por Almeida, “*que estaua por Castella*”, e Pinhel, “*que tinha voz por Portugall*”. É importante notar que Lopes não refere aqui que tomaram voz por Beatriz ou João I, mas sim por Castela e Portugal, pretendendo criar, ao contrário de Ayala, uma imagem inequívoca de guerra entre portugueses e castelhanos, de um reino contra outro. Não se tratava apenas de uma disputa dinástica, mas sim de uma guerra defensiva, de protecção contra o domínio castelhano. Voltando à narrativa, ultrapassada a vila de Pinhel, as forças castelhanas atravessaram depois as terras de Trancoso, “*roubando e catiuamdo*” por onde passavam,

matizada. Pedro Gomes Barbosa e Alexandre Patrício Gouveia avançam mesmo com a possibilidade de o arcebispo estar apenas encarregado de juntar as tropas, havendo um plano mais complexo de invasão, algo que escapara ao conhecimento do cronista português (2013, p. 14-16).

²¹⁹ Fernão Lopes só refere o número de ginetes mais à frente: “*se fezerom prestes aquellas quatroçentos de cauallo, e duzentos (de) cauallo de que era capitam aquell Pero Soarez de Quinhones, e com eles soma dhomens dee pee e alguns beesteiros*” (CJP, pt. 2, cap. XIX, p. 39).

²²⁰ Possivelmente seriam acompanhados por 400 não combatentes que, na carriagem, seriam responsáveis por manter o saque e guardar os prisioneiros portugueses (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 22, 32).

²²¹ A facilidade com que conseguem entrar no território português “mostra bem o estado de abandono em que se encontrava boa parte da metade oriental do território luso” (Martín Martín, 2008, p. 33).

²²² Segundo Pedro Gomes Barbosa e Alexandre Patrício Gouveia, isto confirmaria a hipótese de o ataque ter apenas como objectivo divergir as atenções dos portugueses. Não se tentava a captura efectiva de praças, mas sim o enfraquecimento de “um inimigo que já se encontrava em inferioridade numérica”. O regresso, após a chegada a Viseu, explica-se com o cumprimento desses objectivos (devastar, destruir e distrair), ou com a alteração dos mesmos, ao não existir resposta por parte dos inimigos (2013, p. 17).

²²³ Que na invasão de 1383-1384 prestara juramento a Juan I. A sua presença em Trancoso, realça a perda de apoios por parte de Juan I, junto dos fidalgos portugueses (CJC, a. 5, cap. XI, p. 555).

²²⁴ CJC, a. 7, cap. VIII, p. 587.

e, já em Viseu, puderam “roubar e catiuar e fazer todo o dano que podiam aa ssua vontade” à vista dos senhores daquela comarca, dos quais não sentiam agora qualquer receio²²⁵. Para além de reforçar o poderio da hoste castelhana, Lopes, ao contrário de Ayala, acaba por colocar em evidência a depredação das forças de um rei em terras que, ao considerar-se seu legítimo soberano, teria o dever de proteger²²⁶.

Fernão Lopes faz depois uma pequena pausa no percurso das forças castelhanas para abordar os acordos celebrados entre os senhores da Beira (que assistiam “passivamente e sem esboçarem qualquer reacção”²²⁷): Gonçalo Vasques Coutinho, alcaide de Trancoso, Martim Vasques e Gil Vasques da Cunha no castelo de Linhares, e João Fernandes Pacheco em Ferreira de Aves. Terá sido o último (mais próximo de João I) que “trabalhou de poer em esto mão” de evitar que o “omezio” entre os fidalgos portugueses (Gonçalo Vasques e Martim Vasques estavam desentendidos²²⁸) se consumasse nas esperanças castelhanas de um saque fácil. Convencendo ambos de que as desavenças não eram razão para que “leixes destruir o regno” (novamente a imagem de protecção contra algo exterior)²²⁹, acordando depois que caberia ao senhor de Trancoso a honra de capitanear a hoste²³⁰. Depois destas negociações, deram início ao delinear de estratégias, e, sem procurarem qualquer vantagem indevida (“sua peleja serr mais de louuar”), endereçaram um desafio aos castelhanos²³¹. Contudo, apesar da imagem de rectidão que Lopes evidencia, tal como acontecerá em Aljubarrota, estes contactos pretenderiam recolher informações acerca do inimigo²³² (“saber em certo por

²²⁵ *CJP*, pt. 2, cap. XIX, p. 39.

²²⁶ *CJC*, a. 7, cap. VIII, p. 587 ; *CJP*, pt. 2, cap. XIX, p. 38-39.

²²⁷ Martins, 2013, p. 270.

²²⁸ Para além de terem tomados posições antagónicas nas recentes cortes de Coimbra, haveria já antigas queixas de ambos relativamente ao outro, sobretudo sobre usurpações territoriais. Mas apesar destes problemas, segundo Miguel Gomes Martins, juntava-se um que dificultava ainda mais a tarefa de João Fernandes Pacheco, conseguir com que a honra e estatutos daqueles dois não impedissem a sua união, uma vez que era difícil fazer com que o senhor de Linhares, detentor de maiores forças, aceitasse que comando coubesse ao alcaide de Trancoso, que o exigira logo à partida (*ibidem*, p. 270).

²²⁹ Contudo, também se pode colocar a sua resposta ao regresso da força castelhana, “sob pressão de sentimentos de prestígio pessoal e de interesse na paga prometida e nos despojos” (Oliveira, 1987, p. 17). Segundo o próprio Fernão Lopes, João I estaria muito desagradado com a falta de reacção, dando a entender que, ao não protegerem as terras, perdiam o direito às mesmas. Isto teria chegado aos ouvidos dos senhores da Beira, que finalmente decidiram combater (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 23).

²³⁰ Para o sucesso dos esforços de João Fernandes Pacheco muito contribuiu a cidade do Porto, que disponibilizou importantes verbas para pagar a hoste (*ibidem*, p. 25; Martins, 2013, p. 270).

²³¹ Cumpriam-se os preceitos da Igreja para os combates entre cristãos, aumentando a sua honra, em contraste com o desonroso ataque castelhano. Montava-se, assim, o palco para que, na vitória portuguesa caísse um juízo divino sobre as forças leais a Juan I (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 38). Sobressai também, a imagem de um confronto senhorial, de defesa da honra e domínios. Cada um dos lados avançaria para o conflito como se este “se tratasse de um torneio” (Lopes, 1994, p. 501). Juan Rodríguez de Castañeda teria mesmo recebido um desafio que “*le prazia muyto*” (*CJP*, pt. 2, cap. XXI, p. 41-42).

²³² Martins, 2013, p. 271.

hu auiam de tornar e poer-lhe batalha no caminho em logar aazado”). Descobrimo-se que a hoste castelhana passaria por Trancoso (onde, segundo João Gouveia Monteiro, se empreendeu a uma “emboscada”²³³), os senhores da Beira colocaram as suas forças numa veiga a dois quilómetros e meio da vila²³⁴, por onde o inimigo teria de passar²³⁵. Sobre a hoste, Pero López de Ayala alude apenas à existência de alguns cavaleiros e uma peça de peões, enquanto Fernão Lopes é mais detalhado na sua narrativa, referindo que a batalha portuguesa era constituída por pouco mais de 300 lanças²³⁶, poucos peões de “*booa criação*” e alguns habitantes dos concelhos e lavradores daquela comarca (atingindo possivelmente cerca de 1000 peões²³⁷). A honra da hoste, contudo, é logo realçada por Fernão Lopes, que após explicitar a vantagem dos ginetes e homens-de-armas castelhanos (os portugueses que eram sobretudo “*muytos e mãos pioões*”), afirma que, ao avistarem o inimigo, “*fallando verdade, nom lhes prougue muyto*” e quiseram evitar o combate²³⁸. A tentativa viu-se, contudo, gorada pela atempada manobra das forças beirãs que “*se mouerom logo por deamte, e chegaran-se mais a eles de rosto*” (para novo terreno, também ele, já escolhido²³⁹). Os castelhanos verificaram que a única forma de escaparem ao combate era a de vergonhosamente abandonarem as suas presas e fugirem “*por esses montes cada huum como melhor podesse*”²⁴⁰.

Os castelhanos terão então parado para debater, discussão que é apresentada de forma semelhante em ambas as crónicas. Todavia, encontramos diferenças nos textos, uma vez que, ao contrário de Fernão Lopes, Pero López de Ayala apresenta a discussão no seio da hoste castelhana imediatamente após o avistamento do inimigo, sem qualquer

²³³ Monteiro, 2003, p. 270.

²³⁴ O facto de a resposta ter surgido apenas no retorno dos castelhanos, dever-se-ia mais à, já referida, demora em conseguir um acordo, do que a uma estratégia que procurasse encontrar os inimigos cansados, uma vez que, para isso, teriam de saber os planos precisos de Juan I (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 17).

²³⁵ É possível que passem tão perto de Trancoso por considerarem os senhores da Beira neutros naquele conflito (*ibidem*, p. 17-18), ou por “desdenharem da sua capacidade militar” (Monteiro, 2003, p. 270). Esta última hipótese ganha força em Fernão Lopes, quando a alegria de Juan Rodríguez de Castañeda pelo desafio dá lugar a uma tentativa de evitar o combate.

²³⁶ Juntas à pressa, com Gonçalo Vasques a comandar 120, Martim Vasques 150 e João Fernandes 30, ficando o resto sob a liderança de Gil Vasques e Egas Coelho (*CJP*, pt. 2, cap. XXI, p. 42).

²³⁷ A maioria, com pouca experiência e mal equipados, notando-se a ausência de qualquer referência a cavalaria. A hoste atingiria os 2400 homens, com um número negligente de não combatentes, tendo o apoio logístico do castelo de Trancoso (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 28; Monteiro, 2003, p. 271).

²³⁸ Ter-se-ão afastado da veiga “*a mão direita contra a Ribeira de Frechas, por se hirem pella ladeira do ualle peramtre os portugueses e a fraga do monte*”. Lopes expõe, assim, a imagem de uma arrogância castelhana que dura apenas até surgir uma efectiva e imediata resistência (*CJP*, pt. 2, cap. XXI, p. 42).

²³⁹ Este novo posicionamento bloqueava a única alternativa à estrada em que os castelhanos seguiam, pelo que a manobra terá sido planeada nos dias anteriores. Revelar-se-ia uma boa precaução, uma vez que, tal como em Aljubarrota, este novo posicionamento dificultava qualquer tentativa de “envolvimento lateral” por parte da hoste castelhana, forçada, assim, a um ataque frontal (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 41).

²⁴⁰ *CJP*, pt. 2, cap. XX-XXI, p. 39-43.

referência a uma tentativa de circundar a hoste portuguesa. Segundo Ayala, propuseram alguns que, “estado en la tierra de Portugal, e dormido y três noches, e iban com su presa que non avía por qué se desviar para ir a ellos”, confrontando os portugueses apenas se estes os perseguissem (“quisiesen venir”). Foi-lhes respondido, contudo, que “quando los oyesen en Castilla, que se lo razonarían mal”²⁴¹. Segundo Lopes, por verem “os emmijos estar ssy daquel geyto, e serem mais que eles”, os valores da honra e da mentalidade guerreira sobrepõem-se ao pragmatismo necessário em território inimigo, decidindo-se dar batalha aos portugueses ali mesmo, não “com esforço e ardileza”, mas porque “foy-lhes forçado e necessidade”²⁴². Em ambas as crónicas a batalha de Trancoso resulta, não da necessidade de abrir caminho até Castela, mas sim do desejo de manter o saque e a honra²⁴³, com Fernão Lopes, em divergência com Pero López de Ayala, a sublinhar que isso acontece apenas por não lhes ter sido dada outra hipótese pelas forças beirãs, dando-se, por isso, início ao combate²⁴⁴.

A batalha de Trancoso

Apesar de ambas as crónicas darem a iniciativa aos castelhanos, acabam por divergir relativamente à imagem inicial transmitida²⁴⁵. Com Pero López de Ayala, vemos os castelhanos a apearem-se e a avançarem, enquanto os portugueses se mantinham imóveis nas suas posições. Este ataque terá sido prejudicado pelo “grand calor que facía (...) e por ser la tierra labarada que facía grandes polvos”. Consequentemente, os castelhanos “desordenáronse, e fueron mal reglados, e non ayuntados como debían”. Logo, a sua narrativa começa, não com um embate de forças, mas sim com justificações para a desorganização da hoste. Só depois surge o primeiro choque, quando, ao mesmo tempo que se dava o avanço desgovernado da vanguarda,

*“algunos jinetes que iban con los de Castilla fueron a unos peones de Portugal que estaban en las espaldas de los sus omes de armas e mataban dellos; e aun decían que los peones de Portugal fuyeron;”*²⁴⁶

²⁴¹ *CJC*, a. 7, cap. VIII, p. 587.

²⁴² *CJP*, pt. 2, cap. XXI, p. 43. O cronista português acrescentara um detalhe: a confiança nos números.

²⁴³ O conselho anterior à batalha de Trancoso, assim como o de Aljubarrota, mostra como “os conceitos medievais de «honra» e de «dever»” afectavam as opiniões dos nobres que, receando muitas vezes a acusação de cobardia, se afastavam das tácticas de maior prudência (Monteiro, 1998, p. 273).

²⁴⁴ Oliveira, 1987, p. 224.

²⁴⁵ Assim como na forma como se descreve a batalha, apontando como razão Teresa Amado, o facto de, nesta parte, a fonte de Fernão Lopes ser claramente outra que não Pero López de Ayala (1997, p. 1996).

²⁴⁶ *CJC*, a. 7, cap. VIII, p. 587-588.

Resumindo, para Ayala, apesar dos castelhanos avançarem sem organização, cabes-lhes, sempre, a iniciativa, conseguindo mesmo por os peões portugueses em fuga. Não obstante a desvantagem do terreno, o cronista castelhano transmite uma imagem positiva do início da batalha, não sendo nisso seguido por Fernão Lopes, que não faz qualquer referência às dificuldades de terreno (com declives vantajosos aos portugueses). O cronista português concorda com o apeamento dos homens-de-armas (decisão que deveria ter partido de Juan Rodríguez de Castañeda, em face da sua experiência em Atoleiros²⁴⁷), mas difere no desenrolar dos primeiros momentos da batalha. Para Lopes, os lavradores e peões portugueses (na “*costaneira da batalha*”) fugiram para Trancoso por cobardia, abandonando as suas posições quando vêem os inimigos “*corregidos pera peleiar*” e não pelo seu ataque²⁴⁸. Só pela fuga destes é que ganharam os castelhanos “*mais coraçom*”, com os seus homens-de-armas, “*boons e esforçados*”, a avançar com “*tam trigosas passadas, que parecya que cada huum deseiaua seer o primeiro que nelles ferisse*”²⁴⁹. Inicia-se um intenso combate com a vanguarda portuguesa (“*huma muy forte e acesa batalha (...) trabalhando huuns e outros por leuar a melhorya (...) de muy de uontade*”), enquanto os ginetes “*veendo fogir os peões portugueses, matauom nelles aa sua vontade, de gujsa que morryam muytos*”²⁵⁰. A crónica portuguesa começa, assim, com uma imagem algo ambígua. Ambos os lados dão mostras de cobardia, com a ressalva de que, na posição portuguesa, apenas o víamos nos maus combatentes e não nos homens-de-armas, ao contrário da castelhana, que só avança vendo parte do inimigo em fuga²⁵¹.

Mas mesmo a boa imagem narrada na crónica castelhana depressa é substituída por uma de insucesso. Apesar do seu êxito inicial, os ginetes, ao colocarem-se “*a las espaldas entre los peones de Portugal e la villa de Trancoso*”, impediram que a fuga dos peões portugueses se generalizasse. Ainda pior, os capitães portugueses que “*tenían muchos omes de pie consigo*”, ao verem a chegada desordenada dos homens-de-armas castelhanos, mantiveram as suas posições e

²⁴⁷ Martins, 2013, p. 272; Monteiro, 2003, p. 272.

²⁴⁸ Este momento vem corroborar a opinião de Nuno Álvares Pereira, que em Atoleiros tinha colocado junto dos seus peões alguns homens de armas para que aí os segurassem (CJP, pt. 1, cap. XCV, p. 158).

²⁴⁹ A justificação para um possível avanço desgovernando da vanguarda castelhana poderia estar então na sua arrogância e temeridade, cometendo os mesmos erros dos franceses em Crécy (Arnaut, 1947, p. 130).

²⁵⁰ O ataque às alas portuguesas (onde não estariam homens-de-armas), que se deve ter dado em simultâneo com o ataque à vanguarda, parecia, em ambas as crónicas, dar vantagem inicial aos castelhanos (Monteiro, 2003, p. 272). É, contudo, possível que, devido à alteração de posição da hoste portuguesa, estes peões ainda não estivessem colocados nas suas posições, estando ainda dispostos numa zona lateral (entre a hoste e Trancoso) muito vulnerável (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 48).

²⁵¹ CJP, pt. 2, cap. XXI, p. 43.

*“esperáronlos a toda sua aventaja, en guisa que los desbarataron, e mataron y a los dichos Juan Rodríguez de Castañeda, e Pero Suárez e otros caballeros e escuderos, en manera que todos los más omes de armas que y eran morieron; e el dicho Álvar García escapó ferido.”*²⁵²

Assim, ao falhanço do ataque da cavalaria ligeira, que não conseguira distrair ou provocar a desorganização nos homens-de-armas portugueses, junta-se o fracasso do ataque da infantaria. Esta, ao chegar junto dos portugueses²⁵³, foi desbaratada de tal modo que, segundo o próprio Ayala, teriam morrido todos os homens-de-armas ali presentes²⁵⁴. É uma imagem de forte desastre militar, ao contrário daquilo que escrevera sobre Atoleiros, e que se vai repetir em Fernão Lopes. O cronista português afirma também que o sucesso da cavalaria castelhana pouco durou, uma vez que os peões portugueses, forçados pela matança, regressavam à batalha. Salienta e elogia depois ambas as forças, ao concluir que as duas partes se esforçaram

*“per grande espaço do dya (...) a continuar a sua pelleya ataa morrer ou vemcer; e eram os golpes tam grandes e assy espessos que os ouuyam en Troncoso. E apirfiando asy por conprir suas vontades, foram os castellaños vencidos e mortos todos, saluo os genetes e muytos pages (...) e alguns homens de pee que fugirom per esses montes.”*²⁵⁵

Fernão Lopes acaba por, ao ignorar um pouco as questões relativas ao avanço das forças²⁵⁶ (que poderiam servir de justificação para a derrota castelhana), preocupar-se mais em descrever os ânimos dos presentes. Aqui, o cronista português deixa uma boa imagem dos castelhanos, a quem antes acusara de cobardia por terem tentado primeiro escapar ao confronto. Se é verdade que alguns dos presentes, que se encontravam a cavalo ou afastados do combate, conseguiram fugir, todos os homens-de-armas deram mostras de grande determinação e coragem²⁵⁷, uma vez que insistiram no combate (ao longo do dia) em vez de se retirarem, o que teria obrigado a sucessivas cargas num forte

²⁵² *CJC*, a. 7, cap. VIII, p. 588.

²⁵³ De modo a precaver o rompimento da vanguarda, estariam lá colocados dois terços do total das forças portuguesas, cerca de 1400 homens (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 51).

²⁵⁴ Segundo José Luis Martín Martín, tal deveu-se ao facto de a batalha ter ocorrido num terreno dominado melhor pelos portugueses (impróprio para cargas de cavalaria), explicando-se, assim, o “sério descabro” da hoste castelhana, com apenas um sobrevivente entre os seus líderes (2008, p. 34).

²⁵⁵ *CJP*, pt. 2, cap. XXI, p. 43-44.

²⁵⁶ Em nenhuma das crónicas é feita particular referência ao uso de projecteis e ao impacto que estes teriam tido (em especial antes do embate entre as duas vanguardas). Contudo, como já verificámos, é feita referência à presença de besteiros do lado castelhana, sendo possível que a sua existência na hoste portuguesa fosse nula ou negligente (Monteiro, 2003, p. 271).

²⁵⁷ Também forçados a isso, embora não explicitamente dito por nenhum cronista, pela fuga dos seus pajens, que certamente tinham ainda os seus cavalos (*ibidem*, p. 272).

declive, contra uma vanguarda portuguesa que se terá mantido compacta durante toda a batalha²⁵⁸. O cronista português apresenta esta determinação como a razão para a morte de todos os homens-de-armas castelhanos, à qual aludira o seu homólogo castelhano, que, contudo, não faz qualquer referência ao seu grande esforço, deixando mesmo uma imagem claramente negativa do seu comando.

Pela segunda vez nesta guerra, surge um momento em que os castelhanos, face a uma força portuguesa bem organizada, revelam alguma falta de organização e coordenação, provocando um novo desaire para a estratégia de Juan I. Só que, desta vez, na crónica de Ayala, o recontro resulta, não num impasse, mas sim num autêntico desastre militar, que, desde o início, foge ao controlo dos capitães de Juan I (não escolhidos por ele, o que o isentava de culpas). No entanto, Ayala ainda procura apresentar alguns elementos justificativos. Logo no início, minimiza um pouco o desfecho negativo da batalha, descrevendo como as condições físicas (pouca visibilidade provocada pelo pó) e climatéricas (altas temperaturas) afectaram o avanço da infantaria castelhana. Todavia, estas condições parecem um pouco escassas, sobretudo a segunda, uma vez que as temperaturas afectariam, não apenas o contingente castelhano, mas também o português²⁵⁹. Seguidamente, já no decorrer da batalha, para Ayala, foi o afinco demonstrado pelos ginetes de Castela que realmente acabou por provocar ou ajudar à contínua resistência de parte do dispositivo português, que, até ali, se encontrava em fuga, acabando mesmo por ficarem os cavaleiros presos entre a peonagem e as muralhas da vila de Trancoso. Apesar desta narrativa algo justificativa, a crónica de Ayala evidencia uma hoste castelhana sempre desorganizada, que, com alguma arrogância, ataca um dispositivo estático e bem organizado. Desta vez não minimiza os acontecimentos no final da batalha (sem qualquer reorganização da hoste), concluindo antes, com o impacto que esta contundente derrota (para além dos peões, não surgem mais baixas portuguesas) teve no conflito, uma vez que, para além de afectar toda a estratégia inicialmente dilineada por Juan I, *“cobraron los de Portugal com esto, e con otras dichas que avían avido antes desto, esfuerzo e orgullo”*²⁶⁰.

²⁵⁸ E aos quais se teriam ainda juntado os prisioneiros portugueses da carriagem castelhana (Arnaut, 1947, p. 121; Barbosa e Gouveia, 2013, p. 55-56; Martins, 2013, p. 272; Monteiro, 2003, p. 272).

²⁵⁹ O vento, por outro lado, poderá ter tido um forte impacto nas forças castelhanas, num terreno atempadamente escolhido por quem teria conhecimento detalhado das suas características (Martins, 2013, p. 273). Curiosamente, Ayala não refere, nem os declives, nem os arbustos, que, por ter adoptado uma atitude defensiva, beneficiaram a hoste portuguesa (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 49-51).

²⁶⁰ *CJC*, a. 7, cap. VIII, p. 588.

Regressando a Fernão Lopes, este concorda com Pero López de Ayala ao atestar que todos teriam falecido no comando castelhano²⁶¹. Apenas Pero Suárez de Quiñones, capitão dos ginetes, e Álvaro Garcia – que surge na crónica com o nome de “*Garcya Goterrez*” – teriam sobrevivido. Ao afirmar que estes teriam sido poupados para testemunharem o que acontecera junto dos seus, a sua crónica transmite a imagem de um comando português interessado em chocar e consternar ao máximo o partido de Juan I, provavelmente com o objectivo de afectar a campanha que decorria. Relativamente aos portugueses, Fernão Lopes refere que não falecera nenhum dos seus capitães, com a lista de vítimas a resumir-se aos lavradores e peões mortos pelos ginetes (novamente coincidindo com Ayala). Junto com o relato de recuperação de todo o saque e cativos, esta imagem transmite-nos um dispositivo que, tal como em Atoleiros, se apresenta sempre, antes e durante o confronto, bem organizado, não deixando, assim, qualquer dúvida “quanto à coesão do exército português”²⁶².

Após esta descrição, o cronista português vai compensar a imagem anterior à batalha, de uma nobreza local desavinda. Acaba a sua narrativa num claro tom positivo, com os capitães portugueses a regressarem “*muyto amygos e nunca depois desauijndos*”, conseguindo, assim, o ataque castelhano suscitar a união dos fidalgos da região em torno da defesa do reino – “*nom foy melhor ferida batalha entre os portugueses e os castelaños de quantas ouuerom em toda a guerra*”²⁶³ –, e conceder uma grande alegria a João I, que, dando “*muytas graças a Deus, a que prouguera de o assy ajudar*”²⁶⁴), revelava estar “a par de tudo o que se passava no reino”²⁶⁵. Conclui, pois, a sua narrativa sobre Trancoso na mesma linha do cronista castelhano²⁶⁶, com os portugueses a ganharem um grande ânimo²⁶⁷, preparando-se para as magnas dificuldades que se adivinhavam. Como já afirmara Salvador Dias Arnaut, enquanto os

²⁶¹ Pedro Gomes Barbosa e Alexandre Patrício Gouveia apontam como razão para isto, para além da violência do combate em si, a possível existência de acordos entre os senhores da Beira e os cavaleiros castelhanos, que agora não interessava chegarem aos ouvidos do novo rei de Portugal (2013, p. 58).

²⁶² *Ibidem*, p. 57.

²⁶³ Indício claro do empolgamento que o cronista português quer incutir à sua narrativa. O que combinaria mal com os fortes elogios que faz a Nuno Álvares Pereira (Amado, 1997, p. 196)

²⁶⁴ *CJP*, pt. 2, cap. XXI, p. 44-45.

²⁶⁵ Lopes, 1994, p. 500.

²⁶⁶ Cujá breve análise da batalha dá a entender que lhe fosse dada pouca atenção (Amado, 1997, p. 196). Intenção que poderá também ser apontada à sua narrativa da batalha de Atoleiros.

²⁶⁷ A notícia desta vitória, na qual os senhores da Beira defenderam as suas terras de invasores estrangeiros, ter-se-á espalhado por todo o reino, confirmando novamente que o exército castelhano (que tantos sucessos obtivera contra as hostes portuguesas durante o reinado de Fernando I de Portugal) não era invencível. Uma força bem organizada podia fazer frente aos números, e até ao equipamento, superiores do inimigo, mesmo que estes adoptassem táticas diferentes, combatendo desta vez apeados (Barbosa e Gouveia, 2013, p. 72; Martins, 2013, p. 274; Monteiro, 2003, p. 272).

portugueses ganhavam entusiasmo e confiança, os castelhanos viam-se assolados por uma “concomitante depressão moral”, algo que Lopes evidencia e Ayala não esconde, sendo pelo contrário o foco final da sua descrição da batalha²⁶⁸.

Elvas, os debates em Castela e nova invasão

Finalizada a narrativa da batalha de Trancoso, as crónicas divergem um pouco quanto às razões para Juan I alterar a sua estratégia. Fernão Lopes acrescenta mesmo eventos passados em Elvas que, junto com aquela batalha, teriam contribuído para o repensar da campanha. Eventos que são silenciados por Pero López de Ayala quando nos apresenta o abandono do cerco de Elvas da seguinte maneira: sabendo que os “*suyos eran desbaratados e muertos (...) partió logo dendê, e vínose para Cibdad Rodrigo*”. Deste modo, sobressai em Ayala a imagem de um rei capaz e decidido, que ordena a “*todos sus vassallos que fuesen com él en este mes de julio*”, e que, junto com a narrativa de outros dois eventos, minimiza o desfecho da batalha de Trancoso. Segundo o cronista, Mértola, então cercada, é socorrida por Sevilha, cujos 300 homens-de-armas e 800 peões venceram uma força de 200 homens a cavalo e 4000 peões, ficando o sucesso indelevelmente marcado porque se “*prisó muchos dellos*”²⁶⁹. Ainda no Alentejo, Alfonso Fernández de Montemayor, senhor de *Alcaudete*, e Garcia Fernández de Villagarcía, comendador-mor da Ordem de Santiago em Castela, conseguiram desbaratar um comboio de abastecimento que ia a caminho de Arronches²⁷⁰. Seguidamente é também narrada a chegada de 26 naus castelhanas junto a Lisboa com muitas “*viandas*” para abastecer os lugares do rei castelhano. Assim, a imagem negativa de Trancoso (que no final do seu capítulo, como vimos, fora deixada bem evidenciada) é logo substituída por uma positiva, de força e sucesso, em vésperas de nova invasão castelhana. Deste modo, dá-se a entender que Juan I tinha conseguido lidar rapidamente com o desaire, voltando a deixar o inimigo muito fragilizado e pressionado, o que “*muy grand plácer*” dera a um monarca castelhano de ânimos ainda elevados²⁷¹.

²⁶⁸ Arnaut, 1947, p. 123.

²⁶⁹ O cronista refere ainda que a vila portuguesa era tida como “*la principal entrada por aquella comarca de Sevilla, contra el Algarbe e el campo de Orique*”, cuja perda iria por em risco qualquer esforço ofensivo por parte de Juan I naquela região (CJC, a. 7, cap. IX, p. 589).

²⁷⁰ Transmite-se, assim, na crónica de Ayala, a imagem de que, para Juan I, “nem tudo eram más notícias”. Contudo, estes confrontos, estas “escaramuças”, teriam pouco impacto nas estratégias gizadas por ambos os reis e, assim, pouca importância para o desfecho final da guerra (Monteiro, 2003, p. 273).

²⁷¹ CJC, a. 7, cap. IX-X, p. 588-590.

Esta imagem de sucesso e de boa liderança por parte de Juan I de Castela e dos seus capitães contrasta muito com aquilo que nos transmite Fernão Lopes. Apesar do início ser também positivo, com o rei “*prestes muy trygosamente pera entrar em Portugal por parte de Badalhoçe*”, e com notícias de que o Tejo fora fechado por 40 naus, 10 galés e 20 outras embarcações castelhanas, Lopes vai olhar, não só para os eventos do cerco de Elvas, como também para o ataque ao comboio de Arronches, sob um prisma diferente, acabando por esbater essa boa imagem dos sucessos castelhanos com a de um claro falhanço do ataque concêntrico. Contudo, antes disso, o cronista português vai ocupar-se a seguir os avanços de João I e Nuno Álvares Pereira²⁷². Então em Guimarães, recebem muitos elogios, sobretudo o segundo (nomeado Condestável na sequencia das cortes de Coimbra), pela sua determinação e vontade de combater o invasor (“*pera atalhar a todos estes feitos, assy era com ajuda de Deus poer batalha a el-Rey*”). Segundo o cronista português, o Condestável seria até incansável na sua procura (“*que tantos modos auja buscados pela pelleiar com el-Rey*”), sem, porém, deixar de ser precavido (“*rrazzoando primeiro sobrello muyto*”). Partem então, já com “*teemçom de juntar suas gentes*”, em direcção a Coimbra²⁷³, onde permanecem alguns dias antes de seguirem para Penela. Aqui, da mesma forma que Ayala interrompe as deslocações de Juan I para narrar o sucesso dos seus capitães, também Lopes se detém para informar como o senhor de Penela, conde de Viana e primo de Leonor Teles, que tomou voz por Beatriz, foi decapitado pelas gentes da região quando aí tentara roubar mantimentos. O cronista não só coloca em foco o sucesso daqueles que apoiavam João I, mas também começa a abordar novamente o tema das depredações que os apoiantes de Juan I infligiam às gentes de Portugal, reforçando como o rei combatia pela sua protecção. Eventos como este, em que podemos incluir as revoltas das populações em 1383, dão a todo este período, sobretudo na narrativa portuguesa, “uma fortíssima carga de ‘guerra social’, de pequenos contra grandes”²⁷⁴.

O cronista português regressa depois a João I, que passa por Tomar²⁷⁵ a caminho de Torres Novas, a qual cerca. Tendo o alcaide respondido apenas “*depois que o areall foy posto*”, rapidamente é derrotado, refugiando-se de novo no castelo, enquanto a vila é

²⁷² Aos quais Ayala faz uma alusão muito breve, referindo apenas a sua deslocação do Minho para o Tejo.

²⁷³ Onde chegam a João I mensageiros de Carlos II de Navarra (1349-1387) que prometia atacar Castela enquanto Juan I estivesse em Portugal, em troca da mesma atitude em caso de ataque a Navarra. Apesar do rei português ter aceitado a proposta e respondido, a aliança não se veio a verificar e “*nom comprer sobrello fazer mais deteença*” (CJP, pt. 2, cap. XXII, p. 45-46).

²⁷⁴ Duarte, 2007, p. 119.

²⁷⁵ Onde recebe o serviço de Jean de Montferrand, um cavaleiro gascão.

saqueada. A imagem aqui transmitida mostra-nos como as forças castelhanas apenas respondiam à presença de João I quando já não teriam alternativa. Revela ainda, para além de alguma hesitação ou cobardia, uma certa inaptidão, por nada fazerem enquanto os portugueses estavam ocupados a montar o cerco, e por, depois de derrotados, serem incapazes de fechar as portas da vila. Mas nem tudo é positivo para João I. A pressão a que está sujeito fica clara no capítulo seguinte, quando nos é narrado o início do juntar de contingentes para a batalha de Aljubarrota. Naquele momento, o rei português é obrigado a circundar Santarém para que as forças de Lisboa se juntem a si de forma “segura”²⁷⁶. Mesmo assim, estas dificuldades acabam por servir para transmitir a imagem de um rei preparado, capaz, que parte de Torres Novas já com as suas hostes “hordenadas em batalha” (em comando da retaguarda, enquanto o Condestável liderava a vanguarda), num total de 600 lanças²⁷⁷. Depois de atravessar o termo da Golegã, surgem os primeiros confrontos, já à vista de Santarém, o que só vinha dar razão às suas cautelas. Parte da vanguarda teria então combatido as gentes de Castela, capitaneadas por Álvaro Gonzalez de Sandoval, provocando a fuga dos castelhanos (com duas mortes para cada lado). Mas o principal embate dar-se-ia já na travessia do Tejo, perto de Santa-Iria-a-Pequena, para a qual os castelhanos estariam precavidos, colocando uma forte guarda no local e provocando uma “grande e muy pellejada escaramuça”, que se salda pelo sucesso português²⁷⁸.

Atravessado o rio, o rei pernoita ainda no termo de Santarém, momento no qual a imagem de força começa a ser substituída por outra de alguma debilidade, uma vez que nos é dito que o gado ali encontrado, muito teria aliviado os homens do monarca, que já vinham “mynguados de matijmentos”. Depois de se referir nova travessia do rio, em Muge, e o fixar do arraial junto à ponte que “esta aallem” do Cartaxo, novamente se descrevem as dificuldades da hoste, uma vez que a fome se mantinha. A compensar esta imagem, surgem novos elogios ao Condestável, que recebe à sua mesa cinco cavaleiros que “morryam de fame”, a quem dá todo o pão que tinha. A situação das forças de João I seria então muito complicada, apesar de Fernão Lopes não o explicitar para além da alusão à falta de mantimentos, que se deveria às muitas praças ainda em poder dos

²⁷⁶ Abandonando a ideia de enviar o seu marechal, Álvaro Pereira, pouco acompanhado até Lisboa.

²⁷⁷ Onde iam Vasco Martins de Melo, Antão Vasques, Vasco Martins da Cunha e o doutor Gil de Ossém.

²⁷⁸ Aqui, Fernão Lopes narra algumas “cousas notaaees”, como o facto de Martim Afonso e Vasco Martins Melo, o Moço, serem dos primeiros a lançar-se contra os castelhanos, sendo salvos pela atempada chegada do Condestável e de Vasco Martins da Cunha (CJP, pt. 2, cap. XXIII, p. 47-48). Apesar de Lopes começar a tratar Nuno Álvares Pereira por Conde, devido à promessa feita por João I, continuaremos a manter o uso de Condestável até surgir o cumprimento dessa mesma promessa.

castelhanos, que, assim, controlavam a região. De modo a fazer frente a esta situação, o rei mostra-se decidido e cerca Alenquer (em poder de Vasco Peres de Camões, apoiante de Juan I), provocando boas escaramuças e permitindo a realização de forragens na região. Afastada a ameaça de Santarém e Alenquer, deu-se início ao recrutamento de forças²⁷⁹. Enquanto João I permaneceria ali à espera dos reforços de Lisboa, o Condestável atravessaria o Tejo e regressaria ao Alentejo para as suas gentes, antes de se agruparem todos em Abrantes²⁸⁰.

Só aqui, Fernão Lopes interrompe a sua narrativa, para referir o confronto entre as forças de auxílio a Arronches e as dos senhores de Castela, reforçando o facto de a derrota portuguesa se ter devido à ausência dos escudeiros eborenses que formavam a sua escolta (encontrando-se a atacar Campo Maior). Deste modo, o ataque dos senhores castelhanos, ao contrário do que transmite Pero López de Ayala, surgia apenas do facto de o comboio estar desprotegido. Encontrando “*esses poucos que acharom*”, aos quais provocando muitas baixas, teriam então obtido uma vitória algo ambígua, até mesmo minguada por alguma cobardia. Enquanto Ayala fortalecia (em resposta a Trancoso) a imagem de determinação dos senhores castelhanos, Lopes, no meio da narrativa de determinação de João I e dos seus, refere um ataque cobarde, minimizando, assim, o evento, aproveitando mesmo para criticar a liderança castelhana. Contrastando com estas atitudes estão Nuno Álvares Pereira e os seus homens, em cujas acções o cronista recusa ver desonra (“*erradas estoryas*”²⁸¹). Em nova travessia do Tejo, Lopes defende que 265 lanças, das 300 que o acompanhavam, regressam a Alenquer, não por medo dos castelhanos, uma vez que eram “*tam leaaes e tam fieeis e prouados por boons e ardidos homeens darmas*”, mas por iniciativa do próprio Condestável, que não queria deixar o rei, que o forçara a aceitar aquela escolta extra, desfalcado e desprotegido²⁸². Quanto ao seu percurso, Fernão Lopes afirma que, ultrapassados Salvaterra e Montemor-o-Novo, chega a Évora²⁸³, de onde escreve “*a todollos homens darmas e peeoões e besteiros*” que pretendia levar consigo. Terá repetido depois o processo em Estremoz, culminando

²⁷⁹ CJP, pt. 2, cap. XXIII, p. 48.

²⁸⁰ A escolha de Abrantes procurava antecipar a já referida estratégia de tenaz adoptada por Juan I, para a qual o comando português estaria já precavido, tendo em conta os eventos de 1384 (Barbosa e Gouveia, 2007, p. 12; Martín Martín, 2008, p. 36; Monteiro, 2003, p. 273).

²⁸¹ O cronista chega a parecer estar ofendido com tais erros, afirmando que “*tam maa e tam errada opinyom, defamador de sseus boons e leaaes vasallos*” tinha de ser desmentida, enquanto quem o transmitia devia “*com os geolhos em terra perdom aa verdade*” (CJP, pt. 2, cap. XXIV, p. 49).

²⁸² A grande proximidade entre João I e o Condestável fica bem patente neste episódio, pois o monarca “*nom amaua menos a vida e honra do Comdestabre que a ssua mesma*” (CJP, pt. 2, cap. XXIV, p. 49).

²⁸³ Onde encontrou alguns dos que tinham sido desbaratados a caminho de Arronches, a quem conforta.

o capítulo com uma boa imagem dos homens do Condestável, que vão “*logo pera elle*” sem qualquer hesitação. O cronista regressa depois a João I, que convocara os fidalgos da Beira e recebera o fronteiro-mor de Lisboa, acompanhado por 100 lanças²⁸⁴ dessa cidade e 21 inglesas²⁸⁵. Parte depois a 10 de Julho pelo mesmo caminho, parando frente a Santarém sem que os castelhanos arriscassem acometer à hoste, e chegando a Abrantes após três noites²⁸⁶. Aqui, novamente, o cronista vai-se insurgir contra os “*liuros de patranhas*” que dizem que parte do conselho do rei pretendia, após poucos dias de espera, atacar imediatamente Juan I²⁸⁷ sem o Condestável, apontando o facto da presença deste ser “*booa ajuda pera tal feito*”, e passando logo para a imagem de um Nuno Álvares Pereira incansável, que parte imediatamente após receber as missivas do rei a pedir o seu regresso. Lopes afirma mesmo, com algum exagero, que o Condestável apenas parou no terceiro dia, quando já estava a 10 quilómetros de Abrantes, atravessando o rio Tejo à frente da sua hoste (600 homens-de-armas, 2000 peões e 300 besteiros, que chegam no dia seguinte) para reunir com João I e preparar a campanha²⁸⁸.

É, maioritariamente com imagens positivas das forças portuguesas, que Fernão Lopes torna a Juan I, a quem irá acompanhar até Leiria. Surge então a narrativa do cerco de Elvas, apenas aludido por Pero López de Ayala, que, assim, escondera o seu impacto negativo nos planos do monarca castelhano para a invasão de Portugal. Lopes, pelo contrário, mostra como o cerco corria mal às forças castelhanas, fazendo surgir uma imagem de Juan I claramente negativa: estaria enraivecido e cheio de ódio (“*tagya em vomtade de fazer gram mortandade nos portugueses*”), querendo dizimar toda a resistência (“*per justiça e quaaesquer outros modos per que se vijngar podesse*”). Determinado a ficar em Portugal até que por “*força todo tomasse*”, o rei castelhano entrara por Badajoz, caindo logo sobre a vila de Elvas, porque, segundo o cronista português, tal como com o comboio de mantimentos de Arronches, mais do que a sua

²⁸⁴ Número que não é superior devido à escassez de montadas em Lisboa (Martins, 2007, p. 153, n. 670).

²⁸⁵ Sendo este o único número que dá para os contingentes ingleses de Aljubarrota, Lopes reforça a imagem de uma hoste esmagadoramente composta por portugueses, que viam, assim, a sua honra aumentada. Estratégia que seria um esconder propositado da contribuição inglesa, uma vez que sabemos da presença em Portugal de um número muito superior de corpos militares ingleses. Temos como exemplos as chegadas a Lisboa de 200 homens-de-armas e 200 arqueiros, a Setúbal de 90 soldados e ao Porto de pelo menos 150. Na realidade o número de ingleses estaria próximo dos 700, atingindo os 800, com os reforços gascões, talvez (Faria, 2011, p. 263-264; Russell, 2000, p. 405).

²⁸⁶ Na primeira noite, em Valadas, dá ordens para se manterem os homens todos armados, pela “*booa seguramça*”, deslocando-se depois pelo arraial e repreendendo quem encontrava imprevisto, reforçando-se, assim, novamente, a imagem de um rei prudente e atento (CJP, pt. 2, cap. XXV, p. 50).

²⁸⁷ Que já estaria em Portugal, obrigando o rei a tentar acelerar o juntar das duas hostes, enviando cartas ao Condestável para que regressasse o mais depressa possível, com os efectivos que tivesse já junto de si.

²⁸⁸ CJP, pt. 2, cap. XXIV-XXV, p. 49-52.

importância (“*das boas villas do reyno*”), interessava a sua suposta fragilidade (“*mynguado de mantijmentos*”). Mas, na realidade, Elvas vai resistir eficazmente (os portugueses mantinham as portas abertas e atacavam os castelhanos “*quando lhes prazia de o fazer*”), com o cerco a prolongar-se mais do que se previra²⁸⁹, e do qual o cronista a realça dois episódios em particular: a captura do comboio de abastecimentos de Badajoz (Juan I entrara, assim, novamente impreparado para uma campanha) e o ataque de Gil Fernandes (acompanhado por 30 escudeiros e alguns peões) a posições castelhanas à vista do próprio rei, provocando uma “*fremossa e booa escaramuça*” (seis mortos castelhanos e apenas um português). Terminando a narrativa com a retirada de Juan I, que “*mudou seu propósito da entrada que fazer quisera per quella parte (...) vemdo como perdia seu tempo sobre aquell logar*”²⁹⁰, Lopes transmite a imagem de um claro falhanço na organização e no desenrolar do cerco. Não foi, assim, apenas pela chegada de más notícias de Trancoso, que se alterou a estratégia de ataque circundante a Lisboa²⁹¹. Antes da retirada, Fernão Lopes regressa ao ódio de Juan I, que tivera muito “*prazer*” ao saber o que ocorrera em Arronches, onde “*muyta gemte de Portugal foram ally mortos*”²⁹², deixando patente, mais uma vez, a imagem de um frente-a-frente entre João I, defensor de Portugal, e Juan I, desejoso da morte dos portugueses. Antes de abandonar Elvas, Juan I mandara mesmo decepar um cativo e prometera fazer o mesmo a todos os elvenses. Mas a isto responderam os portugueses com determinação, com Gil Fernandes a mandar decepar dois escudeiros castelhanos²⁹³, forçando o rei abandonar o lugar sem “*mais fazer Justiça*” (só executa outros 17 já em viagem). Assim, a imagem transmitida (o cronista silencia o cerco de Mértola²⁹⁴) é de total vitória portuguesa, culminando no facto de o rei castelhano ser forçado a resgatar as “*azemellas que lhe tomarom*” com dinheiros, antes de retirar para Ciudad Rodrigo de “*maa vomtade*”²⁹⁵.

²⁸⁹ Os conselheiros Juan I tinham prometido que 15 dias bastariam, mas o cerco atingiu os 25.

²⁹⁰ O rei teria pressa de chegar a Lisboa, onde já se encontrariam naus com muita madeira para “*fazer artifiçios de tomar villas, e muyta ferragem de bestas e muytas outras cousas aa guerra pertencentes*”. Assim, apesar destes reveses, a ameaça a Lisboa continuava a aumentar (CJP, pt. 2, cap. XXVI, p. 54).

²⁹¹ No entanto, segundo Salvador Dias Arnaut, o impacto da batalha de Trancoso na estratégia de Juan I não deve ser ignorado (1947, p. 126-127, n. 2).

²⁹² Contudo, Lopes sublinha, mais uma vez, o facto de não ter ocorrido um confronto entre verdadeiros combatentes, não se conseguindo encontrar entre as baixas qualquer capitão português.

²⁹³ Esta resposta e a promessa de fazer o mesmo a 80 castelhanos capturados (sem referência a qualquer número de portugueses cativos) vêm reforçar o insucesso de Juan I e a determinação dos elvenses.

²⁹⁴ Possivelmente por esta se encontrar no raio de acção de Nuno Álvares Pereira, Lopes omite esta derrota, de modo a não manchar a imagem imaculada do Condestável (Amado, 1997, p. 180).

²⁹⁵ CJP, pt. 2, cap. XXVI, p. 52-54. Segundo Renato F. Marques Pinto, esta alteração de trajecto acabaria por ser prejudicial aos objectivos de Juan I, por dar mais tempo ao rei português para reagrupar as suas forças em Abrantes (1987, p. 238).

Surge depois o debate no conselho de Juan I acerca da nova invasão: o rei deveria entrar “*por su cuerpo*” ou “*dexaría puestos sus fronteiros*”²⁹⁶, com Fernão Lopes a referir que o monarca estava em Ciudad Rodrigo já “*com terminada temçom de entrar em Portugal*”²⁹⁷. Pero López de Ayala, crítico deste tipo de dissimulações (por ele descritas em 1383) mantém-se desta vez em silêncio. Os defensores da primeira hipótese argumentavam que o rei deveria entrar em Portugal “*com todos los suyos*”, porque não era plausível que o Mestre, com piores tropas, “*fuese osado de pelear com él*”. Aliás, muito do reino estaria já capturado e, cercada de inimigos, e, “*entrando él com su poder, aquella cibdad de Lisboa se le daría*”, acabando com “*esta perfyra contra elle*”²⁹⁸. Era uma posição de claro optimismo, face à suposta fragilidade da facção do mestre de Avis²⁹⁹. Seguidamente avisaram que, sem ao auxílio prometido, os seus apoiantes em Portugal perderiam a vontade de o servir³⁰⁰; e que o Mestre procurara uma “*huma grossa ajuda de gentes*” em Inglaterra, que lhe podia “*dar muy gram torua*”; obrigando-o, assim, claramente, a uma rápida intervenção em Portugal³⁰¹.

Contudo, segundo ambas as crónicas, os opositores a esta visão defendiam que a doença de Juan I (“*adolescía cada día de sus dolências*”) deixava o exército em “*gran desmano*”³⁰². O rei não teria em quem se apoiar, havendo poucos ou nenhuns capitães que “*soubessem os feitos da guerra como compria*”³⁰³. A escrita de Ayala acaba por ser a mais contundente³⁰⁴, afirmando que o rei perdera todas as suas companhias, “*dos veces dos mil omes de armas e más (...) usados de guerra*” em Trancoso e Lisboa³⁰⁵, enquanto Fernão Lopes avança com um total de 3000 homens, referindo que houvera “*outros aquecimentos contrayros*”³⁰⁶. Portanto, seria um “*grand peligro provar luego com ellos batalla tal como ésta*”, porque o mestre de Avis, com 2000 homens-de-armas,

²⁹⁶ CJC, a. 7, cap. XI, p. 590.

²⁹⁷ CJP, pt. 2, cap. XXVII, p. 54.

²⁹⁸ CJC, a. 7, cap. XI, p. 590-591.

²⁹⁹ Pautados, assim, por um “orgulho e despeito que, de certa maneira, os cega” (Lopes, 1994, p. 502).

³⁰⁰ Lopes refere a perda da “*gram parte das boças vomtaades que tijnham*”, enquanto Ayala fala no desaparecer de “*las voluntades que tenían para le servir*”. O cronista português acrescenta ainda que veriam na desistência “*couardice*”, porque “*acerca dhuum anno que ajuntava suas gentes com grande trabalho e despesas*” (CJP, pt. 2, cap. XXVII, p. 54).

³⁰¹ CJP, pt. 2, cap. XXVII, p. 54-55.

³⁰² CJC, a. 7, cap. XI, p. 591.

³⁰³ CJP, pt. 2, cap. XXVIII, p. 56. Após as baixas sofridas em 1384, em Lisboa e Atoleiros, juntara-se recentemente a perda de 400 homens-de-armas em Trancoso, incluindo vários capitães experientes (Arnaut, 1947, p. 123; Barbosa e Gouveia, 2013, p. 72; Monteiro, 2003, p. 272; Oliveira, 1987, p. 228).

³⁰⁴ A argumentação apresentada por Pero López de Ayala contra a invasão é mais detalhada do que a argumentação favorável, o que parece indicar de que lado se posicionara o cronista durante o debate.

³⁰⁵ CJC, a. 7, cap. XI, p. 591.

³⁰⁶ CJP, pt. 2, cap. XXVIII, p. 56.

pretendia “*aventurar todo su fecho por batalla, ca non avía otro remedio*”³⁰⁷. Aqui, vemos como a posição castelhana estaria desequilibrada, perante uma oposição que, mesmo em desvantagem numérica, era experiente, determinada e unida em torno do seu líder. Pelo contrário, os contingentes de Juan I estavam repletos de homens sem soldo, que poderiam abandoná-lo em Portugal, tal como os “*naturaaes de Portugall*”, que “*teriam por mal contentes*” por não trazer consigo, mais uma vez, qualquer tesouro³⁰⁸. Devia antes recolher dinheiros e abastecer os seus apoiantes com a frota, enquanto se faziam ataques a partir de Badajoz com 1000 homens-de-armas, da Galiza com 500, e da comarca de Alcántara e Ciudad Rodrigo com outros 500, de modo a deixar o mestre de Avis em “*grand priesa*”, sem “*qué consejo poner*”. Só assim, Juan I “*cobraria el regno de Portugal en poco tiempo*”, menos até se obtivesse uma “*booa preitesia*” do Mestre, que aceitaria um acordo “*que le daría una grand partida del regno*”³⁰⁹.

O debate concluía-se com ambas as narrativas a apresentarem os mesmos argumentos, divergindo apenas quando Fernão Lopes aponta Ayala (sem o nomear explicitamente) como um “*falssso*”, por ter escrito que João I pretendia uma preitesia. Diz depois o cronista português que o debate deixa Juan I algo agastado, pois pretendia dar início à invasão ainda com “*larga esperança de cobrar o regno em breue tempo*”³¹⁰. Esta imagem não surge na crónica de Ayala, que, contudo, não silencia totalmente os conflitos entre o rei e parte do seu conselho. Refere mesmo que Juan I mentira, ao afirmar que apenas pretendia atacar “*los puertos fasta Coimbra*”³¹¹. Ambas as crónicas convergem, assim, na imagem de um rei fragilizado junto do seu conselho, impaciente e sem capacidade para o convencer, começando a invasão sobre falsos pretextos³¹². Temos depois Juan I a quebrar a sua promessa. Captura Celorico da Beira³¹³ e, ultrapassando Coimbra, empreende uma forte marcha³¹⁴.

³⁰⁷ *CJC*, a. 7, cap. XI, p. 591.

³⁰⁸ *CJP*, pt. 2, cap. XXVIII, p. 56.

³⁰⁹ *CJC*, a. 7, cap. XI, p. 592-593.

³¹⁰ *CJP*, pt. 2, cap. XXVIII, p. 57.

³¹¹ *CJC*, a. 7, cap. XI, p. 593.

³¹² Não espera sequer pela chegada do infante João de Castro, apesar da sua presença em Portugal poder dividir a facção do mestre de Avis. Como sublinha Jorge N. Ferro, Ayala demarca bem “*la virtud cardinal de la prudencia como requisito previo del obrar*”, e critica Juan I por procurar “*cualquier medio para satisfacer (...) un capricho*”, por “*apego desordenado a la honra*” e afectado pelos maus conselheiros, que se aproximavam dele apenas por interesses pessoais. Assim, a vontade “*enturbia el juicio*” do monarca que, minado por um optimismo excessivo, fogia às exigências da realidade em vez de ajustar os seus propósitos ao bem do reino, que “*no se decreta ni se inventa, sino que se descubre, observando atentamente lo real*” (1990b, p. 78; 1991, p. 98; 1995, p. 125-126; 2002, p. 134-135, 137).

³¹³ Onde teria redigido o seu testamento, precavendo qualquer infortúnio, quer por armas, quer pela doença que o assolava já há algum tempo (Monteiro, 2003, p. 273).

Relativamente ao impacto da hoste no território, nenhum cronista o silencia, apesar de haver diferenças, entre a breve referência que Ayala faz ao “*muy grande*” arrabalde de Coimbra que Juan I mandou queimar³¹⁵, e a descrição que Fernão Lopes faz da travessia do Mondego, com o “*gramde roubo*” que atingiu Montemor-o-Velho, Soure e até mesmo Aveiro (“*nom çesou dhusar toda crueldade*”³¹⁶). Pero López de Ayala não esconde, mas minimiza o desejo de Juan I em espalhar a destruição, devido ao “*gram queixume*” que tinha dos portugueses que o antagonizavam, ao contrário de Fernão Lopes, que evidencia o ódio de um monarca que se desonrava ao enveredar “numa viagem repleta de saques e razias”³¹⁷. Estas continuariam até Leiria³¹⁸, onde Juan I é informado que o mestre de Avis se preparava, em Tomar, para lhe dar batalha, afirmando Pero López de Ayala, novamente, que todo o conselho português está em “*acuerdo para éste*”³¹⁹, enquanto Fernão Lopes já não nos apresenta, a partir daqui, um conselho português sempre tão unido e determinado. Contudo, ainda refere que alguns dos seus membros, ao verem o poderio castelhano aumentar (com a chegada de mais alguns senhores portugueses), pretenderam mesmo acelerar os preparativos, para atacar o mais rapidamente possível, porque “*a sua moltidom seria moor e peor de resistir*” com o avançar dos dias. Esta imagem serve para apresentar um João I que, até ali, ainda permanecia confiante, desprezando mesmo a chegada destes novos reforços do inimigo. Assim, a união e determinação portuguesas permaneciam o foco da crónica portuguesa, até ao momento em que esta conclui o percurso de Juan I, repleto de desentendimentos. Só agora, com o aproximar da batalha, vão surgir a ambiguidade e a divisão na facção portuguesa, quando Fernão Lopes descreve os debates do conselho português, enquanto

³¹⁴ Não se “*deteue em nenhum logar, mas cada dya andaua com sua oste certas jornadas que nom podiam seer longas por a grande caryagem e muytas gemtes que trasya*” (CJP, pt. 2, cap. XXIX, p. 58). Esta é, contudo, uma imagem de veracidade algo dúbia, de perspectiva simplista e redutora, uma vez que, só a realização de razias, obrigaria o grosso do exército castelhano a ficar “estacionado” (Veiga, 1951, p. 243-244, 247).

³¹⁵ CJC, a. 7, cap. XII, p. 594.

³¹⁶ Não escapa ninguém, “*homens como molheres e moços pequenos, mandando-lhe decepar as maaãos e cortar as linguoas e outras semelhantes crueldades*” (CJP, pt. 2, cap. XXIX, p. 58-59). Destruiu também a ermida de São Marco, junto ao local da batalha de Trancoso, cuja derrota teria procurado expiar. Mas a queima de um templo cristão não deixaria de ser algo imoral, justificando um julgamento divino no futuro imediato. O cronista português procura, assim, não deixar qualquer dúvida acerca dos horrores cometidos, contra inocentes e fracos, acusando os castelhanos e o seu monarca, de serem “cobardes, injustos, cruéis, ímpios” e merecedores do castigo divino (Lopes, 1994, p. 495).

³¹⁷ Monteiro, 2003, p. 273.

³¹⁸ Onde estava Garcia Rodrigues Taborda que, apesar de se juntar a Juan I, não o recebe no castelo, justificando-se por o deter em nome da rainha Leonor Teles, focando-se novamente a questão da regência, e as hesitações que esta provoca junto dos apoiantes de Juan I. No início de 1385, o alcaide prometera mesmo a João I que o castelo não se envolveria no conflito (Gomes, 2009, p. 245).

³¹⁹ CJC, a. 7, cap. XII, p. 594-595.

Pero López de Ayala manteria a imagem de união no conselho português ininterrupta até ao início da batalha de Aljubarrota³²⁰.

As dúvidas do conselho português e a determinação do Condestável

Narrado o avanço castelhano, Fernão Lopes regressa a Abrantes, onde surge no conselho português uma dúvida semelhante à do castelhano³²¹: pôr “*batalha a sseus immijos*” ou fazer “*guerra guerreada*”. Ao contrário de outros momentos, o conselho régio está inicialmente em oposição às ideias veiculadas até ali pelo monarca português e o seu Condestável, surgindo imagens de grande tensão na crónica portuguesa. Agora que chegara o momento de avançar contra Juan I, o próprio João I hesita (“*poer da praça era cousa muy duuydosa*”), o que muito desagradava a Nuno Álvares Pereira. O Condestável mantém-se determinado a fazer frente ao exército castelhano, enquanto “*todollos do comselho*” preferiam a “*guerra guerreada*”. Com um ataque à Andaluzia, pretendiam obrigar Juan I a regressar aos seus senhorios para os defender, para depois, evitando sempre a batalha campal (“*cousa muy duvidosa e de gram perigos*”)³²², negociarem “um bom acordo”³²³. Sobre João I, a imagem já é algo mais matizada. Fernão Lopes, não é explicitamente crítico e apresenta um monarca realista e pragmático. Não se trata de cobardia, porque o rei, “*nom sem razom*”, ponderava outras ideias, por não acreditar num bom desfecho, pois “*os mais dos portugueses eram em ajuda dos immijos*”³²⁴. Mas o Condestável não se deixa convencer e insurge-se contra o conselho, tentando demovê-lo com “*muytas e boas razões*”: a presença ali do inimigo e o recusar do combate mostraria “*grande myngua e couardiçe*” e daria “*gram esforço*” aos inimigos, perdendo-se Lisboa (destruída “*como dimfieis, matando e desomrando*”). Não hesita mesmo fazer frente ao rei (“*disse eel comtra e-Rey*”), a quem acusa de ir contra o que tinham acordado e de renegar a promessa feita quando pedira lanças a Lisboa³²⁵. Aponta ainda a “inutilidade de uma manobra de diversão” na Andaluzia, onde

³²⁰ CJP, pt. 2, cap. XXIX, p. 59-60.

³²¹ Apontando também dimensões semelhantes: “*nom foram em esto menos de palavras, nem mais poucos deputados*” (CJP, pt. 2, cap. XXX, p. 60).

³²² CJP, pt. 2, cap. XXX, p. 60.

³²³ O que nos parece ser realmente o verdadeiro objectivo, fazendo eco dos debates que ocorreram nas Cortes de Coimbra (Monteiro, 2007, p. 81).

³²⁴ Apesar de ser apanágio do monarca a responsabilidade de decisão, também o era a responsabilidade de saber escutar. E aqui, João I surge como um monarca que escuta verdadeiramente os seus conselheiros, enquanto Juan I é apresentado, desde o início deste conflito, a decidir tudo sozinho, sem escutar verdadeiramente, pois convoca o conselho apenas para manter as aparências.

³²⁵ CJP, pt. 2, cap. XXX, p. 60-61.

iriam perder tempo e gente³²⁶. Não tendo resposta, abandona o conselho e parte com a sua hoste para Tomar, provocando algum tumulto junto dos outros capitães de João I que, contudo, vendo aquela determinação (“*com coraçom bem menencoryo*” e cheio de “*virtuossa ardidez*”³²⁷), “*nom sse curou de quanto diziam*”. Antes convenceu-os de que as razões do “*Conde todavia me parecem que deuemos seguyr*”, sabendo-se que Juan I se iria fixar vários meses em Santarém, de onde devastaria a terra em redor, antes de finalmente atacar Lisboa e obter todo o reino, “*sem mais batalha nem outra hordenaçam de guerra*”. Regressava então a imagem do rei confiante e crente (“*os poucos aas vezes vemçerem os muytos*”³²⁸), que pretendia exigir ao seu homólogo castelhano que abandonasse o seu reino, se quisesse evitar a derrota em batalha pois os portugueses teriam Deus como “*capitam em aquel dia*”. Já não era o “*Rey dAuis*”, nome que lhe davam “*por escarnecer*”, mas sim o “*Rey de Portugall*”³²⁹.

Depois de convencer o seu conselho com a justeza das suas palavras, “*segundo screpue aquell doutor*”³³⁰, o monarca português “tenta contemporizar”, pedindo ao Condestável que regresse para se prepararem melhor³³¹. Segundo o cronista português, face a esse pedido, e não querendo voltar atrás no seu juramento, o Condestável desafia João I a juntar-se a ele em Tomar, se não o quiser deixar combater sozinho. Esta atitude recebe claros elogios de Fernão Lopes: João I era um “*nobre*” e “*bem auenturado rey*” por ter “*tam leall e ardido vassalo*” que, com poucos homens, se voluntariava para defender a honra do seu senhor. Estes momentos, apesar da forte tensão, acabam por elogiar ambos³³², cada um no papel que devia desempenhar: um rei ponderado, que escuta os seus; apoiado por alguém que arrisca testar qualquer dúvida bélica em sem nome, mantendo-o em segurança³³³. Contudo, fica também claro que é a intransigência do Condestável que arrasta todo o comando português para a batalha³³⁴, ficando o rei,

³²⁶ Monteiro, 2007, p. 81.

³²⁷ Aparece novo foco sob a sua proximidade e respeito: “*conhecendo do Quonde quem era*” devido à “*gram bomdade e leal serviço*” *CJP*, pt. 2, cap. XXX, p. 61).

³²⁸ Surge mesmo uma comparação bíblica: não deviam temer, porque Judas Macabeu, a quando da revolta contra o Príncipe da Síria, atacou e desbaratou uma numerosa hoste.

³²⁹ *CJP*, pt. 2, cap. XXX-XXXI, p. 61-65.

³³⁰ Gil de Ossém, que afirmou: “*se uos vier de retorno, lamçaaes o melhor emcontro que nunca lançou rrey que nesta terra fosse*”, imagem que voltará a surgir antes da batalha (*CJP*, pt. 2, cap. XXXI, p. 65).

³³¹ Monteiro, 2017, p. 110.

³³² Embora alguns autores, como Teresa Amado, evidenciem o momento como algo ambíguo e confuso. A imagem de João I seria pautada por “*sinais de cobardia e de mediocridade*”, sem, contudo, deixarem de ser realçadas a sua “*grande generosidade, prudência e lucidez*” (1993a, p. 182).

³³³ Amado, 1997, p. 61-63.

³³⁴ Segundo Peter E. Russell, o debate demonstra como os “*legistas romanos*”, úteis no tempo de legislar, revelavam “*dificuldades em adoptar uma visão audaciosa das questões militares*” (2000, p. 417).

na condução da guerra, um pouco subordinado ao Condestável, que é lembrado como o principal herói da crónica (algo que não é exclusivo deste episódio)³³⁵.

Os Diálogos e a chegada das hostes a Aljubarrota

Em Tomar, os preparativos são apresentados por Fernão Lopes como uma decisão conjunta. Faz-se alardo com os homens-de-armas, peões e besteiros, ordena-se todas as batalhas (vanguarda, retaguarda e ambas as alas) e nomeiam-se os capitães de cada uma (de novo a vanguarda caberia ao Condestável e a retaguarda ao monarca). Nuno Álvares Pereira começa depois a recolher informações mais precisas sobre a hoste de Juan I, através da captura de algum elemento da hoste inimiga, ao mesmo tempo que envia um desafio ao monarca castelhano³³⁶. Segundo Fernão Lopes e Pero López de Ayala (que afirma ter a missiva chegado a Juan I em Soure), a mensagem do Condestável dizia que o rei de Portugal, parando Juan I com o saque, “*seyendo guardada la honra (...) e ficando el rey mi señor rey de Portogal*”, faria com ele “*buena avenencia*” e que, em caso de recusa, “*lo pone en la mano de Dios, e lo quiere librar por batalla, e quiere sobre esto atender el juicio de Dios*”. Ou seja, já não se exigia apenas o guardar da honra de João I, mas também a manutenção da sua soberania. O novo rei colocava-se em pé de igualdade para com Juan I, desafiando-o como monarca do reino de Portugal e não apenas como mestre de uma ordem militar. É uma missiva que, apesar de propor a conciliação, não descarta uma posição de força, indo ao encontro da imagem que Ayala apresentara sempre sobre o mestre de Avis e os seus apoiantes. Terá então também respondido por escrito com determinação Juan I, argumentando que o Mestre e os senhores de Portugal, “*le besaran la mano por su reyna (...) e esto ficieron sus ciertos tratos*”³³⁷, abordando assim o facto de João I e todos os outros ali presentes não passarem de traidores. Contudo, mostra-se magnânimo, pois apesar do

³³⁵ É ao Condestável que compete ser “mais rápido, mais ousado e mais eficaz que” o próprio João I. Era já claro o papel de cada um, e “na guerra o chefe era um só”, Nuno Álvares Pereira, principal figura ao longo dos episódios militares de Fernão Lopes (Amado, 1991, p. 60-63). No final de todo este debate encontramos um rei que apoia incondicionalmente o Condestável, apesar do “distanciamento temporal”, com o primeiro a precisar de uma noite para se decidir. No entanto, o cronista não marca em demasia esta diferença, e “a noite como um tempo de pausa” não é muito demorada. Assim, João I, após uma reflexão que parece curta, convence o seu conselho a seguir o Condestável (Marques, 1997, p. 86).

³³⁶ João Gouveia Monteiro, na sua análise, apresenta-nos uma sequência diferente e mais simples. Na realidade, o Condestável teria enviado um mensageiro ao rei castelhano com um desafio formal, ainda antes de João I chegar a Tomar, e foi esse mensageiro que fez a recolha de informação sobre a hoste inimiga, que seria o único objectivo do Condestável (2007, p. 81-82).

³³⁷ *CJC*, a. 7, cap. XII, p. 594-595.

“*muyto desseruiço que ham feito*” aceitava dividir as terras e ofícios do reino com todos os que se colocassem à sua mercê. Tal como João I, em caso de recusa, iria “*liurar por batalla*” a questão da sucessão. Ao lermos as cartas, apesar destas terem uma fórmula semelhante – defendem terem a justiça do seu lado, mas propõem a reconciliação em troca da subjugação pela força –, o modo como declaram aceitar o desfecho de uma batalha é algo diferente: Juan I afirma ter Deus do seu lado e crê-se já vitorioso, enquanto João I dispunha-se a aceitar a decisão divina, qualquer que ela fosse³³⁸.

Continuando com Fernão Lopes, uma vez que Pero López de Ayala nenhum pormenor descreve sobre o avanço das tropas de João I, o Condestável sai “*soo caladamente*” a falar com um escudeiro capturado (enquanto andava em acções depredatórias), de modo a evitar alarme junto dos seus homens, nomeadamente devido a informações sobre o poderio da hoste de Juan I. Tirou depois partido da presença daquele escudeiro para, através de ameaças, o fazer declarar perante o rei³³⁹ e todos, durante o alardo que se realizava naquele momento, “*que as gemtes del-Rey de Castella eram astrosas*” enquanto as ali presentes “*lhe parecia taaes e tam boons que melhores eram çem homens darmas daqueles que mjll dos outros*”, animando-se assim o coração “*dos portugueses, cobramdo moor vomtade e deseio pera hirem a batalha*”. Após este momento, surge novamente a imagem do rei prudente, que não se fiava em tantas facilidades. João I, depois de questionar pessoalmente o escudeiro (que não muda de discurso), envia o seu próprio escudeiro “*por mais auissamento e certidom das gemtes que el-Rey de Castella tragia*”, junto com uma mensagem “*per pallaura*”. Volta-se a propor a realização de acordos nos mesmos moldes, afirmando João I que, com a retirada de Juan I, “*de booa mente sera vosso amigo e emmjgo demmjgo*”. Contudo, desta vez, Juan I tem uma reacção intempestiva (possivelmente porque o “*Mestre que se chama Rey do regno que seu nom he*”), declarando com “*gramd queixume (...) que amte se Castella se perdera toda*” que deixar o Mestre em poder de Portugal. O monarca castelhano só se acalmou quando viu o seu homólogo português insistir numa batalha campal, mostrando como estaria confiante no poderio da sua hoste. Com o regresso do escudeiro, também João I prefere ouvir as informações sozinho, acerca da “*uerdade que gemtes trazya el-Rey de Castella e como corregidas*”. A imagem do poderio castelhano é aqui clara, uma vez que a hoste, para além de 7000 lanças e 2000 ginetes, continha ainda outros contingentes inumeráveis (“*beestarya e homens de pee sam tantos que me*

³³⁸ CJP, pt. 2, cap. XXXII, p. 67.

³³⁹ Poderia recear ainda Nuno Álvares Pereira que João I tornasse a hesitar em combater.

nom atreueria de lhe poer conto”³⁴⁰), comandados por muitos capitães e “*outras pessoas homradas*”, de modo que a hoste “*parece tanta que he bastante pera poer batalha ao moor rey e senhor do mundo*”³⁴¹. Esta forte imagem do poderio castelhano, não volta agora a provocar hesitação: João I “*deu a entender que nom fazia disso conta*”, e, de modo a espalhar desinformação, o escudeiro difunde a imagem de que “*parecem ser gemtes de conçello (...) e poucos e maaos peões e peores besteiros*”³⁴².

Recolhidas estas informações³⁴³, a hoste portuguesa parte de Tomar numa Sexta-feira, mantendo sempre a “*hordenamça que ally fezera*” nos 15 quilómetros até perto da vila de Ourém, onde pernoita³⁴⁴, e nos 25 quilómetros até Porto de Mós, onde permanece durante o Domingo. O rei envia depois o Condestável a Leiria, com 100 cavaleiros de “*cotas e braçaaes e lamças compridas*”, que, apesar de se colocarem em “*huuns cabeços altos*”, não conseguiram observar o avanço castelhano. Na Segunda-feira, véspera do dia de Nossa Senhora, a hoste partiu ao amanhecer (após a realização de missas durante a noite), fazendo um percurso de cinco quilómetros até ao “*campo hu depoyz foy a batalha*”. Segundo o cronista português, o Condestável seguia na frente “*por buscar logar conujnhauell*”, aproximando-se o rei, já depois do primeiro ter decidido “*homde a batalha fosse e cada humma cousa deuissa*”, o que muito lhe teria agradado. Dá-se então início à colocação do dispositivo, com os “*pages e carryagem todos detrás cercados dhomens de pee e beesteiro, que nom podessem receber dano*”³⁴⁵.

³⁴⁰ Só Juan de Velasco, pajem-mor do rei, traria consigo 500 lanças.

³⁴¹ Vinha a comandar a vanguarda, Pedro, filho do Marquês de Villena e condestável de Castela, junto com Pedro Álvares Pereira, irmão do condestável português e mestre de Calatrava; e numa das alas, estava Gonzalo Núñez, mestre de Alcântara, e Pero Diaz, Prior de São João. Acrescenta depois ainda a presença do mordomo-mor do rei, Pero González de Mendoza, do alferes-mor, Juan Hurtado de Mendoza, e do adiantado-mor de Castela, Diego Gómez Manrique; entre outros que não era capaz de nomear, antes de referir alguns senhores portugueses, como era o caso de João Afonso Telo (que fora almirante de Portugal) e de mencionar a presença todos os alcaides que na Estremadura apoiavam Juan I (*CJP*, pt. 2, cap. XXXII-XXXIII, p. 67-70). Podemos então constatar que realmente estava ali presente a “*fina-flor de Castela*”, apoiada por importantes senhores do reino de Portugal (Monteiro, 2007, p. 82).

³⁴² *CJP*, pt. 2, cap. XXXIII, p. 70.

³⁴³ O detalhe que Fernão Lopes dá à troca de missivas e à recolha de notícias sobre a hoste castelhana vai de encontro à importância que a obtenção de informações precisas teria para a escolha do momento e local onde se iria travar a batalha. Era necessário interceptar o avanço castelhano distante de Lisboa, mas ao mesmo tempo, “já bem internado no reino”, aproveitando ao máximo os problemas causados pela longa coluna que tal exército não deixaria de criar, esticando ao máximo as suas linhas de abastecimento e comunicações (Monteiro, 1998, p. 297).

³⁴⁴ Aqui terá ocorrido um curioso episódio. Um corço levantou-se no meio do arraial, e só o conseguiram matar já na tenda do rei, algo que, segundo o cronista, todos viram como bom sinal, pois tal como ali morrera aquele corço, conseguiriam eles matar ou prender Juan I. Neste episódio o cronista apresenta uma das ocasiões em que o medo que parecia pautar a hoste portuguesa é “apagado” (Lopes, 1994, p. 503).

³⁴⁵ *CJP*, pt. 2, cap. XXXIII, p. 70-71.

Como já afirmamos, Pero López de Ayala nada nos diz sobre estes acontecimentos, fazendo apenas uma pequena referência aos movimentos do mestre de Avis e dos números da sua hoste, afirmando que este coloca a sua hoste a 10 quilómetros de Porto de Mós, numa “*plaza que de las dos partes era llana, e de las otras dos partes avía dos valles*”, com uma força de 2200 homens-de-armas, apoiados por 10 000 peões (incluindo “*lanceiros e ballesteros*”)³⁴⁶. Quanto a Fernão Lopes, depois de relatar a viagem de João I e Nuno Álvares Pereira, apresenta também a chegada da hoste de Juan I³⁴⁷, que vai ocorrer já com os portugueses virados para Leiria, a 10 quilómetros para norte, “*domde os emmigos auyam de vijr*” (o dispositivo português ficara montado cerca das 10 horas)³⁴⁸.

Estando então João I a exortar os seus para o combate³⁴⁹, surgiu a vanguarda castelhana, com Fernão Lopes a fazer eco das palavras do escudeiro do rei, referindo que “*eram tantas per toda a terra que nom auya homeem que os visse, que podesse cuidar que os portugueses amtelles podessem guarnecer*”. Ou seja, logo no primeiro avistamento, é reforçada a imagem do poderio da hoste castelhana (“*gramdes manadas (...) sua vista poinha temor e espanto*”), que chega perto da hoste portuguesa ao meio-dia. Vendo que esta bloqueava “*a estrada homde ora he feita a jgreja de Sam Jorge, nom quiseram pelleiar com eles de rostro*”, os castelhanos inflectem para oeste, em direcção a Aljubarrota. Segundo Lopes, esta iniciativa terá provocado uma forte reacção

³⁴⁶ O que nos deixa logo à partida com a noção de que Lopes avançava claramente com números bem mais extensos para as forças de Castela, uma vez que, para além de o escudeiro ter feito referências a incontáveis peões e besteiros (para os supostos 10 000 portugueses), avançara ainda uma quantidade de 9000 lanças e ginetes, que podemos contrapor aqui aos 2200 homens apontados por Ayala. Contudo, mais à frente na sua crónica (*CJP*, pt. 2, cap. XXXVII, p. 81-84), já mais perto do início da batalha em si, Fernão Lopes debruçar-se-á mais especificamente sobre os números, dando-nos, assim, um melhor contraponto àquilo que aqui avança Pero López de Ayala (*CJC*, a. 7, cap. XIII, p. 595-596).

³⁴⁷ João Gouveia Monteiro afirma que o local da batalha se deve ao desvio feito pela hoste castelhana em Soure, ao saber da presença de João I em Tomar, o que mostrava a falta de vontade de Juan I em enfrentar qualquer oposição antes de Lisboa. Tal inflexão permitia também aos castelhanos proteger o seu lado poente, detalhe importante que se irá repetir mais próximo da batalha. A saída de Tomar, em direcção a Ourém, deve-se, assim, a uma tentativa de interceptar este desvio. E, embora este encadeamento de decisões não seja totalmente perceptível nas narrativas das duas crónicas, o comando português surge claramente informado do itinerário da hoste castelhana (2003, p. 273). Relativamente ao processo de tomada de decisões, A. Botelho da Costa Veiga afirma que a decisão de alterar o trajecto para Lisboa, de Tomar para Leiria, não se deveria à presença da hoste portuguesa na primeira, uma vez que, por constrangimentos logísticos, tal informação não poderia ter chegado a tempo a Juan I, mas sim pelo desejo de “passar mais longe” de Abrantes, onde, já há algum tempo, se vinham a juntar os contingentes fieis a João I (1951, p. 254-255). Sobre a omissão de Ayala, acerca das razões para a mudança do trajecto da hoste castelhana, seguindo a perspectiva do autor anterior, parece-nos que o cronista castelhano terá tomado essa decisão propositadamente, de modo a não manchar a imagem do seu soberano.

³⁴⁸ Estaria, assim, em vantagem no que tocava ao posicionamento dos exércitos, com um terreno propício, que ainda “fortaleceram” enquanto os inimigos vinham a caminho (Martín Martín, 2008, p. 36-37).

³⁴⁹ Fernão Lopes apresentava o monarca português como um elemento galvanizador da sua hoste, dialogando com os seus homens, a quem, se desejassem, ordenava cavaleiros.

do lado português: “*Oo, pessar do demo! Já se vão, e nom querem pellejar!*”³⁵⁰. Esbatia-se, assim, a recente imagem de receio pela dimensão da hoste inimiga, Esta reacção de desagrado e escárnio, indica, como já avançou João Gouveia Monteiro, que os portugueses estavam agora decididos a desbaratar a hoste castelhana, e, ao verem o alterar da marcha castelhana, reagiam com alguma apreensão³⁵¹.

Fernão Lopes continua depois o relato do fim da manobra castelhana (“*ally asessegaram e esteuerom quedos*”), referindo como a hoste procurou colocar-se à distância do dispositivo português. Ao mesmo tempo, ao observar o seu dispositivo, Juan I terá, segundo Lopes, enviado mensageiros ao Condestável, com o intuito de o analisar de perto. Está é uma imagem díspar daquela que nos apresenta Pero López de Ayala, que não faz qualquer referência ao facto de os castelhanos terem recusado combater os portugueses na sua primeira posição³⁵², referindo apenas que o momento não era o ideal: Juan I estava doente há 15 dias, encontrando-se a hoste cansada e sem líder, ficando nas mãos de capitães pouco experientes³⁵³. Acrescenta depois que o monarca só envia mensageiros ao Condestável porque este tinha requerido a sua presença, apresentando, assim, um catalisador diferente, numa tentativa, parece, de silenciar uma acção de espionagem. Tornando a Fernão Lopes, o grupo de mensageiros incluía o próprio Pero López de Ayala, Diego Fernández³⁵⁴, marechal de Castela, e Diogo Álvares Pereira, irmão do Condestável³⁵⁵, com Ayala a não especificar ninguém dentro do grupo que, à chegada, exige novamente que se respeitem os tratados e os juramentos. O cronista português refere as mesmas exigências que o castelhano, após realçar a forma como o Condestável se apresentou ao diálogo, afirmando que Diogo Álvares Pereira, ao mostrar “*gram lediçe*” por ver o seu irmão (mandando saudades do outro irmão, o mestre de Calatrava), obteve uma recepção fria³⁵⁶. Em resposta às exigências do monarca castelhano, transmitidas por Pero López de Ayala, o

³⁵⁰ *CJP*, pt. 2, cap. XXXIV, p. 71-72. Atitude que se compreendia se tivermos em conta que, como afirma Peter E. Russell, a posição portuguesa aparentava ser “praticamente inexpugnável” (2000, p. 422).

³⁵¹ Monteiro, 2007, p. 86. Os preparativos apresentam, assim, uma boa imagem dos portugueses. Apesar de receosos perante o poderio de Castela, o momento de verdadeira perturbação acaba por surgir quando os castelhanos se desviam, acreditando que não queriam dar batalha (Marques, 1997, p. 116-117).

³⁵² Possivelmente pelas mesmas razões que o levavam a não abordar o primeiro afastamento da hoste castelhana: não manchar a honra e prestígio do seu soberano, que, com esta manobra circundante à hoste portuguesa, procuraria talvez mesmo “atacá-la pela rectaguarda” (Veiga, 1951, p. 260).

³⁵³ Estávamos na véspera de Santa Maria de Agosto, ou seja no dia 14 daquele mês. Raro momento, desde a morte de Fernando I de Portugal, em que Ayala inclui uma data precisa (*CJC*, a. 7, cap. XIII, p. 596).

³⁵⁴ Tratar-se-á de Diego Gómez Sarmiento (*CDJ*, a. 7, cap. XV, p. 602; *CJP*, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 87).

³⁵⁵ São acompanhados por dois cavaleiros gascões que vinham ver o Condestável, “*por sua gram fama que todos del deziam*” (*CJP*, pt. 2, cap. XXXIV, p. 72).

³⁵⁶ *CJP*, pt. 2, cap. XXXIV, p. 72-73.

Condestável não esconde o juramento, mas defende que Juan I o quebrara primeiro ao invadir Portugal³⁵⁷, que escolhera novo rei, exigindo depois, tal como na sua carta, que o monarca de Castela abandonasse o reino português³⁵⁸. Apesar dos argumentos transmitidos serem os mesmos, Fernão Lopes diverge depois um pouco de Pero López de Ayala, acrescentando uma proposta de reconciliação pessoal, em que Nuno Álvares Pereira foi convidado a abandonar João I, o que muito lhe desagradou³⁵⁹. Em nova imagem de determinação, o Condestável mantinha-se irredutível (apesar de “*quam poucos vos sooes*”³⁶⁰ e da vantagem dos castelhanos, “*dez tamtos de uos*”³⁶¹). Esta sua atitude de desagrado resultaria, não das insistências, mas sim da presença destes cavaleiros junto da sua hoste, cuja observação, segundo João Gouveia Monteiro, era o principal propósito³⁶², objectivo esse que conseguem cumprir, regressando para junto de Juan I, a quem transmitem “*la ordenanza que tenían los de Portugal*”³⁶³.

Novos debates internos, números e organização das hostes

Após estes episódios, surgem nas crónicas, com alguma divergência, os debates finais dentro das duas hostes, assim como outros eventos ocorridos antes do início da batalha³⁶⁴. Ambas começam com a saúde do monarca castelhano, que “*nom era bem*

³⁵⁷ A questão da quebra dos tratados, mantem-se ao longo das narrativas, com cada facção a acusar a outra de os desrespeitar primeiro. Contudo, a nenhuma interessaria o seu cumprimento, servido a argumentação para criar um ascendente moral sobre o inimigo, justificando, assim, a sua posição na disputa. Lopes chega mesmo a referir que Ayala, durante o diálogo com o Condestável, desvaloriza o tema: “nom curemos mais destas estorias” (CJP, pt. 2, cap. XXXIV, p. 74), o que evidenciava os castelhanos como desinteressados nas questões do direito e da razão (Marques, 1997, p. 74-76).

³⁵⁸ CJC, a. 7, cap. XIII, p. 596-597; CJP, pt. 2, cap. XXXIV, p. 73

³⁵⁹ O seu irmão afirmava ter um grande desgosto por o ver ali junto a “*gemtes que bem veedes que nom ha defemssam*”. O Condestável diz-lhe para cuidar antes de si próprio, “*que o ha oge de passar muy mal*” por não ter acreditado naquilo que ele lhe tinha dito no início do conflito (CJP, pt. 2, cap. XXXIV, p. 74).

³⁶⁰ No final do diálogo, surge uma clara imagem do poderio castelhano, nas palavras do seu marechal: “*a sua avanguardia he muyto moor que uos outros todos, com homens darmas e peões e beesteiros*”, e de nova arrogância: “*somente os estrangeiros que ally veem*”, bastariam para desbaratar as forças de João I. Agastado com a teimosia do Condestável, o marechal faz um elogio em tom de escárnio: “*sse açertar de uemçerdes, sooes os mais homrados homens que nunca no mundo ouue; se fordes desbaratados, sooes os mais homrados vencidos que nunca no mundo foram!*” (CJP, pt. 2, cap. XXXIV, p. 74).

³⁶¹ Estas insistências aumentam ainda mais a impaciência do Condestável, que perguntou primeiro – “*Dissestes vos ja?*” – antes de afirmar – “*Ja uos dixе outra uez*” (CJP, pt. 2, cap. XXXIV, p. 74).

³⁶² Monteiro, 1998, p. 243; 2007, p. 88. Apesar de ser uma clara resposta à estratégia utilizada por Nuno Álvares Pereira e João I, em nenhuma das crónicas isso é explícito, e Ayala, pelo contrário, aborda este momento como uma tentativa de fazer o Mestre “*venir (...) a la obediência del rey de Castilla*” (CJC, a. 7, cap. XIII, p. 597). Contudo, apesar de afastar qualquer imagem de duplicidade, ao referir que a recolha de informação junto do dispositivo português correrá bem, Ayala deixa entender que, com o diálogo, Juan I pretenderia espionar o inimigo (Martín Martín, 2008, p. 38-39; Veiga, 1951, p. 261-262).

³⁶³ CJC, a. 7, cap. XIII, p. 598.

³⁶⁴ Pero López de Ayala apenas descreve os debates dentro do conselho de Juan I, enquanto Fernão Lopes aborda não só esse tema, mas também outros como a chegada de reforços beirões à hoste de João I.

saão auemdo já dias que tinha sazom”, sendo mesmo obrigado a ser retirado da liteira onde viajava “assy fraco como estaua”³⁶⁵, permanecendo de pé apenas graças ao apoio de um cavaleiro. É transmitida, assim, a imagem de um rei “muy dolente, que apenas podía fablar”, ficando, desde início, afastado de qualquer participação activa na batalha – o vazio na liderança, que muitos temiam, era, pois, enorme. Relativamente ao conselho, surgem novamente duas opiniões distintas: ataque imediato à posição portuguesa³⁶⁶, ou seguir caminho para Lisboa, com os cavaleiros enviados a Nuno Álvares Pereira a defenderem a segunda hipótese, porque, para além de o dia já ir muito avançado (próximo das vésperas), os homens da hoste vinham “eenojados del camino que han andado” e “non han hoy comido nin bebido”³⁶⁷. Citados por ambos os cronistas, estes conselheiros apontam ainda o facto de que “mujtos homens de pee e beesteiros nom som ajnda vindos, ca uem com as caretas e azêmelas da hoste”. Preferiam por isso uma atitude paciente, devido ao facto de a hoste castelhana ainda não ter atingido aquela posição na sua totalidade, perdendo-se assim a grande vantagem de Juan I – o número de efectivos que tinha à sua disposição –, face à boa organização da hoste portuguesa, toda disposta no terreno³⁶⁸. Transmitem a imagem de que o contingente à sua disposição não conseguiria lidar com as forças de João I efectivamente, devido ao relevo, apontado como muito vantajoso para a hoste portuguesa, pelos dois vales que a ladeavam³⁶⁹. É aqui que temos uma das grandes divergências entre os cronistas. Ao contrário de Pero López de Ayala, que apresenta estes vales como simples factos, Fernão Lopes acusa quem escreveu tais argumentos de ter tentado “cobrir maa fortuna e mynguado aqueçimentoo”³⁷⁰, numa clara crítica ao

³⁶⁵ CJP, pt. 2, cap. XXXV, p. 75-76.

³⁶⁶ Cujo posicionamento teria sido criterioso (apesar da necessidade de mudar de local), com a construção de “abatisses, de fossos e de covas-de-lobo dissimuladas”, aos quais contudo nenhum cronista se refere (Monteiro, 2003, p. 273).

³⁶⁷ CJC, a. 7, cap. XIV, p. 598.

³⁶⁸ CJP, pt. 2, cap. XXXV, p. 76.

³⁶⁹ “La vuesta avanguardia está muy bien, e en buena ordenanza para pelear con la avanguardia de los enemigos” (CJC, a. 7, cap. XIV, p. 598), mas “as duas allas, home estam mujtos cavalleiros (...) nom vos podem aproveitar (...) acorer aos da auanguardia” (CJP, pt. 2, cap. XXXV, p. 76).

³⁷⁰ Trata-se de um momento em que os desmentidos de Fernão Lopes ganham uma veemência raramente vista em qualquer outra parte da sua crónica. Contudo, tal como Teresa Amado bem evidenciou, a argumentação do cronista português é, neste detalhe, muito frágil, uma vez que durante a sua própria argumentação acaba por acrescentar: “hi nom há valles nem outeiros que lhe nojo podessem fazer; mas todo he charneca rasa em que caberiam dez tamanhas batalhas; e se os hij auya, culpa de quem a hordenaua” (CJP, pt. 2, cap. XXXV, p. 76). Ou seja, numa única frase, apresenta o seu argumento de como o terreno era plano, para de seguida imediatamente admitir que afinal o terreno dava vantagem aos portugueses. Contudo ao fazê-lo, finaliza numa clara crítica às capacidades do comando castelhano: se os portugueses tinham vantagem, “os outros que tivessem tratado de lho impedir” (Amado, 1997, p. 199-200). Assim, tendo em conta as próprias afirmações do cronista, e o peso de outros testemunhos da batalha (aos quais teria acesso), o seu depoimento, onde insiste em recusar a existência de quaisquer

cronista castelhano a quem cita (sem nomear): Juan I “*chegou a huuma praça huuma legoa e mea dos emmigos, e no outro dia foy acerca deles homde tinhaam sua batalha posta, e pose-sse cerca em huum campo muy chaão, e ally hordenou suas batalhas*”³⁷¹. Estas mentiras, de quem diz não ser de boa reputação, foram espalhadas apenas porque a batalha resultou “*na vitoria de seu emmigos*”³⁷².

Depois deste choque de imagens, as crónicas convergem novamente, com o resto do debate, agora acerca do impacto que a disposição da hoste portuguesa teria no avanço castelhano. Ambas transmitem uma grande desvantagem, uma vez que a vanguarda castelhana teria de lidar ao mesmo tempo com a vanguarda e alas portuguesas “*juntas em uno en que han grande gente de peones e ballesteros*”, livres de qualquer outra pressão por parte das alas inimigas³⁷³. A necessidade de prudência continua assim a ser reforçada. O rei deveria ordenar “*tamta booa gemte de pee*” de modo a “*que se ajudem huuns aos outros*”³⁷⁴, dando a iniciativa aos inimigos, que se veriam obrigado a renunciar ao combate ou a abandonar a sua posição. Tal plano é apresentado como infalível, uma vez que abandonando os portugueses “*aquella ordenanza e aventaja que tomaron para pelear fuera de donde agora están*”, todas as gentes de Juan I “*podrían pelear, e aprovecharse unos de otros*”³⁷⁵; recusando-se eles a combater, com o cair da noite, muitos abandonariam a hoste, por medo e falta de mantimentos (apenas suficiente para um dia³⁷⁶). Desta vez, Fernão Lopes não refuta a imagem transmitida por Ayala, de uma posição portuguesa que apesar de vantajosa era muito periclitante e provisória. Passa logo ao outro lado do debate, constituído por mancebos, segundo Pero López de Ayala, que recusavam sobranceiramente tais pontos de vista, tendo Juan I “*muchas aventajas*” por ser “*de los mayores reyes de la christiandad*”³⁷⁷. Estes cavaleiros pareciam, assim, apontar a fama, direitos (voltam as questões dos tratados) e estatutos dos presentes (“*muytos e nobres fidalgos de*

vales, afigura-se falso, tendo o “valor que tem” por procurar obscurecer a realidade das vantagens do terreno (Monteiro, 2001, p. 199-200, n. 4).

³⁷¹ Ayala escreveu que “*era llegado a una plaza que era a légua a media de los enemigos; e outro día fue para aquel campo donde estaban e tenían su batalla puesta, e púsose cerca dellos, en un campo llano, e ordenó su batalla*” (CJC, a. 7, cap. XIII, p. 596).

³⁷² CJP, pt. 2, cap. XXXV, p. 76.

³⁷³ CJC, a. 7, cap. XIV, p. 599

³⁷⁴ CJP, pt. 2, cap. XXXV, p. 76-77.

³⁷⁵ CJC, a. 7, cap. XIV, p. 599.

³⁷⁶ Ao contrário dos castelhanos, que poderiam permanecer ali vários dias, vigiando os seus adversários. De recordar as fortes dificuldades de João I para obter mantimentos junto ao Tejo.

³⁷⁷ CJC, a. 7, cap. XIV, p. 600.

linhagem”), como sendo suficientes para forçar os seus inimigos à “*penidència do erro que contra elle*” tinham cometido³⁷⁸.

Aparecem depois mais argumentos a defender uma atitude ponderada, incluindo a intervenção de Jean de Rye, camareiro do rei de França e cavaleiro muito experiente (com mais de 70 anos, “*avía seydo en muchas guerras e en muchas batallas*”³⁷⁹): em batalha ou guerra, “*mayor ventaja puede tomar de su enemigo es ponerse en buena ordenanza*” (aponta mesmo duas batalhas dos reis de França, onde foram derrotados “*todo por non tener buena ordenanza*”)³⁸⁰. Também outros conselheiros, segundo Fernão Lopes³⁸¹, referem que o rei devia ponderar sobre a honra que teria numa batalha contra “*huuns poucos de desesperados*”: ganhando “*nom leuaes nenhuma homa deles, amtes uos prasmarmos depois todos como se fossees huum gram luytador, trabalhando-uos por deribar huum cachopo*”; perdendo, ainda pior, ficaria “*o mais desomrado rey que no mundo foy (...) tam booa companha (...) fostes aventuirar a huuma pouca de proue gente*”³⁸². Vemos que as posições têm ambas um certo desprezo pela hoste portuguesa³⁸³, relativamente ao seu estatuto e aos seus números, havendo alguns que, mesmo assim, não se sentiam plenamente confiantes (incluindo o próprio Ayala). Avançam mesmo com a hipótese de Juan I sair de Aljubarrota derrotado, sendo preferível seguir viagem para Santarém e Lisboa, fragmentando um inimigo que dificilmente se voltaria a juntar e a impedir-lhes o caminho³⁸⁴.

Terminado o debate dar-se-ia o combate, com os cronistas a divergirem um pouco sobre os eventos e personagens que o provocam. Ayala transmite a imagem de um rei próximo da opção prudente, tendo os seus intuitos sido defraudados pelos cavaleiros mancebos, que “*non se tovieron a aquel consejo*” e provocaram o ataque da vanguarda à posição portuguesa³⁸⁵. Lopes, pelo contrário, apresenta um diálogo mais

³⁷⁸ CJP, pt. 2, cap. XXXV, p. 77.

³⁷⁹ A sua experiência ganha mais importância com Ayala, que apresentara os outros cavaleiros como sendo muito jovens. Distinção importante por defenderem estes, segundo Lopes, opiniões contrárias às do cronista castelhano.

³⁸⁰ CJC, a. 7, cap. XIV, p. 600.

³⁸¹ Pero López de Ayala apresenta os argumentos como fazendo parte da intervenção do francês,

³⁸² CJP, pt. 2, cap. XXXVI, p. 78

³⁸³ Segundo César Olivera Serrano, estas atitudes do conselho de Juan I poderão advir da série de vitórias conseguidas pelos reis castelhano em solo português nas décadas anteriores (2009, p. 279).

³⁸⁴ O debate teria depois continuado com o argumento contra o batalhar naquele dia (ficando claro na crónica castelhana de que lado estaria o seu redactor), voltando a indicar que “*qualquer ome lo pude ver, que las dos alas (...) van topar en unos valles (...) e non pueden llegar a los enemigos*” (CJC, a. 7, cap. XIV, p. 600-601). Ayala evidencia, assim, que os conselhos contra a batalha são “*sólidos y fundados*”, enquanto os outros “*se resuelven en vagas apelaciones sin sustancia de realidad*” (Ferro, 1990a, p. 58).

³⁸⁵ CJC, a. 7, cap. XIV, p. 601.

extenso³⁸⁶, com novos argumentos a favor do combate (no dia seguinte), que acabam por convencer vários conselheiros e o próprio monarca. Juan I, que se colocava sob um juízo divino que “*tjiinha já jsto hordenado muyto doutra guysa*”, dá ordens à pressa para se preparar a hoste³⁸⁷, transmitindo a imagem de que a decisão final e a responsabilidade pelo desfecho da batalha seriam suas. Assim, enquanto na crónica castelhana, a batalha se segue a estes debates sem qualquer quebra na narrativa, a portuguesa debruça-se ainda primeiro sobre outros temas, incluindo os números das hostes presentes em Aljubarrota, a sua ordenação e a chega de mais reforços³⁸⁸.

Fernão Lopes, admitindo que vai escrever “*desuairros*”, aborda a questão dos números detalhadamente, ao contrário de Pero López de Ayala, que, como vimos, avançara sucintamente com os números portugueses: 2200 homens-de-armas, e 10 000 peões, lanceiros e besteiros³⁸⁹, não quantificando as forças castelhanas, apenas tidas como mais vastas³⁹⁰. O cronista português começa mesmo por atacar os escritos que, com “*fingidas razões por dar escusa a ssua contraria fortuna*”, tomavam o partido de uma das partes do conflito³⁹¹. Antes de avançar com os seus números³⁹², Lopes

³⁸⁶ Fernão Lopes inclui a intervenção do conde João Afonso Telo, que se insurge face aos que iam contra a honra de Juan por não quererem combater (não sendo rei, o Mestre era alguém que “*com todo seu poderio, que lhe embarga huum reyno que lhe prerteença*”, e só haveria desonra se o rei seguisse caminho para Santarém sem responder a tal desafio). É um claro exemplo de desunião na hoste, já que tem de responder aos que o acusam de o dizer “*porque sam portugueses como vos sooes*”. É um discurso rico em comparações e forte desprezo pela posição de Ayala, defendendo que Juan I tinha ali oportunidade única para vencer a guerra: “*Se uos querer sojugar huum rey e o reyno, e vos tendes em curral como a gaado, pera quando guardaaes esta sojugaçom?*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVI, p. 78-81).

³⁸⁷ Do conde, aproximaram-se “*alguns fidalgo; porem que deles diziam que a espaçassem pera outro dia. El-Rey, auendo-o por muy bom conselho, mandou que a pressa se fizessem todos prestes e acabassem dordenar a batalha; e a sseu mandado nom foy posta tardança*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVI, p. 81).

³⁸⁸ CJP, pt. 2, cap. XXXVI, p. 81.

³⁸⁹ CJC, a. 7, cap. XIII, p. 595-596.

³⁹⁰ Tratar-se ia de uma clara e propositada omissão. João Gouveia Monteiro avança mesmo que esta decisão de omitir dados sobre o exército, onde o próprio Ayala seguia, sugere existir realmente uma grande diferença entre as hostes, com forte vantagem para os castelhanos, que, como vimos não deixaram de reforçar, em conselhos e debates, esse facto (2007, p. 98). A. Botelho da Costa Veiga, na sua análise às várias omissões de Ayala, refere ser costume o cronista apresentar os números de “hostes contrárias e amigas” em todas as suas crónicas (ainda recentemente o fizera na batalha de Trancoso), quebrando aqui a sua própria metodologia (1951, p. 256). Assim, é fácil pensar que, como afirmara José Luis Martín Martín, ao não apresentar os números castelhanos, o cronista castelhano revela “uma espécie de pudor”, devido à já referida grande disparidade entre os números da hoste portuguesa e os da castelhana (2008, p. 39). Sobretudo, se tivermos em conta como Ayala, sendo íntimo de Juan I, teria um conhecimento impar sobre o “quantitativo dos contingentes” castelhanos em Aljubarrota (Veiga, 1951, p. 237).

³⁹¹ Defende a sua posição porque “*sse deue de saber, com quantos foy posta e como se vemceo, e quaaes capitães forom em ella e tamanho espaço dorou, e que gente hi morreron*”, no qual não se devia “*dizer algum dito afeitado, mas (...) a certa verdade como sse passou*”, e de modo a que os vencidos ou derrotados recebessem o louvor e glória que mereciam (CJP, pt. 2, cap. XXXVII, p. 82).

³⁹² Avançou primeiro os números de outras fontes: 8000 lanças; 9000 lanças, 3000 ginetes, 15 000 besteiros e 20 000 peões; um total de 60 000 homens; uma hoste de 100 000 homens; ou um português para cem castelhanos. Esta enorme disparidade advinha dos inúmeros reforços das praças portuguesas e

referencia Ayala como um mau historiador, atacando quem escrevera que os portugueses tinham “*duas e duzentas lanças, e dhomeens de pee e beesteiros dez mjll*”, que registaram “*a fama das gentes que el-Rey de Castella consigo trouue e majs nom*”, e “*em fauor dos castellaños (...) nomearam dos portugueses muyto mais conto dos que eram, e do seu cesarom de todo, por sua myngua nom seer exemprada*” Acusa-o, assim, de esconder propositadamente os números castelhanos (“*que dos seos que sabiam o certo*”) para não aumentar a honra dos portugueses³⁹³. Só depois deste parêntesis é que o cronista português vai registar os números da hoste portuguesa, “*por a uerdade desta cousa mjllhor ficar em memoria e a bomdadde dos portugueses nom auer de perecer por scriptura de seus enuejossos emmjgos*”, apontando um total de 6500 homens (quase metade dos 12 200 de Ayala) divididos por 1700 lanças (“*dellas nom bem coregidas*”), 800 besteiros³⁹⁴ e 4000 peões. Sobre os castelhanos, nega que fosse impossível contá-los, enumerando um total de 31 000 homens: 6000 lanças (“*per françesses e gascoões e outros estrangeiros, com todollos que da frota e dos outros logares se forom pera elle*”), 2000 ginetes, 8000 besteiros e 15 000 peões³⁹⁵. A imagem do poderio castelhano, tantas vezes por Fernão Lopes referida, ficava agora indelevelmente fixada na disparidade de forças, não só porque as lanças de Juan I atingiam quase a totalidade das forças de João I, mas também porque o cronista indica a existência de artilharia em apoio desta hoste, com um total de 16 “*troons e bombardas*”³⁹⁶. Apesar de se afastar daqueles que falavam numa hoste castelhana incontável (afirmando mesmo que o faz

da frota de Juan I, induzindo muitos em erros por causa dos “*pages, azemees e doutra gemte de seruentia*” que tornavam a hoste “*espantossa cousa de uer*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVII, p. 82-84).

³⁹³ Critica este comportamento, pois “*o cronista ha de seer muyto certo em seu razoar*”, devendo a história ser “*luz da uerdade e testemunha dos antigos tempos*”. Estudou por isso as fontes “*com gram trabalho*”, usando as mais “*chegadas aa razom, e em que os mais dos autores pella moor parte comsentem*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVII, p. 83). Lopes sentia-se confortável para estes tipos de críticas, tendo incluído mesmo no seu prólogo garantias de que iria por de parte a afeição que levava à deturpação da verdade e ao favorecimento de alguns; escreveria a verdade e nada mais. Contudo tais afirmações e promessas não eram novas, sendo prática comum do género cronístico (Blackmore, 1997, p. 17).

³⁹⁴ Seguindo os números de Peter E. Russell e de Tiago Viúla de Faria, estes 800 besteiros seriam na sua maioria de ingleses e gascões, cujo contingente em Aljubarrota, não ficava certamente aquém dos 400 homens, podendo mesmo atingir os 700 (Faria, 2011, p. 263-264; Russell, 2000, p. 405, 420).

³⁹⁵ Com este contingente vinham 700 carretas e muitas azêmelas com mantimentos, armas e produtos mercantis, junto com 8000 cabeças de gado – ficando assim também aqui fixada a disparidade entre as provisões portuguesas, que nem para um dia dariam, e as castelhanas. Refere ainda que isto tinha sido tomado em Portugal, voltando-se a evidenciar as depredações perpetradas pela hoste de Juan I.

³⁹⁶ CJP, pt. 2, cap. XXXVII, p. 84. Assim, enquanto Ayala, ao não referir o número de efectivos castelhanos, minimiza a sua superioridade, Lopes, numa estratégia totalmente inversa, exagera os seus números. Na realidade, estariam presentes 20 000 homens na hoste de Juan I, tendo uma parte importantes desses efectivos ficado arredada dos combates (Monteiro, 2006, p. 112-113).

por rigor histórico³⁹⁷), ao registar estas comparações, Lopes acaba por dar grande ênfase aos números e à disparidade de forças (algo que faz em outros momentos e batalhas). Não entre forças reduzidas e forças difíceis de contar, mas sim entre forças claramente desiguais, não deixando qualquer dúvida sobre a vantagem castelhana, quer numérica, quer na sua composição, com um número de cavaleiros claramente superior, ou um contingente de besteiros que sozinho era superior ao número total da hoste portuguesa. Ao fazê-lo, a possível vitória (em tal adversidade) inscreveria os seus protagonistas, João I e Nuno Álvares Pereira, para sempre na história, e qualquer derrota que daqui resultasse ficava, desde logo à partida, justificada³⁹⁸.

Era contra este poderio que o rei de Portugal tinha posicionado “*a pouca gemte que tinha*”³⁹⁹ num local plano e coberto de urzes, no meio da estrada que os castelhanos teriam de percorrer, e posicionadas em “*duas pequenas aazes*”. Na primeira, a vanguarda, estava Nuno Álvares Pereira, com 600 lanças e a “*sua bandeira tendida e dobrados escudeiros juntos com elle por guardar della e de seu corpo*”. Na ala direita, “*que naçia da ponta desta aaz*” e a que chamavam “*alla dos namorados*”, estavam Mem Rodrigues e Rui Mendes de Vasconcelos⁴⁰⁰, com 200 lanças e sob uma “*gramde e verde bandeira hordenada aa vomtade*” todos. Na ala esquerda estava Antão Vasques com 200 homens-de-armas, portugueses e estrangeiros⁴⁰¹, apoiados por arqueiros ingleses, sob “*huuma alta bandeira de Sam Jorge e outros balsoões*”⁴⁰². Atrás das alas estavam colocados besteiros e peões para “*fazer ajuda e empeçer a seus emmygos*”⁴⁰³.

³⁹⁷ Contudo, seguindo as estimativas mais actuais (avanzadas por João Gouveia Monteiro ou A. H. de Oliveira Marques), Lopes terá exagerado um pouco os números que estariam mais entre os 20 e 19 mil para o campo castelhano e os 10 e 7 mil para o português (Martín Martín, 2008, p. 40). Os exageros nas crónicas não eram algo de novo, uma vez que o destaque dado aos números de hostes, mais do que rigor quantitativo, procurava marcar a diferença entre os campos em disputa nas batalhas, acabando por acontecer depois o mesmo a quanto da enumeração de baixas (Sousa, 1989, p. 28).

³⁹⁸ António Manuel Ribeiro Rebelo, 2009, p. 119.

³⁹⁹ Feito, tal como pelo rei de Castela, “*segundo costume da Espanha*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 84).

⁴⁰⁰ Junto de outros, todos muito elogiados pelo cronista por serem “*huuma leda companhia*” que jurara defender o reino e não abandonar “*o llogar honde eram postos*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 84).

⁴⁰¹ Nomeando o cronista, Jean de Monteferrand, Martin Paulos e Basquin de Sola.

⁴⁰² Segundo Fernão Lopes, a vanguarda e as suas alas estavam semeadas de bandeiras e pendões, escolhidos livremente pelos que lá se encontravam (“*como a cada huum prazia de teer*”), sem que ninguém, “*rey darmas nem outro arauto*”, os impedisse de o fazer. No seio destas tropas estavam também espalhadas trombetas “*segundo se requeria*”, permitindo assim a transmissão de quaisquer ordens que fossem necessárias (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 85). Relativamente à ausência dos reis de armas na batalha de Aljubarrota, isso não conferia nenhuma inferioridade ao estatuto do exército português, com a sua adopção a surgir já no início do século XV, dentro do “complexo cultural mais vasto das cortes europeias”, sendo codificada depois pela coroa portuguesa em 1466, com “medidas restritivas quanto ao uso de armas” (Gomes, 1995, p. 33).

⁴⁰³ A vanguarda não possuía o mesmo apoio, “*ca nom cumpriam em tal logar*”, dando a entender que se deixara um espaço entre a vanguarda e a retaguarda propositadamente (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 85).

Relativamente à retaguarda (“*aaz detras*”), liderada por João I⁴⁰⁴ e com 700 lanças, estaria distante um “*razoado espaço*”, de modo a que se “*mester fizesse, trygosamente podessem socorrer*” a vanguarda (de tal modo que as suas “*pontas çarrauom com a auamguarda*”, compostas por besteiros e peões). Atrás deste dispositivo tínhamos a carriagem, num “*espaçoso curral*”, com os “*pages e cauillos, azêmelas e maantijmentos, gemte de seruentia e todallas outras cousas que mester fazem pera governamça dhuuma hoste*”, protegidos e cercados por peões e besteiros, de modo a que ninguém pudesse dar nas “*spaldas da reguarda e em esta cariagem*”. Quanto às armas defensivas tinham “*bacynetes de camal, deles com caras e deles sem ellas, e soolhas e loudes e cotas e faldroões e pamceiras*”, enquanto “*de ferir*” tinham “*lanças e fachas de ferro e de chumbo e deles machado que os podia auer*”⁴⁰⁵. Temos então a hoste portuguesa (posicionada já ao meio dia) bem detalhada na crónica portuguesa⁴⁰⁶, que diverge da castelhana por registar que este era o primeiro ordenamento, tendo os portugueses sido obrigados a mudar de local, devido à manobra circundante dos castelhanos. Desfazendo-se as batalhas portuguesas, “*passou a avanguarda pella reguarda, damdo-sse logar huuns aos outros, e pose-sse deante contra homde os castellaãos mostrauom de vijnr*”⁴⁰⁷.

Fernão Lopes decide, neste momento, reforçar a inexistência de qualquer vantagem para os portugueses após a alteração de posição. Volta, assim, a sublinhar ser falso, como defendiam Ayala e outros conselheiros de Juan I, que o relevo impedia a completa intervenção da sua hoste: ao contrário do que “*alguns mal*” escreveram, não havia montes ou vales que estorvassem qualquer avanço castelhano⁴⁰⁸. O cronista

⁴⁰⁴ Junto de si tinha Lopo Vasques da Cunha com a sua bandeira (substituindo o seu alferes-mor, Gil Vasques, que permanecia ainda junto do fidalgo da Beira).

⁴⁰⁵ Relativamente ao Condestável e fidalgo que o acompanham, Fernão Lopes afirma que não possuíam “*cotas darmas per que (...) fossem conhecidos, ca ajmda entonce nom eram em vsso*”, trazendo Nuno Álvares Pereira apenas uma “*jaqueta de pano de laã uerde toda brollada de roseiras, desy cota de e peito e braçaes e arnes de pernas e gantes segundo de cote costumaua*”, armado com espada e faca à cintura, algo que teria sempre consigo, excepto durante a missa. Já João I estaria equipado “*darmas quaes compriam a ssua defenssom, e huum loudel em cima semeado de rrodas de ramos, e em meo outras rodas e escudo de Sam Jorge*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 85). O cronista vai especificar mais à frente na sua crónica que os homens do Condestável estavam mesmo pouco protegidos (Monteiro, 2007, p. 100)

⁴⁰⁶ Não sendo possível qualquer estudo comparativo com a crónica castelhana que não nos apresenta qualquer descrição, referindo apenas como os portugueses estavam bem ordenados.

⁴⁰⁷ O enunciado da crónica portuguesa transmite uma clara troca de posições, sem contudo especificar se essa troca se deu apenas de Norte para Sul, ou se também se deu de Poente para Nascente (Martins, 2011, p. 367; Monteiro, 2007, p. 86). Caso isso não se tenha verificado, terá então passado a Ala dos Namorados, a direita, a ser a esquerda, e *vice-versa*. Seja como for, esta pronta resposta à manobra castelhana teria contribuído para as declarações do conde João Afonso de Melo, que focaram o facto de a hoste portuguesa mostrar claramente vontade de combater o exército castelhano (Monteiro, 2007, p. 86)

⁴⁰⁸ “*Nom auya melhoria de campo que os portugueses teuessem escolhido (...) ca todo era campina jguall sem nenhuum estoruo a amballas partes*”. Assim, ambos os cronistas transmitem a imagem de que as

português parece depois escarnecer de tais argumentos, antes de defender que as vantagens eram “*contrairas*”. Afirma Lopes que, estando já ordenados quando “*a alua do dia começou a crescer*”, os homens de João I ficaram sob o sol da tarde sem comer ou beber, e com o vento e o Sol de frente. Elogia, pois, a hoste portuguesa que, mesmo numa situação desvantajosa, aguardava “*ledamente*” o inimigo⁴⁰⁹.

Face a tudo isto, estava a hoste de Juan I que, sob as suas ordens, afirma Fernão Lopes, ou à sua revelia, defende Pero López de Ayala⁴¹⁰, se preparava para a batalha. Colocam os castelhanos as suas azes à distância de “*dous grandes tiros de beesta*” dos portugueses, mantendo-se a vanguarda comandada por Pedro, condestável de Castela, com um total de 1600 lanças⁴¹¹ e disposta em três fileiras⁴¹². Numa das alas estava o mestre de Alcántara, Gonzalo Núñez de Guzmán, composta por gascões e outros estrangeiros, e na outra o mestre de Calatrava, Pedro Álvares Pereira, com um total de 700 homens-de-armas cada⁴¹³. Quanto à retaguarda, seria composta por 3000 lanças⁴¹⁴,

condições iniciais da batalha beneficiavam o inimigo, pois o terreno impedia, ou não, os números superiores de terem impacto no desfecho da batalha. Para Fernão Lopes, o dispositivo português, ao mudar de local, tinha-se agora colocado em pior posição (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 86). Relativamente a esta diferença, A. Botelho da Costa Veiga, que em outros momentos (já por nós abordados) é crítico das omissões de Ayala, sai agora em defesa do cronista castelhano (perspectiva essa reforçada por trabalhos posteriores de outros autores como os de Miguel Gomes Martins ou João Gouveia Monteiro, assim como por vários trabalhos arqueológicos), acusando agora o cronista português de nos apresentar uma imagem falsa acerca do relevo do campo de batalha (1951, p. 262-265). Teresa Amado é ainda mais peremptória acerca da atitude do cronista português, afirmando que este revela, ao repetir novamente a negação e ataque a Ayala, alguma “certa impaciência, quase irritação”, algo raro no seu discurso (1997, p. 199).

⁴⁰⁹ Cita um cavaleiro estrangeiro que exortava os seus companheiros: sendo ele veterano de sete batalhas campais, era “*muyto certo (...) que uos aues de vemçer*”, nunca tendo visto “*tam ledos vultos dhomens, sendo tam poucos como estes e auerem desperar tantos pera pelejar com eles*”. A imagem de determinação, e até coragem (sendo que várias vezes se usara a palavra cobardia para se referir a algumas propostas castelhanas para o combate) volta assim a ser reforçada. Surgem depois, como exemplo, os juramentos (“*alguns teem costume de fazer*”) de três portugueses: Vasco Martins de Melo prometeu prender o rei de Castela, Gonçalo Eanes de Vide queria ser o primeiro a “*ferir de lamça*” e Martim Afonso de Sousa, caso sobrevivesse, iria “*teer huuma quoremtena com a dona Abadessa de Rryo Tito que estomçe tinha por amiga*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 86-87).

⁴¹⁰ Apesar de haver algum eco dessa imagem em Fernão Lopes, que afirma que os preparativos “*ja começado tinham*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 87).

⁴¹¹ Junto com Diego Hurtado, alferes-mor do rei, com a bandeira “*dos sinaees de Castella e de Portogall miscrados*”, Pero Diaz, prior de São João, Juan Téllez, neto de Alfonso XI de Castela (1312-1350) e, assim, “*primo cojrmaão*” de Juan I, Juan Fernández de Tovar, almirante-mor de Castela, e Álvaro González de Sandoval, e de muitos outros senhores e fidalgos (tantos “*que seria lomgo descreuer*”). Lopes volta, assim, a realçar o poderio castelhano (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 87).

⁴¹² Colocamos a hipótese de serem três, tal como fez João Gouveia Monteiro, apesar do cronista usar a palavra “*dobrada*”, porque mais à frente usa a mesma palavra para referir a divisão da retaguarda em três, tal como aqui parece fazer, referindo-se à vanguarda e às suas duas alas (Monteiro, 2007, p. 99).

⁴¹³ A esta “*aaz deanteira*” (referindo-se à vanguarda e às suas alas) juntaram-se ainda os portugueses (“*por se mostrarem por boons seruidores e (...) leaes vassallos*”) João Afonso Telo, referido como conde de Mayorga, o já referido Pedro Álvares Pereira, com o seu irmão Diogo Álvares, Gonçalo Vasques de Azevedo e seu filho Álvaro Gonçalves, Garcia Rodrigues de Tabora, o já referido alcaide de Leiria, Vasco Peres de Camões, e João Gonçalves, alcaide de Óbidos (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 87).

⁴¹⁴ “*Auya três mjll lanças dobradas, saber mil em cada humma aaz*” (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 87).

e contava com a presença de “*grandes senhores e capitães*”⁴¹⁵, na ausência do monarca, a quem deveria caber a liderança daquela batalha. Depois, apagando qualquer eco acerca da má disposição das forças castelhanas devido ao terreno, ou mesmo fazendo esquecer que grande parte da hoste ainda não chegara, o cronista português refere que “*os beesteiros e peões e toda a outra gente eram “postos e hordenados hu podessem aproveitar”*. Menciona ainda que a carriagem (“*carretas, azemellas e pages*”) ficou atrás “*como cada huum queria*”, com alguma despreocupação, porque “*hy nom andauom genetes nem outros de caualllos da parte dos portugueses de que ouuessem dauer reço*”. É, para Fernão Lopes, esta a razão da má organização castelhana, e não qualquer detalhe do campo de batalha, porque “*sse a eles muyto mal hordenarom, como alguns por sua escussa screuem, culpa de quantos boons hij vinham*”, voltando a acusar Pero López de Ayala de tentar esconder factos, lembrando mesmo que este se gabara ao Condestável, de estarem na sua hoste capitães “*que tam sabedores eram de guerra*”⁴¹⁶.

Mesmo depois de descrever ambos os dispositivos presentes em Aljubarrota, o cronista português não segue para a descrição dos combates. Aborda então os apoiantes de João I, que “*certamente eram muy poucos ca pella mayor parte todos sse lançaram com seu auersario*”, enumerando primeiro os portugueses apoiantes de Juan I, cujo poderio era de novo reforçado. Só depois nomeia 22 indivíduos que, entre “*outros muytos que aquy nom dizemos*”, apoiavam João I, começando com Nuno Álvares Pereira (“*o muyto de louuar*”) e referindo também João Fernandes Pacheco (“*que depois veo*”) ⁴¹⁷. Fernão Lopes realça mesmo, de forma propositada, a disparidade numérica entre os senhores que apoiavam cada lado do conflito, iniciando o parágrafo com “*e pois que todos lançados em Castella, quaees seriam com el-Rey pera o ajudar?*”. Contudo, não deixa de elogiar “*estes boons e leaes portugueses posto que todos de tamanho e stado e comdiçom nom ffossem*” estavam com o rei de Portugal, que foi “*muy*

⁴¹⁵ Nomeando Fernando Sánchez, filho do conde Sancho de Albuquerque e neto de Alfonso XI de Castela, Diego Gómez Manrique, adiantado-mor de Castela, Pero Gonzalez de Mendoza, mordomo-mor do rei, e Diego Gómez Sarmiento, marechal de Castela, “*armados de boos e esplandcentes armas, e todos prumões nos bacinetes, que lhe daua muy grande fremosura e vista*”. Lopes elogia as suas armas e armaduras, enquanto aos portugueses parece até faltar algum equipamento, em nova imagem, mesmo que não explicita, da disparidade entre as forças presentes em Aljubarrota (CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 87).

⁴¹⁶ CJP, pt. 2, cap. XXXVIII, p. 87-88.

⁴¹⁷ Regista ainda: o marechal da hoste, Álvaro Pereira, Mem Rodrigues e Rui Mendes de Vasconcelos, (comandantes da Ala dos Namorados), Lopo Vasques da Cunha (que segurava o pendão régio), Vasco Martins de Melo, o Moço (cuja bravura no vau de Muge fora referida por Lopes), o arcebispo Lourenço de Braga, o doutor Gil de Ossém (que deixara registos sobre os debates em conselho, citados por Fernão Lopes), e o doutor João das Regras (que tanto defendera em Coimbra a eleição do ainda mestre de Avis). Regista depois os 41 novos cavaleiros feitos por João I, incluindo: João Vasques de Almada, o seu irmão Antão Vasques (comandante da outra ala), alguns comendadores e um tio do Condestável. Apesar de numerosas, é possível ver bem a diferença entre o estatuto destas figuras, e o das apoiantes de Juan I.

bem servido”. É esta uma das imagens fulcrais da crónica portuguesa: os muitos e grandes senhores estavam com Juan I, mas com João I estavam os bons e leais, que o serviam não pelo seu estatuto, ou receio, mas sim por honra e dever⁴¹⁸.

Depois desta referencia à composição, e disparidade, das hostes, o cronista português vai abordar a chegada dos últimos reforços de João I. O monarca português chamara os senhores da Beira até si⁴¹⁹, escrevendo a João Fernandes Pacheco “*que por a gram deuzã que em el auya lhe rogaua que ele os requeresse e emcaminhasse sua vimda, que tam neçessaria era*”. Apesar deste apelo, no qual os elogia pelo seu desempenho em Trancoso, e da troca de missivas se ter prolongado por vários dias, a resposta não foi a desejada, declarando estes senhores não estarem a tempo, ou em condições, de o irem ajudar (“*em tal trabalho eram detheudos por se fazerem prestes pera logo vijr*”)⁴²⁰. Segundo Fernão Lopes, a ausência daqueles senhores da Beira⁴²¹ apenas diminuiu a sua própria honra, enquanto o rei e o Condestável viram a sua ser aumentada pelo importante auxílio de João Fernandes Pacheco (“*o boom e muyto de louuar*”) e de Egas Coelho. Foram estes os únicos senhores da Beira a responder ao apelo, trazendo um contingente de 70 lanças e 100 peões “*escudados*”, que iria ter um papel fulcral na batalha que se adivinhava (“*todos disserom e afirmarom que se ellos nom foram que a batalha nunca fora vemçida*”). João Fernandes Pacheco volta, assim, a ganhar relevo na crónica portuguesa, tendo chegado ao campo de São Jorge mesmo a tempo, já quando estavam “*as aazes postas e a batalha prestes*”⁴²².

⁴¹⁸ CJP, pt. 2, cap. XXXIX, p. 88-89.

⁴¹⁹ Lopes enumera Gonçalo Vasques Coutinho, Martim Vasques da Cunha, os irmãos Vasco Martim e Gil Vasques (alferes-mor), João Fernandes Pacheco e Egas Coelho.

⁴²⁰ Antes, Fernão Lopes acusa-os de mentir ao rei, prometendo estar prestes a partir ou que já tinham partido. Assim, João I apenas estava seguro de João Fernandes Pacheco. Se já em Trancos, aquele senhor fora colocado em evidência, agora ocorre o mesmo, sendo referido como este “*trabalhaua de os requerir quamto podia*”, recebendo também ele mentiras, com “*escusa e nenhuma vomtade vijr*”. Desta vez, ao contrário de Trancoso, a inacção destes senhores não se devia a desentendimentos, mas ao facto de concordarem com algo que se tinha defendido em Abrantes: “*auyam por estranho auentuyrar-sse el-Rey, com tam poucos*”, e, acreditando que Juan I sairia vencedor, esperavam para “*melhor preitejaryam*”. Caso vencesse João I, fariam o mesmo sem “*myngua*” alguma, e Martim Vasques da Cunha afirmava mesmo: “*quem Deus der a semtemça sua sera a Guarda e todollos outros logares*”. Os senhores da Beira mostravam-se mais preocupados em defender os seus domínios do que o trono português, recebendo, assim, o desprezo do cronista – “*forom muy desditos dalguns bons*” –, sobretudo Gil Vasques da Cunha que, por ser alferes-mor, renegara os seus deveres e ofício (CJP, pt. 2, cap. XL, p. 89-90).

⁴²¹ O seu contingente poderia atingir as 400 lanças e 2000 peões (não se contabilizando os besteiros), o que seria, para João I, “*booa ajuda pera tam pouca gemte que ele tinha*”. Temos, aqui, novo reforço da disparidade de forças, desta vez proferida pelo próprio monarca português (CJP, pt. 2, cap. XL, p. 90).

⁴²² Terá chegado, vindo de Porto de Mós, por uma ladeira “*açerca da pomta da alla dereita dos castellaãos*” (que, ignorando quem era, não estorvaram o seu avanço). Ao ver a “*pouca gente dos portugueses*” (que, crendo serem os senhores da Beira que estariam a chegar, muito se alegraram), não hesitou e “*damdo aas trombetas, com sua bamdeira temdida, se lamçou com elles*”, dando uma grande alegria ao rei. A imagem do senhor da Beira, tal como a que nos foi dada acerca do Condestável, é uma

É uma imagem de forte dedicação que sobressai dos textos de Fernão Lopes, uma vez que, após tanto esperar pelos outros, partiram e empreenderam uma intensa marcha forçada, deixando mesmo “*alguns dos seus (...) aramados per essas estradas*”⁴²³. Ao narrar a sua chegada (posicionando-se os reforças na retaguarda), Lopes aproveita para apresentar mais uma prova da determinação dos apoiantes do rei português, afirmando que João Fernandes Pacheco “*deu muyto moor esforço a todos*” pela maneira como os exortava, de semblante “*como se a batalha ja fosse vemçada*”⁴²⁴.

Descritas as hostes, estando “*dhuuma parte e doutra pera auerem dauer batalha*”, a crónica portuguesa vai ainda, contudo, abordar o tema do apoio divino, nomeadamente a sua procura por parte de cada um daqueles que apoiavam cada monarca ali presente⁴²⁵. A rainha Beatriz, estando em Ávila protegida pelo arcebispo de Toledo, ordenou a certas donas e donzelas que rezassem pelo rei de Castela sem interrupção, transmitindo-se imagem de um forte e continuado apoio ao qual João I não tinha acesso. Todavia, mesmo não tendo mulher, ou qualquer “*paremta*”, que por ele rezasse, restava ao rei de Portugal a importante cidade de Lisboa, “*sua muy leal e fiel seruidor*” (comparada a uma mãe e ama), que por sua saúde e pela do reino “*era muy solícita e cuidosa*”. Nela se debateu sobre como melhor afastar qualquer “*sanha se contra eles por seus pecados auya*”, eliminando várias práticas que ainda se mantinham na cidade e que ofendiam a Deus, o único que “*a çidade e o regno podia liurar*” da ameaça castelhana⁴²⁶.

Conclui-se, assim, o prelúdio à batalha nas duas crónicas, com Fernão Lopes a dedicar muito mais atenção aos movimentos e preparativos, reforçando por diversas vezes a determinação do Condestável de Portugal, assim como a quase permanente divisão no conselho castelhano, ao contrário do português, apenas dividido por

de grande determinação, exortando o rei para não temer aquela gente, “*ca se os conheçesses como eu conheço, que pouco ha que lauey as mão no sangue deles*”, e apenas se preocupar com “*o gram trabalho que auues dauer em matar tantos como som*” (CJP, pt. 2, cap. XL, p. 91-92)

⁴²³ Tratar-se-á de um claro exagero por parte de Fernão Lopes. O cronista chega mesmo a afirmar que, só no dia e noite anterior à batalha, João Fernandes teria percorrido 100 quilómetros.

⁴²⁴ CJP, pt. 2, cap. XL, p. 90-92.

⁴²⁵ Pois “*razoadamente he de cuidar que huuns teeriam que por eles fezessem prezes e oraçoões*”, nas quais pediam a Deus o auxílio para “*os de seu bando*” (CJP, pt. 2, cap. XLI, p. 92)

⁴²⁶ Conclui todo este capítulo afirmando que, feitos os pedidos de auxílio divino, “*a Deus ficaua outorgar a vitorja aa qual deles sua merçe fosse*”, frase que, com o resultado que se iria verificar nos capítulos seguintes, começa a apresentar, logo aqui, João I como alguém escolhido por Deus para fazer a sua vontade: salvar Lisboa e Portugal da ameaça castelhana (CJP, pt. 2, cap. XLI, p. 92-94). O cronista português, que tanto procurara desmentir as vantagens do campo de batalha, parece querer transmitir como o desfecho, ainda por se realizar, se iria dever à protecção divina que recaia sobre os portugueses, justificada pela honra da sua querela (Amado, 1997, p. 200).

momentos⁴²⁷. Já Pero López de Ayala, mais sucinto, aborda sobretudo o avanço castelhano em Portugal, silenciando um pouco a devastação provocada (que Lopes detalha), ao contrário da divisão do conselho de Juan I, que ele relata ao pormenor. As maiores diferenças que, contudo, podemos observar nestes textos, são as descrições sobre o terreno e a responsabilidade pelo ataque castelhano. Relativamente ao primeiro, cada cronista acaba por apresentar a imagem que maior honra traria ao seu monarca, reforçando como o relevo lhe trazia desvantagem. Sobre o segundo, se o cronista castelhano refere como Juan I dera mostras de prudência ao querer retardar, pelo menos o combate, sendo nisto gorado pela impetuosidade de alguns cavaleiros⁴²⁸, o cronista português insiste que Juan I dá ordens para prepararem a hoste (cedendo, assim, aos incitamentos daqueles que teriam “a ilusão de ter obrigado o inimigo a deslocar-se para uma posição de recurso”⁴²⁹), deixando apenas como ressalva o facto de esses preparativos terem já começado à revelia do monarca.

Antes de seguirmos para a análise da batalha de Aljubarrota, parece-nos importante ver o porquê desta se ter realizado após tão forte argumentação contra, em ambos os lados do conflito. Segundo João Gouveia Monteiro, os debates podem ser analisados sob o prisma de uma tradição militar que, influenciada por Vegécio⁴³⁰, via a

⁴²⁷ Fernão Lopes parece querer mesmo “criar um momento de pausa, em que as tensões se vão acumulando” (Marques, 1997, p. 126).

⁴²⁸ Este seu arrebatamento acabaria por dar à batalha as suas características: “improvisada, desordenada, sem qualquer planeamento razoável” do lado castelhano (Martín Martín, 2008, p. 42).

⁴²⁹ Monteiro, 2017, p. 112.

⁴³⁰ Segundo Christopher Allmand, um elemento essencial em Vegécio era que a guerra, e assim as batalhas, deveriam ser travadas tendo em mente a obtenção de um objectivo político: a vitória; e que essa devia ser obtida num curto espaço de tempo e com o menor esforço e perda de vidas possível (2001, p. 158). Ora em meados do séc. XX, surgira uma renovação da imagem da guerra medieval, com o chamado ‘paradigma Gillingham’, que veria na guerra “muito mais do que uma sucessão de batalhas”, consideradas como um elemento raro, até secundário da estratégia medieval, devendo ser mesmo evitadas “sempre que possível”. Contudo, o continuado debate, sobretudo em volta dos impacto que a doutrina tardo-romana de Flávio Vegécio Renato teria na estratégia dos comandantes da Idade Média, fez diminuir um pouco a rigidez desta linha de pensamento, surgindo então o ‘paradigma Gillingham modificado’. O despontar desta nova perspectiva devia-se a uma reflexão sobre esta suposta aversão total, com vários historiadores, nomeadamente Clifford Roger, a refutarem a visão da batalha como “um corpo estranho” e último recurso da estratégia medieval. Defendiam que esta, não podendo ser inútil ao mesmo tempo para vencedor e desastrosa para o derrotado, seria do interesse de uma das partes em conflito. As ideias de Vegécio deveriam, assim, ser vistas mais como um conselho de prudência sobre as batalhas campais: um general, nunca deveria “desperdiçar uma boa oportunidade” e adiar um combate vantajoso, que lhe poderia “acelerar o termo do conflito”. Segundo Rogers, esta estratégia é clara com Eduardo III de Inglaterra (1327-1377) e o Príncipe Negro, cujas campanhas visavam sempre culminar a guerra com uma batalha, com planos deliberados para atrair o inimigo para o combate. A batalha apareceria então no mesmo patamar para os estrategos medievais que o cerco e a devastação de territórios, uma vez que seria muitas vezes a única forma de obter ganhos de “grande amplitude”. A batalha campal seria mesmo um “recurso de extraordinário valor (e, por isso, utilizado de forma excepcional e muito seleccionada)”. A sua raridade no período medieval não se explicaria, assim, pela falta de vantagens para os vencedores, mas sim pela necessidade de ambas as partes em conflito quererem ou aceitarem o combate (ver nota

batalha campal como um recurso a ser usado com o devido cuidado, sendo então possível contextualizar não só os argumentos, mas também as decisões tomadas por cada um dos monarcas. Sobre as vontades régias na véspera da batalha, os itinerários são esclarecedores. Juan I entra em Portugal, seguindo pela estrada da Beira até Leiria, evitando Tomar “de modo a furtar-se ao choque directo com o seu adversário”, não vendo a batalha como uma necessidade estratégica. João I, pelo contrário, parte em direcção a Porto de Mós, assumindo desde cedo a intenção de cortar caminho ao inimigo, faltando apenas escolher o melhor local. Questionando se os conselhos poderiam ter tomado outra atitude, torna-se importante rever quais terão sido os argumentos de maior peso, ao longo de toda a campanha⁴³¹.

Relativamente ao exército castelhano, temos uma situação algo complexa, sendo necessário perceber o porquê do exército, exausto e sem qualquer interesse estratégico em combater, aceitar dar batalha ao adversário. Em primeiro lugar estaria a ilusão de que o novo posicionamento português “não era insuperável”, acreditando que não se “violaria nenhum preceito de prudência” de Vegécio. Aliás, atacando naquele dia, evitariam que o inimigo recebesse mais reforços, vindos de Inglaterra ou da Beira, o que poderá ter “parecido vantajoso”, tendo eles melhor armamento e maior número de efectivos. Em segundo lugar, temos a questão da honra que imperava no conselho castelhano. Juan I, ao recusar o desafio de tão fraco inimigo, poderia perder importantes apoios, sobretudo das praças que detinha em Portugal. Em terceiro lugar, aparece também a percepção de que continuar caminho para Lisboa sem combater poderia ser desastroso, uma vez que a linha de comunicações seria quebrada, por um inimigo que iria exercer uma constante pressão. Contudo, há outra hipótese que surge evidenciada, sobretudo pela crónica castelhana. O rei não terá sido obedecido, pelo que a batalha poderá então ter resultado de uma “situação excepcional”, quando o monarca, doente, se mostra incapaz de comandar o seu exército⁴³².

Certo é que o desafio foi mesmo aceite, e, relativamente ao desafiador, João I, a análise é mais óbvia. O monarca português vinha de uma entronização muito recente e conflituosa, faltando-lhe capital político para poder montar uma estratégia “vegeciana

137), o que na maioria dos casos se verificava difícil, uma vez que um lado estaria normalmente em vantagem (numérica ou tática). Deste modo, o mais comum na Idade Média era o lado que mais pretendia a batalha consegui-la em condições desfavoráveis, algo que não ocorre em Atoleiros, Trancoso e Aljubarrota (Monteiro, 2009, p. 79-80, 87-93).

⁴³¹ *Ibidem*, p. 96-97.

⁴³² *Ibidem*, p. 105-106

restrita” de desgaste prolongado, defendida pela maioria do seu conselho. Ao fazê-lo correria o risco de perder muitos dos seus apoiantes em Portugal e ver o interesse dos aliados ingleses esmorecer. Não tinha também uma “verdadeiramente credível” rede de praças, necessárias a uma estratégia de resistência prolongada, e Lisboa, fragilizada, não iria conseguir aguentar novo cerco. Somos, assim, obrigados a concluir que batalha de Aljubarrota se assumira nas vésperas de Santa Maria de Agosto, como o único recurso que lhe permitiria atingir o seu objectivo: a manutenção do trono português⁴³³. Era preciso, pois, necessário “vencer ou morrer”⁴³⁴. Contudo, como foi possível verificar em ambas as crónicas, o desespero da causa portuguesa não impediu que este recurso fosse utilizado de forma bem planeada. Cumpria o comando português, os preceitos de Vegécio, com uma escolha atempada e cuidada do campo de batalha, o que lhes trouxe vantagens tácticas e não inibiu totalmente o inimigo de os atacar, sendo que, para isso, foi importante a alteração no posicionamento da hoste portuguesa, durante o movimento torneante do adversário. Do outro lado, temos um conselho castelhano que, na sua maioria em Fernão Lopes, erradamente interpreta a situação, acreditando, à luz dos argumentos de Vegécio, que estariam obrigados a dar batalha aos portugueses. Enquanto Pero López de Ayala apresenta um monarca Castelhano que, segue os bons conselhos da maioria do seus capitães, decidindo tomar uma atitude de prudência e espera. Apenas não a consegue realizar, devido a uma minoria de cavaleiros que, inexperientes, “com excesso de confiança” analisam mal a situação, provocando um ataque que, aos olhos de Vegécio, era imprudente⁴³⁵.

Apesar destas diferenças, em ambas as crónicas, a argumentação nos conselhos “mostra bem o peso da “guerra guerreada” na prática da guerra medieval”, com ambos os monarcas a serem aconselhados a proceder a campanhas de diversão e pressão sobre os territórios do adversário. A estratégia “vegeciana” continuava, assim, a falar mais alto, sendo possível observar a sua defesa ao longo dos vários conselhos narrados nestas crónicas, onde a maioria parece sempre privilegiar estratégias de desgaste contra a batalha campal, “fonte de todos os riscos e imponderáveis”. Contudo, apesar da sua raridade, não deixava de ter importância como ferramenta de grande impacto militar e político, mantendo-se assim no horizonte dos líderes medievais⁴³⁶.

⁴³³ *Ibidem*, p. 103.

⁴³⁴ *Idem*, 2017, p. 110.

⁴³⁵ *Idem*, 2009, p. 104, 106.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 106-107.

A Batalha Real

Regressando à narrativa, verificamos que o início da batalha de Aljubarrota surge, em ambas as crónicas, claramente com a imagem de uma iniciativa castelhana. Contudo, entre Fernão Lopes e Pero López de Ayala, temos uma forte diferença na forma como essa iniciativa nos é apresentada. Começando por Ayala, encontramos o combate no mesmo capítulo dos debates, imediatamente, sem qualquer interrupção na narrativa. Segundo a sua crónica, finalizado o debate, enquanto o rei “*mandó que se ficiese así*” (decidindo não combater), os mancebos, que “*nunca se vieran en outra batalla (...) teniendo en poco los enemigos, acometieronlos*”⁴³⁷. De um debate aceso, passamos, assim, sem qualquer quebra, para um ataque desordenado, quase sem comando, e com os homens de Juan I em grande desvantagem, “*segund que algunos avían rescelo*”⁴³⁸.

Na crónica de Fernão Lopes, pelo contrário, “o ritual da palavra antecede o ritual da espada”⁴³⁹. Continuando a apresentar uma narrativa mais longa e pormenorizada, este vai descrever o início da batalha mais detalhadamente, evidenciando outros elementos. Assim, com o começar as hostilidades⁴⁴⁰, encontramos sobretudo, não o ataque e a precipitação castelhana, mas sim a determinação portuguesa⁴⁴¹, com os seus líderes a continuarem a fazer exortações⁴⁴² e a dar instruções constantes à hoste. Enquanto João I galvanizava a retaguarda⁴⁴³, na vanguarda, o Condestável ordenava aos seus homens que andassem devagar quando vissem os castelhanos a avançar, ficando depois “*quedos e firmassem bem os pees, tendo as lanças*

⁴³⁷ Momento em que Ayala crítica àqueles jovens arrogantes e inexperientes, colocando sobre eles, de forma clara, a responsabilidade pelo desfecho do combate que começaram (Amado, 1997, p. 200).

⁴³⁸ *CJC*, a. 7, cap. XIV, p. 601. Ao lermos a sua narrativa, verificamos que, com Ayala, “a batalha é um jogo confuso de impedimentos e um relâmpago de incertezas” (Marques, 1997, p. 136).

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 118.

⁴⁴⁰ Enquanto Nuno Álvares Pereira percorria a vanguarda e as alas, “*com huum escudo no braço da parte dos emmjgos*”, são enviados vários projecteis que “*nom somente cheguom ally, mas deles passauom as aazes e feryam a carriagem*” (*CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 94). Ao apresentar primeiro o Condestável, evidenciando o seu desempenho nas linhas da frente, impávido perante a ameaça, o cronista português evita diminuir a sua imagem com o discurso de João I (Marques, 1997, p. 128).

⁴⁴¹ Frente à “*tam grande e assy fremosa*” hoste castelhana, os poucos portugueses “*nom parecyam mays antelles que o lume dhuma pobre estrella ante a claridade da lûa*” (*CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 94).

⁴⁴² O Condestável afirma que a Mãe de Deus não os abandonaria na véspera do seu dia, tendo eles “*justa querela por seu reyno e Ssanta Egreia*” (*CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 94).

⁴⁴³ Pede que não te atemorizem com quem “*veem (...) para nos destruyr e roubar e tomar molheres e filhos e quanto nos acharem*” (*CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 95). O rei tenta, assim, galvanizar e alertar a hoste para um inimigo “que parece nada ter de cristão” (Marques, 1997, p. 129-130). Contudo, esta imagem, de impiedade e ódio do inimigo, não traria nada de novo, uma vez que “o teor destes discursos era bastante estereotipado”, ou, pelo menos, surge nas crónicas medievais como tal (Monteiro, 1998, p. 277).

dereitas”⁴⁴⁴, de modo a melhor resistirem ao impacto. Também o arcebispo de Braga interpelava a hoste e abençoava o monarca e os seus homens⁴⁴⁵, apresentando João I como manifestação da vontade divina. Por isso, ao ferir os inimigos, deveriam proferir “*Et Verbum caro factum est*”, ou seja “e o Verbo fez-se carne”, num reforço de uma imagem que, como já referimos, se começara a desenhar nos capítulos anteriores de Fernão Lopes⁴⁴⁶. Em oposição a esta determinação e boa preparação portuguesa surge, na crónica portuguesa, a sobranceria e ganância da hoste castelhana, onde, “*muyto pello contrayro*” não ocorriam quaisquer exortações, e todos “*auyam a batalha por veemcida*” e os portugueses por “*ssandeos e desesperados*”, debatendo-se apenas quem deveriam capturar e não matar. Lopes refere também que se pregava em nome do “*Antypapa*”, reforçando, assim, que em Aljubarrota, os portugueses enfrentavam alguém que afrontava a Deus e o seu supremo representante na terra. Depois, a contrastar com a boa imagem do comando português, Fernão Lopes descreve um primeiro embate de forças, que não corre bem para os portugueses: “*antes que as batalhas comessem dajumtar*”, cerca de 30 peões, “*com medo e fraqueza de coraçom, ssayrom-sse dante a carryagem*” e fugiram em direcção a Porto de Mós. São perseguidos pelos ginetes castelhanos, que “*andauom em aredor da carriagem*” e os mataram “*como porcos aa calcada*”. Contudo, esta fuga, semelhante à que antecederia a batalha de Trancoso, é rapidamente apresentada como algo de positivo para a hoste portuguesa, com os outros “*daquella parte a cobrar esforço*”, preferindo *morrer como homens*”⁴⁴⁷. Estas imagens positivas, ou negativas que rapidamente passam a positivas, são algo silenciadas por Pero López de Ayala, que, como já foi referido, começara a sua narrativa com uma má imagem dos esforços castelhanos, visto que

“las alas de la batalla del rey non pudieron pelear, que cada una dellas falló un valle que non pudo pasar, e la avanguardia del rey peleó sin acorro de las suas alas; e en las dos alas de los enemigos estaban muchos omes de

⁴⁴⁴ Enquanto isto fazia, chegou-lhe um desafio pessoal do conde João Afonso Telo, respondendo, segundo Fernão Lopes, “*ledamente*”. Trata-se de nova imagem da determinação e vontade que Nuno Álvares Pereira tinha em enfrentar a hoste e os capitães de Juan I (*CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 95). Seria também um último esforço para espiar o dispositivo português, embora, novamente, a crónica portuguesa não o refira, apesar de ser “certamente, prática comum em toda a Europa” (Monteiro, 1998, p. 276).

⁴⁴⁵ Aos quais também exorta com o exemplo de Judas Macabeu: “*ligeira cousa he ao Senhor Deus sojugar muytos e mãos de poucos*”, dizendo-lhes para serem fortes e assim “*tomar deles vynguança, a qual temos tanto na mão*”, voltando Fernão Lopes a reforçar a confiança que existiria no seio do comando português e a ligação entre eventos bíblicos e os feitos de João I (*CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 95).

⁴⁴⁶ Monteiro, 2007, p. 104.

⁴⁴⁷ *CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 94-96.

*pie, e tenían muchas piedras e grand ballestería, los quales hicieron grand daño en los de la avanguardia del rey;*⁴⁴⁸

O cronista castelhano vinca, aqui, uma forte imagem de impotência⁴⁴⁹, mas ao mesmo tempo também transmite a imagem de que Juan I e os seus mais precavidos conselheiros tinham razão. Tudo ocorre como eles temiam, devido à precipitação de alguns jovens, com as suas forças em desvantagem táctica devido ao terreno e não a alguma acção preventiva das forças portuguesas (não fazendo Ayala, tal como Lopes, qualquer referência a armadilhas⁴⁵⁰), que apenas se limitavam a aproveitar a protecção dos vales para poderem utilizar os seus muitos⁴⁵¹ projecteis. Fernão Lopes, pelo contrário, não apresenta a sua narrativa nestes moldes, dando a imagem de um ataque pensado e deliberado. Contudo, ao fazê-lo, vai também transmitir a imagem de alguma cobardia castelhana, uma vez que a vanguarda inimiga, apesar de “*tantos fossem e bem corregidos, ajnda sse nom atreuerom de os cometer com armas sem primejro tirando com huma aaz de trons*” querendo “*os espantar e fazer fugir*”⁴⁵². Haveria, assim, medo⁴⁵³, ou, no mínimo, uma forte hesitação no seio da hoste de Juan I. É esta a imagem que a crónica portuguesa pretenderia transmitir, quando dá início à narrativa do avanço castelhano, “*com grandes apupos e allarydos*”. Mas, também sobressai aqui, o grande poderio e imponência de um avanço que tapa todo o campo com a “*gramde espessura delles*”⁴⁵⁴, colocando-se os apoiantes os portugueses de Juan I em primeiro plano: “*com orgulhosos passos e trigoso desprezamento*” avançavam todos⁴⁵⁵, comandados pelo “*ardido caualleyro*” João Afonso Telo⁴⁵⁶. Evidenciada a vontade do

⁴⁴⁸ *CJC*, a. 7, cap. XIV, p. 601.

⁴⁴⁹ Sem nunca referir a presença dos números superiores castelhanos, facto que agravaria essa mesma imagem de incapacidade.

⁴⁵⁰ Confirmadas pelos trabalhos arqueológicos de Afonso do Paço, que evidenciaram o uso extensivo de obstáculos por parte do dispositivo português (Monteiro, 1998, p. 302).

⁴⁵¹ Termo que reforçava a imagem de desvantagem dos castelhanos, que, até ali, não tinham sido quantificados pelo cronista castelhano.

⁴⁵² Apesar do grande número de besteiros presentes na hoste castelhana, não é feita qualquer referência ao seu uso (seriam importantes para tentar dispersar a compacta vanguarda portuguesa). Tal ter-se-á devido ao ataque repentino da cavalaria castelhana e ao facto de os contingentes de besteiros ainda se encontrarem em viagem na longa coluna em marcha (Martins, 2011, p. 373).

⁴⁵³ Ao contrário dos portugueses que, ao saberem que dois dos três homens atingidos pelos projecteis tinham morto um clérigo (sofrendo um castigo divino), acabaram por ganhar todos “*grande ardimiento pera prosseguirem contra*” os inimigos. Tal como a fuga dos peões, este momento negativo da hoste, na realidade serve para reforçar a narrativa da determinação dos portugueses, frente a uma hoste castelhana que, mesmo mais numerosa, se mostrava hesitante e até receosa (*CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 97).

⁴⁵⁴ Reforça novamente o elevado número de combatentes e, assim, a honra de João I e do Condestável.

⁴⁵⁵ Lopes (tal como Ayala) omite o primeiro ataque dos cavaleiros franceses, que foram surpreendidos pelas armadilhas. O avanço dos portugueses, apresentado como uma primeira acção, surgiria, assim, numa segunda fase. Mas, apesar da sua maior descrição da batalha, o cronista português terá escolhido narrar apenas esta segunda investida, por ser “*mais majestosa e decisiva*” (Monteiro, 2007, p. 107).

⁴⁵⁶ *CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 96-97.

comando castelhano em combater, Fernão Lopes inicia a narrativa do embate das hostes e realça imediatamente, tal como fizera Pero López de Ayala, o facto da “*muyto mais comprida*” hoste rapidamente ficar em desvantagem, apesar das suas “*tam grandes*” alas que ameaçava “*abraçar*” os portugueses. Forçada a juntar-se e a avançar lentamente (“*de sse fazer ficadiços huuns tras outros*”⁴⁵⁷), a vanguarda castelhana desgovernou-se,

*“tam curta daquela guysa que a de Portugal tinha já auantagem della, e ficou assy grossa e ancha em espessura de gemte, que auya huum lanço de pedra dos trasseyros aos dianteiros; e esto foy especialmente em dereito da estrada per hu costumauom de camjnhar, em tanto que a auanguardia e a rreguarda se fez acerca todo huum.”*⁴⁵⁸

Ou seja, enquanto Ayala reforça, de forma sucinta e rápida⁴⁵⁹, a imagem de uma vanguarda que combate isolada, rodeada em três lados pelo inimigo, devido a vales ali existentes; Lopes pormenoriza um avanço castelhano concentrado todo num curto espaço de terreno que parece, somente, resultar do posicionamento da hoste de João I, que “*tinha ja auantagem della*”⁴⁶⁰. O cronista português concorda, assim, com a imagem de uma vanguarda muito pressionada⁴⁶¹, mas discorda de que isso resultaria do seu isolamento. Pelo contrário, transmite a imagem de uma hoste que intervém toda no começo da batalha, uma vez que essa concentração de homens parece resultar do avanço

⁴⁵⁷ Neste trecho, apesar muito a desmentir, Fernão Lopes acaba por apresentar a existência das valas que afectavam o avanço castelhano. A insistência do cronista português seria talvez uma reacção à tentativa que Ayala fizera, desde cedo no seu capítulo sobre a batalha, de justificar a derrota com a sorte do campo de batalha ser ladeado por vales, afastando qualquer mérito de João I e Nuno Álvares Pereira, que atempadamente tinham escolhido o terreno (Amado, 1997, p. 199-200).

⁴⁵⁸ *CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 97.

⁴⁵⁹ Esta opção narrativa dever-se-á à tentativa de omitir os factos que desagradariam à corte castelhana. Devido ao infortúnio de Juan I nas batalhas campais, Ayala salta “os episódios do choque táctico como se passasse sobre brasas”. Contudo, é possível que, no momento em que rediz as suas crónicas, pelo menos dez anos depois da batalha, a sua memória não fosse já tão precisa (Veiga, 1951, p. 265-266).

⁴⁶⁰ Apesar da forte negação das vantagens do campo de batalha, é possível ver como os eventos que se desenrolam em Aljubarrota seguem tácticas inauguradas no início do século XIV, nas quais exércitos de infantaria, organizados em terrenos propícios, derrotam a cavalaria pesada que dominara as batalhas desde o século XI. A acção escocesa contra os ingleses em Bannockburn, em particular, tem vários elementos semelhantes a Aljubarrota: a posição que protege ao máximo a retaguarda; uma vanguarda compacta; posicionamento que aproveita bem as características naturais do terreno; construção de armadilhas; ou a entrega da iniciativa aos ingleses, procurando mesmo aproveitar o seu excesso de confiança. Com esta derrota, os ingleses alteraram o seu *modus operandi* ao longo do século XIV, acrescentando ainda um novo elemento: alas compostas por unidades de arqueiros que, com disparos contínuos, provocavam grandes baixas e pânico no seio da vanguarda inimiga. Como foi possível verificar na descrição de Fernão Lopes, o posicionamento português segue esta linha de planeamento, de aplicação simples, cujo sucesso se torna evidente com o desenrolar dos combates (Monteiro, 2006; p. 106, 108; 2015, p. 245-247). A guerra em Portugal pauta-se assim pelas mais recentes estratégias militares, surgindo mesmo nestes combates, como afirmou Salvador Dias Arnaut, ecos dos “ensinamentos de Crécy”, que colocam a ânsia de combater contra a reflexão táctica (1947, p. 130).

⁴⁶¹ O que não era de estranhar, uma vez que a escolha e preparação do campo de batalha foram feitas de modo a favorecer as tácticas portuguesas e anular o poder de choque da cavalaria castelhana, através da boa utilização de arqueiros e peões (Martín Martín, 2008, p. 38)

conjunto das vanguardas e das alas, secundadas pela própria retaguarda⁴⁶² (ficando “*acerca todos huum*”). Os números superiores de efectivos, tantas vezes reforçados na crónica portuguesa, foram assim, logo de início, prejudiciais a Juan I, uma vez que afectaram a organização do avanço até à posição dos portugueses, que

*“começaram a auyuar os coraçoens pera os receber e (...) mouerom passo e passo em sua boða ordenanza (...) cada huum como lhe fora mandado (...) E ao ajuntar das aazes, poseram as lamças huuns nos outros, ferimdo e puxamdo quanto podiam, e os peões e besteiros lamçando muytas pedras e viratoões dhuuma parte a outra.”*⁴⁶³

Neste momento, em vez de secundar Ayala e referir os muitos projecteis presentes nas alas portuguesas, Lopes escolhe salientar o cumprimento das ordens, à risca, por parte dos homens de Nuno Álvares Pereira. Como “*fora mandado*”, não esperaram a chegada dos inimigos e avançaram para um combate cerrado. Evidencia, deste modo, uma imagem de afinco de parte a parte (“*poseram as lamças huuns nos outros, ferimdo e puxamdo quanto podiam*”⁴⁶⁴) e um contingente português resolutivo perante o avanço castelhano, que, mesmo desordenado, chega com algum ímpeto. Seguidamente, abandonando por breves instantes o combate na vanguarda, Fernão Lopes aborda o que ocorre ao mesmo tempo (“*em esto*”) noutras zonas da batalha: os ginetes de Juan I circundaram a posição portuguesa e procuraram “*demtrar na cariagem dos portugueses; mas todo achauom preçebido, de guissa que lhes nom podia empeçer*”. Assim, após ter realçado o facto de a vanguarda e alas castelhanas estarem presentes desde cedo no combate, numa disposição que resultara da decisão do comando castelhano e da organização portuguesa, o cronista parece também querer reforçar cedo o facto de os cursos de água que ladeavam o campo de batalha, os quais recusara equiparar a um vale, não terem sido impedimento à participação da cavalaria de Juan I.

⁴⁶² Tal como afirmamos, terá decorrido uma primeira carga de cavalaria francesa que, falhada, teria provocado vários prisioneiros, deixados ao cargo da retaguarda. Durante os combates, possivelmente quando estes aumentaram de intensidade, João I terá ordenado a sua execução (uma decisão rara naquele período), receando que estes regressassem à refrega e os atacassem pelas costas. Teria sido um momento dramático, em que as ideias cavaleirescas foram claramente desrespeitados, em prol da praticabilidade: seria necessário todos os homens disponíveis para suster o avanço inimigo (Martins, 2011, p. 375-376; Monteiro, 2017, p. 113). Nenhum dos cronistas aborda este episódio, sendo que por, parte do português será fácil encontrar justificação no horror que estas ordens provocariam junto do seu público-alvo, a nobreza da corte, o que deixaria a imagem do monarca português algo manchada junto dos seus súbditos.

⁴⁶³ *CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 97.

⁴⁶⁴ Neste momento teriam surgido gritos de “*Portugall e Sam Jorge!*” de um lado, e “*Castilha! Santiago!*” do outro, o que reforça a imagem de que não combatiam apenas dois pretendentes ao trono, mas sim, que se confrontavam os reinos de Portugal e Castela. Lopes refere também que Gonçalo Eanes de Vide cumpre a sua promessa, sendo o primeiro a ferir de lança. (*CJP*, pt. 2, cap. XLII, p. 97).

Pelo contrário, esta conseguiu acometer à retaguarda portuguesa, tendo sido ineficaz apenas pela resistência dos peões e besteiros que o rei deixara junto da carriagem⁴⁶⁵.

Feito este pequeno parêntesis, o cronista regressa ao combate entre as vanguardas, referindo que não se devia duvidar (“*auue que he çerto e nom duuides*”) que os castelhanos tinham cortado as suas lanças⁴⁶⁶ porque, apesar de no início quererem utilizar o impacto da sua cavalaria (“*cuidando de pelejar a cauallo*”), acabam forçados a apearem-se (“*virom a batalha pee terra*”) ainda antes do juntar de forças. Sobressai, assim, o facto do dispositivo português obrigar as forças castelhanas a adaptarem os seus armamentos, de modo a poderem combater mais eficazmente (“*por se desemuoluer e ajudar melhor dellas*”). Todavia, depressa se terão arrependido (“*lhe depois mais empeçeo que aproveitou*”), trocando as lanças quebradas por “*fachas e espadas darmas*”. A destruição e abandono destas armas teriam sido de tal ordem, que se formou um “*gramde vallo dellas amtre humma aaz e outra*”. Será após momentos de alguma pausa que o combate se vai tornar mais cerrado, ganhando mesmo contornos de um “*verdadeiro corpo-a-corpo*”⁴⁶⁷, em que ambas as hostes preferiam agora armas mais curtas⁴⁶⁸. Depois de adaptado o equipamento, ter-se-ão renovado as hostilidades junto à bandeira do Condestável, onde

*“se açendeo hum forte e crua batalha, ferida de golpes quaaes os homens tem em costume de dar, (...)”*⁴⁶⁹ *que dhuuma e doutra eram dados taaes e tamanhos golpes como cada hum melhor podia apresenter aaquele que lhe cahija em sorte, de guissa que os muytos por sojugar, e os poucos por se veerom jssentos de seus emmjgos, lidauom com toda sua força.”*⁴⁷⁰

É uma imagem de intensa luta, uma “*luta titânica*”⁴⁷¹, com autênticos combates individuais (“*aquelle que lhe cahija em sorte*”). Numa luta sem tréguas, a crónica portuguesa destaca as diferentes razões pela qual se combate, com os “*poucos*” portugueses a tentarem afastar os “*muytos*” castelhanos que os queriam subjugar. Deste

⁴⁶⁵ CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 97-98.

⁴⁶⁶ Segundo Miguel Gomes Martins, podendo as lanças atingir os 6 metros, era habitual os cavaleiros partirem as mesmas quando forçados a combates mais cerrados ou apeados, não sendo assim de estranhar o surgir desta descrição em Fernão Lopes (2007, p. 740, n. 926.)

⁴⁶⁷ Monteiro, 2007, p. 108.

⁴⁶⁸ Fernão Lopes refere mesmo que não tinham a grandeza “*do tempo daguora, mas tamanhas como espadas de mão grossas e estreitas, e chamauam-lhe estoques*” (CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 98).

⁴⁶⁹ Este parêntesis indica o texto onde Lopes se volta a debruçar sobre a escrita da história, afirmando que não vai descrever combates em louvor de ninguém. Diz mesmo que não vai “*afremosentar estoria*”, de modo a que a verdade não se torne em “*fabullas patranhosas*” Assim, em novo reforço da sua autoridade como historiador, prefacia os eventos seguintes como factos puros (CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 98).

⁴⁷⁰ CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 98.

⁴⁷¹ Monteiro, 2007, p. 109.

modo, Fernão Lopes salienta claramente a intensa pressão provocada pela vanguarda castelhana, o que acaba por prologar, até mesmo justificar, o que seguidamente nos descreve: o momento em que a vanguarda do Condestável, “*pequena e simgella*”, acaba por ceder, perante uma “*az grossa*” de castelhanos. Com estes termos, Lopes pretende deixar bem claro a disparidade entre as forças em oposição, justificando o que parecia ser o cair da resistência inicial dos portugueses, que

*“foy rota per força a ssua auamguarda, e entrada poderosamente dos emmjgos. E aquell magote de muyta gemte que dizemos abryo huum gramde e largo portal, per que entrou a moor parte deles com a bamdeira del-Rey de Castella acerca do Comdestabre, homde foy a moor força da pelleia.”*⁴⁷²

Continua a utilização de expressões que transmitem a presença de um número imenso de inimigos (“*magote de muyta gemte*”), assim como a existência de um intenso combate, causado pela sua intensa pressão. Quando “*entrou a moor parte deles*”, os castelhanos terão ganho um forte ânimo, e, como já avançara Miguel Gomes Martins, ao verem abrir-se aquela brecha, acreditaram ter a vitória nas mãos⁴⁷³. O facto desta entrada, pela brecha na vanguarda portuguesa, ser feita com bandeira do rei de Castela, mostra como este esforço incluíra os principais combatentes da hoste castelhana. Transmite-se, assim, a imagem de que o Condestável e os seus homens foram forçados a deixar passar o inimigo, ao contrário de algumas teorias que avançaram a hipótese de se ter tratado de uma acção propositada, de uma armadilha.

Seguidamente, Fernão Lopes, apesar de não parecer minimizar os eventos⁴⁷⁴, centra-se logo na pronta reacção das alas portuguesas. Comandadas por Mem Rodrigues de Vasconcelos e Antão Vasques, e livres de qualquer opositor (as suas congéneres castelhanas estavam juntas à vanguarda, segundo Lopes, ou afastadas do combate, segundo Ayala), as alas

*“dobrarom sobrelles, e ficarom estomçe amtre a uamguarda e a reguarda; homde huuns e outros pellejauom muy de vontade, de guisa que o soom dos golpes era ouuido muy gramde spaço daredor.”*⁴⁷⁵

As alas portuguesas, com 400 lanças relativamente frescas (Fernão Lopes abordara sobretudo a sua participação com o lançamento de projecteis), teriam conseguido travar o ímpeto castelhano (“*ficarom (...) amtre a uamguarda e a reguarda*”). Sobressai,

⁴⁷² CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 98.

⁴⁷³ Martins, 2011, p. 378.

⁴⁷⁴ Deixando, contudo, claro que tal só ocorre devido à forte pressão da vanguarda castelhana, que, sob o pendão do seu monarca, fez bom uso da superioridade numérica, com o apoio das alas e possivelmente até parte da retaguarda, que nos fora descrita como estando muito próxima e até mesmo junta.

⁴⁷⁵ CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 98.

assim, a imagem de um contra-ataque que terá apanhado o inimigo de surpresa⁴⁷⁶, estando ele ainda envolvido num forte combate com a vanguarda portuguesa (“*pellejauom muy de vontade*”⁴⁷⁷). Aqui, a imagem de derrota da vanguarda é rapidamente substituída por uma de resistência, quando esta, apesar de diminuta, combate acirradamente e dá tempo às alas para envolverem o inimigo. Vinca-se claramente a criação de uma “autêntica bolsa” que asfixia os adversários⁴⁷⁸, sobretudo pela também pronta reacção de João I, que “*quando vyo a avanguarda rota e o Comde em tamanhada pressa, com grande cuydado e todos com elle abalou rijamente com sua bandeira*”, fechando o cerco à vanguarda e à bandeira do monarca castelhano⁴⁷⁹.

Apesar de não abordar nenhum feito na vanguarda portuguesa, Fernão Lopes vai acabar por dar especial atenção ao desempenho do seu monarca, despontando no seu texto, a imagem de alguém que lidera por exemplo. O monarca português junta-se então à luta de “*facha assy desemuolto e com tal uomtade como se fosse huum simprez caualleiro desejosso de guanhar fama*”, não temendo o intensificar da batalha (“*hu era aquell duro e áspero trabalho*”⁴⁸⁰), cada vez mais cerrada (“*mestura de gemte*”), “Claustrofóbica, violenta e sangrenta”⁴⁸¹. Despreocupado com a sua segurança, determinado a auxiliar aqueles que por si combatiam, João I contrastava muito com a imagem do rei castelhano, desde cedo totalmente arredado do desenrolar da batalha⁴⁸². Como exemplo específico desta bravura, o cronista descreve o confronto entre João I e Álvaro González de Sandoval, durante o qual o monarca esteve em claras dificuldades, chegando a ser momentaneamente desarmado. O final da disputa salda-se pela morte do

⁴⁷⁶ Muito devido à “confiança na capacidade de D. Nuno”, que terá conseguido manter a coesão das forças, de modo a poderem reagir ao percalço, com o apoio das alas e da retaguarda (Pinto, 1987, p. 237).

⁴⁷⁷ Reforçando o relato sobre a intensidade do combate, continua depois com o facto de ter sido a Ala dos Namorados aquela que mais sofreu com os castelhanos (“*dobrado affam em pelleiamdo*”), tendo sido ali feridos mais fidalgos do que em qualquer outra zona da batalha (CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 98).

⁴⁷⁸ Martins, 2011, p. 378.

⁴⁷⁹ Lopes refere que o ataque da retaguarda se dá ao som de: “*Auamte, senhores, auamte! Sam Jorge, Sam Jorge! Portugall, Portugall, ca eu som el-Rey!*”, a várias vozes, vincando que, para os membros da hoste de João I, eles representavam o reino de Portugal, junto do seu legítimo rei (CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 99).

⁴⁸⁰ Esta imagem vai de encontro à qualidade que se requer do rei: “grande coração para defender a terra”, ou seja, “ser dotado de grande coragem” (Beirante, 1984, p. 15).

⁴⁸¹ Martins, 2011, p. 378.

⁴⁸² Apesar de Ayala diminuir as responsabilidades de Nuno Álvares Pereira e de João I no desenrolar da batalha, ao “reduzir tudo às determinações do destino” (nem sequer nomeia os nomeia), Fernão Lopes, pelo contrário, mesmo apresentando “a batalha de longe, como um combate de exércitos, evidencia bem o papel de rei e Condestável, que “combinam os seus esforços”. O rei é mesmo apresentado como combatendo para “ajudar os seus naturais e para defender a sua coroa” (Marques, 1997, p. 147-149).

cavaleiro castelhano, graças à boa reacção do rei e à resposta da sua escolta, que, apesar de tudo, o fez com alguma dificuldade, porque “*cada huum tinha que veer em sy*”⁴⁸³.

É aqui, no auge dos combates (“*a batalha cada vez maior*”), que surge a vitória portuguesa, com o derrube da “*bandeira de Castella (...) e o pemptom da diuysa com ella*”, logo após a boa reacção das alas e retaguardas portuguesas ao quebrar da sua vanguarda. Lopes mostrava, assim, com o encadear dos eventos e da resposta portuguesa aos vários momentos do ataque castelhano, que o resultado da batalha se devia à liderança e determinação presentes na hoste portuguesa. A sua crónica conclui depois os principais episódios da batalha com o contraste entre o desespero castelhano – “*alguns dos castellaãos começaram de uoltar atras*” – e a alegria portuguesa – “*Já fogem! Já fogem!*” –, mostrando como o seu sucesso lhes foi logo evidente. A debandada aparentava mesmo ser total, terminando o capítulo de Fernão Lopes com a expressão “*começaram de fugir cada uez mays*”⁴⁸⁴.

A fuga de Juan I e o desânimo em Castela

Há ainda mais combates em Aljubarrota, contudo, Fernão Lopes passa de imediato para a fuga de Juan I para Santarém, transmitindo a imagem de que este pouco esperara para ter a certeza do desfecho da batalha, algo que difere da crónica de Pero López de Ayala, onde a fuga se dá apenas depois de este narrar todos os pontos de combate em Aljubarrota⁴⁸⁵, sendo já evidente para o monarca castelhano o resultado da batalha. As crónicas coincidem depois noutros pontos, voltando a surgir a debilidade de Juan I, que observa os combates amparado pelos seus cavaleiros numa mula, antes de ser colocado em cima de um cavalo no momento de maior desespero das suas forças (um “*salve-se quem puder*”, como bem venceu João Gouveia Monteiro⁴⁸⁶). Contudo, volta a haver divergências. Apesar de ambas as crónicas colocarem o ónus da

⁴⁸³ Estando ali o monarca português, chegou um jovem cavaleiro que, “*como el-Rey alçou a facha, deçemdo pera lhe dar, ell reçebeo o golpe, e trauou per ella, e tirou tam rijo que lha leuou das mãos e feze-o ajeolhar dambollos geolhos; e foy logo levantado. E quando Aluaro Gonçalvez levantou a facha pera lhe dar com ella, el-Rey esperou o golpe, e tournou-lhe a tomar per aquella guysa; e quando lhe qujsera outra vez, jazia ja morto pellos que eram presentes que o majs a pressa fazer nom poderom, porque cada huum tinha que veer em sy*”. A primeira vítima mortal castelhana, nomeada, cabe ao rei português e à sua guarda, evidenciando a sua importância no desenrolar da batalha de Aljubarrota, num momento fulcral, em que se enfrentava o núcleo da vanguarda castelhana (CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 99).

⁴⁸⁴ Momento relatado com alguma ironia pelo cronista. Ter-se-á intensificado a fuga castelhana depois das exclamações portuguesas, não querendo “*fazer delles mentirosos*” (CJP, pt. 2, cap. XLII, p. 99).

⁴⁸⁵ Lopes ainda não abordara ainda o ataque do mestre de Alcántara à carriagem portuguesa, ao contrário de Ayala, que o faz intercalando a descrição dos combates entre as vanguardas.

⁴⁸⁶ Monteiro, 2001, p. 253.

responsabilidade sobre o rei castelhano, que analisa uma situação desfavorável e se decide pela fuga imediata, Pero López de Ayala apenas o faz num segundo momento (no capítulo onde descreve as várias fases da fuga), enquanto num primeiro momento (ainda no capítulo sobre a batalha) minimiza um pouco o papel e, assim, a desonra de Juan I nessa decisão. Tal como fizera no início da batalha, que se iniciou contra o seus desígnios, Ayala terminava agora com um rei muito doente a ser retirado pelos seus cavaleiros e escudeiros, que o decidiram fazer, quando “*vieron la batalla vuelta*”⁴⁸⁷.

Só no capítulo seguinte é que esta decisão surge como iniciativa do rei castelhano, que partiu do campo depois de ver “*que los suyos se vencían, e non avía outro remedio*”⁴⁸⁸, surgindo Juan I como um rei prudente, que decide bem, algo muito distinto da imagem que Fernão Lopes nos transmite: a de um rei precipitado, que foge “*ante que mais visse como se perdia a batalha de todo*”. Sobre o trajecto, Pero López de Ayala nada nos descreve até Santarém, ao contrário de Fernão Lopes, que nos relata um o rei que se desloca mal acompanhado e receoso, numa imagem clara da derrocada do seu poderio, tantas vezes em evidência na sua crónica, e que tanto medo causara aos portugueses⁴⁸⁹. Sobre a chegada a Santarém (à meia-noite, e após cerca de 55 quilómetros de veloz cavalgada), Ayala escreve que “*fue grand maravilla cómo lo pudo facer com la grand dolência que tenía, ca fue sempre en el caballo*”⁴⁹⁰.

Fernão Lopes faz eco destes espantos (refere que no início lhe teria sido barrada a entrada por duvidarem que o rei ali estivesse presente) e apresenta depois, mais demoradamente, a estadia em Santarém, fazendo sobressair no seu texto o estado de espírito do monarca durante alguns diálogos⁴⁹¹. Neles ficam bem vincados a fragilidade e o desânimo que se apoderavam do monarca castelhano (“*a door aa ssua tristeza muyto mais enojo sembrante*”). De tal maneira estava, que “*nenhum de lhe fallar*” ousava, enquanto o rei deambulava pelo paço em choro, falando sozinho e invectivando

⁴⁸⁷ *CJC*, a. 7, cap. XIV, p. 601.

⁴⁸⁸ *CJC*, a. 7, cap. XIV-XV, p. 601-602.

⁴⁸⁹ A contrastar com esta má imagem dos castelhanos, com a rápida fuga de Juan I, iniciada antes de se ter a certeza do resultado da batalha, está a bravura do português Vasco Martins de Melo, o *Moço*, que, “*sem outrem*”, se intromete na escolta castelhana de modo a, tal como prometera, capturar ou “*poer em mãos*” o rei de Castela (*CJP*, pt. 2, cap. XLIII, p. 99-100).

⁴⁹⁰ Numa imagem algo ambígua, transmitindo, por um lado, um rei que despende um grande esforço, e por outro, que o faz fugindo desenfreadamente, abandonando a sua hoste no campo de batalha (*CJC*, a. 7, cap. XV, p. 602).

⁴⁹¹ Sobre o trajecto, informa ainda que o rei entra em Santarém com o mesmo cavalo com que entrara na vila quando a capturara no início da guerra. Ao evidenciar este detalhe, deixa um sinal claro do *volte-face* que se dera na fortuna de Juan I de Castela, que chega “*com o rosto cuberto*” e “*muyto cansado com gesto fora de toda lediçe*” (*CJP*, pt. 2, cap. XLIII, p. 100).

a Deus⁴⁹², transmitindo uma imagem de derrota total (“*hey perdido de todo Portugal, e Castella posta em aventura*”). De nada serviram as posteriores tentativas dos seus companheiros para o consolar, dizendo-lhe que restavam ainda muitos fidalgos e homens em Castela, com os quais poderia recuperar a sua honra, ou que deveria seguir o exemplo do seu pai, que mesmo derrotado acabou por ganhar o trono de Castela⁴⁹³. O rei recusa tal comparação, em novo momento de desprezo pelos portugueses, dizendo que o pai fora derrotado sem desonra pelo Príncipe de Gales, acompanhado da “*frol da caullarja do mundo*”, enquanto ele fora vencido por “*chamorros*” e pelo mestre de Avis, “*que nunca em sua vida fez feito que montasse cousa que pera contar seia*”. O pós-Aljubarrota da crónica portuguesa, apresenta, assim, um Juan I descontrolado, atacando verbalmente aqueles que o tentavam animar, e com nova imagem de ódio desenfreado aos portugueses, a quem desejava que “*os todos teuesse atados com cordas e os degollasse per mjnha mão*”⁴⁹⁴. Na crónica castelhana, pelo contrário, estes momentos estão silenciados, sendo antes evidenciado um o rei abandonado e traído pelos seus, enquanto ele não parece desistir, dando ordens para que se mantivessem os mestres cativos e o controlo da sua principal praça em território português⁴⁹⁵.

A saída de Portugal é apresentada por Fernão Lopes de forma semelhante à viagem para Santarém, com a partida desta vila a surgir como algo feito à pressa, ainda durante a noite. A diferença entre as duas crónicas, verifica-se particularmente quando Pero López de Ayala nos informa que o rei “*partió luego dende, e falló un leño en el rio de Tajo, e entro en él, e fuese para su flota (...) e entró en una nao, e fuese para Sevilla*”⁴⁹⁶, sem fazer qualquer alusão às razões da fuga, silenciando, assim, os receios do monarca que, segundo Fernão Lopes, temia “*receber algum grande danno*” se permanecesse em Santarém durante a noite. Para o cronista português, é deste medo, desta cobardia, que resulta a fuga à pressa para Sevilha⁴⁹⁷. Ao acrescentar que Juan I ordenara ao resto da frota para se retirar quando “*vissem tempo aazado*”, sem registar

⁴⁹² Imagem clara de um rei desesperado, que se considera ele próprio “*maao rey e maao parceiro*”, por não ter ocorrido aos seus “*booms vassalos e amygos*”. Deveria ter falecido com eles, pois agora era um “*rey sem gente (...) que todos meus fidalgos sam mortos*” (CJP, pt. 2, cap. XLIII, p. 100-102).

⁴⁹³ Aqui o monarca surge, no olhar dos próprios vassalos, como alguém fraco devido à sua atitude.

⁴⁹⁴ CJP, pt. 2, cap. XLIII, p. 102.

⁴⁹⁵ Juan I dialogou com o mestre de Cristo e o prior do Hospital, ali presos, ordenando ao “*alcayde del alcázar*” que “*pusiese recabdo en ellos*”. Contudo, apesar destas ordens, que pareciam denotar um Juan I que ainda não desistira, o alcaide não se “*atrevió a defender el alcázar*” e abandonou a vila depois do rei partir, deixando os presos ali “*solos*” (CJC, a. 7, cap. XV, p. 602).

⁴⁹⁶ CJC, a. 7, cap. XV, p. 602.

⁴⁹⁷ A construção negativa da figura de Juan I, feita por Lopes ao longo da invasão, com diversos actos de crueldade e de heresia, conclui-se na sua fuga, com desonra e cobardia (Marques, 1997, p. 139).

que teria dado ordens em Santarém para se manter o controlo da praça, Fernão Lopes deixa uma clara imagem de que João I conseguira, com a vitória em Aljubarrota, atingir o seu principal objectivo: livrar Lisboa da asfixia de um novo cerco⁴⁹⁸.

As crónicas divergem depois novamente e Pero López de Ayala regressa brevemente ao campo de Aljubarrota, e aos feitos de Nuno Álvares Pereira em Castela e de João I em Portugal, enquanto Fernão Lopes acompanha primeiro o trajecto de Juan I⁴⁹⁹. Sobre a chegada a Castela, Ayala deixa apenas uma breve referência ao luto, com o uso de panos negros por parte de Juan I, passando depois para as cortes que este vai realizar no seu reino. Lopes pormenoriza mais e afirma que a notícia da derrota e chegada do rei castelhano causou uma “*dorjda cousa de veer*”, o que lhe provocou um grande “*nojo e tristeza*” e o fez partir logo para Carmona, a 30 quilómetros⁵⁰⁰. Mas apesar do desânimo do rei de Castela ser retratado de forma diferente, ambas as crónicas acabam por o colocar em evidência. Com Fernão Lopes, o desânimo é total, e passa de um indivíduo para uma cidade inteira⁵⁰¹, surgindo neste momento, em contraste com a imagem negativa dos castelhanos, elogios aos portugueses feitos pelo próprio monarca castelhano. Juan I, pelo contrário, chega mesmo a acusar publicamente os seus de o terem abandonado e traído⁵⁰². No cronista português, o desalento e a surpresa no partido de Juan I são claras: “*per toda Castella foy tam grande arroido e doo*”, referindo mesmo que a rainha Beatriz caiu “*em terra assy como morta*”, com o pânico de não se saber quem tinha morrido⁵⁰³.

Sobre as cortes realizadas por Juan I em Valladolid, as crónicas convergem novamente, transmitindo a imagem de um monarca que tenta precaver-se, e reforçar-se rapidamente: manda “*catar gentes a todas as partes*” e avisa o rei francês de “*todo lo que le avía acaescido*”, pedindo “*acorro de gentes suyas e de dineros*”. Não sendo a

⁴⁹⁸ *CJP*, pt. 2, cap. XLIV, p. 102.

⁴⁹⁹ Seguimos a estrutura de Fernão Lopes, uma vez que a chegada a Sevilha é narrada nessa crónica como um contínuo da batalha, enquanto na crónica castelhana o próprio cronista admite que, ao narrar esses eventos após referir a batalha de Valverde, está a fazer um retrocesso ao que foi feito depois da grande batalha, escreve mesmo “*tornaremos a contar cómo fizo el rey don Juan después que a batalla fue perdida*”. Pretenderia, deste modo, realçar como o seu rei reage ao desaire (*CJC*, a. 7, cap. XX, p. 607).

⁵⁰⁰ É possível ver em ambas as crónicas como o resultado de Aljubarrota comportava um enorme choque para o rei castelhano e para as gentes de Castela. A derrota às mãos de uns “*simples arrivistas rebeldes*” provocava um rude golpe no prestígio da dinastia de Trastámara (Russell, 2000, p. 432).

⁵⁰¹ Realça ainda, além do forte luto do monarca “*todo vestido de preto*”, as fortes baixas castelhanas na batalha, com as mercês e “*gasalhado*” dadas aos que tinham perdido algo (*CJP*, pt. 2, cap. XLIV, p. 103).

⁵⁰² Ao ver um escudeiro atacar um cativo português saiu em sua defesa, ordenando que fossem todos libertados em honra dos portugueses que “*forom em minha companhia eu os vy todos morrer*”, enquanto “*os meus me roubarom a coroa*” (*CJP*, pt. 2, cap. XLIV, p. 103).

⁵⁰³ Espalhou-se mesmo a notícia de que o próprio rei falecera, querendo alguns populares vingar-se, matando a rainha e os portugueses que a acompanhavam (*CJP*, pt. 2, cap. XLIV, p. 103-104).

primeira troca de cartas e auxílio entre estes reinos, a diferença estava no porquê, com Castela a ver-se agora ameaçada por um possível invasão anglo-portuguesa. Estando o monarca castelhano “*menguado de compañías*”, João I informara o duque de Lencastre (tio do rei de Inglaterra e casado com uma filha do falecido Pedro de Castela) de que derrotara Juan I e convidara-o a reclamar a coroa de Castela⁵⁰⁴. Mas segundo Fernão Lopes, não era só esta ameaça que fazia o monarca reagir, pois começava a juntar tropas por querer “*outra uez emtrar em Portugall*”⁵⁰⁵. A imagem de fragilidade, apesar do forte luto na crónica portuguesa, inverte-se agora, sendo maior com Pero López de Ayala, contrastando fortemente com o ambiente que, em 1383 ou 1384, se vivia na corte castelhana. Apesar de desejoso de invadir Portugal, de modo a vingar-se do desaire sofrido, o rei estaria desamparado e rogava ao seu homólogo francês que o ajudasse “*con gentes e con tesoro*” (faltava assim, não só combatentes, mas também fundos para os manter)⁵⁰⁶. Contudo, em ambas as crónicas, apesar de diferenças, podemos ver como o impacto de Aljubarrota é fortíssimo na própria organização militar castelhana. Consequentemente, nas cortes de 1385, a perda de homens, peões ou nobres, assim como a eminente chegada de uma força inglesa, levariam a uma particular preocupação com o armamento dos homens, independentemente do seu estatuto, o que se manterá em 1387 e só culminará nas cortes de 1390 (ano de tréguas com Portugal)⁵⁰⁷. Esta grande ameaça de invasão “*trigou*” o rei castelhano a enviar “*apresa*” as cartas para França e o Papado, ficando depois, acrescenta Fernão Lopes, à espera de resposta até ao fim do ano, havendo, assim, com o afastamento do monarca castelhano do território de Portugal, uma clara interrupção dos principais confrontos⁵⁰⁸.

O desfecho da batalha de Aljubarrota

Tornando agora à batalha, Pero López de Ayala, ao retratar os combates que se desenrolam junto à carriagem portuguesa⁵⁰⁹, volta a realçar (secundado por Fernão Lopes) um erro já cometido duas vezes pelas forças de Juan I (em Trancoso, e no início de Aljubarrota): ao exercerem uma forte pressão sobre os combatentes portugueses, sem lhes deixarem hipótese de fugirem, obrigaram-nos a resistirem, o que acaba por

⁵⁰⁴ *CJC*, a. 7, cap. XX, p. 607-608.

⁵⁰⁵ *CJP*, pt. 2, cap. XLIV, p. 104.

⁵⁰⁶ *CJC*, a. 7, cap. XX, p. 608.

⁵⁰⁷ Echevarría Arsuaga, 2009, p. 114-116.

⁵⁰⁸ *CJP*, pt. 2, cap. XLIV, p. 104-105.

⁵⁰⁹ Objectivo, que apesar se ser o foco (e assim a principal imagem) final que nos transmite Ayala, era “de pouco interesse para o conjunto da batalha” (Pinto, 1987, p. 187).

provocar a derrota dos castelhanos⁵¹⁰. Aconteceu que Gonzalo Núñez de Guzmán, “maestre de Alcántara que (...) estaba en las espaldas de los enemigos de caballo, con cierta gente que el rey le diera (...) e acometió a pelear” os portugueses que eram “muchos”⁵¹¹. Foi então um esforço inconsequente, não devido a alguma displicência da sua parte (“cometia rijamente de pelear”), mas sim devido à forte resistência dos

*“homens de pee e beesteiros que forom ally postos por guarda da cariagem. E eles defendiam-ssse com setas e dardos, de guissa que os de cauallo nom lhe podiam empeçer, amtes recebiam deles dano, morendo alguns do tirar das bestas e remessar das lamças.”*⁵¹²

Aqui as imagens transmitidas são as mesmas, apesar do discurso mais longo de Fernão Lopes, parafraseando mesmo o texto de Ayala⁵¹³: o ataque forte do mestre de Alcántara provoca muitas baixas não na carriagem portuguesa, mas sim no seu próprio contingente, novamente devido aos muitos projecteis atirados pelos inimigos. A grande diferença está no facto de Ayala especificar que os portugueses eram muitos, evidenciando, ao contrário de Lopes, que não apresenta quantitativos, a bravura do capitão castelhano e dos seus homens, que parecem não hesitar em atacar a numerosa carriagem⁵¹⁴. É transmitido também, por ambos os cronistas, que, ao contrário do ataque da vanguarda castelhana, o objectivo de quebrar a formação inimiga não é cumprido. No texto castelhano isto fica plenamente justificado, quer pelos números de combatentes, quer pelos numerosos projecteis por eles arremessados⁵¹⁵. É secundado pelo português, que acrescenta o detalhe de João I, ao ver a carriagem ameaçada, ter ordenado a Nuno Álvares Pereira que a socorresse, uma vez que a vitória no seu sector

⁵¹⁰ Ambas as crónicas acabam por criticar a tática castelhana de tentar fechar e cercar as forças portuguesas ao longo desta guerra. Contudo, tal não é feito sobre a resposta portuguesa ao romper da sua vanguarda em Aljubarrota. Possivelmente porque a sua estratégia, ao contrário da castelhana, resulta, ou porque os portugueses teriam deixado sempre uma abertura por onde os inimigos escaparam.

⁵¹¹ *CJC*, a. 7, cap. XIV, p. 601.

⁵¹² *CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 105.

⁵¹³ Sobre a extensão do uso de Ayala por Lopes, veja-se o trabalho de Teresa Amado (1997). Ao longo deste estudo já foi possível verificar pontos específicos desse uso, onde o cronista português mantém alguma afinidade com a crónica do seu homólogo, mas que revela sobretudo um “aproveitamento de pequenos excertos” na forma de “resumo ou paráfrase. Lopes acaba, como foi possível observar, por dar mais atenção ao texto de Ayala, com citações completas quando pretende fazer um desmentido ou uma crítica directa a determinada passagem ou imagem sua (*ibidem*, p. 183).

⁵¹⁴ Contudo, não deixa de apontar críticas às decisões dos líderes da sua hoste. Ayala afirma que, ao atacar aquela posição, sem lhes dar um caminho de fuga, comete-se “indesculpavelmente” o mesmo erro da batalha de Trancoso, aumentando a resistência dos peões portugueses (*ibidem*, p. 200).

⁵¹⁵ Ao contrário da crónica portuguesa, onde se refere que foi necessária a intervenção do Condestável, devido ao “gram perigo por o forte aficamento que auyam dos castellaños que eram muytos”. Em Fernão Lopes, são os castelhanos que surgem referidos em elevado número, o que aumenta o prestígio da carriagem portuguesa. Nesta passagem, o cronista vai também colocar como heróis o Condestável, pelo seu esforço, e o próprio monarca, que, mesmo envolvido num acérrimo combate, mostrava estar atento a todas as zonas de combate (*CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 105-106)

estava praticamente assegurada⁵¹⁶. Contudo, como já avançamos, este novo desaire castelhano não se devia apenas à presença de demasiados inimigos, mas sobretudo à má decisão do comando castelhano, tomada “*contra buena ordenanza que los antiguos mandaram guardar*”⁵¹⁷. Segundo os dois cronistas, os castelhanos, após um forte ataque, voltam a não permitir a fuga dos seus inimigos, que são impelidos para um combate sem tréguas, apesar de preferirem a fuga (tal como tinham feito alguns antes da batalha): “*os peões daquela parte, ajnda que fugir quisessem, nom o podiam fazer, e assy forçadamente compria de se defemderem*”; percebendo mais tarde os castelhanos, que “*fora maaõ aujsamento*” não deixarem um “*portal aberto per hu fugir podessem*” os portugueses⁵¹⁸. Estava confirmada uma das premonições mais pessimistas do conselho de Castela: os portugueses, bem posicionados, acossados e desesperados, iriam aumentar os seus esforços, resistindo sem tréguas ao exército castelhano, anulando a sua superioridade numérica⁵¹⁹.

A batalha vai depois concluir-se com os cronistas a destacarem elementos diferentes. Enquanto Fernão Lopes sublinha as muitas baixas do lado castelhano, sobretudo “*todollos mais dos maaos*” portugueses da vanguarda de Juan I, com nova referência à fuga do rei castelhano, Pero López de Ayala volta a referir a forte desvantagem das forças de Juan I em Aljubarrota, mal era “*la batalla así comenzada*”. O primeiro evidencia o sucesso de João I, enquanto o segundo pretende minimizá-lo por resultar da geografia do campo de batalha, que deixara o dispositivo português em “*grand aventaja*”. Ayala termina depois, antes de abordar a fuga de Juan I, referindo que era “*la porfía de la batalla, antes que pareciesse quáles perdían o ganaban, media hora asaz pequeña*”⁵²⁰. Neste último detalhe, é secundado pelo cronista português (“*ca nom durou a batalha espaço de mea pequena hora ataa mostrar-se de todo seer perdida*”)⁵²¹, o que, mesmo tendo em conta o seu uso da hora canónica e de apenas referirem o período em que a força castelhana combateu a hoste portuguesa, transmite a imagem de uma batalha de curta duração (algo estranho tendo em conta o potencial dos

⁵¹⁶ Ao possibilitar a reacção do Condestável, avisado pelo rei, o ataque do mestre de Alcántara parece, assim, ter-se dado “pouco antes do início do desbarato castelhano” (Martins, 2011, p. 379).

⁵¹⁷ *CJC*, a. 7, cap. XIV, p. 601.

⁵¹⁸ *CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 105.

⁵¹⁹ Ayala, apresenta uma narrativa “encadenada en una serie de decisiones equivocadas”, com o desempenho castelhano a surgir como um autêntico “repertorio de conductas a evitar”, com particular atenção para as tácticas de fecho da retirada inimiga que seriam tão contrárias ao “axioma militar” (Ferro, 1990a, p. 58-59).

⁵²⁰ *CJC*, a. 7, cap. XIV, p. 601-602.

⁵²¹ *CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 106.

exércitos e da importância do que estava em disputa⁵²²). Sobressai, assim, em ambas as narrativas, a rápida desagregação do esforço e ordenação castelhana⁵²³. Contudo, Lopes é novamente mais contundente na sua descrição, ocorrendo, assim, alguma divergência na forma como se descreve a retirada das forças de Juan I. Pero López de Ayala faz uma breve referência – “*gentes del rey se retrarían, e muchos dellos cavalgaban para se ir del campo*”⁵²⁴ –, enquanto Fernão Lopes faz dessa retirada um detalhe importante da sua narrativa – “*perduda toda esperança (...) em breue espaço foy concluida a ardidez de tamta multidom de gente*” –, descrevendo detalhadamente o pânico da hoste⁵²⁵, que tentava escapar à ira dos portugueses⁵²⁶.

Abordada a debandada da hoste castelhana, faltava agora concluir a actuação de João I e do mestre de Alcántara, assim como, nomear e numerar as baixas da batalha. Relativamente à crónica portuguesa, Fernão Lopes descreve primeiro a chegada de Antão Vasques junto ao rei de Portugal, embrulhado na bandeira de Juan I e a “*bailar por sabor antelle, sem lhe fazendo ninguém soom*”, evidenciando a grande alegria que se começaria a espalhar na hoste de João I. Esta imagem é depois engradecida pelo contraste com o pesar e pranto de um escudeiro castelhano que, escoltado por João I, fazia o reconhecimento dos fidalgos tombados, assinalando aqui, o cronista, o momento “*da batalha seer veencida*”, antes mesmo de se iniciarem as pilhagens, com o ataque à carriagem castelhana⁵²⁷. Ao abordar o “*rouoluer corpos sem almas*”⁵²⁸, o cronista português vai novamente sublinhar o quão cerrado fora o combate, dizendo que “*muytos*

⁵²² Daqui se depreende, como já foi avançado por outros autores, que apenas uma minoria dos 20 000 combatentes da hoste castelhana, possivelmente 5000, terá participado na batalha. Só assim se explica a sua curta duração (Martín Martín, 2008, p. 43-44; Martins, 2011, p. 373; Monteiro, 2006, p. 113).

⁵²³ Monteiro, 2007, p. 112.

⁵²⁴ *CJC*, a. 7, cap. XIV, p. 602.

⁵²⁵ Alguns fugiam “*nas bestas que percalçar podiam*”, largavam as armas para melhor correrem, ou viravam os “*jaques*” para não serem reconhecidos. (*CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 106).

⁵²⁶ Incluindo da população local, que em “*outro dia acudio muyta, faziam deles grande matança*”. Transmite-se uma imagem de grande devastação na hoste castelhana, já que “*a nehuum perdoauom morte*” se tivesse tomado voz por Juan I, castelhano ou português, “*homens de pequena comdiçam*” ou “*peessoas de boa comta*”. Lopes fixa nele o medo e desespero na voz de um castelhano capturado que, interpelado por João I, afirma: “*melhor he que me prendesse este moço que me matar o melhor homeem darmas*”. Contudo, até os que se rendiam a gente conhecida, ariscavam serem mortos. O próprio irmão do Condestável, Diogo Álvares Pereira, que se rendera a João I e ficara à guarda de Egas Coelho, foi morto por vilãos que o avistaram com armas de Castela (*CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 106-107).

⁵²⁷ O cronista português afirma que João I “*nenhuma cousa tomava a aquelles que as em poder tijnham*”, o que transmite a imagem de um rei generoso, sem ganância, que recompensa aqueles que o tinham ajudado a atingir o seu objectivo (*CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 108).

⁵²⁸ Fernão Lopes informa que os portugueses encontraram uma grande quantidade de prata, ouro e jóias, pois na hoste inimiga vinham “*tal rey e taes senhores*” com o objectivo de permanecer no reino. Evidencia-se, assim, mais uma vez o poderio e estatuto da hoste castelhana, sublinhando-se a imagem de grande vitória obtida por João I (*CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 108).

dos que jaziam moortos nom tjnham ferida nenhuuma”⁵²⁹, tendo sido esmagados ou sufocados pela pressão de tanta gente em tão pouco espaço⁵³⁰. Continuando o seu capítulo, antes de terminar o percurso de João I, Fernão Lopes enumera os mortos da batalha, superiores na hoste castelhana, algo que Pero López de Ayala fizera logo após narrar a fuga de Juan I para Castela. A crónica castelhana, ao contrário de Atoleiros, não silencia o desastre que a batalha representava para as pretensões de Juan I – “*a batalla fue desbaratada, e fueron muertos y muchos e muy buenos señores e caballeros*” –, e nomeia 32 baixas importantes, sem referir qualquer baixa na hoste de João I⁵³¹. Fernão Lopes evidencia uma imagem ainda mais negra para Juan I, com a morte de 2500 lanças (citando como fonte o próprio monarca português). Nomeando 42 baixas entre os capitães de Juan I⁵³², Lopes reforça depois, mais do que o seu homólogo castelhano, a imagem de grande derrota das forças de Juan I. Essa imagem torna-se mais clara ainda, quando refere as, muito mais reduzidas, baixas portuguesas. Na hoste de João I teriam falecido apenas quatro capitães (dois deles estrangeiros) e “*peessoas de pequena conta*”, num total de 50 homens (30 deles logo naquela fuga inicial). Transmite-se, assim, não só um grande desastre castelhano em Aljubarrota, como também um grande sucesso do dispositivo desenhado por João I de Portugal e Nuno Álvares Pereira⁵³³.

Regressando às últimas imagens que temos de Aljubarrota, sobre o rei de Portugal e o mestre de Alcántara, Fernão Lopes, iniciou a narrativa do final da batalha com uma imagem positiva acerca de João I e dos seus, antes de abordar o abandono do campo de batalha e o rol das baixas. Pero López de Ayala, pelo contrário, enumera as baixas logo depois de narrar a fuga de Juan I para Castela⁵³⁴, finalizando antes sob um

⁵²⁹ *CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 107-108.

⁵³⁰ Monteiro, 2007, p. 113.

⁵³¹ Ayala inclui, entre as gentes de Castela: dois marechais, o adiantado-mor, o almirante-mor, o mordomo-mor do rei, o prior da Ordem de São João e Pedro de Villena, bisneto do rei Jaime II de Aragão (1291-1327). Entre as baixas portuguesas da hoste de Juan I estariam: o conde João Afonso Telo, tio da rainha Leonor, Diogo Álvares e Pedro Álvares Pereira, irmãos de Nuno Álvares Pereira. A morte de Pedro Álvares toma contornos misteriosos na crónica portuguesa, sendo quase um símbolo da “extinção do ramo traidor dos Pereira” (*ibidem*, p. 114). Ayala finaliza depois com as vítimas estrangeiras, onde se inclui Jean de Rye, tão contrário à realização daquela batalha (*CJC*, a. 7, cap. XV, p. 602-603.).

⁵³² A grande maioria coincidentes com os de Ayala, cujo encadeamento segue

⁵³³ O cronista português começa o parágrafo com a expressão: “*reçebeo Castella muy gram perda, assy de condes e mestres e grandes senhores come de fidalgos e meã gentes e doutro comuum pouoo em grande cantidade*”. Vai depois, defender a existência de uma “*gram multiplicaçom*” de gente miúda que, ao passar pelos “*logares sseus comtraryos*”, não encontrava piedade alguma, vingando-se os portugueses dos “*grandes danos e muytas cruezas*” sofridos (*CJP*, pt. 2, cap. XLV, p. 108-109). Mais á frente é mesmo referida a importância dos contingentes de Alcobça, que, não tendo conseguido chegar a tempo da batalha, esperaram e derrotaram os castelhanos em fuga na ponte de Chiqueda, tendo morto mesmo um cavaleiro muito próximo do rei Juan I (*CJP*, pt. 2, cap. XLVI, p. 111-112).

⁵³⁴ O próprio Pero López de Ayala figurava entre os prisioneiros castelhanos. Segundo Salvador Dias Arnaut o impacto que o sofrimento da guerra lhe trouxe, nomeadamente o aprisionamento em Portugal,

prisma positivo, com a acção do mestre de Alcántara. Já sobre a batalha de Atoleiros, o cronista afirmara que os castelhanos se tinham reorganizado e que os portugueses não arriscaram combatê-los⁵³⁵. Agora, vai apresentar uma imagem semelhantes, sugerindo que os momentos finais da batalha de Aljubarrota, que muito mal correrá a Juan I, foram preenchidos com um relativo impasse entre forças castelhanas e portuguesas, pois

*“Gonzalo Nuñez de Guzmán estuvo grand pieza com los de caballo en el campo despúes que la batalla fue desbarata e los de Portugal non querían partirse de la su ordenanza, e estovieron quedos en su plaza, fasta que el maestre partió”*⁵³⁶.

Após estes enfrentamentos à distancia, o mestre de Alcántara partiu para Santarém, seguindo depois para Castela com *“muchas gentes que escaparon de la batalla”* (junto com os alcaides de Santarém⁵³⁷). Deste modo, Ayala apresenta nos novamente, tal como em Atoleiros, uma força portuguesa receosa, que permite ao mestre de Alcántara levar consigo muitos castelhanos *“que escaparon por él”*. Sugere, assim, que as baixas castelhanas poderiam ter sido maiores caso os portugueses tivessem tido coragem para acometer contra a posição de Gonzalo Núñez de Guzmán. Consequentemente, apesar de as forças de Juan I se verem forçadas a abandonar Portugal, o mestre de Alcántara acaba por amenizar a má imagem de Aljubarrota, simbolizando a existência de alguma persistência castelhana no final da batalha. O processo de amenização do resultado de Aljubarrota continua depois no capítulo seguinte. Segundo o cronista castelhano (enquanto o português nada refere nos capítulos imediatos à batalha), o infante Carlos de Navarra, avisara o monarca castelhano que pretendia acompanhá-lo. Contudo, Juan I *“non le atendió”*, partindo sem esperar este reforço, que chega *“luego”* a Ciudad Rodrigo acompanhado por cavaleiros de Aragão, Bretanha e Castela (parecendo aqui regressar um pouco a imagem do rei impaciente). Vendo que já não alcançaria o rei, *“ya passado a Coimbra”*, o infante entra pela *“tierra de Lamego, e fizo alli much daño”*,

provoca até mesmo alguma antipatia em Ayala para com os portugueses (1947, p. 54). Para regressar a Castela, teve de entregar o seu filho Fernán Pérez como refém e acordar um pagamento de 30 000 dobras de ouro, pago na sua totalidade graças à ajuda financeira dos monarcas de Castela e França. (Martín, 1991, p. LV). Apesar do cronista ser discreto sobre o seu papel nestes eventos, Ayala queixa-se de ter *“levado uma existência miserável e anónima entre os castelhanos cativos em Santarém, até ter sido descoberto”*. Depois, apesar de gozar de um cativeiro mais *“descontraído”*, este iria prolongar-se por muito tempo, afectando a sua obra literária, que, com um carácter algo autobiográfico, possui muitas referências a prisões e cativeiros (Martín Martín, 2008, p. 45-46).

⁵³⁵ *CJC*, a. 6, cap. IV, p. 563-564

⁵³⁶ *CJC*, a. 7, cap. XV, p. 603.

⁵³⁷ Este momento só irá surgir em Fernão Lopes após este abordar os festejos de Lisboa, com o cronista a concordar com a imagem apresentada acerca do receio que se espalha entre aqueles que detinham os dois castelos, acrescentando, ainda assim, alguns detalhes (*CJP*, pt. 2, cap. L, p. 122-125).

regressando a Castela ao saber da derrota de Juan I⁵³⁸. Assim, apesar de não esconder o desaire do seu monarca, Ayala depressa avança com os sucessos do infante de Navarra, semelhantemente ao que fizera depois de Trancoso, com o cerco de Mértola. Mais premente ainda é o facto de equiparar um pouco Gonzalo Núñez de Guzmán a João I, tornando a vitória do rei português algo ambígua, pois, para além de afirmar que o primeiro só abandonara a sua posição pela falta de reacção portuguesa, relata que o segundo deixara o campo de batalha no dia seguinte⁵³⁹, não esperando os três dias, como era preceito dos exércitos vencedores daquela época⁵⁴⁰. Esta imagem de Ayala, que substitui um exército castelhano em fuga por outro, que, mesmo derrotado, apenas abandona totalmente a batalha porque os portugueses se recusam a continuar o combate, contrasta muito com aquela que nos é apresentada por Fernão Lopes. O cronista português não refere sequer qualquer momento de impasse com um contingente do mestre de Alcántara⁵⁴¹, realçando, sim, a imagem de um Condestável prudente que recebe a sua recompensa (a vila de Ourém) e o sucesso do rei de Portugal, sem quaisquer ambiguidades. Segundo Fernão Lopes, após ter colocado vigias durante a noite, Nuno Álvares Pereira falou com João I⁵⁴² acerca dos feitos da batalha⁵⁴³, com o monarca a permanecer depois “*tres dias no campo segundo costume de taes batalhas*”. Para Lopes, a vitória portuguesa não merecia, assim, qualquer equívoco, pelos numerosos corpos deixados em Aljubarrota, tantos, “*que as aues nem lobos nem caães nom sse chegaum a eles pera os auer de comer*”⁵⁴⁴.

Terminam, assim, as narrativas das crónicas sobre Aljubarrota, uma breve e de final algo ambíguo⁵⁴⁵, outra detalhada e categórica quanto aos vencedores. Contudo,

⁵³⁸ *CJC*, a. 7, cap. XVI, p. 604

⁵³⁹ Datando a batalha do dia 14 de Agosto, Segunda-feira, Ayala afirma depois que João I abandona o campo a uma Terça-feira (*CJC*, a. 7, cap. XVII, p. 604).

⁵⁴⁰ Gomes, 2007, p. 11; Martins, 2011, p. 382; Monteiro, 2007, p. 115.

⁵⁴¹ Pelo contrário, no capítulo em que aborda o abandono de Santarém, Lopes refere que o mestre de Alcántara se retirou “*a pressa*” depois de ver que a batalha se perdia (*CJP*, pt. 2, cap. L, p. 124).

⁵⁴² Em nova imagem de proximidade entre ambos, e da preocupação de João I para com o seu principal capitão, o rei, ao saber que o Condestável não tinha comido, ter-lhe-á oferecido uma grande ceia.

⁵⁴³ O Condestável informa o rei do desaparecimento do seu irmão Pedro, mestre de Calatrava, que ele próprio vira tombar. O corpo acabaria por nunca ser encontrado, algo que muitos tinham, junto com o desfecho da batalha em si, “*por cousa mjllagrosa*” (*CJP*, pt. 2, cap. XLVI, p. 110). Com estas referências, Fernão Lopes procura legitimar a liderança política em Portugal na primeira metade do século XV, através de um abundante uso da prova divina, cujo apoio recaía sobre o conflito com Juan I e levava João I à vitória. Uma vez que as “soluções encontradas” pelo partido do mestre Avis estavam “crivadas de irregularidades jurídicas e processuais”, é Deus que surge a colocar o Mestre no trono, ou seja, o direito de João I transcendia “a razão humana e o direito positivo” (Monteiro, 1988, p. 114-117)

⁵⁴⁴ *CJP*, pt. 2, cap. XLVI, p. 110.

⁵⁴⁵ Se é certo que Ayala teria acompanhado de perto o avanço da hoste castelhana, testemunhando a primeira posição do portuguesa e a manobra torneante da hoste castelhana, sobre a batalha de Aljubarrota, a situação será já mais dúbia. É provável que este, como alferes da Banda, tenha participado no ataque da

nenhum dos cronistas silencia o impacto imediato da batalha: para Fernão Lopes, Aljubarrota afastava o espectro do poder castelhano, que desde 1383 ameaçava subjugar Lisboa e a facção de João I; para Pero López de Ayala, em Aljubarrota cumpriam-se as piores previsões do conselho castelhano, e, sem a presença de Juan I, ou de reforços em homens e dinheiro, os seus apoios começavam a fragmentar-se. O reino ficava, pois, nas mãos, do mestre de Avis, cujos feitos iriam ocupar um dos capítulos seguintes da crónica castelhana, onde se abordam a perda de várias praças, incluindo todas aquelas que antes ameaçavam a segurança de Lisboa⁵⁴⁶. Já Fernão Lopes finaliza a sua narrativa apresentando um sucesso contundente, realçando bem aqueles que eram os seus heróis, João I e Nuno Álvares Pereira, que abandonavam o campo de batalha e partiam para Alcobaça (onde se sepultam vários capitães, incluindo o português Vasco Martins de Melo e o gascão Jean de Montferrand), acompanhados por uma hoste carregada de muitos mantimentos, cavalos, armas, jóias de prata e ouro, “*e muy rico esbulho*” tirado ao seu inimigo⁵⁴⁷. Os capítulos seguintes de Fernão Lopes já não se vão debruçar sobre a hoste de João I; contudo, tal como o capítulo em que Ayala aborda a perda de várias praças por parte dos apoiantes de Juan I marcam a narrativa do resultado da batalha, também o seu texto o vai fazer. Ao debruçar-se sobre os grandes festejos que vão ocorrer em Lisboa, ao contrário dos “*grandes choros e planto*” que ocorriam em todo o reino de Castela, a crónica portuguesa marca bem, ao surgirem “*per todo regno grandes prazeres e alegrias*”, como a ameaça castelhana estava afastada para apoiantes de João I. Ao afirmar que se tinha vencido a batalha onde estaria “*o gaanho e perda do reyno*”⁵⁴⁸, Fernão Lopes evidencia que Aljubarrota representava “o acontecimento militar que viabiliza a opção política desenhada nas Cortes de Coimbra”: a eleição do mestre de Avis como rei de Portugal⁵⁴⁹.

Concluídas as narrativas da batalha de Aljubarrota, assim como os variados episódios a ela imediatos (como surgem em cada crónica), fechamos também o nosso capítulo sobre Aljubarrota, distinguindo claramente entre ambos os cronista formas

vanguarda (se não, dificilmente teria sido aprisionado), mas sem transpor a vanguarda portuguesa (devido à sua idade). Assim, Ayala acaba por estar em más condições de observação, afectado, não só pelo seu bacinete, mas também pelo declive do campo de São Jorge, com as primeiras filas da vanguarda a obstruírem-lhe a vista. Podemos, por isso, entender-se o seu relato algo telegráfico e desprovido de mais pormenores sobre a batalha, ficando, ainda assim, a dúvida do porque da omissão do pormenor das posições portuguesas e movimentações tácticas castelhanas (Veiga, 1951, p. 238-242).

⁵⁴⁶ *CJC*, a. 7, cap. XV, XVII, p. 603, 604-605. A captura de Santarém vai surgir também em Fernão Lopes, mas apenas depois de se narrarem os festejos em Lisboa (*CJP*, pt. 2, cap. LI, p. 125-128).

⁵⁴⁷ É referida mesmo a captura e posse por parte do Condestável de um lenho da Veracruz.

⁵⁴⁸ *CJP*, pt. 2, cap. XLVII, p. 112-114.

⁵⁴⁹ Fonseca, 2009, p. 74.

diferentes de narrar o mesmo acontecimento. Se Fernão Lopes nos apresenta a batalha, de parágrafo em parágrafo, com uma sequência ininterrupta e detalhada de sucessos portugueses, que culminam numa quase total devastação da hoste inimiga e na fuga de Juan I para Castela; Pero López de Ayala, pelo contrário, intercala as suas breves narrativas dos momentos da batalha, apresentando sucessivas justificações para o insucesso dos contingentes castelhanos⁵⁵⁰, culminando com o destaque dado a um capitão de Juan I, que, sozinho, conseguiu fazer frente ao poder de João I. Contudo, como adiantara já João Gouveia Monteiro, fica claro em ambas as crónicas como o resultado de Aljubarrota deixava a causa de Juan I gravemente comprometida⁵⁵¹, acabando por “mergulhar o reino de Castela num doloroso luto”⁵⁵², que durará “até ao Natal de 1387”⁵⁵³, enquanto o trono do recém-eleito João I parecia agora seguro⁵⁵⁴.

⁵⁵⁰ Na corte castelhana, desde cedo se procurou encontrar argumentos para justificar a derrota em Aljubarrota, que não incorporassem um juízo divino, pelo menos não um definitivo. Para Ayala, que além de cronista, foi testemunha da batalha, a derrota inclui um conjunto variado de razões, sobretudo a desorganização e o ataque imponderado de alguns cavaleiros (Olivera Serrano, 2009, p. 278-279). Segundo Jorge N. Ferro, temos nas suas crónicas um tratamento comum das derrotas castelhanas. Assim, a estrutura narrativa do cronista castelhano permitiria dividir Aljubarrota em cinco momentos, que antecedem e fazem adivinhar um resultado desastroso: a “motivación espuria” da teimosia e do triunfalismo; os “malos consejos” e a “adulación” ao monarca; as “advertencias desoídas” de prudentes e experientes; os “preludios que presagian la derrota”, como o desastre de Trancoso; e o “desarrollo del combate” e “causas inmediatas de la derrota”, como o mau posicionamento ou o corte da fuga dos inimigos (2012, p. 359-364).

⁵⁵¹ Aljubarrota é um episódio particularmente traumático: “penoso para la corona castellana como glorificante para la naciente dinastía portuguesa”. Compreende-se, assim, a parcimónia discursiva de Ayala e a exuberância de Lopes, que “celebra una victoria fundante” (Ferro, 1990a, p. 58).

⁵⁵² Monteiro, 2003, p. 274.

⁵⁵³ *Idem*, 1998, p. 301.

⁵⁵⁴ Mas, apesar do luto que recai sobre o rei, indício de como a situação nos dois reinos se alterava, é preciso matizar um pouco a questão. Durante um longo período, Juan I não desistirá, surgindo nas próprias narrativas várias referências à sua vontade de retomar a luta. Enquanto vivo, recusa-se mesmo a tratar o mestre de Avis por João I, assinando documentos como rei de Portugal. Apesar das sucessivas derrotas, não há a mínima concessão diplomática para com o adversário (Olivera Serrano, 2009, p. 281-282.)

ATAQUE A CASTELA: VALVERDE E EPÍLOGO

Razões e movimentações da invasão do conde de Ourém

Entre Aljubarrota e Valverde passam-se apenas cerca de dois meses⁵⁵⁵, e o curto intervalo entre estas duas batalhas é patente nas próprias crónicas, com ambas a separarem-nas apenas por alguns capítulos em que se narram alguns dos festejos e consequências militares da batalha de Aljubarrota⁵⁵⁶. Consequentemente, a batalha de Valverde surge nos textos como um resultado deste último sucesso de João I⁵⁵⁷, num contexto totalmente diferente das outras três batalhas até agora ocorridas: pela primeira vez o partido do rei português atacava em força os senhorios do rei castelhano. Era um momento crucial, com os vencidos em busca da “desforra” – Juan I ainda procurava “reafirmar os seus direitos ao reino de Portugal” –, e com os vencedores a quererem “corroborar e firmar o seu poder”⁵⁵⁸. É sob este prisma que encontramos a narrativa da expedição de Nuno Álvares Pereira em terras castelhanas.

Enquanto Pero López de Ayala faz uma breve introdução aos movimentos das forças e apresenta a batalha de Valverde quase como imediata à chegada de João I a Santarém, Fernão Lopes demora-se um pouco mais. Após descrever a ascensão de Nuno Álvares Pereira a conde de Ourém, Lopes vai introduzir a “*hida que o Comde fez a Castela*” com as razões avançadas por outros⁵⁵⁹, acabando mesmo por criticar a posição da crónica de Ayala, onde João I, ao saber da partida da frota castelhana do Tejo, ordenara ao conde de Ourém e ao prior da Ordem do Hospital, Álvaro Gonçalves Camelo, que “*entrasen por Castella*” com 800 lanças e 6000 peões⁵⁶⁰. Fernão Lopes

⁵⁵⁵ É possível ver como o encadeamento criado por Fernão Lopes torna os combates de Trancoso, Aljubarrota e Valverde num “bloco narrativo”. Se Trancoso é o prólogo de Aljubarrota, afectando claramente o início da invasão, Valverde é o seu epílogo, possibilitado pela confiança que agora se instaurava no seio das forças leais a João I de Portugal (Lopes, 1994, p. 499).

⁵⁵⁶ Nelas se inclui a ocupação de importantes praças apoiantes de Juan I: Leiria, Óbidos, Alenquer, Torres Vedras, Torres Novas, Sintra, Crato, Monforte, Vila Viçosa e Marvão (Monteiro, 2003, p. 274-275).

⁵⁵⁷ Apesar de se aniquilar o poderio castelhano em Agosto de 1385, não havendo ainda condições de impor a paz a Juan I, com a vitória em Aljubarrota os portugueses ganhavam “liberdade de acção para tomar a iniciativa” (Pinto, 1987, p. 240). Assim, o Condestável procurou, apesar de não ter condições para “invadir Castela, em profundidade”, causar o maior dano possível, saqueando vilas e campos, de modo a baixar ao máximo possível o moral das forças de Juan I (Magalhães, 1987, p. 247-248).

⁵⁵⁸ Coelho, 2005, p. 90.

⁵⁵⁹ Transmite bem a sua importância ao iniciar o capítulo afirmando que esta “*nom ficou sem memoria descriuaões*”, assim como o facto de isto os ter deixado surpreendidos, crendo eles ser tal acção algo temerária: “*semdo ajmda a vitoria daquela poderosa batalha tam temrra e fresca na vista do homens, nijsto desuairam em seu razaar*” (CJP, pt. 2, cap. LIII, p. 130).

⁵⁶⁰ CJC, a. 7, cap. XVIII, p. 605.

mostra-se mesmo algo desagradado (“*per nenhuuma guissa deuemos daprouar*”⁵⁶¹) por Pero López de Ayala apresentar um João I que, ignorando os esforços dos seus, por simples pragmatismo ou oportunismo, exigiria a Nuno Álvares Pereira “*trabalho sobre trabalho*”⁵⁶². Para o cronista português fora o próprio Condestável que, enviado de novo como fronteiro-mor para o Alentejo, “*sages e percebido e muy avisado nos feitos da guerra*”, decidiu logo que a melhor maneira de cumprir os seus deveres passava por, enquanto “*duraua a door daquela grande perda*”, aproveitar o “*desbarato e gram toruaçam*” dos inimigos para, “*com muyto sua homra e serviço do regno, e ajmda proueito dos seus*”, atacar os senhorios de Castela⁵⁶³.

Afastada a imagem transmitida por Ayala sobre o porque da batalha, Fernão Lopes vai depois procurar desmentir outros elementos da narrativa do cronista castelhano⁵⁶⁴: os números da hoste portuguesa, o que provocou, e como se desenrolou, a resposta dos senhores castelhanos à invasão. Enquanto Ayala apresenta uma força de 6800, constituída logo à partida de Santarém, Lopes expõe, não só números inferiores (ficando sempre a dúvida de quão adulterados serão os números de parte a parte), num total de 3000 homens, divididos por 1000 lanças e 2000 peões e besteiros; como também defende que a hoste apenas se formara à partida de Estremoz⁵⁶⁵. Relativamente à reacção dos senhores de Castela⁵⁶⁶, Nuno Álvares Pereira recebe um forte elogio de Fernão Lopes, por se comportar de “*larga e fouta maneira*”, ao mandar “*primeiro perceber os castellaãos*” dos seus propósito. Só assim, defendia o cronista português, se justificava que em “*tam breue espaço taaes senhores com tantas gemtes*” se tivessem

⁵⁶¹ Mais uma vez cita Ayala para depois o desmentir, sendo um dos poucos aproveitamentos que Lopes faz do seu homólogo castelhano, ao longo da narrativa da batalha de Valverde (Amado, 1997, p. 202).

⁵⁶² A posição assumida pela crónica de Ayala é a primeira a ser analisada e desmentida por Fernão Lopes. Afasta depois a imagem de um Conde apenas reactivo às acções do inimigo, recusando a hipótese de a batalha resultar do Conde estar no Alentejo como fronteiro-mor e responder a alguns castelhanos que ali entraram em “*guisa dalmogaueres*”, (CJP, pt. 2, cap. LIII, p. 130-131).

⁵⁶³ Esta acção desenrola-se quando o “hiperactivo Condestável” procura tirar partido do desânimo de Castela, sem o aval do rei, que, contudo, se irá revelar bastante alegrado com o resultado, perdoando esta sua veleidade, recompensando-o com condado de Barcelos (Monteiro, 2017, p. 116, 118). Fica aqui, também, comprovada “a grande autonomia com que operava” o Condestável (Martins, 2013, p. 240).

⁵⁶⁴ Os seus argumentos surgem mais para negar o que afirmara Ayala, do que para apresentar a, para si, verdadeira razão do ataque: “*hora de qualquer temçam e guissa que fosse*” (CJP, pt. 2, cap. LIII, p. 131).

⁵⁶⁵ Lopes transmite um juntar de tropas algo demorado (chegando a Estremoz no início de Setembro, parte só em Outubro). Evidencia ainda que o Conde não viajava sem os homens “*que com ele guardauom continuamente*”, e com quem realiza um conselho de guerra, onde “*todos outorgarom que era bem feito*”, transmitindo-se uma união que não observamos nos seus inimigos (CJP, pt. 2, cap. LIII, p. 131).

⁵⁶⁶ Ambas realçam os condes de Niebla, Juan Alfonso de Guzmán, e de Medinaceli, Gastón de la Cerda, e os mestres de Santiago, Pedro Muñiz, de Alcántara, Martim Eanes de Barbuda (natural de Portugal), e de Calatrava, Gonzalo Núñez de Guzmán (CJP, pt. 2, cap. LIII, p. 132; CJC, a. 7, cap. XVIII, p. 606)

podido juntar⁵⁶⁷. Isto contrasta fortemente com imagem que nos transmite Pero López de Ayala, que coloca a resposta militar castelhana como uma reacção directa, rápida e esforçada à entrada do Condestável na comarca de Mérida e Jerez de Badajoz, e não por terem recebido qualquer aviso: “*juntarónse en uno e vinieron do sopieron que Nuño Alvarez e los de Portugal andaban por la tierra*”. Surge, deste modo, antes do início das narrativas desta invasão, heróis distintos em cada uma das crónicas, apresentando-se imagens claramente contrárias. Enquanto o cronista castelhana evidencia uma resposta rápida e determinada, o português apresenta antes um confronto que se vai adiando, por decisão dos senhores de Castela, ocorrendo apenas na viagem de retorno a Portugal⁵⁶⁸.

Pero López de Ayala deixa bem reforçada a imagem de um ataque surpresa. Não descreve o périplo da hoste pelas comarcas de Badajoz e Mérida), apresentando a batalha como que imediata ao primeiro juntar de forças por parte dos senhores de Castela. Fernão Lopes, pelo contrário, detalha bem o percurso do Condestável, que, passando por Vila Viçosa e Elvas, atravessa o Guadiana e para a cinco quilómetros de Badajoz, (a 2 de Outubro, Segunda-feira), sem que ninguém daquela cidade o tentasse impedir. No outro dia, viaja 30 quilómetros para Sul, até Almendral, com os ânimos da hoste a subirem de tom, o que leva o Conde a ter maiores cuidados⁵⁶⁹. No dia seguinte, ordena a hoste em batalhas, colocando-se na vanguarda apesar de, como líder máximo, o seu lugar ser na retaguarda (tal como ocorre em Aljubarrota com João I), o que destaca o quão Nuno Álvares Pereira se precavia quanto a possíveis surpresas (“*que doutra pessoa nunca fiaua*”). Trocam-se, assim, os papéis, com o prior do Hospital (segundo capitão máximo da hoste) a comandar a retaguarda, enquanto as alas cabiam a

⁵⁶⁷ Fernão Lopes afasta qualquer imagem de puro oportunismo por parte do comando português que, mesmo decidido a aproveitar o desnorte castelhana, desafia os seus adversários e não entra “*de sospeita o mais emcubertamente*”. Pelo contrário, apresenta uns vassallos de Juan I algo sobranceiros e desonestos, pois diziam que Juan I apenas saíra derrotado de Aljubarrota porque não o tinham acompanhado e “*fingiam-sse tomarem por ello grande nojo*”. Agiam, ainda, apenas por interesse próprio, porque o ataque seria feito às suas terras, e, perante tal desafio, “*mynguariam muyto em suas homras se a ello nom tornassem como compria*”. De modo a vincar a verdade das suas afirmações afirma que, ao ver o queixume destes senhores, um escudeiro que estivera em Aljubarrota criticou-os e instigou-os a prová-lo (“*he tempo de poer vosso bom desejo em obra*”), surgindo aqui um novo elogio ao grande feito dos portugueses em Aljubarrota, onde os castelhanos, mesmo parecendo serem “*çento pera huum deles*”, não os tinham conseguido desalojar da sua posição. A sobranceria seria tal, que o discurso do escudeiro terá empolgado ainda mais o conde de Niebla, que sentia pena por não poder confrontar o “*Mestre dAvis*” para “*vingar a desomra que el-Rey (...) e toda Castella*” recebera (CJP, pt. 2, cap. LIII, p. 131-133).

⁵⁶⁸ CJC, a. 7, cap. XVIII, p. 606.

⁵⁶⁹ Esta entrada folgada, dera muito ânimo aos homens, que, perto de Badajoz, capturaram e mataram um grande porco, para muitos, símbolo de um grande senhor castelhana que iria morrer. Já em Almendral, “*foy grande volta ante as gemte do areall por os muytos vinhos que hij acharom*”, deixando o Conde apreensivo. Nestas passagens encontramos uma clara alteração no panorama daquela guerra. Se antes, os portugueses recebiam ânimo dos seus líderes para combaterem forças de um poderio assustador, agora, pelo contrário, eram admoestados por estarem demasiado desafogados (CJP, pt. 2, cap. LIV, p. 133).

Gonçalo Eanes de Castelo de Vide e a Martim Afonso de Melo, ficando a carriagem protegida “*em meo*” e todos “*regidos como compria*”. O Condestável não deixava que a confiança ganha em Aljubarrota permitisse leviandades em território inimigo, organizando, assim, a coluna de marcha de forma a esta poder dispor-se rapidamente em caso de combate. Só depois se avançou ainda mais para o interior, até à aldeia de Parra, situada numa ladeira a 55 quilómetros da fronteira, onde, após três dias em território inimigo, se avistam os primeiros contingentes castelhanos, liderados pelo mestre de Alcántara (que saíra do castelo de Feria, a dois quilómetros e meio de Parra, acompanhado por 300 lanças). Segundo o cronista português, surge aqui a primeira prova da atitude dissimulada dos senhores castelhanos, uma vez que o mestre, que até era natural de Portugal, apenas tenta atingir a carriagem e recusa combater o Conde por duas vezes. Na primeira, não quis “*aguardar e colhe-se a huma serra muy alta, que esta a par daquell castello*”, apesar de Nuno Álvares Pereira responder com “*pouca gente*”. Numa segunda ocasião, depois de iniciar novo ataque, à partida da hoste portuguesa para Zafra (a 15 quilómetros de Parra), “*poendo-se no mais alto logar*” da serra quando o Condestável reage de forma rápida (o que deixa a ideia de que o Conde se preparara para esta eventualidade), parecendo mesmo provocar uma debandada castelhana (“*tam ryjo e mais do que começara de descer*”). Desmente-se, assim, duas vezes a imagem de Pero López de Ayala sobre uma resposta imediata e inequívoca das gentes castelhanas. Na realidade parecem estar mais interessadas em acostrar a hoste portuguesa, atraindo-a cada vez mais para o interior⁵⁷⁰. O Condestável passa Zafra, Fonte do Mestre e muitas outras praças muralhadas de onde não vinha qualquer resposta, chegando depois a Villagarcía, cujo castelo, apesar de pertencer ao futuro mestre de Santiago, fora “*desamparado*” pela população “*em temor*”⁵⁷¹. Foi apenas aqui, que finalmente chegaram as respostas dos capitães castelhanos, em nome individual e pela protecção das suas terras⁵⁷², às missivas do Condestável, que, muito alegrado⁵⁷³, declarou confirmar-se o que dissera ao seu conselho: o mestre de Alcántara,

⁵⁷⁰ A principal razão para não dar combate à hoste seria a quantidade de combatentes de que dispunha, atingindo apenas 300 lanças (Martins, 2013, p. 241). Enviando apenas forças de reconhecimento, ainda não se sentiriam capazes ou prontos para reagir à presença do Conde, num momento em que ainda se encontravam “a organizar e a concentrar forças poderosas” (Magalhães, 1987, p. 248).

⁵⁷¹ Deixaram mesmo “*muyto do que tijham*”, incluindo uma “*grande e fermosa*” caldeira que o conde guardou. Contudo, como homem honrado, passados 17 anos, ao saber que esta tinha sido originalmente furtada da freguesia de São Pedro, decidiu devolve-la (CJP, pt. 2, cap. LIV, p. 134).

⁵⁷² Fernão Lopes mantém, assim, um foco sobre a desunião dos senhores de Castela.

⁵⁷³ Segundo Lopes, o Conde concluiu a sua intervenção de forma humorada, maravilhando os castelhanos: “*gradeço as varas (...) com que os espero todos dhir castigar*”. Surge depois a imagem do bom cristão, quando o Conde, que partira em romaria a Santa Maria de Guadalupe, regressa para evitar provocar danos

“*meu amygo, nom uos auya assy de leixar passar per esta terra que uos nom possesse a batalha*”, para a qual deveriam preparar-se. Esta passagem parece indicar que aqueles que acompanhavam Nuno Álvares Pereira começariam a desconfiar da inexistência de qualquer oposição à sua presença em Castela, e que lhes iria ser permitido saquear a região sem grandes impedimentos, aludindo-se um pouco aos festejos das primeiras noites em território castelhano.

Recebidos os desafios, o Condestável continua em direcção ao Guadiana, para perto de Magacela, “*onde auya huum muy maa porto*”, seguido de perto pelo mestre de Alcántara com “*boa soma de gente*” (estava agora acompanhado por “*outros senhores e caualleiros*”). Nuno Álvares Pereira tenta novamente atacar a hoste inimiga (estando à “*uista da hoste pera dar em ella*”), mas os castelhanos, ao verem o conde de Ourém acometer sobre a sua posição, retiram para a “*Serra contra aquel lugar dhu partyrom*” (tal como ocorrera perto de Parra). Ou seja, mais uma vez, face a uma resposta franca do Condestável, que tentava impedir que a sua hoste avançasse pressionada (pelo rio e por quaisquer ataques), os senhores de Castela voltavam a retrair-se e permitiam à hoste portuguesa continuar a avançar, agora até Villanueva de la Serena, onde pernoitam⁵⁷⁴. No dia seguinte, o exército português, que começara já a inflectir na direcção de Portugal, virou claramente para Ocidente e “*chegou acima de Merida duas legoas, caminho dhuma aldeã que chamam Valuerde*”. O mestre de Alcántara⁵⁷⁵ estaria prestes a atingir o seu objectivo. Ao deixar as forças do conde português avançar por dentro dos territórios castelhanos, juntando-se todos os contingentes dos senhores daquela região, chegara o melhor momento para o atacar: quando a hoste se via forçada a atravessar um largo rio. Contudo, não é essa a imagem que Fernão Lopes nos transmite (nem sequer Pero López de Ayala, que, como vimos, apresentara a batalha como quase imediata ao começo da invasão) quando termina o seu capítulo anterior à batalha. Para o cronista português, os senhores de Castela, mesmo tendo consigo “*muyos mais do que ante*

naquela terra (CJP, pt. 2, cap. LV, p. 135). Este tom irónico incluiu ainda uma declaração de que desejava antes estar a ser desafiado por um rei, o que seria uma forma “de se fazer ver no topo da hierarquia militar” perante aliados e inimigos (Branco, 1994, p. 435). A referência ao esforço do Conde em evitar provocar danos não seria inocente por parte de Lopes, apresentando este, assim, um forte contraste com a devastação recentemente provocada pela hoste de Juan I (Monteiro, 1998, p. 457).

⁵⁷⁴ Aqui, Fernão Lopes é algo arrasador para com a honra do inimigo, que seria “despeitado, cobarde, fala-barato”. Evidencia-se claramente senhores que se gabam perante os mensageiros, mas que depois não agem quando perante a hoste portuguesa, hesitando ou mesmo fugindo (Lopes, 1994, p. 506).

⁵⁷⁵ Fernão Lopes diz que o nomeia mais do que a qualquer outro “*porque el principalmente era o que fazia fazer estas esporadas*”. Sendo este natural de Portugal, aqui parece ser feito um velado elogio aos portugueses, e uma crítica aos sobranceiros castelhanos que tanto desejavam combater o Conde, algo que se repetirá no final da batalha (CJP, pt. 2, cap. LV, p. 136).

trouera”, continuavam a hesitar e foram “*a ujsta do Conde*” sem se chegarem “*a elle pporque temor lho tinha defeso*”, ocorrendo apenas algumas escaramuças. Fernão Lopes realça, assim, antes da batalha a fama de Nuno Álvares Pereira, que atinge o Guadiana perto da noite, após um périplo por comarcas castelhanas, virtualmente impune (apenas atentamente vigiado), mesmo tendo avisado de antemão que o faria⁵⁷⁶.

Apesar de todas estas hesitações e recuos, as forças castelhanas pareciam finalmente convergir para fazer frente à hoste portuguesa⁵⁷⁷. Relativamente aos números das forças presentes em Valverde, enquanto Pero López de Ayala avança com 6800 homens na hoste portuguesa, sem indicar qualquer valor para a hoste castelhana, dizendo apenas que “*juntarónse en uno*” e “*eran muchos peones*”⁵⁷⁸, Fernão Lopes aborda novamente a questão em maior detalhe. Apresentando uma comparação directa entre as hostes, aumenta a imagem de honra do Condestável, assim como a de alguma cobardia do comando inimigo, uma vez que afirmavam “*todollos autores*” ser do lado castelhano “*muyta mais gente que a da batalha real*”⁵⁷⁹, com a salvaguarda de que “*nom eram tam grandes senhores nem gemte escolheita nem assy guarnidos*”. A coragem e determinação do conde de Ourém ficam ainda mais nítidas na crónica portuguesa com o aproximar da batalha. Depois de discursar aos seus (“*esforçamdo-os como fizessem, e dizemdo-lhes as manhas que auyam de teer*”⁵⁸⁰) e definir a vanguarda, retaguarda e alas da hoste⁵⁸¹, Nuno Álvares Pereira, já ao anoitecer, ao ver passar pela sua posição gentes de Castela (“*que eram muy muytas, sem comparaçam*”), pretendia mesmo atacar a sua coluna de marcha⁵⁸². No entanto, não o faz, uma vez que, por “*seer muyto tarde*”, não estariam reunidas as condições para um bom desfecho (novamente a imagem do comandante capaz e prudente). Só na manhã seguinte é que parte em busca

⁵⁷⁶ CJP, pt. 2, cap. LVI, p. 136

⁵⁷⁷ No início do seu capítulo sobre a batalha, Fernão Lopes afirma novamente que os castelhanos não cumpriram o prometido de fazer frente ao Condestável mal este entrasse, reagindo apenas quando este já avançara 70 quilómetros “*muyto de seu vagar e aa sua vomtade*” (CJP, pt. 2, cap. LVI, p. 136).

⁵⁷⁸ CJC, a. 7, cap. XVIII, p. 606.

⁵⁷⁹ Apresenta depois alguns números de outras fontes que exemplificavam o espanto que a dimensão da hoste teria provocado, dizem mesmo que alguém referira mais de 50 castelhanos para cada português.

⁵⁸⁰ Tenta afastar, tal como fizera em Aljubarrota, o receio dos números, afirmando que a sua honra seria maior quantos mais inimigos tivessem pela frente. Aborda depois a falta de importância do saque obtido (sendo possível que tivessem sofrido algumas perdas no gado capturado), tentando o Condestável afastar daí as preocupações dos seus homens: “*nom he cousa que nos muyto monte*” (CJP, pt. 2, cap. LVI, p. 137). Não é de desprezar esta menção e preocupação, uma vez que era sintomático o roubo de gado ser “o principal objectivo dos raides” em regiões fronteiriças (Monteiro e Martins, 2010, p. 76).

⁵⁸¹ Mantinha-se prudente face à hoste inimiga que, segundo um escudeiro, seria “*mais que as ervas do campo*”, juntando, segundo alguns prisioneiros, “*toda Andaluza com a cidade de Seuilha e Cordoua e Geem e das Manchas dAragom e toda a outra terra*” (CJP, pt. 2, cap. LVI, p. 136-137).

⁵⁸² A noite terá, assim, impedido um ataque de surpresa às posições castelhanas, onde se encontravam números de combatentes que ele próprio acharia alarmantes (Monteiro, 2017, p. 116).

da hoste inimiga (“*contra honde os castellaãos foram*”) na direcção de Valverde (que ficava a cerca de sete quilómetros e meio), onde iria forçar a passagem do rio por “*porto perigoso e maa*”. Aqui, Fernão Lopes não silencia a difícil situação em que se encontrava a hoste portuguesa. Apesar da facilidade com que a hoste fizera o seu trajecto, esta estava vez mais pressionada na retaguarda e com a ameaça de uma força ainda maior a assumir-se a norte⁵⁸³. Se em Trancoso os portugueses tinham conseguido bloquear a retirada de uma força invasora, agora as posições invertiam-se, com os castelhanos a forçarem os portugueses a tentar atravessar o Guadiana por um vau perigoso, tendo já o seu dispositivo táctico pronto para o impedir ainda antes da chegada dos portugueses: “*eram ja hij juntos (...) todollos arrayaaes dos castellaãos cuja multidom era espanto de ueer*”⁵⁸⁴.

A Batalha de Valverde

Aproximava-se o momento definitivo da campanha, com crónica portuguesa a apresentar novamente um maior detalhe narrativo, e com a crónica castelhana, mais breve, a começar a sua narrativa já com o combate a decorrer. Iniciando a análise da batalha por Fernão Lopes, vemos como este reparte a sua narrativa do combate em várias fases distintas, começando por descrever a disposição das forças castelhanas, que, fazendo uso do seu número, dividiram as suas gentes pelas duas margens do rio. Em nova evidencia da enorme disparidade entre as forças que disputavam este conflito, o cronista português afirma que os castelhanos, decididos a impedir a passagem de Nuno Álvares Pereira, “*emtendendo que ally o auyam de desbaratar*”, procuravam cercar imediatamente a posição portuguesa, “*com tanta impedidom de gemte*”, que os portugueses pareciam uma “*pequena eira em espaçoso campo*”⁵⁸⁵. Deste modo, os momentos iniciais de Valverde ter-se-ão pautado por uma, agora, pronta resposta castelhana ao avançar dos portugueses, que depressa se viram impedidos de continuar o seu avanço, ou de retirar para posições anteriores, sendo forçados a “*gramdes e boõas escaramuças*” que deixaram feridos de ambos os lados. Apesar de tudo, a crónica portuguesa matiza um pouco a imagem inicial de desespero português, que se saldavam

⁵⁸³ Martins, 2013, p. 241-242.

⁵⁸⁴ *CJP*, pt. 2, cap. LVI, p. 137.

⁵⁸⁵ O Condestável ficava, assim, desde cedo obrigado a um grande esforço pessoal em todos os pontos de combate, uma vez que os castelhanos, ao dividirem as suas numerosas forças pelas duas margens, procuravam exercer uma forte pressão, aproveitando bem o momento da travessia do rio por parte da sua hoste, altura sempre muito vulnerável para qualquer exército (Monteiro, 2003, p. 275-276; 2017, p. 116).

vencedores nestes primeiros embates, avançando até ao rio, enquanto os castelhanos eram obrigados a abrirem um “*largo portal contra sua vontade*”⁵⁸⁶. Fernão Lopes transmite portanto, no início da batalha, não só imagens de um grande esforço e determinação por parte das forças de Nuno Álvares Pereira (que se vai revelar “muito rápido a concretizar a manobra”⁵⁸⁷), como também por parte dos castelhanos, que tentaram não ceder posição.

Contudo, o sucesso português é pouco duradouro, com as forças do Condestável entaladas no vau do Guadiana, cercada e com a travessia do rio em “*duuida muyto grande*”. Na margem oposta estavam 10 000 cavaleiros, besteiros e peões castelhanos⁵⁸⁸, contra os quais os homens do conde de Ourém (que, por comparação, atingiam os 3000 homens no início da campanha) tinham de investir após uma longa viagem em território inimigo. A situação forçou mesmo Nuno Álvares Pereira a reorganizar o seu dispositivo, reordenando a sua vanguarda, retaguarda e alas em redor (ficaram “*na metade*”) da carriagem, gados e prisioneiros. Só depois é que

*“passou com sua auamguarda aquell porto maa com ajuda de Senhor Deus muyto a pesar daquelas gemtes; e tornou pella reguarda e cariagem e quamto leixara, que nom ficou cousa que todo nom passasse.”*⁵⁸⁹

Este pequeno trecho da crónica portuguesa acaba por nos transmitir um Condestável muito activo e determinado, que não teria hesitado em avançar com a sua vanguarda, apesar da multidão que do outro lado se opunha, certo que estava de ser a única forma de derrotar o dispositivo castelhano. Logo a seguir, não querendo deixar ninguém para trás ou abandonar a carriagem (apesar de anteriormente ter mostrado algum desprezo pelo saque obtido, os seus conteúdos seriam importantes para manter e recompensar o seu exército), regressou novamente à primeira margem para a socorrer a retaguarda, de modo que, “*nom ficou cousa que todo nom passasse*”. Mas, apesar deste esforço pessoal, foi um processo complicado, porque

“o desemparar do porto, que os castellaãos emtom fizeram, nom foy assy leixado de ligeiro que hijj primeiro nom ouesse huuma grande e forte

⁵⁸⁶ Segundo Altino de Magalhães, nestes primeiros combates, a resistência castelhana ao avanço português terá sido pouco empenhada, pretendendo talvez que estes avançassem até ao rio, para aí sim, os interceptarem e desbaratarem (1987, p. 250). Contudo, como se vê no pequeno trecho citado, a imagem que Fernão Lopes quer transmitir é contrária a esta suposição, afirmando que as forças que se opunham ao Conde apenas permitiram o seu avanço porque foram a isso obrigadas (*CJP*, pt. 2, cap. LVI, p. 137).

⁵⁸⁷ Monteiro, 2003, p. 276.

⁵⁸⁸ Apesar da imagem que Lopes procurara transmitir, os números presentes deste lado do rio faz com que ganhe força a interpretação de um avanço português até ao vau por anuência do comando castelhano.

⁵⁸⁹ *CJP*, pt. 2, cap. LVI, p. 137-138.

*peleja de muytas lamças e seetas e pedradas partidas bem gradamente huuns com outros, em que ouue assaz feridos e mortos; mas porem, fallamdo verdade, dos castellaãos foram muytos mais*⁵⁹⁰

Assim, apesar da vantagem e oposição castelhana, os sucessos portugueses acumulavam-se na fase inicial da batalha. Segundo aquilo que nos transmite Fernão Lopes, mesmo face à enorme disparidade de forças e da posição tática desvantajosa em que se encontravam, os portugueses, não só alcançam o vau de passagem, como também conseguem forçar a sua travessia. Mesmo assim, até aqui, a imagem que nos é transmitida acerca do exército castelhano não é propriamente negativa⁵⁹¹, evidenciando-se um intenso combate, com forte chuva de projecteis, lançados por ambas as partes, surgindo apenas no fim a indicação de que os portugueses conseguiam combater de forma mais eficaz, resultando num maior número de baixas na hoste castelhana. Contudo, a Fernão Lopes interessaria sobretudo evidenciar o grande esforço português, abandonando depressa a boa imagem da hoste castelhana, interrompendo a sua narrativa para novamente criticar a sua liderança⁵⁹². Diz ser fácil perceber que os senhores de Castela eram falsos, pois não queriam dar “*batalha homrosamente assy juntos todos como vinham*” ao Condestável, mesmo “*semdo tantos e tam boons*”, utilizando, pelo contrário, os números que tinham a seu dispor para “*fazer allardo e poer espamto*”. A acusação aumenta depois de tom, chegando Lopes a dizer que alguns se juntavam ao mestre de Alcântara em fingimento, querendo apenas marcar presença (“*vinham ladramdo alguns que se chegarom ao Mestre Martinhannes com escaramuças de pouca prol, sem ousamdo mais de fazer*”). Sobressai mesmo uma clara imagem de cobardia no final deste primeiro capítulo sobre a batalha, pois os senhores chegavam a fugir para uns “*cabeços altos fora de temor e em sua seguramça*”, receando o juízo de Deus (“*juizos da Fortuna, com que entom nom eram bem avimdos, que julgasse contra eles*”), o que não deixaria de contribuir para o sucesso inicial dos portugueses, que, por contraste, muito se esforçavam na batalha. Deste modo, transmite-se a imagem de que o receio das

⁵⁹⁰ *CJP*, pt. 2, cap. LVI, p. 138.

⁵⁹¹ Os castelhanos teriam, aliás, conseguido o seu objectivo de dividir as forças inimigas pelas duas margens do rio, facilitando, assim, o seu “aniquilamento”. Este será apenas evitado pela acção de Nuno Álvares Pereira, que, apercebendo-se desta ameaça, reage atempadamente (Magalhães, 1987, p. 250-251).

⁵⁹² Ao contrário do que acontecera em Trancoso onde se faz um claro elogio ao esforço dos castelhanos, ou até em Aljubarrota, quando se fala do intenso combate empreendido pela vanguarda castelhana.

hostes portuguesas, vitoriosas em Atoleiros, Trancoso e Aljubarrota, era tal, que os capitães de Castela preferiam apenas simular pequenos combates⁵⁹³.

Estando o combate a decorrer, podemos agora contrapor aquilo que Pero López de Ayala nos diz, às imagens que nos transmitira e continuaria a transmitir Fernão Lopes, sendo possível observar logo alguma divergência, embora o encadeamento cronológico seja, ao contrário de Aljubarrota, semelhante em ambas as crónicas. Apesar de não nos ser possível fazer uma comparação directa com as primeiras fases do combate na crónica portuguesa, podemos, mesmo assim, recuar um pouco na análise, voltando a verificar como o cronista castelhano nada refere sobre as hesitações castelhanas, cuja existência era central à narrativa portuguesa. Para Ayala, os senhores de Castela, sabendo do ataque do Conde, “*juntarónse en uno*” e foram apanhá-lo a Valverde, onde “*puso cada una de las ditas partidas sus batallas en orden*”. Assim, feito o juntar das tropas, o cronista castelhano parte imediatamente para a batalha, sem qualquer interrupção narrativa, e o combate até parece começar bem para o lado castelhano, uma vez que

*“los de Castilla eran muchos peones, e afincaron tanto los de Portugal, que tovieron que eran vencidos, e viéronse en tan priesa, que ovo algunos que se rendían e pasaban a la otra parte.”*⁵⁹⁴

Ou seja, devido ao número superior de peões à sua disposição, os líderes castelhanos conseguiram instalar-se de forma tão segura, que os portugueses pareciam precipitar-se e desesperar, julgando-se vencidos e entregando-se mesmo alguns ao inimigo. A vitória parecia, assim, estar bem ao alcance dos senhores de Castela, que passado pouco tempo depois de Aljubarrota se podiam desferrar da humilhação sofrida. Contudo, para Pero López de Ayala, dar-se-ia um forte *volte-face*, e este bom início castelhano iria ser o maior catalisador para um novo desaire militar, uma vez que,

*“con la grande desesperación que los de Portugal ovieron aquel día, e con la poca ventura que los de Castilla avían en esta guerra, acometieron a los de Castilla en alguna partida, que les non tovieron rostro, e se volvieron.”*⁵⁹⁵

Encontramos, novamente, uma breve descrição na qual, mais do que descrever os combates, se apresentam razões para o seu desfecho. Assim, afirma-se que é a boa

⁵⁹³ Que poderiam, como já avançamos, ser propositadas e estratégicas, procurando encontrar o melhor momento para acometer, ou provocar um acometimento, ao inimigo (*CJP*, pt. 2, cap. LVI, p. 138).

⁵⁹⁴ *CJC*, a. 7, cap. XVIII, p. 606.

⁵⁹⁵ *CJC*, a. 7, cap. XVIII, p. 606.

posição castelhana que, com tão fácil e rápido sucesso no início da batalha, vai provocar a sua derrota, em novo episódio da desventura que, segundo o cronista, parecia acompanhar as forças castelhanas desde o início da guerra⁵⁹⁶. O desespero dos portugueses teria sido tanto, ao verem como a batalha se desenrolava, que, sentindo-se em tal posição, não hesitaram em arremeter, com redobrado afinco, contra algumas posições castelhanas (“*en alguna partida*”). Frente a este novo ímpeto, os castelhanos não tiveram capacidade ou ânimo (“*no tuvieron rosto*”) para os segurar e retiraram-se (“*se volvieron*”) do local. Este abandonar de posições por parte da hoste castelhana, devido à intensidade do ataque português, surge também, na crónica de Fernão Lopes, em maior detalhe, mas sem divergir muito do que dissera Pero López de Ayala. Segundo o cronista português, passou-se o porto “*com gram trabalho e affam*”, e com o Condestável a verificar que os castelhanos

*“o reçaouom e as artes per que o desbaratar queriam E moueo logo com a sua auanguardia pera hum cabeça que amtell estaua, homde se poseram muytas mais gemtes dos que detrás da ribeira ficauom. E o Comde foy a eles, e per força lhes fez leixar o cabeça.”*⁵⁹⁷

Estas investidas, sobre posições inimigas em planos mais elevados, repetem-se depois sempre com o mesmo sucesso⁵⁹⁸. Serão estes os momentos de retracção castelhana referidos por Ayala, que, com Lopes, reforçam a imagem de força e capacidade do Conde, em claro contraste com a imagem de incapacidade da liderança castelhana em aproveitar uma posição mais vantajosa. Sabendo do receio que a hoste inimiga teria e conhecendo o modo de operar das forças castelhanas (desde o início da campanha que nunca abandonavam os pontos elevados de vantagem, e se o faziam, novamente para lá tornavam), Nuno Álvares Pereira vai investir com a vanguarda sobre mais três elevações, uma vez que só assim demoveria de lá o inimigo. Tal afinco poderá realmente ter induzido em erro quem observava a batalha, fazendo os castelhanos pensar que os portugueses levavam vantagem. Mas não é apenas a imagem de determinação em acometer as posições castelhana que surge na crónica portuguesa, com Conde mostrar ponderar bem estas acções, uma vez que, antes de ter atacado o primeiro cabeça, observou e procurou inteirar-se bem da situação da retaguarda. Só depois de

⁵⁹⁶ Tal como em Aljubarrota e Trancoso, o bom começo e vantagem castelhana acabam por levar à sua derrota final, devido ao desespero que provocam nos combatentes portugueses.

⁵⁹⁷ *CJP*, pt. 2, cap. LVII, p. 138.

⁵⁹⁸ Temos, assim, nestes momentos, retratada a atempada reacção do Condestável à pressão e cerco feito às suas forças, o que lhe iria permitir evitar o descalabro inicial da travessia, levando o combate até às posições mais elevadas do inimigo (Magalhães, 1987, p. 251).

perceber que era à sua frente que estava o maior e mais imediato perigo à travessia dos seus homens, com um maior número de castelhanos do que aqueles que estavam na outra margem, decide avançar por aquela margem adentro. Descrevendo um combate cerrado, com forças que eram cada vez maiores a cada cabeça acometido, Fernão Lopes fixa a imagem de uma acção “rápida e corajosa” por parte do Condestável⁵⁹⁹. A imagem de coragem e determinação irreduzíveis fica bem vincada, quando o cronista português afirma estarem na última elevação gente a que não “*se podia estimar seu comto*”. Já no cimo do terceiro cabeça, enquanto a vanguarda repousava de intensa e “*trabalhosa peleja*”, com baixas para ambos os lados, o Conde verificou que a situação na retaguarda portuguesa se alterara e que as gentes de Castela “*os perseguyam e afficauom muyto*”⁶⁰⁰.

Antes de seguirmos com narrativa, é importante referir que nestas imagens, ao contrário daquelas que Fernão Lopes realça acerca dos senhores castelhanos desde o início da campanha, o exército castelhano em si, é descrito como tendo realizado um forte combate. Os castelhanos não pareciam estar, assim, até aquele momento da batalha, tão desorganizados ou desunidos, o que só reforçava a boa imagem do Conde e dos seus homens, pelo seu grande esforço. Regressando ao combate, Nuno Álvares Pereira, ao ver que se arriscava a perder a retaguarda e a carriagem,

*“mandou aos que presentes eram que esteussem quedos, e com eles sua bandeira, ataa que ele fosse recolher a reguarda e a carryagem. E foy-sse logo la, e fez aballar todo e amdar por deamte.”*⁶⁰¹

Aqui vemos novamente a imagem de um comandante que, vendo parte da sua hoste em perigo, não hesita e se decide pelo seu imediato socorro, procurando voltar a juntar todas as suas unidades tácticas, por segurança e maior eficácia, sobretudo face a uma hoste de números muito superiores. Mesmo assim, não se precipita e não faz retroceder a vanguarda, que, preservando os seus recentes ganhos, deveria permanecer onde estava com a sua bandeira arvorada, marcando a posição onde supostamente ele próprio se encontraria, evitando induzir, quer os inimigos, quer os seus homens, que pretendia retirar e abandonar aquela posição⁶⁰². Só após dar estas ordens é que desceu novamente ao vau e autorizou a marcha da retaguarda e da carriagem, até então estáticas, resistindo

⁵⁹⁹ Magalhães, 1986, p. 251.

⁶⁰⁰ *CJP*, pt. 2, cap. LVII, p. 138-139.

⁶⁰¹ *CJP*, pt. 2, cap. LVII, p. 139.

⁶⁰² Como já avançou João Gouveia Monteiro, as bandeiras não serviam apenas como guias, quer na marcha da hoste, quer no combate, sendo também “ponto de reunião e, sobretudo, um símbolo de resistência”. Enquanto esvoaçasse o estandarte a hoste deveria resistir e continuar a lutar, e a sua ausência ou queda poderia revelar-se fatal, como se verificou em Aljubarrota (1998, p. 294-295).

apesar de já muito fragilizadas. Se até aqui, ao contrário do que fizera Pero López de Ayala, não se refere ninguém na hoste que vendo-se a perder, se entrega aos adversários, Fernão Lopes não deixa de apresentar a imagem de uma situação algo dramática, existindo mesmo algum descontentamento dentro da retaguarda portuguesa. Segundo o cronista português, Gil Fernandes de Elvas, líder das forças daquela vila⁶⁰³, ao ver chegar Nuno Álvares Pereira interpela-o dizendo: “*Como nos leixaste assy, senhor? Digo-uos que (...) se uos mais deteueres, poderá ser que nos nom achares!*”. Apesar de esta censura ficar sem resposta do Condestável, que, ordenado o avanço, regressou de imediato à vanguarda (mostrando estar mais focado nas tarefas importantes do que em discussões ou quezílias pessoais), esta não deixa de ser um forte símbolo do desespero em que se encontrava a retaguarda portuguesa, não sendo a única instância em que tal se irá verificar⁶⁰⁴.

De volta à sua bandeira, o Conde avistou “*em huum logar amotado como serra, muy muytas gemtes de castellãos, que era estranha cousa de ueer*”⁶⁰⁵, realçando Fernão Lopes a presença dos mestres de Santiago, Pedro Muñiz, e de Alcántara, Martim Eanes, junto de outros capitães. Neste momento vem ao de cima novamente uma imagem de forte determinação, num novo assomo heróico de quem não hesitou e “*mandou logo a ssua bandeira que amdasse por deante*”, começando a subir a ladeira que o levaria ao dispositivo castelhano. Provocou Nuno Álvares Pereira, assim, o recomeço das hostilidades⁶⁰⁶, de modo a que

*“emuyauam-se sem doo dhuuma parte aa outra muytas lamças e setas e assaz de pedradas, assy de fundas come emuyadas de mão. E ally foy o Comde huum pouco ferido de huuma seetada que ouue em huum pee.”*⁶⁰⁷

Vemos que o combate continua, apesar das hesitações castelhanas, bem cerrado, e que, ao contrário da imagem que nos é transmitida sobre o comando castelhano, o Condestável envolve-se sempre directamente na luta. Não só não hesita em dar ordens,

⁶⁰³ Vila que, como já vimos, defendera dos ataques de Juan I (*CJP*, pt. 2, cap. XXVI, p. 52-54),

⁶⁰⁴ *CJP*, pt. 2, cap. LVII, p. 139. Nesta passagem, onde se transmite bem as dificuldades portuguesas e a forte pressão castelhana, é possível ver, que, durante Valverde, “o risco de um desânimo poderia comprometer irremediavelmente a firmeza das fileiras e provocar a catástrofe” (Magalhães, 1987, p. 251).

⁶⁰⁵ Possivelmente, Fernão Lopes procurava transmitir algum espanto do Condestável por aquele contingente não ter reagido até agora a nenhum dos seus ataques. Enquanto este lutava incansavelmente, desalojando três importantes posições castelhanas, os capitães de Castela, apesar de muitos, não respondiam, nem empreendiam um verdadeiro esforço militar.

⁶⁰⁶ Segundo Lopes são novamente os portugueses que tomam a iniciativa (Ayala nunca afirma de quem parte a iniciativa dos combates), num grande contraste com o que ocorrera em Atoleiros, Trancoso e Aljubarrota, onde estes tinham tomado posições defensivas (*CJP*, pt. 2, cap. LVII, p. 139).

⁶⁰⁷ *CJP*, pt. 2, cap. LVII, p. 139.

como também não hesita em se meter na refrega, arriscando a sua própria vida, ao contrário dos senhores castelhanos, muitos dos quais, como vimos, são acusados pelo cronista português de apenas empreender simulacros de investidas⁶⁰⁸. O conde de Ourém coloca-se, pelo contrário, no meio de um combate cerrado, onde chovem projecteis, sendo ele próprio atingido no pé, sem gravidade, por um virote⁶⁰⁹. Mesmo tendo este parado, no seguimento deste ferimento, a sua imagem, de coragem e capacidade, não saí prejudicada, uma vez que nos é dito que o faz para poder novamente averiguar como se encontrava a retaguarda (depois de instalar a vanguarda no cimo do outeiro⁶¹⁰). É realmente grande o contraste que encontramos no texto de Fernão Lopes, quando este refere que o principal interesse dos líderes castelhanos era colocarem-se “*fora de temor e em sua seguramça*”, com o Conde a mostrar-se, pelo contrário, incansável. Ao ver que, naquele momento a retaguarda “*era em muyto moor perigo (...) em tanto que lhe paresçia que de todo era desbaratada*”, rapidamente “*çessou do trabalho em que assy estaua*” para ir em seu socorro, deixando novamente a sua bandeira com a vanguarda. O Condestável é, assim, apresentado no texto português, ao contrário da acusação que lhe foi feita pelo capitão de Elvas (que, assim, fica esquecida, tapada por esta nova imagem), como incansável no auxílio a todas as partes da sua hoste, indo novamente “*esforçar a reguarda com boas e mansas pallauras, dizendo-lhes como fizessem*”⁶¹¹.

Mas, apesar desta imagem de confiança e calma estávamos no auge da batalha, vivendo a hoste portuguesa um momento dramático, em que a “situação atingia uma gravidade extrema”, com fortes combates na vanguarda e com o Condestável a ver-se obrigado a voltar à retaguarda (que vivia momentos desesperantes)⁶¹². É precisamente agora, que parecemos ter na narrativa de Fernão Lopes⁶¹³, eco das afirmações de Pero López de Ayala (quando este nos apresentara a rendição de alguns portugueses que se

⁶⁰⁸ Apesar das críticas de Lopes, mais uma vez é importante lembrar que estes simulacros, ocorridos também antes da batalha, poderiam ser propositados, procurando provocar o Condestável a atacar posições cada vez menos vantajosa para si, não sendo apenas reflexo de falta de organização ou cobardia.

⁶⁰⁹ Este é um dos momentos que bem exemplifica o foco que a narrativa dá à acção individual do Condestável. Este acaba por surgir durante a batalha “quase isolado”, enquanto a descrição da sua hoste é apresenta quase como “uma extensão da sua vontade e determinação” (Lopes, 1994, p. 506).

⁶¹⁰ Martins, 2013, p. 242

⁶¹¹ *CJP*, pt. 2, cap. LVII, p. 138-139.

⁶¹² Monteiro, 2017, p. 117.

⁶¹³ Após nos apresentar um diálogo entre dois adversários, no qual o da hoste portuguesa se vangloria de ter estado presente em três momentos (semelhantes a este) nos quais os castelhanos sempre foram vencidos. Ao qual o seu interlocutor responde para nisso tomar conforto, porque no final do dia tal não se voltaria a verificar. Tal afirmação parece transmitir a imagem de que, naquele momento, os castelhanos se encontravam em vantagem e muito confiantes na vitória (*CJP*, pt. 2, cap. LVII, p. 139).

julgavam já derrotados). Naquele momento, terá o Conde encontrado na sua retaguarda vários dos seus homens “*fora desforço, e delles assentados*”, o que indica, mesmo não referindo Lopes especificamente alguma rendição, que alguns desistiam ou paravam de combater. Pesaroso, com o que via, o Condestável tenta mesmo assim exortá-los, fazendo-os levantar e corrigindo as suas posições. Embora tal não seja explícito com Fernão Lopes, o desânimo que imperava na retaguarda acabaria por alastrar ao próprio Condestável. Ferido e cansado, “*andando-os esforçando dhuma parte aa outra com suas boas razões*”, acaba por desaparecer (“*foy achado menos e nom pareço antrelles*”) enquanto andava entre a vanguarda (que, na sua ausência, também fraquejava⁶¹⁴) e a retaguarda. Acabou por ser encontrado, depois de uma forte procura (a imagem de algum desespero dos seus homens é clara na narrativa de Fernão Lopes), a rezar entre dois penedos (primeiro por Rui Gonçalves e depois por Gonçalo Eanes de Abreu). Ao recusar-se a parar enquanto não terminasse⁶¹⁵, fica-nos a imagem de um capitão, que, vendo o seu esforço quase inglório, perante o rumo desfavorável da batalha, não hesita em parar e procurar a solução na ajuda divina⁶¹⁶. Para além desta imagem, fica também bem vincada a sua importância para o desenrolar da batalha, em particular para a disposição e actuação do exército português, pelo qual se espalha o desespero com o seu desaparecimento. Apesar das muitas baixas sofridas, entre feridos e mortos, provocadas pelas muitas “*lanças e dardos e muytos virotoões*” com que a hoste era fustigada, esta não ousava “*abalar por deante, sem mandado de sseu capitam*”. Ou seja, mesmo com a enorme pressão que os portugueses sofriam, não se optava por ir contra as últimas indicações que este o Conde lhes deixara⁶¹⁷.

Nuno Álvares Pereira regressa depois determinado e decidido a vencer os inimigos, restabelecido pela oração (“*alçou-se ryjo com gesto allegre, auendo gram fouteza em Deus*”), provocando uma grande alegria aos seus homens, que ganharam

⁶¹⁴ Martins, 2013, p. 242.

⁶¹⁵ Nem mesmo depois de o informarem que as suas gentes “*eram mal feridas e mortas, e nom podiam aquello mais soffrer*” e que era preciso mover a sua bandeira (CJP, pt. 2, cap. LVII, p. 140).

⁶¹⁶ Exactamente quando o combate estava no seu auge (“*na força de seu moor trabalho*”), sem qualquer aviso, novas indicações ou ordens, algo que, segundo Fernão Lopes, nunca se vira em qualquer príncipe ou capitão. Mas, mais que chocado, o cronista parece impressionado com o Conde, que mesmo cercado de inimigos, permanecia mudo e imóvel como se falasse com Deus e “*per armas de oraçom ouuesse de vencer*”. Comportava-se, não como o “*guyador de ssua hoste*”, mas sim como um “*simples jrmytam*”, fazendo-se nova comparação bíblica, que parecia colocar o Conde acima dos profetas Josué e Moisés, uma vez que ele desempenha as funções de ambos: combatente e orador. Portugal é, assim, equiparado a Israel, nação escolhida por Deus, que tinha alguém que se comportava como os profetas, e um rei que cumpria a vontade Deus na Terra (CJP, pt. 2, cap. LVII, p. 140-141).

⁶¹⁷ CJP, pt. 2, cap. LVII, p. 141-142.

forças (“*de sua vista cobrarom grande esforço*”). No seu regresso (“cheio de ânimo e de fé”⁶¹⁸) acaba por estar o momento chave da batalha, com o Conde a alterar a estratégia da vanguarda, até então “exclusivamente defensiva”⁶¹⁹. Ordena então ao seu alferes, Diogo Gil, que invista imediatamente contra a posição do mestre de Santiago (ou seja, contra o centro das forças castelhanas), virando-se depois para todos dizendo: “*Hora, amygos, auante todo homem, humm a quatro*”⁶²⁰. É deste ressurgimento, desta iniciativa e determinação, que ocorre a fase final do combate, pois os homens do Condestável

*“adereçarom todos em batalha per aquella ladeira com gram desejo de chegar hu aquelles senhores estauom, dando-lhes camjnho a sseu pesar os que lhe dante faziam gram torua.”*⁶²¹

Continuamos a ver aqui ecos das passagens de Ayala onde este fala da garra (“*gram desejo*”) com que os portugueses, até ai em desvantagem e desespero, atacaram os castelhanos, colocando muitos em fuga. Contudo, ainda não se tinha concluindo a batalha, quer em Pero López de Ayala, quer em Fernão Lopes, uma vez que um dos capitães de Castela reage e tenta remediar a situação. Sobre esta nova etapa da batalha, o cronista castelhano afirma apenas que o mestre de Santiago “*recudió*” aos castelhanos em fuga, ficando a dúvida se isto se refere às primeiras fugas, na travessia do vau, aos três primeiros cabeços, ou a alguma fuga provocada por outra situação, como por exemplo este mais recente ataque conduzido pelo Conde. O mestre é também o primeiro e único indivíduo nomeado por Ayala enquanto descreve a batalha de Valverde, colocando assim o ónus da liderança castelhana, de todas as iniciativas de combate, e do resultado final, na sua figura⁶²². Quando olhamos para o cronista português, a decisão do mestre de Santiago é mais clara, resultando do ataque que o conde de Ourém, “*sobindo daquela guysa*” por uma ladeira, faz à sua própria posição. De modo que,

*“desçerom a el muytos castellaãos, amtre os quaaes, come boom cavaleiro, ueo a el dom Pero Monjz Mestre de Samtyago com muyta gente de pee e de cauallo; e esto porque vyo que quantos senhores ally eram juntos ataa entonçe sempre o andarom cercando, e nunca sse nenhuns trabalharom de pellejar com elle. O Conde e toda a sua gente eram todos a pee terra, que os recebiam de vontade”*⁶²³

⁶¹⁸ Magalhães, 1987, p. 252.

⁶¹⁹ Martins, 2013, p. 243.

⁶²⁰ *CJP*, pt. 2, cap. LVII, p. 142.

⁶²¹ *CJP*, pt. 2, cap. LVIII, p. 142.

⁶²² *CJC*, a. 7, cap. XVIII, p. 606.

⁶²³ *CJP*, pt. 2, cap. LVIII, p. 142.

Apesar das diferenças textuais, é possível verificar em ambos os cronistas, que, face aos repetidos sucessos das investidas portuguesas, o mestre de Santiago não teve outra escolha que não envolver-se directamente no combate (algo que não parece ocorrer com outro capitão castelhano, segundo a crónicas portuguesa, ou pelo menos não de forma impactante, na crónica castelhana). Mas também o terá feito, assim parece segundo Fernão Lopes, por se ver ele próprio em risco, o que faz eco novamente do interesse que os senhores tinham sempre, e em primeiro lugar, pelo seu bem-estar. Relativamente ao combate, Ayala será muito sucinto descrevendo apenas o seu resultado, enquanto Lopes nos informa que os muitos senhores portugueses ali presentes, evitam um ataque directo ao mestre, colaborando antes num trabalho de cerco à sua posição. Estaria, assim, o mestre à procura de desferir um golpe fatal na chefia da hoste portuguesa com este ataque e aliviar o risco em que ele próprio se encontrava. Esta sua resposta e iniciativa, ou especificamente o cerco a que foi sujeito durante o combate, acabaria por ser fatal em ambas as crónicas para Pedro Muñiz e para todos os esforços castelhanos. Para perceber a imagem que Lopes nos transmite do desfecho, torna-se importante o trecho em que este cronista nos informa que todas as forças de Nuno Álvares Pereira enfrentaram o avanço castelhano apeadas. Ou seja, como já venceu Miguel Gomes Martins, após ter-se iniciada a sua progressão, a vanguarda portuguesa, ao ver o avanço das forças do mestre de Santiago, terá travado e adoptado uma posição defensiva (que tanto sucesso trouxera nas três recentes batalhas) mantendo “as lanças bem fincadas no solo e apontadas em direcção ao adversário”, provocando um violento embate que se irá saldar num claro sucesso para as forças portuguesas⁶²⁴.

Com outra perspectiva, repetindo a sua estratégia narrativa sobre a batalha de Aljubarrota, Pero López de Ayala apresenta-nos um momento em que, ao ver a “ventura” da batalha a mudar de campo, o mestre de Santiago surge no final como um elemento redentor do comportamento e desempenho dos de Castela, que, mesmo com números superiores, se assustaram com o empenho dos portugueses (imagem que piora no relato de Fernão Lopes, uma vez que os próprios capitães não se envolviam verdadeiramente com as forças inimigas). Transmite-se, assim, uma imagem de determinação e coragem, com o mestre a tentar socorrer (“*recudió*”) uma posição castelhana, que parecia prestes a desmoronar. Não é feita aqui qualquer referência a uma tentativa de atingir particularmente qualquer dos portugueses que o tentavam

⁶²⁴ Martins, 2013, p. 243.

cercar, e, assim, não é colocado no texto castelhano qualquer vestígio de interesse pessoal, imagem que o cronista de Castela também não estaria interessado em registrar, ao contrário do português. Mas, apesar de todo o seu esforço, o ataque do mestre surge com uma imagem de desastre, com o desfecho a ser fatal para todo o esforço castelhano em Valverde, já que, após entrar na refrega,

*“firiéronle el caballo de manera que cayó, e allí morió. E los de su partida, desde le vieron muerto, non curaron más de pelear, e afloxaraon luego, e partieron de allí, caso que non morieron otras gentes de Castilla.”*⁶²⁵

O próprio contra-ataque castelhano acaba por ter a mesma sorte de todos os outros momentos da refrega, fraquejando e provocando a fuga das suas forças do campo de batalha, saldando-se como único elemento positivo, o facto de se ter evitado, com esta fuga, outras mortes entre as gentes de Castela. Consequentemente, em Ayala, o desfecho desta última batalha, não resulta de uma derrota que era inevitável (uma vez que os portugueses se encontravam numa situação de desespero), mas sim do receio provocado pelo falhanço da tentativa, feita por um dos senhores castelhanos, de evitar que houvesse mais baixas. Ou seja, não foi por uma maior capacidade que Nuno Álvares Pereira ganhou o dia, mas sim devido à má sorte que parecia, desde sempre, acompanhar Juan I e os seus naquela guerra, e à própria incapacidade castelhana de saber lidar com a sua própria superioridade numérica. Para isso, terá contribuído uma noção falsa das ocorrências no campo de batalha, com os combatentes a ficarem convencidos, ao ver os portugueses tão determinados, de que estes estariam numa posição superior. É uma imagem que ficou definitivamente vincada em todos, provocando a retirada geral. Para Pero López de Ayala, a morte do mestre de Santiago dava-se no preciso momento em que este, socorrendo as zonas que mais fraquejavam, pressionava e ameaçava a posição do condestável de Portugal⁶²⁶.

Esta narrativa tem algum eco no texto português (como já vimos no início da descrição que Fernão Lopes faz da acção do mestre de Santiago). Os homens do Conde, uma vez que *“eram poucos e os castellaños muytos”*, apesar de os receberem *“de vontade”*, viam-se *“em gram trabalho”*, por causa do próprio mestre. Deste modo,

“a batalha era bem pellejada damballas partes, rompendo porem os portugueses a gente dos catellaños pela força, de guysa que o Mestre entemdeo que os do sseu bando quryam fugyr. E desenuoluendo-sse em

⁶²⁵ CJC, a. 7, cap. XVIII, p. 606.

⁶²⁶ CJC, a. 7, cap. XVIII, p. 606.

*pelejando a gujsa de boom capitam, matarom-lhe o cauallo; e caiudo foy el logo morto, e apressa a cabeça cortada, que depois touuerom a Portugal, e muytas das suas gentes ally com elle. E jssó mesmo dos portugueses morrerom alguns, mas estes foram muyto poucos. E foy o cabeça emtrado per força, afastando-sse todos dantelles, e fugyndo quanto mais podiam.*⁶²⁷

Aqui, encontramos uma descrição forte, impactante, e algo definitiva sobre a sorte do dispositivo castelhano. Apesar de anteriormente apontar para um comandante que, ao ver a sua posição ameaçada, decide responder, agora, o cronista português, não refere qualquer tentativa de preservação pessoal. Pelo contrário, ao ver que os “do sseu bando” pretendiam fugir, o mestre de Santiago terá aumentado os seus esforços, combatendo como “boom capitam”. Terá sido esta acção que provocou a sua morte, devido à queda do seu cavalo, perecendo aí também muitos dos que o acompanhavam. Desenhava-se, assim, uma imagem de desastre total para os castelhanos (a própria cabeça do mestre teria sido cortada naquele momento), o que contrasta mais uma vez com o sucesso dos portugueses, entre os quais “forom muyto poucos” os mortos, conseguindo eles ganhar o cimo do monte, com a fuga de “todos dantelles” (estando aqui o eco da afirmação de Ayala, de que não faleceram mais gentes de Castela depois da queda do mestre). A narração de Fernão Lopes, sobre o combate de Valverde, parece, assim, querer deixar para a memória uma vitória total dos portugueses. Com o a morte do mestre de Santiago a surgir como o seu maior símbolo, uma vez que Pedro Muñiz, o único senhor até então por ele nomeado com sentido positivo, morre precisamente quanto tentava evitar que o Conde continuasse o seu avanço.⁶²⁸

Estava dado, na crónica portuguesa, o mote para o fim da batalha⁶²⁹. Mas ao contrário de Pero López de Ayala que aqui termina, Fernão Lopes avança com mais detalhes sobre a fuga castelhana do campo, transmitindo novos indícios da cobardia dos senhores e mestres de Castela, que “nom pellejauom, estando em magotes dally arredados”. Se antes afirmara que estes apenas simulavam ou faziam fracas investidas, devido ao medo que tinham do Conde e dos portugueses, agora – não querendo mesmo deixar qualquer dúvida sobre a fraqueza moral dos capitães de Castela –, refere explicitamente que estes não combatiam, mesmo estando organizados e em grande

⁶²⁷ *CJP*, pt. 2, cap. LVIII, p. 142.

⁶²⁸ *CJP*, pt. 2, cap. LVIII, p. 142.

⁶²⁹ Na qual, ao contrário das anteriores, Fernão Lopes concentra-se quase exclusivamente nas forças portuguesas. O seu avanço, as suas dificuldades, o seu desespero, a sua alegria e sucesso ficaram bem realçados, colocando a acção castelhana sempre um pouco na periferia da narrativa (Lopes, 1994, p. 505).

número. Ao verem a tão grande fuga de homens e a bandeira do mestre de Santiago derrubada, ficaram “*espantados*” e sem reacção. O que leva a crer que teriam acreditado que o dia acabaria por se saldar num sucesso, e não em novo desaire, possivelmente devido a uma grande crença na sua superioridade numérica, o que poderia justificar a sua estagnação até àquele momento. Contudo, nem assim terão mudado de comportamento. Segundo Fernão Lopes, “*nom sabiam que fazer nem que dizer*”, e, estando ali parado o conde de Niebla, terá chegado um dos seus escudeiros, que o exortou a fugir, por ter ali morrido o mestre seu parente, junto de todos “*quamtos boons eram com elle, que nom ficou nenhuum*”. Para o escudeiro, aqueles que tinham sobrevivido e se encontravam em fuga eram as gentes dos concelhos e lavradores das suas terras, homens sem qualquer capacidade para se empreender uma reacção com eficácia. Tal proposta deverá ter agradado ao conde e até ao resto dos senhores castelhanos, provocando a intervenção do mestre de Alcántara (é assim um português que se revolta contra o desejo de fugir). Propõe antes que se faça um ataque à hoste portuguesa em duas frentes, uma delas por si comandada, argumentando que no dispositivo português já “*som poucos e ficam cansados, nom tem poder de se defemder, e he per força que se desbaratem*”. Fernão Lopes apresenta, assim, entre os líderes castelhanos, um capitão português que mostrava, ao contrário dos outros, ter alguma capacidade de análise do que realmente acontecera. Transmite também, uma grande diferença entre a coragem e determinação do mestre e a dos outros senhores, uma vez que este, sem esperar resposta, partiu de imediato e acometeu à carriagem portuguesa, dando continuidade ao esforço que mantinha desde o início da invasão. Mas a falta de vontade dos senhores castelhanos, vai manter-se, e, mesmo quando o mestre “*começou em ella de ferir*”, decidiram-se pela fuga do campo de batalha. O conde de Niebla ainda terá hesitado, mas acaba convencido pelo seu escudeiro, quando este defende que o mestre não merecia ter auxílio por ser “*chamorro*”, ou seja, natural de Portugal. Teria o mestre ali muitos parentes e amigos, não devendo o conde “*reger per seu dito em tal feito como este*”, uma vez que agora, combatendo portugueses contra portugueses, a contenda já não lhes dizia respeito. Esta passagem pretenderia recordar e evidenciar a desconfiança presente nas hostes de Juan I, entre portugueses e castelhanos, relativamente aos propósitos que cada um teria nos combates contra as forças de João I. Consequentemente, tirando a pequena reacção do mestre de Alcántara (que não nos é dito como ou quando termina), o combate em Valverde estaria finalizado, sem qualquer tentativa de empreender uma resposta efectiva ao desbaratar da vanguarda castelhana,

com o Conde de Niebla a “*hir quanto pode, e todollos senhores e homens de comta que ally eram*”, de modo que “*a pouco espaço nom pareceo nenhum castellaão*”. Ao ver os seus inimigos em fuga, “*aramados daquell geito*”, o Condestável partiu em sua perseguição. Esta termina, ao fim de cinco quilómetros, com o cair da noite, não querendo Nuno Álvares Pereira correr riscos desnecessários, uma vez que o inimigo se poderia reagrupar e ameaçar novamente as posições portuguesas⁶³⁰. No seu regresso a Valverde, contrastando com a imagem final do comando castelhano – espantado, chocado, desconfiado e temeroso –, Nuno Álvares Pereira, surge descrito como estando “*com tanto prazer e lediçe*”. O Conde agradece a Deus, “*que lhe em terra de seus emmjgos dera tamanha vitoria*”, não esquecendo que fora, após ausentar-se em oração, que os portugueses tinham ganho maior ânimo, conseguindo obter a vitória⁶³¹.

Ou seja, apesar da pequena perseguição, o fim dos combates teria chegado no momento mais oportuno, poupando “o exausto exército português a novos apertos”. Ao fim de tão longo trajecto em território inimigo, sempre alerta e seguido de perto por contingentes castelhanos, a hoste portuguesa, apesar do enorme sucesso que sobressai das crónicas, teria escapado por pouco a “um grande dissabor”⁶³². Maria Helena da Cruz Coelho escreve mesmo que a narrativa de Fernão Lopes se reveste de algo “miraculoso” no final da batalha de Valverde, que serve para “explicar o inexplicável”: como um exército português já completamente esgotado, pressionado e em menor número, consegue a vitória, devido à súbita morte do mestre de Santiago, logo após ao regresso de Nuno Álvares Pereira, que não interrompera a sua oração, apesar das dificuldades pelas quais a sua hoste passava⁶³³.

O regresso a Portugal e a mudança de paradigma da guerra com Castela

Concluindo também ele a narrativa desta batalha⁶³⁴, Pero López de Ayala vai referir os resultados práticos do combate e da invasão, afirmando que os portugueses regressaram à sua terra sem levar “*presa de ganados nin otros robos*”. É, assim, esta a principal imagem de Ayala para a minimizar a derrota, método que, como já vimos, utilizara em Atoleiros e Aljubarrota. Contudo, ele próprio parece não considerar esta

⁶³⁰ Martins, 2013, p. 243.

⁶³¹ *CJP*, pt. 2, cap. LVIII, p. 142-143.

⁶³² Monteiro, 2003, p. 276.

⁶³³ Coelho, 2001, p. 91.

⁶³⁴ Terminando o capítulo com a escolha de García Fernández de Villagarcía para mestre de Santiago.

atenuante algo a ter muito em conta, mencionando que desfecho de Valverde foi “*una grand desventura entre todas las otras que acaescieron en esta guerra después que fue comenzada*”. É uma imagem forte, que não chegara a ser adiantada por ele após Aljubarrota. Isto poderá resultar do facto de esta última derrota, para além de ser o culminar de duas invasões falhadas, ter ocorrido em cima de outro grande desaire e dentro próprio território castelhano. Finalizada esta batalha, a guerra entre João I e Juan I irá ter depois outros episódios importantes. Porém, Valverde – a ultima grande batalha campal – surge na própria crónica de Pero López de Ayala como o ponto final do esforço de Juan I pelo trono português, parecendo, assim, marcar definitivamente o falhanço da sua iniciativa e pretensão ao reino de Portugal⁶³⁵.

Regressando à crónica de Fernão Lopes, estava também finalizada a batalha⁶³⁶, mas não a invasão, faltando o regresso a Portugal (apenas brevemente abordado por Ayala, como se viu). Pernoitando em Valverde, o Conde inicia o seu trajecto de regresso, passando por Mérida, perto da qual, os portugueses terão avistado muitos fugitivos da batalha a observar a hoste. Contudo, estes não representam qualquer ameaça, nem pretendem dialogar, retirando-se para dentro das muralhas quando Nuno Álvares Pereira lhes envia “*çertas gemtes*”. O mesmo se terá verificado depois junto a Badajoz, perto da qual a hoste passou aquela noite. Continua, assim, Fernão Lopes a apresentar uma imagem de impotência castelhana, perante as forças portuguesas. Porém, apesar da falta de acção e pouca vigilância dos senhores de Castela, Nuno Álvares Pereira mantinha-se sempre alerta (em nova alusão à sua capacidade de prever em vez de remediar). Ao partir para Elvas, querendo evitar surpresas, viajou com a retaguarda, “*cuydamdo que os castellaños quisessesem mais fazer*” (como tinham tentado antes do combate de Valverde), receios que não se vieram a verificar (“*se nom tremetiam*”). Deste modo, segundo a crónica portuguesa, as forças portuguesas chegam a Elvas dezoito dias (20 de Outubro) após a sua partida do reino de Portugal⁶³⁷. Fernão

⁶³⁵ *CJC*, a. 7, cap. XVIII, p. 606.

⁶³⁶ Descrito por João Gouveia Monteiro como “um estranho combate faseado” onde, como se verificou, Nuno Álvares Pereira pudera estar presente, ora na retaguarda, ora na vanguarda, por diversas vezes, conseguindo ainda pelo meio afastar-se em contemplação e oração (2017, p. 117).

⁶³⁷ Apesar de Fernão Lopes apontar o regresso para dia 20, parece-nos provável a realização da batalha muito antes, talvez mesmo no dia 6 de Outubro. Na crónica portuguesa, encontramos uma sucessão de castelos, vilas, e lugares, contudo, poucas vezes nos é especificado o andamento dos dias, através de expressões como “*em outro dia*” e “*no seguinte dia*”. Seguindo esses momentos de alteração diária exacta, podemos arriscar o seguinte itinerário: o Conde está em Badajoz no dia 2 de Outubro; chega a Almendral no dia 3; depois de um longo périplo para em Villanueva de la Serena no dia 4; viaja depois até perto da noite de dia 5 para junto do Guadiana; e no dia 6 de Outubro parte em direcção a Valverde. Mas não é só encadeamento que Lopes faz “das várias fases daquela incursão” que nos leva a avançar

Lopes conclui, apresentando um ambiente algo descontraído, com uma hoste sem grandes preocupações, que chega com “*muyto de seu vagar como damte vinha*” e coberta de sucesso. Para além da vitória em Valverde, apesar de terem perdido algum do saque (pelo menos antes da batalha), traziam consigo um “*gramde roubo de gaados e bestas e prisioneiros*”. É uma imagem de sucesso, que contrasta totalmente com a de Ayala, mas que não parece ser a mais importante para Lopes. O cronista português continua a sua narrativa com a divisão do saque pelas gentes do Conde, sem que este tivesse obtido para si qualquer “*quinhom*” ou “*quimto*”, que, como membro da alta nobreza, e líder incontestado da hoste, lhe seria certamente devido. Aqui mantinha-se a sua prática, uma vez que a partilha ocorre “*come era sempre auya em costume*”, ficando ele apenas com a “*muyta homra que dentro de Castela ganhara*”. No fim da campanha, Nuno Álvares Pereira cumpria, assim, aquilo que afirmara aos seus homens antes da batalha de Valverde: apenas lhe interessava o sucesso honroso da causa e nunca o ganho pessoal, que “*nom he cousa que nos muyto monte*”⁶³⁸.

É um final de capítulo que realça a imagem de um líder honrado, que se interessava pelo bem-estar e recompensa dos que consigo arriscavam a vida, concedendo-lhe “*todallas cousas, com que se foram ledos pera suas casas*”. Para complementar esta imagem Fernão Lopes reforça ainda mais as qualidades bélicas do Conde de Ourém, comparadas com aquilo que Castela tinha para oferecer, e que lhe permitira, mesmo com hostes inferiores, desbaratar o inimigo de forma contundente nas várias batalhas em que participou entre 1384 e 1385. Segundo o cronista português, diria mais tarde Fernão Gonçalves de Sousa, alcaide de Portel em nome de Juan I, sempre que lhe perguntavam “*como aueera com o Condestabre*”: “*Muy bem. Fomos-lhe offerecer aquel cordeiro sem magoa em sacrificio, e tornamo-nos pera casa*”⁶³⁹; frase que espelha bem o impacto da batalha de Valverde nos inimigos de João I de Portugal, transmitindo, de forma clara “um estado geral de desmoralização em Castela”⁶⁴⁰.

Valverde foi, assim, para além de “um óbvio triunfo militar”⁶⁴¹, o momento em que se alterou o paradigma da guerra que vingara nos últimos anos entre Portugal e Castela. Estando a situação interna mais consolidada, Nuno Álvares Pereira provará

com aquela data. A própria documentação régia apoia um pouco esta hipótese, com a outorga do condado de Barcelos, recompensa pelo sucesso desta campanha e que ocorre no dia 8 de Outubro, a colocar a batalha “entre o dia 5 e 7, o mais tardar” (*ibidem*, p. 180-181).

⁶³⁸ *CJP*, pt. 2, cap. LVI, p. 137; cap. LVIII, p. 143.

⁶³⁹ *CJP*, pt. 2, cap. LVIII, p. 144.

⁶⁴⁰ Lopes, 1994, p. 507.

⁶⁴¹ Martins, 2013, p. 244.

agora que as hostes leais a João I de Portugal, desde 1383 numa atitude defensiva, e em constante pressão e receio de nova invasão, eram capazes de levar o conflito para os senhorios de Juan I de Castela, que se via incapaz de fazer frente aos exércitos portugueses⁶⁴². Estes saldavam-se vencedores, quer em Portugal, quer em Castela, que iria sofrer novos ataques nos anos seguintes⁶⁴³, tendo particular importância a expedição anglo-portuguesa de João I e do duque de Lencastre em 1387, cuja ameaça tanto amedrontara o monarca castelhano⁶⁴⁴. Apesar de não terminar⁶⁴⁵, “a guerra passava, agora, para o outro lado da fronteira”⁶⁴⁶, com Juan I forçado a uma posição defensiva e impedido de “pensar num novo ataque a Portugal”⁶⁴⁷.

⁶⁴² Como já afirmou Eduardo Bossa, o desfecho de Valverde (reforçado nas crónicas pelas declarações e estado de espírito de Juan I após Aljubarrota) parece indicar que o rei castelhano perdia a esperança de “resolver o problema sucessório pela força das armas”, sendo obrigado depois a outras estratégias, como foi a libertação do infante João de Castro, que, juntamente com o seu irmão Dinis, prolongariam ainda por vários anos, a questão sucessória e a guerra entre os reinos de Portugal e Castela (1987, p. 59).

⁶⁴³ Para além de se continuarem os cercos às praças de Juan I e Beatriz com sucesso, imediatamente após esta expedição, seguir-se-ia o já referido ataque de Antão Vasques, que não chegara a Estremoz a tempo, que se salda em novo sucesso para as forças portuguesas em Castela (Martins, 2013, p. 307-311).

⁶⁴⁴ Segundo Jorge N. Ferro, apesar de encontrarmos entre 1383-1385 uma “voluntad imperando por sobre la inteligencia” do monarca castelhano, a partir de aqui, com a invasão de 1387, Juan I volta à prudência da ortodoxia militar e foge ao “arbitrio ciego de un mero querer omnipotente” (2002, p. 142).

⁶⁴⁵ Mas conseguia João I, primeiro com Aljubarrota, e agora também com Valverde, marcar de certo modo o ponto final do domínio castelhano em Portugal (apesar de ainda haver algumas praças importantes a capturar), e abrir “perspectivas novas das vulnerabilidades de Castela” no seu próprio território, alterando um paradigma que durava já nos “últimos 10 anos” (Magalhães, 1987, p. 253-254).

⁶⁴⁶ Martins, 2011, p. 384.

⁶⁴⁷ Monteiro, 2017, p. 121.

CONCLUSÃO

Concluído o nosso estudo, foi possível observar ao longo dos vários capítulos de Pero López de Ayala e Fernão Lopes uma narrativa que transmite, mais do que uma descrição objectiva, uma imagem da guerra que procura evidenciar aspectos positivos e minimizar os negativos. Ao longo das crónicas, ambos destacam determinados momentos ou elementos que evidenciam sucessos e desculpabilizam fracassos. Não apenas nas quatro batalhas que constituíram o nosso principal objecto de estudo, mas também nas suas antecâmaras, epílogos e episódios associados.

Relativamente às antecâmaras e às batalhas do conflito, encontramos imagens sobre o processo de organização de invasões, regências, e hostes que evidenciam sobretudo aspectos dos líderes de cada facção. Aspectos que, embora incluam elementos semelhantes, destacam também características divergentes em cada uma das crónicas, principalmente sobre os dois monarcas. Com Ayala encontramos sobretudo um rei Juan I decidido, determinado e prudente, imagens positivas que, contudo, não escondem alguma crítica, nomeadamente da sua precipitação e dissimulação. Esta crítica recebe maior foco com Lopes, que nos transmite uma imagem claramente mais negativa do monarca castelhano, evidenciando a sua ingenuidade e insegurança. Ou seja, um rei que não sai dos conselhos da mesma forma como entra, ao contrário do que transmite Ayala. O cronista castelhano apresenta também uma figura régia que sofre alguma evolução, com o monarca a mudar os seus comportamentos antes da batalha de Aljubarrota, finalmente mostrando ser capaz de se afastar dos maus conselhos, algo que Fernão Lopes não faz; pelo contrário, mantém o rei como alguém que se deixa influenciar pelo excesso de optimismo e arrogância dos seus.

Sobre João I, sempre mestre de Avis para Ayala, vemos uma figura determinada e dissimulada, mentirosa até, na crónica castelhana; ao contrário da crónica portuguesa que nos mostra uma figura honesta, que hesita em aceitar as honras mas não os deveres, alguém que, mesmo de início vacilando, avança depois com determinação. Enquanto Pero López Ayala nos apresenta uma figura que se vale da situação para proveito próprio, Fernão Lopes transmite-nos uma ideia de uma figura prudente, querida de todos e cuja subida ao poder era inevitável. Ou seja, enquanto o primeiro apresenta um inimigo ganancioso e determinado, o segundo dá-nos a conhecer uma figura que se

supera a si mesma. Ayala acaba por, ao esconder alguns desentendimentos dentro da regência lisboeta, mostrar somente uma oposição portuguesa que, determinada e unida, se interpõe entre Juan I e os seus objectivos; enquanto Lopes mostra antes uma liderança de grande esforço, perante um reino dividido, cheio de oposição, como se verificou nas suas narrativas sobre as negociações entre os senhores da Beira, o recrutamento para Aljubarrota, ou o conselho régio em Abrantes, que são ignorados pelo cronista castelhano.

Reportando-nos agora aos episódios bélicos, com Ayala o papel de invasor e agressor de Juan I, e das suas hostes, embora não silenciado, é por vezes minimizado. Nomeadamente em Atoleiros, quando a batalha resulta da tentativa de evitar que as forças de Nuno Álvares Pereira ataquem a comarca de Badajoz, ou no percurso da invasão de 1385, a cujas depredações apenas alude. Lopes, pelo contrário, apresenta Atoleiros como a preservação da comarca alentejana e da própria cidade de Lisboa, alvo de um ataque concêntrico, e coloca em evidência os abusos cometidos pelas forças castelhanas na estrada da Beira. Ambos os cronistas apresentam, assim, os dois monarcas a desempenharem bem o papel protector da Coroa. Ainda sobre os momentos anteriores às batalhas, a procura ou recusa do combate sofre também um tratamento diferente. Enquanto Ayala apresenta forças castelhanas que não se desviavam do seu percurso e arremetiam contra o inimigo, Lopes, destaca quase sempre um adversário castelhano que, quando possível, tentava adiar ou escapar ao combate.

Sobre as condições em que as batalhas se travam, mais uma vez, poucas são as convergências entre as duas crónicas, quer sobre as características dos terrenos, quer sobre as forças presentes. Em Aljubarrota, Ayala refere a existência de dois vales que ladeavam a posição portuguesa, enquanto Lopes nega categoricamente a sua existência. Mas não é apenas aí que se encontram divergências, com Ayala a acentuar os problemas colocados pelo campo de Trancoso, ou Lopes a sublinhar a travessia de um vau difícil e a subida de vários outeiros em Valverde. Vemos, assim, que cada um minimiza os benefícios que o campo de batalha traz e evidencia as suas dificuldades, passando-se o mesmo com os números das hostes, com Ayala a silenciar a superioridade numérica castelhana e a minimizar o sucesso dos inimigos. Fernão Lopes, pelo contrário, dedica particular atenção aos efectivos militares. Ao travar a sua narrativa e definir numericamente as disparidades entre as hostes, o cronista português procurava mostrar

como as várias vitórias portuguesas, perante tão esmagadoras desvantagens, foram o resultado de uma clara e constante superação dos partidários de João I.

Relativamente aos combates em si, cada cronista apresenta uma perspectiva diferente. Enquanto Pero López de Ayala descreve sempre um avanço desorganizado das forças castelhanas, Fernão Lopes, pelo contrário, procura invariavelmente transmitir um ataque forte às posições portuguesas, assinalando, assim, o impacto que o seu desempenho teria na organização da hoste inimiga. Consequentemente, vemos que em Atoleiros, ao avanço desordenado da hoste castelhana, Fernão Lopes contrapõe o sucesso da organização táctica e disciplina da hoste portuguesa, com projecteis a desmancharem a cargas inimigas, que depois se destroçavam nas fileiras de infantaria. Em Aljubarrota, para o cronista português, não é o terreno que evita a eficaz participação das alas inimigas no combate, mas sim a boa disposição das alas portuguesas. E não é pelos vales e ineficácia das suas alas que, segundo Fernão Lopes, os castelhanos são derrotados, mas sim pela rápida reacção da retaguarda, liderada por João I, e das alas portuguesas, quando a vanguarda se rompe.

A narrativa da guerra entre 1383 e 1385 pauta-se, assim, por relatos breves de Pero López de Ayala, concentrados sobretudo nos insucessos castelhanos e nas razões para os mesmos, sublinhando repetidamente o seu infortúnio; enquanto Fernão Lopes nos apresenta as batalhas de forma mais detalhada, sempre com uma imagem de grande afinco e organização por parte das forças portuguesas. Segundo Ayala, o ataque à retaguarda portuguesa falha em Aljubarrota, não por falta de capacidade castelhana, mas porque a sua investida é tão forte que, sem espaço para fugir, os portugueses resistem e não quebram. Em Valverde, a vitória castelhana parecia tão certa, que os portugueses, em desespero, reagiram e forçaram a retirada castelhana. E em Trancoso, os ginetes falham porque, de tal modo perseguiram os peões portugueses, que se aproximaram demasiado da vila. Para Fernão Lopes, os portugueses triunfam contra hostes bem organizadas e determinadas, como em Trancoso, onde têm de resistir a todos os homens-de-armas castelhanos. Mas, ao mesmo tempo, os portugueses encontram forças arrogantes, e até por vezes cobardes, como em Atoleiros, onde os castelhanos tomam a má decisão de atacar a cavalo por verem um dispositivo tão pequeno, ou em Trancoso, onde a cavalaria ligeira só avança depois de ver a peonagem portuguesa a abandonar o seu dispositivo táctico.

Mas é nos momentos finais e posteriores às batalhas que podemos ver de forma clara os mecanismos de manipulação de cada um dos cronistas, com Fernão Lopes a incluir por vezes contagens de baixas inverosímeis, de modo a deixar claro o sucesso das forças portuguesas, que matam 117 e 2500 homens-de-armas castelhanos, contra zero e 50 portugueses em Atoleiros e Aljubarrota, respectivamente. Por outro lado, Pero López de Ayala estrutura o fim de cada batalha, com excepção para Trancoso, de modo a que a imagem da derrota castelhana saia minimizada. Em Atoleiros, a hoste castelhana não é derrotada, pelo contrário, reorganiza-se e os portugueses não querem continuar, dando-se assim um impasse; em Aljubarrota, o mestre de Alcántara, mesmo com a fuga da hoste, permanece no local e novamente ninguém ataca a sua posição, mostrando como os portugueses, frente a forças estáticas e organizadas, ficavam temerosos; em Valverde, as forças castelhanas não são perseguidas e abandonam organizadas a batalha, conseguindo evitar mais mortes, concluindo-se que a derrota se devia apenas à sua má sorte. Fernão Lopes, pelo contrário, termina as suas narrativas realçando sempre o sucesso português, com a perseguição dos castelhanos em fuga, forçados a uma forte debandada, como no caso de Valverde, onde o Condestável, depois de conquistar quatro posições elevadas, provocou a fuga dos capitães castelhanos, que combatiam com pouco afinco. Ayala procura por em destaque a coragem castelhana, de capitães que se esforçam até ao último momento e conseguem criar impasses, enquanto Lopes evidencia os seus falhanços, e até a sua cobardia.

Seguindo a narrativa nos parágrafos mais imediatos a cada prélio, em Ayala, encontramos, ora reacções decididas, ora factos minimizantes das derrotas, como em Atoleiros, com o envio de novas tropas que deixam os portugueses em novo impasse; em Trancoso, apesar da derrota devastadora, ao mesmo tempo as hostes de Sevilha vencem os portugueses em Mértola; durante Aljubarrota, o infante de Navarra ataca com sucesso a terra de Lamego; e em Valverde, depois da retirada ordeira castelhana, os portugueses tiveram de regressar sem qualquer saque. Com Lopes, pelo contrário, temos a continuação dos sucessos, minimizando e silenciando os episódios mais negativos, como o caso de Atoleiros, com novas acções e sucessos no Alentejo; Trancoso, seguido do falhanço do cerco castelhano a Elvas, e de silêncio sobre o cerco de Mértola; Aljubarrota, com o saque, perseguições e festejos em Lisboa, e silêncio sobre o ataque do herdeiro de Navarra a Lamego; e Valverde, em que a hoste regressa a Portugal desimpedida e carregada de um grande saque.

Foi possível, assim, verificar como a narrativa da guerra nas duas crónicas se mostra, de forma clara, comprometida com a memória propagandística de cada uma das cortes, evidenciando sempre o positivo e silenciando o negativo. Se em Pero López de Ayala temos uma guerra cheia de infortúnios, onde, contudo, os castelhanos se esforçam sempre por recuperar dos insucessos; em Fernão Lopes os portugueses, face às dificuldades quase insuperáveis, conseguem, pela grande coragem e capacidade dos seus líderes, destroçar o seu inimigo. Em Ayala o desfecho da guerra é o luto do rei e a sua imediata reacção à ameaça anglo-portuguesa. Com Lopes, o luto do rei castelhano é imenso, imprecando contra os seus que lhe roubaram a coroa, e elogiando os portugueses, que em Aljubarrota, segundo a rainha Beatriz, teriam ganho o reino de Portugal, ameaçando agora o território castelhano.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

AYALA, Pero López de – “Crónica del rey Don Juan, Primero de Castilla e de León”, *Crónicas*, ed. de José-Luis Martín, Barcelona, Planeta, 1991, p. 509-697.

LOPES, Fernão – *Cronica del rei Dom Joham I de Boa Memória e dos Reis de Portugal o Décimo. Parte Primeira*, reprodução fac-similada da ed. do Arquivo Histórico Português (1915), preparada por Anselmo Braamcamp Freire, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

LOPES, Fernão – *Cronica del rei Dom Joham I. Parte Segunda*, copiada por William James Entwistle, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1968.

Bibliografia

ALLMAND, Christopher

2001 – *The Hundred Years War. England and France at War c. 1300-c. 1450*, Cambridge, Cambridge University Press.

AMADO, Teresa

1993a – “Crónica de D. João I”, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, p. 180-182.

1993b – “Fernão Lopes”, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, p. 271-273.

1997 – *Fernão Lopes Contador de História: Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa.

ANTUNES, José / OLIVEIRA, António Resende de / MONTEIRO, João Gouveia

1984 – “Conflitos Políticos no Reino de Portugal Entre a Reconquista e a Expansão”, *Revista da História das Ideias*, vol. 5, p. 25-160.

ARNAUT, Salvador Dias

1947 – *A Batalha de Trancoso*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1960 – *A crise nacional dos fins do século XIV: a sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ARNOLD, John H.

2008 – *What is Medieval History?*, Cambridge, Polity.

BARBOSA, Pedro Gomes / GOUVEIA, Alexandre Patrício

2013 – *A Batalha de Trancoso (1385) – A Vitória dos Nobres da Beira*, Calvaria de Cima, Fundação Batalha de Aljubarrota.

BEIRANTE, Maria Ângela

1984 – *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte.

BERTOLI, André Luiz

2010 – “Ensaio Sobre a Cronística e a Guerra em Portugal no final da Idade Média”, *Revista Litteris: História*, nº 5 (Julho).

BESSA, Carlos Gomes

1987 – “Batalha de Atoleiros – seu Carácter Precursor em Portugal”, *Aljubarrota. 600 Anos. Ciclo de conferências*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, p. 97-128.

BLACKMORE, Josiah

1997 – “Afeição and History-Writing: the Prologue of the *Crónica de D. João I*”, *Luso-Brazilian Review*, vol. 34, nº 2 (Inverno), p. 15-24.

BOSSA, Eduardo

1987 – “A Sucessão do Rei D. Fernando – uma Descrição e uma Análise”, *Aljubarrota. 600 Anos. Ciclo de conferências*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, p. 25-69.

BRANCO, António

1994 – “O Outro: Travesti do Igual”, *A Guerra até 1450. Ideia e Prática, a Imagem do Inimigo*, coord. de Teresa Amado, Lisboa, Quimera, p. 427-442.

COELHO, Maria Helena da Cruz

2005 – *D. João I: o Que Recolheu Boa Memória*, Lisboa, Círculo de Leitores.

DUARTE, Luís Miguel

2005 – *D. Duarte: Requiem por um Rei Triste*, Lisboa, Círculo de Leitores,

2007 – *Aljubarrota – Crónica dos Anos de Brasa (1383-1389)*, Matosinhos, QuidNovi.

ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana

2009 – “La reorganización del ejército castellano tras el desastre de Aljubarrota”, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média: Actas*, vol. I, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Ribeiro Rebelo, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, p. 111-117.

FARIA, Tiago Viúla de

2011 – “Tracing the ‘Chemyn de Portyngale’: English Service and Servicemen in Fourteenth-Century Portugal”, *Journal of Medieval History*, vol. 37, nº 3 (2011), p. 257-268.

FERRO, Jorge N.

1990a – “Ayala y Aljubarrota: actitud didáctica y locus doctrinal”, *Studia Hispanica Medievalia II. III Jornadas de Literatura Española Medieval*, ed. de Rosa E. Penna e María A. Rosarossa, Buenos Aires, Universidad Católica Argentina, Facultad de Filosofía y Letras, p. 58-64.

1990b – “El Intertexto Político en las Crónicas del Canciller Ayala”, *Incipit*, vol. X, p. 65-89.

1991 – “La Elaboración de la Doctrina Política en el Discurso Cronístico del Canciller Ayala”, *Incipit*, vol. XI, p. 23-106.

1995 – “Ética, Política y Lenguaje en Textos Medievales”, *Incipit*, vol. XV, p. 115-138.

2002 – “Ayala y la Aventura Portuguesa de Juan I”, *Incipit*, vol. XXII, p. 133-143.

2012 – “La batalla Desastrada: la Reiteración de un Esquema Narrativo en la Cronística de Ayala”, *Estudios de Literatura Medieval. 25 Años de la AHML*,

ed. de Antonia Martínez Pérez e Ana Luisa Baquero Escudero, Murcia, Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, p. 357-364.

FONSECA, Luís Adão da

2009 – “Significado da Batalha de Aljubarrota no Contexto da Conjuntura Política Europeia no Último Quartel do Séc. XIV”, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média: Actas*, vol. I, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Ribeiro Rebelo, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, p. 57-74.

GARCÍA, Michel

2015 – “Ayala y sus Crónicas: el Proceso Creativo”, *Talia Dixit*, nº 10, p. 51-63.

GIMENO CASALDUERO, Joaquín

1961 – “La personalidad del Canciller Pero López de Ayala”, *Monteagudo: Revista de literatura española, hispanoamericana y teoría de la literatura*, vol. 36, p. 4-10.

GOMES, Rita Costa

1995 – *As Cortes dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Carnaxide, Difel.

GOMES, Saul António.

2007 – *A Batalha Real {14 de Agosto de 1385}*, Calvaria de Cima, Fundação Batalha de Aljubarrota.

2009 – “Um combatente de Aljubarrota: Garcia Rodrigues Taborda”, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média: Actas*, vol. I, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Ribeiro Rebelo, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, p. 241-271.

LOPES, Alexandra

1994 – “As Grandes Batalhas da Crónica de D. João I”, *A Guerra até 1450. Ideia e Prática, a Imagem do Inimigo*, coord. de Teresa Amado, Lisboa, Quimera, p. 491-507.

MAGALHÃES, Altino de

1987 – “A Guerra Continua no Território Castelhana. A Batalha de Valverde”, *Aljubarrota. 600 Anos. Ciclo de conferências*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, p. 243-260.

MARQUES, A. H. de Oliveira.

1987 – *Nova História de Portugal*, vol. IV – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença.

MARQUES, Ana Maria da Luz Teodósio

1997 – *Aljubarrota. Cinco Histórias de uma Batalha: Personagens e Percursos*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de Mestrado, policopiada).

MARTÍN, José-Luis

1991 – “Introducción”, *Crónicas*, Pero López de Ayala, ed. de José-Luis Martín, Barcelona, Planeta, 1991, p. I-XCVI.

MARTÍN MARTÍN, José Luis

2008 – *Aljubarrota Vista Pelos Castelhanos*, Calvaria de Cima, Fundação Batalha de Aljubarrota.

MARTINS, Miguel Gomes

2006 – *A Vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*, Lisboa, Prefácio.

2007 – *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal Durante a Idade Média (1245-1367)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de Doutoramento, policopiada).

2011 – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

2013 – *Guerreiros Medievais Portugueses: de Geraldo, O Sem-Pavor, ao Conde de Avranches. Treze Biografias de Grandes Senhores da Guerra (séculos XII-XV)*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

MATTOSO, José

1995 – *Identificação de um País. Ensaio Sobre as Origens de Portugal (1096-1325). II – Composição*, Lisboa, Editorial Estampa.

2009 – *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores.

MONTEIRO, João Gouveia

1988 – *Fernão Lopes: Texto e Contexto*, Coimbra, Minerva.

1998 – *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Notícias.

2001 – “Interpretação”, *Aljubarrota Revisitada*, coord. de João Gouveia Monteiro, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 193-281.

2003 – “De D. Afonso IV à Batalha de Alfarrobeira (1449) – os Desafios da Maturidade”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 163-287.

2006 – “A Batalha de Aljubarrota. Novas Interpretações”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 6, p. 105-122.

2007 – *Aljubarrota 1385: a Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História.

2009 – “Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do “paradigma Gillingham””, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média: Actas*, vol. I, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Ribeiro Rebelo, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, p. 75-107.

2012 – “A Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): ensaio geral para Aljubarrota?”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 12, p. 113-134.

2017 – *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, senhor feudal, santo: os Três Rostos do Condestável*, Lisboa, Manuscrito.

MONTEIRO, João Gouveia (coord.)

2015 – *Guerra e poder na Europa Medieval: das cruzadas à guerra dos 100 anos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, João Gouveia / MARTINS, Miguel Gomes

2010 – *Cicatrices da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*, Coimbra, Palimage.

OLIVEIRA, Frederico Alcide

1987 – “A Batalha de Trancoso”, *Aljubarrota. 600 Anos. Ciclo de conferências*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, p. 211-228.

OLIVERA SERRANO, César

2009 – “La memoria de Aljubarrota en Castilla”, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média: Actas*. Vol. II, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes, e António Rebelo, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, p. 277-294.

PINTO, Renato F. Marques

1987 – “A Batalha de Aljubarrota”, *Aljubarrota. 600 Anos. Ciclo de conferências*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, p. 229-242.

REBELO, António Manuel Ribeiro

2009 – “Os números da guerra e o pragmatismo do tópico dos Macabeus nos Príncipes de Avis”, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média: Actas*, vol. I, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Ribeiro Rebelo, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, p. 119-130.

RILEY, Carlos Guilherme

1985 – “Juvenilidade e Comportamento: o Caso de Alguns Fidalgos Portugueses na Baixa Idade Média”, *Arquipélago. História e Filosofia*, vol. 7, nº 2, p. 101-141.

RUSSELL, Peter E.

2000 – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SARAIVA, António José

2007 – “Fernão Lopes (excerto)”, *Séculos XIII-XV – Literatura Medieval*, vol. I da *História e Antologia da Literatura Portuguesa*, coord. de Isabel Allegro Magalhães, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 327-345.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e

1989 – “O Sangue, a Cruz e a Coroa. A Memória do Salado em Portugal”, *Penélope*, nº 2, p. 27-48.

2007 – “Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power”, *e-JPH*, vol. 5, nº 2 (Inverno).

VALDALISO CASANOVA, Covadonga

2011 – “La Obra Cronística de Pedro López de Ayala y la Sucesión Monárquica en la Corona de Castilla”, *Edad Media. Revista de Historia*, nº 12, p. 193-211.

VEIGA, A. Botelho da Costa

1951 – “Ayala e Aljubarrota”, *Revista Portuguesa de História. Homenagem a Gama Barros*, t. V, vol. II, p. 237-266.

VIEGAS, Valentino.

2008 – *A Primeira Revolução Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.